

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Thiago Pereira Perpétuo

**Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de
narrar, ler e preservar Brasília.**

Rio de Janeiro

2015

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Thiago Pereira Perpétuo

Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural, área de concentração Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Cláudia Feierabend Baeta Leal.

Supervisor: Carlos Madson Reis.

Rio de Janeiro

2015

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal.

P453c Perpétuo, Thiago Pereira.
Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília / Thiago Pereira Perpétuo – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

273 f.: il.

Orientadora: Claudia Feierabend Baeta Leal.

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2016.

1. Patrimônio cultural – Brasília [DF]. 2. História. 3. Preservação. 4. Arquitetura e Urbanismo. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Título.

CDD 363.69098174

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Thiago Pereira Perpétuo

“Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar,
ler e preservar Brasília”

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2015.

Banca examinadora:

Professora Dra. Claudia Feierabend Baeta Leal (orientadora)

Professora. Ms. Juliana Sorgine – PEP/MP/IPHAN

Prof. Dr. Andrey Rosental Schlee – IPHAN e Universidade de Brasília-UnB

DEDICATÓRIA

Dedico à Dona Ceci, Dona Zilda, e Seu Zé de Deus (*In Memoriam*).

Habitamos o seu legado.

AGRADECIMENTOS

Bem sabemos: não há lista de agradecimentos que seja justa o suficiente. A enormidade de pessoas que, direta ou indiretamente, nos presenteiam com decisivas contribuições mal caberia nestas 200 páginas. Portanto, primeiramente, agradeço a você, pessoa querida, vítima de uma leve descompostura que me levou a suprimir seu nome da parte mais emocionante da presente dissertação.

Dito isto, agradeço a todos os meus familiares, em especial à Dona Lúcia e ao Seu Hamilton, guias e pilares, razão de eu estar de pé e no rumo. Meus queridos irmãos, Dan, Ju, Gigi e Pedroca, meus amados sobrinhos(as) e primos(as), e um especial agradecimento àquela que esteve desde o início e estará além: Bibã, o barco dos elfos há de nos esperar. Um beijo sem tamanho à minha namorada, Caroline Vissotto, presente todos os dias a me encher de amor e me insuflar de ânimo, e por se desesperar bem mais que eu, o que, de certa forma, me acalmou bastante. <3

Minha orientadora, Cláudia Baeta, que compartilhou comigo seus conhecimentos e saberes, e me deu autonomia para que eu pudesse passar às páginas a “imagem da minha insônia”, a Brasília que me habita antes de eu morar nela. Aos professores da banca um agradecimento sincero (não é fácil, eu sei, a leitura de um autor prolixo).

Um agradecimento especial a todos os amigos no trabalho, cujo cotidiano consta entremeadado nessas linhas. Em especial, aos meus chefes e amigos, que me apoiaram e compartilharam seus saberes, e me permitiram horas a vagar pelas curvas do tempo da cidade modernista: Alfredo Gastal (*in memoriam*), ao velho amigo (e amigo velho) Soneca, vulgo José Leme Galvão, aos novos amigos Carlos Madson Reis (que me tem supervisionado) e Sandra Bernardes.

A todos os meus amigos e amigas com quem compartilho cumplicidade, companheirismo e cachaça. Meus presentes distantes, amigos e amigas de PEP, professores e alunos (muita água já rolou, muita água vai rolar!).

Um agradecimento especial a quatro grandes amigas que contribuíram decisivamente em termos afetuosos, logísticos e conceituais: Naty Lambert, que me emprestou carinho e um gravador de áudio; Ana Gia, que me emprestou paciência e monumentais dicas arquitetônicas; Lua Bittencourt, que me emprestou um lar, dentro do peito e no Rio de Janeiro; e Ivana Cavalcante, que me emprestou horas e mais horas de intensos debates patrimoniais (e foi quem me incentivou, primeiramente, a adentrar nas searas iphânicas).

A todos os entrevistados que se dispuseram a me receber, acolheram minhas perguntas, me revelaram suas impressões. Uma impagável contribuição que tornou minha abordagem mais rica e interessante.

RESUMO

Este trabalho aborda o processo de patrimonialização de Brasília até 1990, numa trajetória que remonta ao ano de sua inauguração, em 1960. A pesquisa investiga o modo como foram construídos discursos de valoração e engendradas propostas e ações tanto de preservação da cidade quanto de seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural, e de como esse processo resultou em três âmbitos de preservação: local, nacional e mundial. Como forma de analisar os aspectos que informaram os discursos e alimentaram as justificativas para a preservação de uma cidade ainda muito jovem, primeiro sítio contemporâneo reconhecido como Patrimônio Mundial pela Unesco, são analisadas narrativas a respeito de Brasília, referentes à sua suposta pré-existência, às histórias de sua construção tida como épica, e sua relativa filiação à urbanística dos CIAM. Como maneira de observar as leituras da cidade ao longo do tempo, foram selecionados três encontros de especialistas que se debruçaram a pensar os espaços da capital. Por fim, o trabalho buscará uma análise aprofundada tanto das ações que engendraram sua efetiva patrimonialização quanto problematizará o objeto de valoração e seu peculiar instrumento de preservação: a maior poligonal urbana tombada do mundo, protegida a partir da manutenção das escalas urbanísticas que informam seu projeto, de plano-piloto a Plano Piloto de Brasília.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural. Brasília. História. Preservação.

ABSTRACT

This dissertation studies the processes of patrimonializing Brasília, from its inauguration in 1960 until 1990. This research looks into the valuation discourses and the actions and proposes on the preservation of the city, as well as on its acknowledgement as cultural heritage, and how it resulted on three different preservation contexts: local, national and world heritage. As a means of studying the aspects which informed both discourses and justifications for the preservation of such a young city, regarded as the very first contemporary site enlisted as Unesco World Heritage, I analyzed narratives on Brasília referring to its alleged pre-existence, its “epic” construction and its urbanistic affiliation to the International Congresses of Modern Architecture (CIAM). As a means of observing the ways the city was read throughout time, I selected three meetings that gathered specialists to think over the capital. At the end, this study searches both to analyze the actions that motivated the city’s actual patrimonialization and to discuss the patrimonialized object itself and the particular instrument for its preservation: the world’s largest heritage site, protected by means of the maintenance of the urban scales that informed its original project.

Keywords: Cultural Heritage, Brasilia, History, Preservation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1	Reunião de candangos: operários instalando a estátua “Os Guerreiros” na Praça dos Três Poderes CRÉDITO/FONTE: Marcel Gauterot/Arquivo Brasília.	51
Fig. 2	Afresco de Alfredo Volpi no interior da “Igrejinha”. CRÉDITOS/FONTE: Courtesy of Brasília Patrimônio da Humanidade/www.archdaily.com.br.	80
Fig. 3	Croqui de Lucio Costa onde se encontra a estrutura básica do Eixo Monumental com os terraplenos onde se assentariam os edifícios mais representativos de Brasília, na Praça dos Três Poderes (porção triangular à esquerda), seguida da Esplanada dos Ministérios. CRÉDITO/FONTE: Lucio Costa/Livro: Brasília, cidade que inventei – Relatório do Plano Piloto de Brasília.	87
Fig. 4	Vista aérea da Praça dos Três Poderes destacada na paisagem em construção, com os edifícios representativos dos poderes da República: Legislativo, Executivo, Judiciário. CRÉDITO/FONTE: João Gabriel Gondim de Lima/Arquivo Brasília	87
Fig. 5	Imagem aérea de Brasília onde, ao fundo, está parte da Asa Sul em construção. Vê-se também as obras da Rodoviária do Plano Piloto, e, em primeiro plano, o Traçado dos eixos principais da Asa Norte. CRÉDITO/FONTE: Mário Fontenele/Arquivo Brasília.	88
Fig. 6	Lucio Costa no plenário do Senado Federal na sessão de instalação do Seminário. CRÉDITO/FONTE: Autor não identificado/Senado Federal-Anais do I Seminário.de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília.	103
Fig. 7	Croqui de autoria de Lucio Costa, anexo à carta enviada ao Senador Cattete Pinheiro, presidente da Comissão do Distrito Federal, lida em plenário no segundo dia do Seminário. Está indicando, em vermelho, a proposta de linha de transporte ligando Taguatinga à Sobradinho, passando ao lado do Eixo Monumental e sobre o Lago Paranoá, seguindo por área de expansão urbana, em amarelo, entre o Lago Paranoá e o que seria o Lago São Bartolomeu. CRÉDITO/FONTE: Lucio Costa/Senado Federal-Anais do I Seminário.de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília.	107
Fig. 8	Imagem aproximada da área de intervenção conforme o croqui de Lucio Costa. Vista aérea da Esplanada dos Três Poderes. CRÉDITO/FONTE: Google Earth.	107
Fig. 9	Diagrama indicando a organização espacial do núcleo central em relação aos núcleos satélites das cidades jardins de Ebenezer Howard. CRÉDITO/FONTE: Howard, Garden City, 1898. https://en.wikipedia.org/wiki/Garden_city_movement .	120
Fig. 10	Bilhete de Juscelino Kubitschek a Rodrigo Mello Franco de Andrade. CRÉDITO/FONTE: Facsímile/Livro: Lucio Costa – Inventor de Brasília, pág. 18.	129
Fig. 11	Rodrigo Melo Franco de Andrade, na presença de Juscelino Kubitschek e demais convidados, na solenidade de tombamento do Catetinho, em 11 de novembro de 1959. CRÉDITO/FONTE: Erich Hess/IPHAN.	137

Fig. 12	Mapa indicativo das poligonais de interesse patrimonial. Em vermelho, a Área de Tombamento; em cinza, a Área de Preservação, constituída como entorno do bem tombado; em Azul, Área de Proteção, constituída como preservação paisagística, com diferentes critérios de ocupação. CRÉDITO/FONTE: Brasília 57-85, pág. 44 [Com modificações]	161
Fig. 13	Proposta do GT-Brasília para as áreas a serem protegidas. A linha externa delimita a Área de Interesse para Preservação (A.I.P.); a parte interna em destaque, que corresponde ao núcleo original do Plano Piloto de Brasília, é a Área de Interesse Especial de Preservação (A.I.Esp.P.), envolvida nas “Asas Sul e Norte” por uma Área de Amortecimento (A.Am.). CRÉDITO/FONTE: GT-Brasília/Síntese dos Trabalhos-maio 1985.	180
Fig. 14	Proposta da Comissão Técnica criada pelo Decreto nº 11.210 para as áreas a serem protegidas. A área vermelha “subárea A”, com preservação prioritária e a azul, “subárea B” como zona de amortecimento. A área verde é identificada como “entorno paisagístico do Plano Piloto. CRÉDITO/FONTE: Comissão Técnica. [Com modificações]	204
Fig. 15	“Delimitação da área de preservação”, conforme Art. 1º, § 2º, do Decreto 10.829, de 14 de outubro de 1987. CRÉDITO/FONTE: Diário Oficial do DF, de 23 de outubro de 1987, pág. 39	215
Fig. 16	“Mapa de escala predominante por área”. Na imagem, a Escala Bucólica, em verde, em volta do Plano Piloto. CRÉDITO/FONTE: Plano Piloto 50 anos – Cartilha de Preservação de Brasília. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, pág. 32.	224

LISTA DE ABREVIATURAS

AICA – Associação Internacional de Críticos de Arte

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

CAU-DF – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal

CAUMA-DF – Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente do Distrito Federal

CIAM – Congresso Internacionais da Arquitetura Moderna

CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais

DEPAM – Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização

DePHA – Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FNpM – Fundação Nacional Pró-Memória

GDF – Governo do Distrito Federal

GT-Brasília – Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MES – Ministério da Educação e Saúde

MinC – Ministério da Cultura

Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap

PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

Introdução

- i. Das temáticas e questões referentes ao processo de patrimonialização de Brasília. Pág. 14.
 - ii. Da organização e composição dos capítulos. Pág. 22.
 - iii. Anotações sobre documentos, pesquisa e métodos. Pág. 28.
1. Capítulo I – Entre origens, epopeias e modernidades: histórias a construir Brasília. Pág. 33.
 - 1.1. A “invenção” de uma capital ou a problematização da “pré-existência” de Brasília. Pág. 34.
 - 1.2. A construção como epopeia moderna: os atores e o cenário. Pág. 46.
 - 1.2.1. Personagens em construção, personagens na construção. Pág. 47.
 - 1.2.2. O cenário e a ribalta da modernidade: da encenação à crítica a Brasília. Pág. 52.
 - 1.3 A cidade de filiação modernista: entre referências e reelaborações. Pág. 60.
 - 1.3.1. Na trilha do modernismo brasileiro: diálogos entre tradição e modernidade. Pág. 65.
 - 1.3.2. Da urbanística dos CIAM à Brasília: pontos de partida, pontos de fuga. Pág. 68.
 2. Capítulo II – nas trilhas do tempo, três modos de ver e ler Brasília: a síntese das artes, a cidade ameaçada, a realidade “polinucleada”. Pág. 74.
 - 2.1. O Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte, 1959: uma cidade feita de expectativas. Pág. 78.
 - 2.2. I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, 1974. Pág. 94.
 - 2.3. Simpósio Brasília: concepção, realidade, destino, 1986. Pág. 110.
 3. Capítulo III – Patrimônio Cultural em Brasília: um inventário de ações e discursos. Pág. 129.
 - 3.1. Entre ações e intenções: as trajetórias tortuosas da preservação de Brasília: 1960-1980. Pág. 131.
 - 3.1.1. A Lei San Tiago Dantas: o Plano Piloto “já nasceu tombado”, ou deu ensejo à uma “monstruosa” transformação? Pág. 132.
 - 3.1.2. Entre ações e avaliações do patrimônio histórico e artístico em Brasília pelo IPHAN de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Pág. 136.
 - 3.1.3. O Conselho de Supervisão e Controle de Arquitetura, Arte e Urbanismo de Brasília¹⁴: tramitação e “inoportunidade”. Pág. 140.
 - 3.1.4. O “tombamento projetivo” do patrimônio de “cimento e ferro”: Brasília como força-motriz para criação do CNRC de Aloísio Magalhães. Pág. 143.
 - 3.1.5. Atuação de Belmira Finageiv na formação de estruturas institucionais de preservação em Brasília. Pág. 147.
 - 3.1.6. Início da década de 1980: notícias desencontradas da preservação de Brasília, e a visão crítica a respeito do patrimônio cultural. Pág. 157.
 - 3.1.7. Entre preservação do todo e o tombamento do particular: proteção para Praça dos Três Poderes contido no “Brasília 57-85”. Pág. 160.
 - 3.2 Discursos, olhares e fazeres: a construção de um objeto patrimonial e a consagração da capital como patrimônio local, nacional, mundial. Pág. 162.
 - 3.2.1. A iniciativa de patrimonialização de Brasília sob Aloísio Magalhães: a estruturação do GT-Brasília. Pág. 165.

- 3.2.2. Tombamento: de estratégia de proteção ao discurso do congelamento. Pág. 167
- 3.2.3. Elaboração da metodologia e seleção de objetos patrimoniais, ou a construção de uma comunidade candanga imaginada. Pág. 175.
- 3.2.4. O patrimônio entra na agenda política sob José Aparecido de Oliveira. Pág. 181.
- 3.2.5. Do anteprojeto ao decreto: o patrimônio moderno na Unesco e a estratégia de proteção brasileira. Pág. 185.
- 3.3. Desvendar o plano e compreender o objeto: produção de sentidos e a atribuição de valores. Pág. 205.
 - 3.3.1. Escalas Urbanísticas: à guisa de (mais) uma explicação. Pág. 211.
 - 3.3.2. A “maior poligonal tombada do mundo” ou o detalhe que muda tudo: o entorno do bem tombado. Pág. 214.

4. Considerações Finais. Pág. 231.

5. Referências.

- 5.1. Bibliografia. Pág. 240.
- 5.2. Fontes e documentos. Pág. 253.
- 5.3. Acervos e arquivos. Pág. 254.
- 5.4. Jornais e revistas. Pág. 255.
- 5.5. Legislação. Pág. 256.

6. Anexos.

- 6.1. Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. Pág. 259.
- 6.2. Portaria IPHAN nº 314, de 8 de outubro de 1992. Pág. 263.
- 6.3. Correspondência de Ítalo Campofiorito ao governador José Aparecido de Oliveira datada de 23 de setembro de 1987. Pág. 267.
- 6.4. Correspondência transcrita de Lucio Costa a Ítalo Campofiorito, folhas 6 a 8 do Processo de Tombamento nº 1.305-T-90 “Conjunto Urbanístico (Plano Piloto), Brasília/ Distrito Federal”. Pág. 268.
- 6.5. Correspondência de Ítalo Campofiorito a Jayme Zettel, em 10 de setembro de 1992. Pág. 271.
- 6.6. Correspondência de Ítalo Campofiorito a Jayme Zettel, em 15 de setembro de 1992. Pág. 273.

Introdução

i. Das temáticas e questões do processo de patrimonialização de Brasília.

“Realmente não é um tombamento comum. Isso talvez seja o tombamento histórico de maior importância que o Conselho terá tomado, pelo menos desde que eu pertenço a esse Conselho, há coisa de quinze anos. Mas é uma decisão de uma relevância que eu não sei se todos nos demos conta (...) eu sou pela preservação histórica”¹.
José Mindlin.

As questões que envolvem a preservação de Brasília conferem à capital do país características pouco comuns enquanto patrimônio cultural. Trata-se de objeto de proteção em três instâncias, local, federal e mundial, que buscam salvaguardar a poligonal urbana tombada tida como de maiores dimensões de que se tem notícia. Seu conjunto urbanístico tem sua proteção consubstanciada numa legislação inovadora do ponto de vista da utilização do instrumento jurídico do tombamento, e que se propõe a assegurar a preservação das características identificadas como essenciais a partir da proteção de escalas urbanísticas. Foi também a primeira cidade moderna a ser protegida pelo IPHAN², bem como abriu caminho, no âmbito da Unesco, para a proteção do patrimônio contemporâneo.

De qualquer modo, enumerar somente as características que a distinguem não esgota a diversidade de questões atinentes à preservação da cidade e seu reconhecimento como patrimônio cultural. Assim, a temática geral que buscarei trabalhar na presente dissertação gira em torno do processo de patrimonialização de Brasília, entendido como o conjunto heterogêneo de ações e proposições de preservação da cidade que culminou com seu efetivo tombamento

¹ José Mindlin, em depoimento durante a 138ª Reunião do Conselho Consultivo, de 9 de março de 1990, que decidiu pelo tombamento de Brasília. O registro da referida reunião do Conselho passou a constar do “Processo nº 1305-T-90: Conjunto Urbanístico (Plano Piloto), Brasília/DF” somente em 27 de janeiro de 2012, quando o chefe do Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, Hilário Figueiredo Pereira Filho, se manifestou a respeito da inscrição de Brasília no Livro de Tombo de Belas Artes. Na ocasião, foi acrescentada ao processo a minuta da ata da reunião (fls. 363 a 376 do processo), e a desgravação de parte da reunião (fls. 377 a 401). Esse último documento não foi apresentado em uma versão corrigida. Optei, portanto, por efetuar algumas mínimas correções de grafia, de termos e nomes, para facilitar a compreensão do texto, sem prejuízo do entendimento do mesmo.

² Na presente dissertação, usarei sempre esta denominação para o órgão federal de preservação do patrimônio cultural. Entretanto, informo que foram diversas as alterações: Em 1937 (13 de janeiro) Lei nº 378 institui a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN como órgão oficial de preservação do patrimônio cultural brasileiro; 1946 - O SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); 1970 - O DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); 1979 - O IPHAN passa a ser composto pela SPHAN (Secretaria), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo; 1990 - A SPHAN e a FNPM foram extintas e deram lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). 1994 (6 de dezembro) - Medida Provisória nº 752 transforma o IBPC em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, nome vigente até hoje. Para acompanhar todas essas modificações consultar: FONSECA (2005).

federal. Minha questão fundamental diz respeito a compreender como a articulação, correlação, e por vezes o embate de forças, atores sociais e proposições engendraram uma proteção tão singular e, subsidiariamente, me questiono o que o estudo dessas relações e campo de disputas pode revelar a respeito do bem cultural estudado.

Questões que emergem, é preciso destacar, do quadro de trabalho ao qual me dedico na Superintendência do IPHAN no Distrito Federal e que marca meu lugar de fala, que também se associa ao fato de que habito o objeto de análise e proteção escopo das minhas atividades profissionais. Foi, aliás, da lida cotidiana com os mais diversos desafios de gestão desse bem cultural urbano que puderam ser formuladas e agregadas as questões que se desdobram no presente trabalho. Sobretudo se considerados os últimos anos em que propostas de reelaboração de normativas estiveram em curso³.

O processo de patrimonialização e atribuição de valores culturais à Brasília se revelou, ao longo da elaboração da pesquisa, de uma complexidade que faz jus à excepcionalidade que lhe foi atribuída, e cuja multiplicidade foi pouco explorada pela bibliografia consultada⁴. Desde o próprio Juscelino Kubitschek, que em 1960 solicita seu tombamento federal, até o seu efetivo tombamento, em 1990, pelo órgão federal de preservação – recorte temporal da pesquisa realizada –, diversas iniciativas, discursos, proposições em busca da preservação de Brasília se imiscuíram com questões relativas ao próprio desenvolvimento urbano da capital. Analisar a trama de relações presentes nessa diversidade, buscando compreender o objeto patrimonial resultante, é objetivo basilar do presente trabalho.

³ Desde de 2009 o Governo do Distrito Federal trabalha na elaboração de um Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) o que levou o IPHAN a repensar também a sua normativa – motivado, dentre outras coisas, pela coincidência de poligonais de preservação e pela semelhança entre o Decreto nº 10.829/87 (ANEXO I), que trata da preservação em âmbito local, e a Portaria IPHAN nº 314/92 (ANEXO II) que regulamenta o tombamento federal. Os trâmites envolvendo esses processos são complexos e conflituosos. Ver: GIANNECCHINI, A. C.; BISPO, Alba ; PERPETUO, Thiago . **Gestão, Planejamento e Preservação no Plano Piloto: a experiência do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília-PPCUB 2009-2013**. In: Encontro Internacional Sobre Preservação do Patrimônio Edificado-Arquimemória 4 - A dimensão urbana do patrimônio, 2013, Salvador-BA. Anais do Arquimemória 4, 2013. No âmbito da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal esse debate está em curso e uma minuta de revisão da Portaria nº 314/92 está no prelo.

⁴ Trabalhos basilares que tratam do processo de patrimonialização de Brasília (RIBEIRO, 2005; REIS, 2011; SILVEIRA, 2010; RAMOS, 2005) se concentram no embate entre apenas dois grupos. Não sem razão, haja vista que foi desse embate que, efetivamente, se costurou o sistema de proteção nas três instâncias mencionadas. O primeiro grupo, composto por técnicos do órgão federal de preservação, de servidores públicos ligados ao Governo do Distrito Federal e professores da Universidade de Brasília. O segundo, giraria em torno do governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, que teria entrado em contato com o arquiteto Ítalo Campofiorito, o qual, por sua vez, elaborou a minuta para a edição do Decreto nº 10.829/87, que preserva Brasília localmente, com anuência do próprio Lucio Costa. Entretanto, neste trabalho buscarei ampliar as questões para além do aparente embate entre esses dois polos, indicando tanto ações concretas quanto proposições dispersas, mas que descrevem um panorama maior de atores envolvidos e visões de patrimônio distintas a eles atreladas.

Para tanto, envidarei esforços no sentido de apresentar as proposições de preservação de Brasília em toda a sua heterogeneidade, o que me permitirá, de origem, afastar ou mesmo desconstruir eventuais interpretações de que o processo a que me refiro se orientou por artifícios contínuos e cumulativos. Ainda que seja recorrente a retórica de que Brasília estivesse, aparentemente, sob constante ameaça, apontarei que mesmo essas supostas intimidações se revestiram de contornos cambiantes ao longo dos trinta primeiros anos de história.

Trabalharei com a ideia de **processo** porquanto veja utilidade em compreender panoramicamente e em conjunto questões múltiplas afim de poder questionar em que medida eles se retroalimentam, quais questões são recuperadas de proposições pretéritas, quais delas evanesceram e por quais motivos, quais as visões de patrimônio e preservação são agenciadas e por quais atores sociais, em que medida a comunidade esteve envolvida ou foi alijada das decisões, quais questões subjacentes aos discursos patrimoniais foram decisivos para a efetiva patrimonialização da cidade. Ao fim e ao cabo, focalizarei com maior detalhamento nas ações engendradas na década de 1980 que emplacaram, efetivamente, o reconhecimento de Brasília como patrimônio local, nacional e mundial, mas indicando que elas não surgiram no ermo.

Ademais, apresentarei não apenas a diversidade nas proposições, ações e intentos, mas, e talvez sobretudo, o modo como a própria cidade, porquanto organismo vivo, transformou-se ao longo de suas primeiras décadas. Assim, serão abordadas como possibilidades de análise as interpenetrações existentes entre a preservação das características tidas como fundamentais e o seu desenvolvimento, por vezes tomado como inexorável e de como eles se relacionam não apenas com a definição de um objeto patrimonial em 1990, mas dizem respeito à construção de tradições e definição de identidades do espaço, precedentes à sua patrimonialização, bem como à incorporação de determinados pontos de vista historiográficos que informaram os valores a ela atribuídos.

Buscarei, por fim, questionar a delimitação, composição e construção do objeto patrimonial resultante e dos instrumentos para sua preservação, buscando compreender como questões sócio-políticas foram decisivas para definir certos aspectos desse objeto, bem assim o modo como a patrimonialização de Brasília se revestiu, enfim, de discursos que legitimaram determinada abordagem historiográfica da cidade, seja a partir do Livro de Tombo deliberadamente selecionado, seja como justificativa compartilhada, inclusive, entre grupos divergentes desse processo, a respeito do que se faz necessário nos atermos brevemente ao texto em epígrafe.

A frase proferida pelo conselheiro José Mindlin, na seção do Conselho Consultivo em que se decidiu pelo tombamento de Brasília, nos dá indicativos de pelo menos duas abordagens da História. Na primeira, no que se refere à condição histórica do referido tombamento, é possível depreender, para além da “relevância” atribuída ao objeto – afinal, era nada menos que a proteção da capital da República – o testemunho de um procedimento incomum. Para o trato com um objeto tido como excepcional, parâmetros consagrados seriam revisitados, visando realizar a análise da cidade cuja caracterização era associada ao Movimento Modernista e tida como testemunho de um momento de clivagem na história nacional.

Na segunda abordagem, é dada a ver um dos usos que se fazia do discurso historiográfico no âmbito dos dispositivos de preservação: pela primeira vez na longa trajetória de tombamentos de núcleos urbanos⁵ se daria, a uma cidade tão jovem, “a preservação histórica”. Depreendo desse apontamento uma estratégia de elaboração discursiva que evoca, a um só tempo, o livro do tomo no qual se veria inserido o bem em questão⁶ e a justificativa para a operação de salvaguarda de um objeto que os conselheiros haviam visto nascer.

Estratégias que, segundo José Pessoa (2003), causaram perplexidade para os gestores do patrimônio cultural. Nesse sentido, este autor observa que:

“O tombamento do conjunto urbanístico de Brasília muda radicalmente a visão da preservação do patrimônio moderno brasileiro. Na igreja da Pampulha tombava-se uma obra atual para tentar escrever previamente a história da arquitetura do século XX, isto é, garantir para as gerações do futuro, o que nós no presente consideramos como o que de melhor produzimos – aquilo que mais cedo ou mais tarde seria reconhecido como obra de arte. Em Brasília mais do que garantir para o futuro as arquiteturas ou a paisagem urbana do movimento moderno no século XX procura-se garantir a perenidade dos princípios urbanísticos deste movimento em uma paisagem passível de permanente mutação. No centro histórico do tombamento de Brasília o presente nunca se tornará passado.”

A leitura de Pessoa aborda um modo de preservação que privilegiaria as relações entre o efetivamente construído e as ideias e noções que informaram o projeto da cidade: “o movimento moderno do século XX”. Um tombamento, para além do objeto em si, que alcançasse o conceito proposto por Lucio Costa, um conceito que deveria ser perene sem

⁵ Iniciado, no âmbito das ações de proteção, antes mesmo da formação da estrutura do IPHAN, em 1937, com a proteção, enquanto monumento nacional, da cidade de Ouro Preto: Ver: Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933.

⁶ Reforçando a perspectiva de que a escolha do Livro do Tombo não foi incidental, temos a fala de Ítalo Campofiorito, então Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cargo que lhe conferia, na ocasião, a presidência da Reunião do Conselho Consultivo: “Não é comum que o Conselho decida em que livro tomar alguma coisa. Mas, nesse caso, eu acho que isso diz respeito à essência da decisão que nós estamos tomando. E eu senti, achei que tinha obrigação de extrapolar e lembrar ao Conselho que o conselheiro Kneese de Mello está tratando da proteção. E isso pode parecer bizantino, mas eu acho que não é. É o nosso conceito da coisa.” Processo nº 1305-T-90, Op. Cit.

impedir a permanente mutação da cidade. A manutenção da lógica estruturante do projeto visando preservar a realidade resultante do mesmo. Mas também se trata de uma estratégia que se relaciona com uma questão que esteve na ordem das maiores preocupações tanto dos estudiosos da preservação como da sociedade civil na época estudada, passando pelos agentes públicos e políticos: o receio de que o tombamento **congelaria** a cidade que sequer havia sido terminada.

Assim, nesse momento histórico para a instituição e para o pensamento referente à proteção de bens culturais, trabalharei sob a ótica de que se abrandou a valoração pela antiguidade ou ancianidade (RIEGL, 2014), na qual o envelhecimento dos bens culturais conferiria a eles um valor essencial que emanaria dessa mesma condição de envelhecimento dos objetos em questão, sendo reconhecível inclusive por não especialistas. Em seu lugar, optou-se pela caracterização de Brasília enquanto cidade-documento (SANT'ANNA, 2015), procedimento comum nas ações de tombamento de cidades no período estudado, e que indica uma apropriação, por parte dos agentes da preservação, de conceitos historiográficos que permitem compreender o objeto em sua historicidade, incluso em temporalidades múltiplas e em narrativas diversificadas.

Para o caso de Brasília, foi estabelecido que sua juventude não a tornaria menos histórica, mas que ela seria, por um lado, documento e testemunho de uma importante passagem da história nacional e, por outro, se operaria um alargamento – quase mítico – de seus inícios na trajetória histórica brasileira, para o que o diálogo com as noções de “invenção de tradições” (HOBSBAWM, 1984), e de “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2008) serão de grande utilidade para compreender o *modus operandi* para o reconhecimento de Brasília como patrimônio cultural.

Nesse sentido, indico a enorme influência da proposição de Ulpiano Bezerra de Meneses (2009) no entendimento geral da presente dissertação quanto ao processo de atribuição de valores culturais aos bens reconhecidos como patrimônio. Conforme o autor,

(...) falar e cuidar de bens culturais **não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos**, próprias das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, **são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades**, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas etc., etc. – e, em suma, seus valores. [Grifos meus]

Na esteira dessa perspectiva em que os valores não são intrínsecos, não são essenciais, buscarei compor todo meu arcabouço argumentativo considerando previamente que quaisquer processos de atribuição se enquadram num campo de largas possibilidades, dada a dinâmica de mobilização e seleção dos atributos culturais que foram agenciadas para o caso de Brasília. Nesse itinerário, indico que outras seleções, outras perspectivas patrimoniais e outras práticas poderiam ter sido consideradas, outros atributos poderiam ter sido valorados, outras narrativas historiográficas agenciadas, ao que me permito apresentar outras visões que dão uma dimensão da diversidade de atributos culturais da cidade.

Tomemos, por exemplo, a feição de Brasília enquanto “**Cidade Mística**”. Alguns autores (VASCONCELOS, 1978; SILVA, 2006; KERN 1995) dão conta da dimensão da cidade para além de suas representações, por assim dizer, mais concretas em termos arquitetônicos e urbanísticos, e aproximam-se de narrativas que pendem para o misticismo. Por exemplo: é muitas vezes evocado o sonho-visão do clérigo Dom João Bosco, fundador da Congregação Salesiana, que teria, numa de suas clarividências, registrado o nascimento de uma terra prometida na América Latina, entre os paralelos 15 e 20 do Globo Terrestre, mais tarde associada à Brasília.

Por outro lado, por vezes são evocadas certas coincidências entre símbolos da capital brasileira e os mistérios do Egito Antigo, que se fariam ver, inclusive, pelas posturas do presidente-fundador Juscelino Kubitschek, comparadas ao do próprio faraó Akenaton, e mesmo nas evidências físico-espaciais presentes em Brasília, como as diversas formas piramidais de edifícios espalhados pela cidade⁷.

Caracterizações espiritualistas suficientemente fortes para suscitar movimentações em setores do turismo (GAMA, 2004); análises no sentido da compreensão do papel dessas narrativas místicas, associadas a diversas outras religiosidades, para a construção das relações sociais nos espaços da capital (SIQUEIRA, 2003); e mesmo ações patrimoniais de natureza imaterial (SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DF, 2010). Desta dimensão derivou, no âmbito dos efeitos do Decreto nº 3551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de

⁷ Algumas obras de Oscar Niemeyer, como o Teatro Nacional e o Memorial JK tem seu corpo principal constituídos de troncos de pirâmides. A Ermida Dom Bosco, monumento às margens do Lago Paranoá, que nada mais é que uma pequena capela em forma piramidal. Havia inclusive uma edificação desenhada pelo arquiteto Gladson da Rocha, hoje demolida, em que o arquiteto admitia a inspiração na cultura egípcia, manifesta não apenas pelo edifício em forma piramidal como pelo projeto do estacionamento principal, cujo desenho foi inspirado no formato de uma divindade egípcia.

Natureza Imaterial, a realização, por parte da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, do Inventário Nacional de Referências Culturais do Vale do Amanhecer⁸, para o qual:

“... a categoria de lugar⁹ tornou-se o fio condutor adequado para a apreensão dos principais elementos rituais e doutrinários existentes no Vale do Amanhecer, expressos em linguagens, performances e iconografias diversas.” (GASTAL, RAMASSOTE, 2010, pág. 07)

Identificou-se, portanto, que o *locus* no qual se estruturam a liturgia e ritualística, de inspiração divina, relaciona-se com um contexto territorial, urbano e simbólico maior: Brasília, cidade nova, a Capital da Esperança, também representada como Cidade Mística. A sede que corresponde ao Vale do Amanhecer se localiza nos arredores da Região Administrativa de Planaltina, distante aproximadamente 30 quilômetros da Rodoviária do Plano Piloto (ponto onde se cruzam os dois eixos que compõe o partido urbanístico desenhado por Lucio Costa). Conta com um complexo de edificações, monumentos, estátuas, além de um pequeno lago artificial, em volta dos quais habitam a comunidade que pratica e orbita aquela singular religiosidade.

Referente a essa abordagem mística Luiz Sérgio Duarte da Silva (1997) destaca o aspecto de “salvacionismo” ao abordar como movimentos messiânicos como o de Tia Neiva, do Vale do Amanhecer, ou mesmo do fundador da Fraternidade Eclética Espiritualista Universal, Mestre Yokanan, se relacionam com a perspectiva utópica que permeou o imaginário compartilhado por milhares de retirantes, operários, candangos da construção de Brasília.

“A construção da capital catalisou o milenarismo ibérico presente na cultura brasileira (...) Yokanan e Tia Neiva são aproximáveis ao tipo social do profeta, estudado por Weber (...) Migrantes renunciantes, fundadores de movimentos messiânicos bem-sucedidos, exemplificam como ‘religião e política compartilham de uma linguagem comum e de um universo de representações simbólicas (...) esperança, utopia, sonho,

⁸ O Vale do Amanhecer é uma doutrina espiritualista fundada em 1959 por Neiva Chaves Zelaya, que participou da construção de Brasília como motorista de caminhões. Religião tipicamente brasiliense, tem seu “Templo-Mãe” erigido nas proximidades de Planaltina, Região Administrativa do Distrito Federal agrega elementos conjugados de expressões de religiosidades diversas, egressos do Cristianismo, Budismo, do Hinduísmo, da Umbanda, associados com princípios da Astrologia.

⁹ A exemplo do patrimônio material, organizado pelo Decreto-lei nº 25/1937, foram instituídos pelo Decreto nº 3551/2000 quatro Livros de Registro, a saber: I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

centro, céu, elevação, que levam a razão política do progresso e do desenvolvimento até a dimensão do mito e das profecias¹⁰.” (SILVA, 1997)

Como indica o autor, a inspiração mística, cuja iluminação espiritual não se subtrai de uma análise sócio-histórica, relaciona-se com as construções de Brasília: aquelas de concreto e aço sobre o chão vermelho do cerrado, e ainda outras, porquanto erigidas no plano simbólico. Egressas de uma perspectiva que emergiu do momento singular da construção, identificado com esperança de uma vida melhor e expectativas de uma nova nação, constituem-se como elementos identitários para uma parcela da comunidade brasiliense.

Outra dimensão que poderia ser explorada refere-se à “**Brasília: a Capital do Rock**”. Este epíteto foi cunhado na década de 1980, tendo em vista que a jovem capital foi celeiro de importantes bandas da cena musical pop-rock brasileira. Bandas como Capital Inicial, Paralamas do Sucesso e Legião Urbana têm suas histórias relacionadas à jovem capital em formação, seja do ponto de vista da formação dos grupos ou mesmo ao universo narrativo de suas composições (MARCHETTI, 2001).

Nesse cenário, a juventude local conectou suas referências culturais às expressões musicais e de comportamento estrangeiros, como o punk-rock, tendo em vista as relações sociais que jovens candangos estabeleciam com filhos de funcionários de embaixadas, de professores “de fora” convidados pela Universidade de Brasília, e mesmo políticos de todas as categorias que vinham de outros estados.

O alcance da expressão “capital do Rock” não esgota ou delimita a identidade candanga, sequer tem essa pretensão: é uma dimensão, por assim dizer, que se refere tanto a condições de produção de sentidos engendrados nas vivências cotidianas da capital como atribuídos por outros atores sociais de comunidades externas ao contexto de Brasília.

Mas é curioso, como revela Domingos (2005), que as construções identitárias dessa juventude em sua relação com um *locus* determinado ora se contrapõe ora se complementam à visão de que a Capital da República encerraria apenas uma outra identificação: a de um espaço de encenações políticas e burocráticas. A vertente identitária “do Rock” comportaria a expressão de contestação – própria da temática roqueira – ao cenário político com verdadeiras “paisagens sonoras” presentes nas letras de músicas como “Música Urbana” (Legião Urbana) e “Brasília” (Plebe Rude), sem desgarrar da temática política e do contato com essa referência.

¹⁰ O autor faz referência à dissertação “Cultos de possessão no Distrito Federal”, de Marcos Silva da Silveira, 1994, pág. 177.

Enfim, mesmo considerando a importância da “Brasília Mística” para compreender um quadro de referências culturais próprios de Brasília, ou mesmo a presença de manifestações artísticas do cenário musical da “Capital do Rock” e sua relação com a identidade da cidade – certamente não exclusivas, mas de forte apropriação –, tais dimensões passaram ao largo dos discursos patrimoniais estudados até 1990, mas constituem dimensões que se incluem no campo de possibilidades comentado acima, e do qual depreendo que a patrimonialização implica seleção, definição e escolha de elementos num rol de alternativas.

Para o caso do presente estudo, buscarei apresentar os modos diversos de proposição de objetos, as justificativas para a seleção desses elementos, as razões pelas quais se deu a escolha definitiva do efetivo tombamento de Brasília, para, enfim, problematizar a formulação do arquiteto Ítalo Campofiorito – que propôs a definição do objeto, sua composição físico-espacial, e a preservação das escalas urbanísticas que “traduziriam” a concepção urbana da cidade. Tal formulação será trabalhada como uma perspectiva apenas e não como cânone, o que me permitirá questionar a pertinência da delimitação e método de preservação até então consagrados.

Em suma, ficam aqui indicadas algumas das chaves para compreensão dos argumentos, enquadramento de questões e justificativa da organização dos três capítulos da presente dissertação. No que se refere à estratégia de inscrição no Livro de Tombo Histórico bem como a caracterização da jovem cidade como “paisagem urbana do movimento moderno do século XX”, me proponho a analisar as narrativas e representações de Brasília. No que se refere à “mutação” da cidade e da relação entre seu desenvolvimento, suas representações e as retóricas de ameaça, me proponho a analisar etapas que deem a ver o modo como essas relações se apresentaram ao longo do tempo. Já no que se refere às suas múltiplas propostas de preservação e às características presentes na formulação consagrada, me proponho, como já apontei, a estudá-las em sua heterogeneidade, observando detidamente os processos específicos de sua patrimonialização, que resultaram na poligonal tombada e nas considerações de suas escalas urbanísticas.

ii. Da organização e composição dos capítulos.

Do Capítulo I

Destaco três narrativas bastante associadas à Brasília e que dão sentido a vários discursos sobre a capital, sobretudo os discursos patrimoniais: uma que diz respeito à sua suposta “pré-existência”; outra que focaliza seu surgimento como uma aventura de contornos

heroicos, ou a “epopeia da construção”; outra ainda que aborda Brasília como “a cidade que melhor representa os preceitos modernos em arquitetura e urbanismo”.

O estudo dessas narrativas, que alimentam em grande parte as mais comuns representações de Brasília, desponta com uma dupla utilidade: a primeira, no sentido de uma melhor compreensão do objeto que fora reconhecido como patrimônio cultural, se fazendo necessária uma abordagem atenta de como se construíram as representações, permitindo compreender seu alcance, questionar seus limites, a fim de elaborar para eles uma crítica. Segundo, porquanto tenha informado os principais discursos patrimonialistas. Seja como justificativa para ações de preservação, seja como atributos valorativos, foram de tal maneira reiterados que, por vezes, foram compartilhados entre grupos aparentemente antagônicos.

O primeiro tópico aborda o modo como as “ideias mudancistas” ou de transposição da capital do Rio de Janeiro para o interior do Brasil Central foram apropriadas em discursos historiográficos ainda hoje ressonantes. Tais questões serão abordadas no sentido de revelar o modo como elas foram apropriadas e utilizadas no bojo das decisões políticas do governo de Juscelino Kubitschek, no sentido da criação do que o historiador Eric Hobsbawm (1984) define como invenção de tradições:

“Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. Exemplo notável é a escolha deliberada de um estilo gótico quando da reconstrução da sede do Parlamento britânico no século XIX, assim como a decisão igualmente deliberada, após a II Guerra, de reconstruir o prédio da Câmara partindo exatamente do mesmo plano básico anterior.” (HOBBAWM, 1984, pág. 10)

No caso em comento, elaborou-se um conjunto discursivo, grande parte dele originado dos próprios órgãos governamentais sob JK, que deslocam para o século XIX o início da história de Brasília, tornando-a não um empreendimento pessoal do político mineiro, mas uma aspiração ancestral, expressão da vontade de toda a nação. Assim, uma diversidade notável de proposições com vieses não apenas diferentes como, algumas vezes, inconciliáveis, serão costurados numa trama discursiva que tende ao fortalecimento de uma tradição inventada, tanto política quanto territorial, de modo que JK pudesse associar a construção de Brasília a um ato de obediência a uma disposição superior, firme e precisa, registrada, inclusive, em diversas Constituições Nacionais.

Atores políticos como José Bonifácio de Andrada, o “Patrono da Independência”; personalidades históricas como Hipólito José da Costa, o “Pai da Imprensa Nacional”; Adolpho

Varnhagen, o “Visconde de Porto Seguro”, diplomata e estudioso dos sertões brasileiros, e ainda personagens com trágicos destinos, como os inconfidentes de Minas Gerais, são amalgamados junto aos discursos de defesa nacional, demanda militarista de proteção da capital da República que se veria fragilizada em localização litorânea, bem como aos discursos em prol da integração nacional, ocupação e desenvolvimento dos rincões brasileiros, como a “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas. Todos eles costurados numa narrativa totalizante, uma tradição pretensamente coesa que teve grande apelo tanto para as justificativas para a enorme empreitada da construção de Brasília, como dos entendimentos subsequentes que se fizeram da cidade visando explicá-la, porquanto fosse uma capital singular e inovadora.

No segundo tópico, abordarei o modo como as narrativas referentes à construção de Brasília foram estabelecidas e utilizadas para aplinar um campo de tensões sociais, políticas e econômicas, narrando tal cenário enquanto uma aventura, uma verdadeira epopeia moderna. Eventos que serão aqui estudados a partir de seus personagens (seja o herói central personificado, o próprio presidente JK, sejam os anônimos obreiros da “aventura”, trabalhadores da construção civil, os candangos), e da análise do cenário (a cidade sendo construída no “ermo”, *ex nihilo*, evento de grande complexidade que agregou interesses os mais diversos).

Aqui buscarei problematizar a construção dessas narrativas e mesmo as críticas elaboradas a respeito da suposta epopeia: o papel de Juscelino Kubitschek como timoneiro de uma grande realização, revelando o posicionamento da cidade como “meta-síntese”¹¹ de seu plano de governo, em que não apenas se inscrevem interesses políticos e econômicos diversos e por vezes antagônicos, mas compõem um cenário de grande expectativa de modernização nacional, tanto no plano econômico como na própria autorrepresentação do país, com a chegada tão sonhada de um futuro agora visto como uma possibilidade real, palpável. Em outro polo, o trabalhador narrado como também herói da epopeia, oscilando seu papel enquanto partícipe aventureiro e o trabalhador explorado.

No terceiro tópico, serão problematizadas narrativas que localizam a construção da capital no contexto problemático das realizações urbanas após a Segunda Grande Guerra: a

¹¹ Com o *slogan* “50 anos em 5”, Juscelino Kubitschek engendrou um sistema de planejamento de ações governamentais (seu plano de metas) visando, na ótica do Desenvolvimentismo, a superação rápida da condição de “atraso” brasileiro, entendido como o sistema político, de produção econômica e mesmo de costumes atrelados ao ambiente rural e às estruturas arcaicas, egressas ainda do sistema colonial. Em contraposição, propunha um grande salto rumo a um futuro moderno, de intensa urbanização e industrialização, em que o Brasil integraria, em pé de igualdade, o concerto internacional das grandes nações mundiais. Ver, por exemplo, Márcio de Oliveira (2005), Vânia Losada Moreira (1998).

Europa em processo de reconstrução ao passo que experiências urbanas de grande vulto em nações ditas periféricas serão observadas: Chandigarh, na Índia, e Brasília são as grandes expressões desse processo. Entretanto, é necessário observar que, se em meados do século XX os postulados dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) são recuperados nos casos brasileiro¹² e indiano, no panorama internacional já se elaborava consistente crítica e até superação de seus modelos (GORELIK, 2005). É nesse cenário em que é construída a cidade que melhor os sintetizaria e representaria a urbanística dos CIAMs. Uma perspectiva que será problematizada.

Assim, buscarei dialogar com um quadro amplo de referências de modo a desconstruir a noção de que haveria uma correção direta que encerrasse o projeto de Brasília somente aos postulados de Le Corbusier. Indicarei leituras que abordam sua filiação ao movimento modernista, mas também apresentarei particularidades que distinguem a cidade no contexto das realizações urbanas internacionais, com a autonomia que marcaria Brasília enquanto um objeto cultural brasileiro, na visão, inclusive, de seu próprio “criador”, Lucio Costa.

Do Capítulo II

O segundo capítulo concentrará esforços para compreender o processo de construção de Brasília, concreta e discursivamente, ou seja, como durante e após sua construção (1960), ela foi diversas vezes justificada, explicada (como obra de arte, como obra singular do urbanismo modernista, como epopeia da construção pelas mãos dos candangos) às vezes elogiada, às vezes detratada, por especialistas, pela imprensa, por intelectuais (arquitetos do patrimônio, nacionais e internacionais).

Desde o concurso nacional promovido para a escolha da nova capital, inserido no universo dos discursos de modernidade, agenciados em decorrência das políticas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek, a cidade “construída no meio do nada” teve de enfrentar um desafio de concentrar sobre si a simbologia da *civitas*, da capital definitiva, símbolo e abrigo dos poderes constituídos, mas que demonstrasse para o Brasil e para o mundo uma marca de pujança e realização brasileiras.

A obra deveria ser lida como resultante de um esforço de dimensões nacionais. Afinal, era a capital de toda a comunidade nacional, diferenciada (em escalas e proporções, físicas e

¹² Com relação a este aspecto, vale destacar que a grande maioria dos projetos que concorreram com o Lucio Costa para a construção da Nova Capital “...resultaram da eleição de programas urbanos bastante semelhantes e da elaboração dos conceitos urbanísticos modernos” (BRAGA, 2010, pág. 36) indicando a relevante influência dos paradigmas urbanísticos dos CIAM nesse contexto.

simbólicas) de outras cidades brasileiras como Goiânia e Belo Horizonte, cidades planejadas com semelhanças no que diz respeito a expectativas de modernização e desenvolvimento, mas de contextos regionais. E tal esforço não se esgota na inauguração: até seu tombamento – e por que não dizer ainda hoje? –, ela é objeto de questionamentos e indagações.

Neste sentido, três eventos podem ser significativos para compreender o processo de construção de sentidos e que dão a ver o desenvolvimento da cidade, das interpretações da cidade, da reelaboração constante de sua identidade e de sua posição que oscilou entre a empatia e a antipatia, seja para com seus comentadores, seja na posição de antagonismo para com as cidades-satélites, descrevendo uma tensão que se fez ver com os momentos políticos nos quais tais eventos estiveram inseridos.

Assim, os anais dos três eventos serão analisados, como repositórios de leituras, interpretações e representações de Brasília, cambiantes no tempo: o Congresso Extraordinário Internacional de Críticos de Arte¹³, de 1959 (que trouxe especialista de várias partes do mundo para o canteiro de obras da construção da capital); o I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília¹⁴, em 1973 (realizado no Senado Federal e que contou ainda com a participação de seu criador, Lúcio Costa); e o Simpósio Brasília: concepção, realidade e destino¹⁵, de 1985 (do qual participaram profissionais e políticos engajados nas propostas de patrimonialização de Brasília).

Além desses eventos particularmente abordados, serão apresentados, quando pertinente, estudos realizados e artigos de jornais, entremeados na análise das organizações administrativas e das normatizações que compunham o cenário de construção e desenvolvimento urbano de

¹³ Realizado entre 17 e 25 de setembro de 1959, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, compôs-se de oito sessões: 1. A Cidade Nova; 2. Urbanismo; 3. Técnicas e Expressividade; 4. Arquitetura; 5. Artes Plásticas; 6. Artes Industriais; 7. Arte e Educação; 8. A Situação das Artes na Cidade.

¹⁴ Realizado entre 5 a 21 de agosto de 1974, nas dependências do Senado Federal em Brasília, compôs-se de 5 conferências e 3 Painéis de debates. Conferências: 1. Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília; 2. Distrito Federal – o governo e a comunidade; 3. Humanização das Cidades; 4. A formação de recursos humanos para o planejamento urbano; 5. Brasília – uma realidade urbanística e administrativa do país. Painéis: 1. Brasília – confronto entre o planejamento urbano original e a realidade hoje: perspectivas para o futuro; 2. Brasília – institucionalização do planejamento urbano como processo e adequação do Plano-Piloto original à realizada em evolução; 3. Brasília – problemas sociais e econômicos da cidade no confronto com suas funções básicas.

¹⁵ Realizado entre 20 a 24 de outubro de 1986, no auditório do Ministério das Relações Exteriores, compôs-se de 8 painéis 14 conferências. Painéis: 1. Concepção original, propósitos permanentes e realidade urbana; 2. Poder de atração e o impacto migratório; 3. Adequação da estrutura urbana e as funções institucionais; 4. Fatores físicos, sociais e econômicos condicionantes do porte urbano; 5. Implicações de uma política nacional de desenvolvimento urbano; 6. Recursos financeiros e os serviços urbanos; 7. A cidade e a representação política; 8. A cidade e a Constituinte. Conferências: 1. Desenvolvimento pontual e desenvolvimento regional; 2. Disparidades regionais envolventes; 3. Infraestrutura urbana e crescimento populacional; 4. Planejamento Setorial e regional; 5. Ordem jurídica e gestão da área urbana; 6. Saneamento básico e transporte; 7. Habitação e assistência social; 8. Origem e causas das correntes migratórias; 9. Estímulo ao desenvolvimento regional; 10. Ampliação das fontes de recursos; 11. Tributação; 12. As cidades e os partidos políticos; 13. A cidade e os movimentos populares; 14. As esferas de governo e a organização do espaço.

Brasília, associados aos discursos de preservação da cidade em eterna incompletude, a retórica da ameaça constante, e a necessidade crescente de um planejamento que colocou em cheque o plano original de construção.

Do Capítulo III

Trabalharei aqui, de maneira concentrada, as ações e proposições referentes à **preservação e patrimonialização** de Brasília. Destaco que se tratam de coisas diferentes, posto que o sentido, para Brasília, de sua preservação, relacionou-se, em momentos distintos, tanto à consagração de um projeto político, com Juscelino Kubitschek, quanto de uma utopia urbanística e social, com o plano-piloto de Lucio Costa, passando por uma diversidade de outros entendimentos não necessariamente relacionados entre si, mas que, por alguma razão, se sensibilizaram com a capital, como se ela estivesse sob constante ameaça. Em outra perspectiva, comparecem discursos de patrimonialização, com leituras do conteúdo cultural da cidade associados aos instrumentos de preservação do patrimônio cultural, brasileiro e local, seja pelo consagrado instituto jurídico do tombamento, seja pela proposta de novos instrumentos.

Certamente, não se tratam de categorias estanques, apartadas uma da outra, em oposição ou distanciamento. Por vezes se interpenetram, por vezes, se associam com outras questões como a de suprir a carência da cidade de um sistema de planejamento, dirimir problemas urbanos e desigualdades sociais, emplacar agendas políticas ou mesmo preparar o terreno para a emancipação política do Governo do Distrito Federal. Enfim, o estudo dessas heterogêneas proposições me permitirá reforçar a ideia de que os processos de atribuição de valores culturais, definição de objetos de interesse da preservação e os discursos a eles associados são fatos sociais (MENESES, 1992) que se relacionam com as condições de produção de sentidos socioculturais e um quadro diverso de representações e apropriações desses objetos de interesse. No caso, um objeto um tanto complexo: uma cidade com enorme carga simbólica a ela vinculada, a capital da República, Brasília.

No primeiro tópico, apresentarei um inventário de proposições desde a solicitação de Juscelino Kubitschek para o tombamento de Brasília, feito para Rodrigo Mello Franco de Andrade, passando pela tramitação de proposta de criação de um organismo local de preservação no Congresso Nacional e pelo contexto de criação da Lei San Tiago Dantas¹⁶, chegando à atuação de Aloísio Magalhães, que vislumbrou um “tombamento projetivo” antes da criação do GT-Brasília.

¹⁶ Dispõe sobre a organização administrativa da Nova Capital Federal.

No segundo tópico, esmiuçarei as propostas de patrimonialização de Brasília privilegiando a mais extensa e ousada – na melhor acepção do termo – iniciativa de estudo do patrimônio da cidade, o GT-Brasília, criado em 1981 e tendo encerrando suas atividades no final da década de 1980. Após ter, por um lado, malogrado na criação de um sistema de preservação e planejamento para a cidade, por outro, logrou êxito ao subsidiar a candidatura de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade junto à Unesco. Abordarei também como, no bojo do processo de redemocratização após a ditadura militar, a entrada em cena do governador José Aparecido de Oliveira muda os rumos do grupo e inscreve sua perspectiva patrimonial em conjunto com sua agenda de governo que incluía também a emancipação política do Distrito Federal.

Por fim, no último tópico, envidarei esforços na compreensão, em pormenores, do objeto cultural protegido, resultante das construções simbólicas, das representações, das condicionantes políticas e do cenário social: a “maior poligonal tombada do mundo”, protegida a partir da “preservação das escalas urbanísticas”, engendrada pela proposta do arquiteto Ítalo Campofiorito que, num primeiro momento, apresentara uma minuta de decreto para o governador José Aparecido e que, três anos depois, consagra a própria criação, já na condição de chefe do órgão federal de preservação. Buscarei uma compreensão profunda desse complexo objeto patrimonial a partir da documentação, ou seja, não procurarei trazer para o texto, pura e simplesmente, os fatos ao que os documentos dizem respeito, mas buscarei problematizar as ações sociais a eles relacionados e, a partir daí, seus limites conceituais, sua delimitação, e sua “inovadora” forma de preservação das escalas, de modo a revelar o objeto patrimonial no “fato social” de atribuição de valores culturais.

iii. Anotações sobre documentos, pesquisa e métodos.

Aparte o programa do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural-IPHAN ter um caráter eminentemente interdisciplinar, a presente dissertação é assumidamente um trabalho historiográfico. Afinal, em conjunto com a bibliografia, trabalharei com documentos do passado para produzir minha narrativa no presente, e nesse sentido, é preciso esclarecer sobre a pesquisa, seleção e modo de abordar o *corpus* documental. E com uma temática tão ampla, o primeiro desafio foi organizar um arranjo para as fontes que me permitissem uma compreensão dos eventos estudados no recorte espaço-temporal pretendido, ao que me deparo com um intrigante testemunho.

Em ofício encaminhado à Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, em maio de 2008, o arquiteto José Carlos Córdova Coutinho, então à frente da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal-DePHA-DF, afirma que:

“Após várias consultas aos arquivos e aos gestores patrimoniais que me antecederam, concluo que esse processo [o de tombamento de Brasília em nível local], tal como entendemos hoje, não existe (...) Este rápido resumo [atuação do GT-Brasília, a edição do Decreto nº 10.829 e a inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco] dos fatos principais (...) leva-nos a crer que não foi montado um processo, como teríamos hoje. As decisões eram tomadas rapidamente de forma pessoal, política e, às vezes, arbitrária, partindo do Gabinete do Governador, que se empenhava diretamente em seus trâmites.”¹⁷

De saída, a indicação de que um levantamento robusto e trabalhoso deveria ser realizado para compreender uma das iniciativas mais importantes no sentido da patrimonialização de Brasília. A ausência de um processo organizado, montado nos moldes que são exigidos na Administração Pública atual, apontavam para uma dispersão de informações. Mesmo o GT-Brasília, que realizou a mais longa e sistemática organização, análise e proposição do patrimônio cultural do Distrito Federal ao longo de quase uma década de atividades, não tinha um fundo com a totalidade de seus documentos, e foi de seus trabalhos que parti para investigar todos os demais.

Primeiramente, no arquivo da própria Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, que possuía a maior concentração de documentos a respeito das ações do GT-Brasília. Entretanto, a documentação encontrava-se dispersa, haja vista que não havia formalizada ainda uma unidade afeta somente ao Distrito Federal antes da década de 1990¹⁸. A documentação anterior ao tombamento federal de Brasília foi, então, sistematicamente investigada, o que me permitiu localizar informações que extrapolavam a atuação do GT-Brasília, e que não haviam sido consideradas pela bibliografia consultada.

Ampliei a pesquisa para o Arquivo Público do Distrito Federal, o Arquivo Central do IPHAN, seções Brasília e Rio de Janeiro, consultas ao Centro de Documentação e Pesquisa-CEDOC da Universidade de Brasília, ao Arquivo do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como acervos digitalizados com consulta *on line*¹⁹. O resultado dessa busca

¹⁷ Ofício nº 021/2008-DePHA/SC/GDF, de 05 de maio de 2008.

¹⁸ Hoje organizada como uma Superintendência Estadual com atuação circunscrita ao território do Distrito Federal, esteve, outrora, atrelada a uma organização regional que abarcava os estados do Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

¹⁹ Um grande volume de documentos de Lucio Costa, desde sua atuação profissional até correspondências pessoais, podem ser consultadas em: <<http://www.jobim.org/lucio/>>. Uma vasta documentação referente a processos tramitados no âmbito das casas legislativas pode ser consultada em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/9>>.

extensa me permitiu agregar um quantitativo de informações bastante amplo, mas que poderia se mostrar estéril, dado o volume e diversidade. Era preciso saber para onde olhar.

Então, numa segunda etapa, realizei consulta a acervos jornalísticos, de modo que pudesse ter uma dimensão das condições de produção sociais, políticas e culturais dessa documentação. Nesse sentido, me foi útil o acervo de recortes selecionados (clipping) do arquivo da própria Superintendência do IPHAN-DF, bem como os sistemas de busca do Centro de Documentação-CEDOC do jornal Correio Braziliense, acervo selecionado pelo fato de que sua existência coincide com a da própria capital²⁰. Realizei buscas com palavras-chave referentes a personagens, eventos e conceitos relativos ao escopo da dissertação, o que me revelou uma surpreendente riqueza de informações e me permitiu selecionar recortes pontuais dentre a miríade de documentos localizados.

Entretanto, para os eventos observados ao longo da década de 1980, referentes às ações que, de fato, lograram implementar medidas de preservação à Brasília, seja quanto à atuação do GT-Brasília, seja quanto às decisões tomadas no gabinete do governador José Aparecido, sejam ainda referentes ao processo de tombamento federal²¹, havia ainda um conjunto de fontes a compor o quadro geral: os depoimentos orais. Ao todo, realizei seis entrevistas presenciais²² e mais duas por correspondência eletrônica²³.

À exceção das entrevistas por e-mail que, dada a sua natureza, foram realizadas com perguntas direcionadas, as demais foram realizadas de modo a permitir ao depoente se pronunciar livremente sobre as questões que testemunhou, perfazendo, no que tange à essa dissertação, um diálogo com o que fora previamente levantado, o que me oportunizou elaborar o direcionamento final para minha narrativa, bem como o modo de abordar a documentação, minhas questões e temas. Alerto, nesse sentido, que para a análise frontal das questões por mim levantadas ao longo da dissertação, optei por direcionar meu olhar e questionamentos às fontes documentais textuais, e não orais²⁴.

²⁰ A primeira edição do Jornal Correio Braziliense data de 21 de abril de 1960, dia da inauguração de Brasília. Aliás, o próprio nome do jornal, grifado com “Z”, é uma referência ao primeiro periódico considerado de conteúdo nacional, ainda que editado em Londres: o Correio Braziliense, de Hipólito José da Costa.

²¹ Este sim organizado em processo administrativo, com seus documentos organizados e agregados em dois volumes. Processo IPHAN nº 1.305-T-90.

²² Os arquitetos Ítalo Campofiorito (Rio de Janeiro), Briane Panitz Bicca (Porto Alegre), Maria Elaine Kohlsdorf, José Carlos Coutinho, Márcio Vianna, Yeda Barbosa (Brasília).

²³ Os arquitetos Ângelo Oswaldo e Maria Elisa Costa.

²⁴ Acerca disso, um outro ponto a acrescentar diz respeito à natureza do programa de mestrado ao qual me relaciono. Parte das obrigações para a obtenção do título de mestre se referem à elaboração de produtos que estejam relacionados, mas que não façam parte do corpo da dissertação. Assim, dois de meus produtos dizem respeito a análises das entrevistas desgravadas dos arquitetos Ítalo Campofiorito e Briane Bicca, que, além de agora compor o acervo do IPHAN juntamente com as demais entrevistas, deverão ser incorporadas em abordagens futuras, como artigos e outros trabalhos. A esse respeito, está em fase de desenvolvimento na Superintendência do IPHAN a

Há algumas razões para ter assim procedido a respeito das quais teço alguns comentários: inicialmente, minha motivação quanto aos depoimentos orais não se concentra em buscar uma verdade nos bastidores, nem tampouco por acreditar que haja primazia de uma fonte sobre outra. Assim, creio tão legítimas as fontes orais, cuja elaboração, enquanto memória, se dão “no presente e para responder a solicitações do presente” (MENESES, 1992), quanto os documentos históricos materializados em qualquer suporte, e aqui analisados “a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita” (KARNAL, TATSCH, 2009).

Minha opção foi a de utilizar, na presente dissertação, os depoimentos como guias que indicassem um eixo narrativo prévio à minha própria narração, uma sequência dos acontecimentos que a mim se apresentavam dispersos, e me auxiliassem nas interpretações no sentido de ampliar as possibilidades analíticas. Do diálogo travado e da análise do material recolhido das entrevistas, pude elaborar dois dos principais eixos de análise da presente dissertação: primeiramente, o de ampliar minha investigação para as iniciativas anteriores aos eventos da década de 1980. Em segundo lugar, o de analisar o período mais importante de elaboração dos discursos patrimoniais não como o embate entre dois polos antagônicos, como se apresenta mais fortemente na bibliografia consultada (um relacionado ao GT-Brasília, outro correspondente aos atores políticos e técnicos que compuseram o Decreto nº 10.829/87), mas observá-lo como um momento de disputas mais complexo, onde outros elementos sobrevêm, como dificuldades de ordem técnica, prazos exíguos, distensão entre a proposição urbanística e a linguagem jurídica, a agenda política entremeada com estudo técnicos etc.

De qualquer modo, não foi também objetivo confrontar as informações, seja entre os depoentes ou destes ante os documentos oficiais ou jornalísticos, no sentido de “tirar a prova dos nove”. Assim, com alguma expectativa de ineditismo²⁵, libero os entrevistados de qualquer responsabilidade sobre as páginas que se seguem, e assumo como integralmente como minhas as responsabilidades sobre as interpretações dos textos e contextos e demais elucubrações supervenientes.

Dito isso, destaco que realizei a interpretação das fontes históricas com o objetivo de realizar uma narrativa no presente, reforçando a ideia de que no lugar de abordar as condições

proposta de publicação dessas entrevistas, ou mesmo, partindo delas, de conversas futuras com os profissionais que fizeram parte do GT-Brasília.

²⁵ Destaco que o uso de depoimentos orais foi expediente largamente utilizado numa das principais referências de estudos sobre a patrimonialização de Brasília e sua subsequente gestão enquanto patrimônio cultural urbano. Ver: RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2005.

de verossimilhança dos documentos, que porventura ensejariam um discurso de verdade sobre o passado – expediente já superado no âmbito da disciplina historiográfica –, o que se faz relevante é a própria análise dos documentos que ora se opera, e, assim, identificar o modo “uma dada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16).

Mesmo os documentos oficiais que, em seu tempo, por força de trâmites jurídico-administrativos, em tese produziram seus efeitos correspondentes, serão tratados como elementos de onde tentarei depreender e questionar as representações neles presentes, seja quanto aos eventos, aos atores sociais, às tomadas de decisões correlacionadas. Imaginando poder operar com os códigos aos documentos associados buscarei vislumbrar as condições de produção de sentidos culturais para, enfim, compreender o modo como essa trama de discursos e representações engendrou a preservação de Brasília enquanto patrimônio cultural.

1. Capítulo I – Entre origens, epopeias e modernidades: histórias a construir Brasília.

“Como nasceu Brasília? A resposta é simples. Como todas as grandes iniciativas, surgiu quase de um nada. A ideia da interiorização da capital do país era antiga, remontando à época da Inconfidência Mineira. A partir daí viera rolando através **das diferentes fases da nossa História: o fim da era colonial, os dois reinados e os sessenta e seis anos de República até 1955.** [...] Coube a mim levar a efeito a audaciosa tarefa” (KUBITSCHKEK, 1975, pág. 7, grifo meu)

No presente capítulo envidarei esforços para conhecer os contornos das principais narrativas sobre Brasília, a saber: as que dizem respeito a uma suposta pré-existência histórica; a história de sua construção enquanto epopeia; seus atributos que a ligam ao movimento moderno, nacional e internacional. Buscarei esmiuçar ampla bibliografia para identificar, ao fim e ao cabo, como tais narrativa repercutiram documentos, discursos e normativas patrimoniais.

Será uma abordagem para conhecer a cidade a partir de suas histórias e das representações a elas associadas. Uma história rica em eventos paralelos, conflitantes, entrelaçados; personagens dramáticos e heroicos; no cenário de um Planalto Central aparentemente desabitado, supostamente uma página em branco onde se inscreveria uma nova etapa da história nacional. Uma trama sobre a qual Juscelino Kubitschek aventou ter primazia enquanto escriba da história, como depreendo do trecho em epígrafe.

Demiurgo do próprio feito, Kubitschek pareceu buscar a fundação não apenas da cidade, mas de um discurso sobre a história da cidade, desde sua construção e além, retrocedendo ao período colonial para descrever uma sequência de etapas que culminaria com a realização inevitável: Brasília.

Brasilmar Nunes (2004), ao refletir sobre o que seria um “discurso fundador” da nova capital e que marcará as representações da cidade, observa que,

“Por se tratar de área projetada, com funções predefinidas, as perspectivas originais que motivaram ou justificaram sua construção podem ser consideradas como um dos elementos principais da compreensão de sua evolução” (idem, pág. 79)

Ainda que não venha, aqui, a trabalhar com a noção de evolução, ao menos não num sentido de gradação progressiva, direcionada a um suposto aprimoramento, aponto desde já o sucesso dessa formulação para a compreensão que se elaborou sobre a cidade. Ou seja, as “perspectivas originais” foram recorrentemente acionadas para explicar sua singularidade. De certa forma, os entendimentos sobre Brasília se referenciam à aparente idolatria de sua origem,

sobre o que Marc Bloch (2001) nos oferece úteis reflexões. O que poderíamos entender, em termos históricos, por “Origem”?

“**Significa simplesmente começo?** Isso seria quase claro. Com a ressalva, entretanto, de que, para a maioria das realidades históricas, a própria noção desse ponto inicial permanece singularmente fugaz. (...) **Será que, ao contrário, por origens entende-se as causas?** Então não haveria mais outras dificuldades a não ser aquelas que, constantemente e sem dúvida mais ainda nas ciências do homem, são por natureza inerentes às investigações causais. Mas entre os dois sentidos frequentemente se constitui uma contaminação tão temível que não é em geral muito claramente sentida. **Para o vocabulário corrente, as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambiguidade; aí mora o perigo.**” (idem, págs. 56-57) [Grifos meus]

Buscando me esquivar do perigo mencionado, informo que as narrativas ora trabalhadas serão questionadas, justamente, nos usos e apropriações que visam explicar ou mesmo justificar. A suposta pré-existência de Brasília serviu para justificar a construção e, mais tarde, recuperada para dar sentido ao seu tombamento. A epopeia e os personagens a eles associados, como os candangos, ensejaram revisões da história local para a proposição de alargamento de objetos patrimoniais. A evocação de modernidade no projeto “original” urbanístico seria mais tarde apropriada para discursos de valorização.

Assim, mais que propor uma mera circularidade de eventos, ou mesmo relações de causa e efeito – os começos que explicam – num esforço de conciliar o entendimento de Nunes e Bloch, compreendo ser pertinente, neste ponto da dissertação, problematizar todas essas questões que são a base das representações da cidade. Buscar interrogar seus momentos de construção de modo a melhor compreender como se deram as estratégias de construção de sentidos subsequentes. Buscar questionar os limites de sua formulação e o modo como eles alimentaram e informaram políticas públicas que alteraram ou assentaram a morfologia da capital.

Subsidiariamente, importa indicar que esses construtos históricos, plenos de significados, o são a partir de discursos que dão a eles legitimidade e, em razão disso, por vezes apresentados como propriedades intrínsecas, imanentes, próprias e indissociáveis à natureza de determinado objeto. Guardarei a expectativa de que tal perspectiva reste desconstruída ao final do presente trabalho.

1.1. A “invenção” de uma capital ou a problematização da “pré-existência” de Brasília.

“Uma imagem da propaganda governamental divulgada em toda a imprensa naquele mês de abril apresentava um **livro de história do Brasil aberto numa página em**

branco, marcando o início de um novo capítulo e, nela, uma pena de ganso escrevia: ‘21 de abril de 1960’. Parecia que Juscelino havia assimilado perfeitamente essa visão, muito em voga nos anos 1950, que apresentava a história do Brasil como uma sucessão de ciclos (...) **A inauguração de Brasília marcou, assim, a abertura de um novo ciclo.**” (VIDAL, 2012, pág. 119, grifo meu)

A imagem trazida por Laurent Vidal (2012) é plena se significados. Recorre a uma aparente sutileza para passar uma mensagem forte: um livro de história em branco e o ato “fundador” de nele escrever um futuro para o país, doravante, aberto ao seu destino, manifestado no ciclo que se iniciava. Note-se: a emergência de um tempo que está entre o pretérito registro, a página virada, e a notícia do presente, que não estaria ao sabor de acontecimentos aleatórios – havia uma empunhadura para aquela pena e não seria outra que não a do presidente do Brasil.

Entretanto, essa mesma mão que conduziria o destino, o faria não por obra do capricho ou de uma sanha pessoal de marcar, nesse mesmo livro, um nome perene nas narrativas nacionais, como nos indica, aliás, o texto na epígrafe deste capítulo. O próprio Juscelino Kubitschek buscou trabalhar com a ideia de que teria cabido a ele uma tarefa que o precedia, porquanto estivesse inscrita desde tempos imemoriais como uma inevitabilidade histórica ou seja, desde “o fim da era colonial, [passando pelos] os dois reinados e os sessenta e seis anos de República até 1955”.

Numa visada panorâmica, essa cadeia de acontecimentos que vem estruturada desde o Século XVIII, perfaz um conjunto de fatos, eventos e personagens que ora são acrescentados ou subtraídos a depender de como o tema é tratado e por qual ator político ou social. Nesse sentido indico, em linhas gerais, as referências mais comuns: os Inconfidentes Mineiros, que, em seu embate com a Coroa Portuguesa, chegaram a postular a transferência da capital do país para o interior, em algum lugar nas Gerais; Hipólito José da Costa, considerado “Patrono da Imprensa Brasileira”, que, exilado na capital inglesa, publicava argumentos no jornal *Correio Braziliense* sobre a necessidade de tirar a capital do litoral; o “Patriarca da Independência”, José Bonifácio de Andrada”, cuja aspiração de um país emancipado de Portugal passava pela questão de uma nova capital, instalada n’algum lugar no interior do Brasil. Mais tarde um pouco, em meados do Século XIX, Francisco Adolfo de Varnhagem, o “Visconde de Porto Seguro”, historiador e diplomata, concluiu em meio a seus estudos e viagens ao Brasil Central que a questão da mudança da capital traria benefícios ao país que buscava consolidar suas fronteiras, e a interiorização resultaria numa maior integração; em período semelhante, registra-se os sonhos

do padre italiano Dom Bosco, que numa visão onírica vislumbrou que a terra prometida, de onde correria leite e mel, seria erguida entre os paralelos 15 e 20 graus em latitude sul.

Seria mais tarde registrada na primeira constituição republicana, em 1891, a indicação de que a Capital da República deveria ser transposta para o interior do país. Disposição essa que, com algumas variações – e uma breve supressão – seria repetida nas constituições seguintes²⁶. Desse dispositivo oficial teriam derivado ações propositivas mais concretas – com a organização da Missão Cruls, a Comissão Poli Coelho e o Relatório Belcher; ou mesmo mais pontuais, como a fixação, num ponto isolado dentro do quadrilátero estipulado por Luís Cruls, de um pequeno obelisco indicando o marco da Nova Capital²⁷; ou ainda inclusos em perspectivas mais amplas, como a “Marcha para Oeste” de Getúlio Vargas. Em suma, ainda que a questão mudancista tenha sido uma evocação constante, os eventos relacionados somente se conectam na narrativa construída. E mais, construída com o objetivo de conectá-las. Dialogando ainda uma vez com Bloch (2001), teríamos a origem que explica, ou que bastaria para explicar.

Para explicar Brasília, operou-se a construção de uma narrativa a partir da seleção e apropriação de acontecimentos dispersos, difusos e diversos, para depois cerzi-los numa versão do passado orientada para fins específicos: apresentar uma justificativa para uma empreitada de grande vulto. Procedimento que estaria relacionado com a **invenção de uma tradição**. Expediente, aliás, não exclusivo do contexto brasileiro²⁸, como nos aponta Hobsbawm (1984, pág. 15):

²⁶ Na Constituição de 1891, em seu Art 3º: fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal. Além dessa conta-se, entre outorgadas e promulgadas, as constituições de: 1824, 1930, 1937, 1945, 1964 e a Constituição Cidadã, de 1988. Chamada de Constituição Polaca, devido à influência fascista em sua composição, a Constituição estadonovista de 1937 não apresenta disposição na mudança da capital.

²⁷ O monumento é, desde 1991, tombado pelo Governo do Distrito Federal (Livro de Tombo: GDF: Livro II – Edifícios e Monumentos Isolados – DePHA – GDF, folha 001, inscrição nº 003, em 18/11/91. Decreto de Tombamento nº 7.010, de 7/9/82, publicado no DODF de 8/9/8). Trata-se de um pequeno obelisco situado na Região Administrativa de Planaltina, construído em razão das comemorações do Centenário da Independência, inaugurado em 7 de setembro de 1922. “A base do marco é constituída de trinta e três pedras artificiais de concreto, lembrando os anos da República, de 1889 a 1922.” (fonte: <<http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/index.php>>. Acesso em 12 de out. de 2015).

²⁸ Aliás, sequer a questão da mudança em si da capital é exclusividade nossa, tampouco fato novo, tendo sido observados em diversos países de várias partes do globo. Para conhecer essas iniciativas, consultar: PENNA, José Osvaldo de Meira, **Quando Mudam as Capitais**. Brasília: Senado Federal, 2002. Ademais, aparentemente, não se esgotaram ainda tais motivações: Astana, capital do Cazaquistão desde 1997, é exemplo marcante. Sobre uma cidade que remonta ao século XIX (a antiga Akmolinsk) construiu-se, em uma planificação monumental, com edifícios governamentais de arquitetura marcante e carregados de simbologias referentes ao povo que as construiu, com uma grande esplanada, e com objetivos os quais giravam em torno de uma melhor ocupação de uma porção territorial até então negligenciada histórica e socialmente pelo governo central, fundou-se uma cidade com arroubos de modernidade e visionada para o futuro, para onde a capital do país foi transferida. Desnecessário seria enumerar as enormes semelhanças com Brasília. Para mais informações a este respeito consultar: KOPBAYEVA, Diana. **Is Astana a nationalistic project? The role of Kazakhstan’s new capital in development of the national**

“... muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda (Boadicéia, Vercingetórix, Armínio, o Querusco) ou pela invenção (Ossian, manuscritos medievais tchecos).”

Assim, associando a imagem da história sendo escrita, a página em branco representando ciclo que se inicia, e as etapas destacadas no discurso de JK, costura-se e alinha-se o passado para dar legitimidade ao feito e, ato contínuo, lançar esse mesmo feito no rumo do futuro inexorável. Afinal, a página em branco haveria de ser escrita, e a modernização brasileira via Desenvolvimentismo, que estaria por ser consolidado com seu plano de governo, o plano de metas, parecia ser o plano de redação de sua tese. De qualquer maneira, um uso do passado que se configurou num movimento, apesar de dinâmico, linear. Operação historiográfica cuja temporalidade é aqui considerada nos termos de Walter Benjamin (1994), ou seja, modulada num tempo “vazio e homogêneo”²⁹, porquanto destituído das nuances, diferenças e interrupções que se poderiam vislumbrar entre tantos acontecimentos.

Entretanto, no cenário político, econômico e social da década de 1950, tal cerzidura se mostrou suficientemente bem articulada e convincente, tanto que teve forte apelo entre intelectuais, jornalistas, e mesmo entre os políticos que, no Congresso Nacional, faziam oposição ao “projeto Brasília” (MOREIRA, 1998). Assim, Juscelino Kubitschek frequentemente (em pronunciamentos oficiais, comícios, em jornais e revistas) atrelava à sua uma vontade nacional pretérita, motivo basilar da construção da nova capital.

Acerca disso é preciso apontar que diversos autores destacam que, sobre a construção de Brasília pairavam, interesses os mais diversos (MOREIRA, 1998; LOPES, 1996; SILVA, 1997), o que nos conduz à compreensão de que as estratégias de apropriação do passado, ou, por outro lado, o compartilhamento da noção de que o gênio criador tinha origem mesmo no “povo brasileiro”, era uma variável importante a se considerar. Nesse sentido, JK chegou a ser inquirido pelo modo personalista com que estaria conduzindo a obra. Segundo Vânia Moreira,

“... foram frequentes as afirmações de que Juscelino estava escamoteando a trajetória histórica do ideal mudancista e a colaboração que outros setores estavam dando à realização da obra (...) a mudança da capital para o interior era, segundo ele, uma antiga aspiração. Entretanto, o significado de Brasília era novo e estava absolutamente vinculado ao seu projeto de desenvolvimento nacional” (MOREIRA, 1998, págs. 63-4)

identity. 1st Annual International Interdisciplinary Conference, AIIC 2013, 24-26 April, Azores, Portugal. Disponível em: <<http://eujournal.org/index.php/esj/article/viewFile/1400/1409>>. Acesso em: 10 out. 2015.

²⁹ “A história de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo.” (idem, pág. 229).

Portanto, há que se considerar, por um lado, que Juscelino, enquanto realizador da façanha, orbitava entre os dois polos: o do reconhecimento da intenção pretérita – que proporcionava, de alguma maneira, o compartilhamento da responsabilidade da mudança da capital com a própria nação – e a reafirmação de uma meta-síntese para o desenvolvimento do país como obra sua – impedindo que outros personagens pudessem eclipsar sua imagem de homem público e grande realizador. Por outro lado, o trecho da autora acima aponta para um campo de disputas políticas em que mais de um ator gostaria de se ver incluso nos dividendos positivos do eventual sucesso da transposição da capital.

De uma maneira semelhante, temos o registro no documento inicial da proposta de Lucio Costa, em que ele fala a respeito do surgimento da ideia para o plano-piloto da nova capital. Ali, Costa parece seguir por rumos análogos quanto aos usos do passado e à aderência numa tradição inventada. No memorial descritivo com o qual venceu o “Concurso para a Nova Capital”³⁰ o arquiteto apresenta, logo na abertura, a seguinte epígrafe: “...José Bonifácio, em 1823, propõe a transferência da Capital e sugere o nome de BRASÍLIA”. Em seguida, antes mesmo de iniciar suas explicações do partido urbanístico de seu projeto, informa que: “Não pretendia competir e, na verdade não concorro, - apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada mas surgiu, por assim dizer, já pronta”. Configura, portanto, um misto de inevitabilidade histórica, referenciada no passado, com a solução do presente. A velha aspiração nacional amalgamada na criatividade do desenho de um país do futuro. O sonho da Nova Capital não era apenas o seu, mas o “sonho arquissecular do Patriarca”, como conclui em seu relatório, irmanando-se, em alguma medida, à JK quando este afirma que teria cabido a ele a realização de uma tarefa em consequência de aspirações maiores e anteriores.

Uma perspectiva que fora compartilhada e reproduzida por um grupo heterogêneo de historiadores, jornalistas, pesquisadores em geral que, entre as décadas de 1950 e 1970, redigiram inúmeras obras que convergiam – ou partiam de – entendimentos sobre os antecedentes que teriam levado JK a concretizar a grade obra nacional. Márcio Oliveira (2005), ao estudar a maneira como essas narrativas foram agenciadas no sentido da composição de um mito de criação para Brasília, mapeou os autores que trataram do tema da sua história ou que a ela se relacionam³¹. Em seguida, aborda a coleção publicada pelo Serviço de Documentação da

³⁰ COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. 3ª Edição. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Brasília: Superintendência Estadual do IPHAN no Distrito Federal, 2014.

³¹ José Peixoto da Silveira, *A nova capital. Por que, para que e para onde mudar a capital federal* (1957); J.R Vasconcelos, *Brasília, peça de política nacionalista* (1957); Ismael Pordeus, *Raízes Históricas de Brasília. Datas e documentos* (1960); J.O de Meira Penna, *Quando mudam as capitais* (1958); Moises Gicovate, *Brasília, uma*

Presidência da República: a Coleção Brasília. Elaborada em 18 volumes, cuja publicação tem início em data anterior à de inauguração, abordava desde os “antecedentes históricos” à repercussão de Brasília nos jornais nacionais e internacionais. Nos “antecedentes”, a publicação oficial inventariou um quantitativo surpreendente de menções, as mais variadas, às propostas de mudança da capital, agregando-as na justificativa para a empreitada. Oliveira (idem, p. 82) sugere ainda que

“...quem recorre aos trabalhos sobre a mudança nesse período, pode estar aceitando a versão segundo a qual a história das ideias sobre a mudança da capital, ou seja, o conjunto das ideias mudancistas, constituem a pré-história de Brasília, reforçando a própria imagem que o governo JK legou à história.”

Uma lógica, ou mesmo uma tradição deliberadamente elaborada, que esteve de tal maneira impregnada nas intenções políticas que marcou a organização da Coleção Brasília e foi amplificada nos pronunciamentos oficiais, numa ação consistente e consciente do governo. Luís Carlos Lopes (1996) atribui esta operação historiográfica a uma busca geral dos Estados que, por ações de comunicação e reiteração, se esforçam por revestir suas decisões de uma aura de inevitabilidade e lógica. Segundo o autor (idem, p. 62),

“A força de qualquer Estado reside, em grande parte, na sua capacidade de convencimento. Ele deve apresentar uma verdade aparentemente irretorquível, justificar suas ações de modo que, se existirem antagonistas, eles não serão capazes de sondar as razões de Estado e trazê-las à luz (...) Brasília foi apresentada como decorrência lógica de todos os esforços governamentais desde o período colonial... Uma redescoberta do Brasil, a recriação do passado”

A disposição do Estado, sob o governo de JK, de justificar suas políticas a partir de narrativas sobre o passado enquanto estratégia de convencimento, como sugere o autor acima, me parece consoante com as discussões de Hobsbawm (1984, pág. 22) à quem mais uma vez chamo ao diálogo, quando afirma que “...toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal.” Estratégia que se apresentou, ao longo dos anos, forte o suficiente para, inclusive, chegar com consistente ressonância nos anos que sucederam a inauguração de Brasília.

As páginas dos jornais locais o indicam: “muito antes de Juscelino ser eleito, **muita gente** trabalhou duro para dar concretude ao **sonho ancestral** de transportar a capital do país

realização em marcha (1959); Horácio Mendes, *Brasília e seus antecedentes* (1960); Eduardo Knesse de Mello, *Brasília, história, urbanismo, arquitetura, construção* (1960); Olímpio Ferraz, *Brasília* (1961); José Geraldo Vieira, *Paralelo 16: Brasília* (1966); Ernesto Silva, *História de Brasília* (1970); Raul de A. Silva, *Os idealizadores de Brasília no Século XIX* (1975); Geraldo Joffily, *Brasília e sua ideologia* (1977); Adirson Vasconcelos, *A mudança da Capital* (1978); Edgard D’Almeida Vitor, *História de Brasília* (1980).

do litoral para o sertão” [grifos meus], lê-se no jornal Correio Braziliense³² cinco décadas depois da inauguração da cidade. Vejo aqui indicativo da persistência da narrativa histórica sobre Brasília e a aceitação de que a ancestralidade mencionada é seu passado concreto. Um outro modo de se observar a constância dessa perspectiva é observar, na década de 1980, como essas representações foram decisivas para a construção das ações de patrimonialização de Brasília, conforme segue:

“Brasília pertence à história brasileira desde o final do século XVII, quando movimentos de independência de Portugal faziam, da mudança da Capital para o interior do Continente, uma de suas bandeiras de luta; o nome³³ e a localização da cidade, encampados por Juscelino Kubitschek durante sua campanha eleitoral nos anos cinquenta, já haviam sido definidos no século passado por José Bonifácio de Andrade e Silva, consolidador da independência do Brasil. (BICCA e KOHLSDORF, 1985)”

O trecho acima estampa os trabalhos realizados pelo GT-Brasília e se trata da abertura do texto introdutório que ensejará o conjunto de justificativas, propostas, métodos e delimitação do objeto a ser considerado como alvo de ações de patrimonialização. Aqui não se considera a urdidura de um discurso que atrelou a presença de Brasília, *a posteriori*, à história brasileira. Antes, ela é tomada como pressuposto. Portanto, na compreensão mesma do “o quê” e do “como” preservar, é marcante a presença das tradições afirmadas por Juscelino Kubitschek. Numa perspectiva semelhante, percebemos a ressonância da tradição inventada noutro documento, o processo de tombamento federal, conforme segue:

LOURENÇO LACOMBE – José Bonifácio queria que a capital se chamasse Metrópole ou Brasília.
SECRETÁRIO – E foi bom porque assim nós temos os dois. Diz Lucio Costa no papel dele, no texto do Plano Piloto, que se trata de um sonho arquissecular do Patriarca³⁴.

No diálogo travado na reunião do Conselho Consultivo notamos a persistência das mesmas perspectivas, funcionando para análoga justificativa. Uma cidade nova, porém, com um lastro antigo, e ninguém menos que o “Patriarca”, desde um período pré-republicano, chancelando e dando legitimidade à proposta de tombamento federal em debate no Conselho Consultivo do IPHAN. A mesma perspectiva estará presente quando de sua inscrição na lista do Patrimônio Mundial:

³² FREITAS, Conceição. **Antes de JK, outros brasileiros já esboçavam projetos para a nova capital.** CORREIO BRAZILIENSE, 04 de junho de 2011.

³³ Mesmo a questão do nome se reveste de uma apropriação declarada de referências pretéritas, como tratarei mais à frente.

³⁴ Lourenço Lacombe e Ítalo Campofiorito na condição de, respectivamente, membro do Conselho Consultivo e Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Processo nº 1.305-T-90, fl. 381.

“A ideia de fundar uma capital, no centro do Brasil, é antiga, tendo sido expressa em diversas ocasiões desde o fim do século XVII. Em 1922, quando da comemoração da Independência, a escolha da região Centro-Oeste como local da futura capital simbolizada pela ‘Pedra Fundamental’, erguida perto de Planaltina, a alguns quilômetros ao Nordeste da atual Brasília.”³⁵

A narrativa justificadora, portanto, atravessou o Atlântico e, no bojo dos trabalhos da Unesco, foi apropriado no parecer que viria a relativizar a necessidade da antiguidade ou ancianidade do bem, até então um pré-requisito ou, antes, um pressuposto para os bens protegidos pelos organismos internacionais – como analisarei mais detalhadamente no terceiro capítulo. De qualquer maneira, observo um paralelismo na utilização do passado como motivação, não apenas nas três instâncias de preservação – local, nacional e internacional – mas, também, em momentos diversos, com objetivos distintos, mas que se socorrem do passado e das tradições para afirmar ações no presente visando uma abertura para o futuro: sua fundação e sua patrimonialização.

Em seguida, noto que a força dessas perspectivas se manteve vigorosa, informando não apenas o processo de atribuição de valores à Brasília, mas as interpretações desse processo, estando presente em estudos que focalizam a patrimonialização de Brasília, como o de Carlos Madson Reis (2001), que abordou a gestão do sítio tombado, ou de Karine Ramos (2005), que estudou os reflexos da formação do conceito de patrimônio cultural na preservação de Brasília, conforme segue:

“A trajetória de Brasília inicia-se ainda no século XVIII. Politicamente a ideia de interiorização da capital do país foi defendida por grandes nomes da História Nacional (...) [Esses defensores] tiveram seus esforços contemplados pela Constituição de 1891. Daí pra cá, a ideia esteve na agenda política do Brasil e no imaginário da população.” (RAMOS, 2005, pág. 37)

O que se pode observar até aqui é que o processo de patrimonialização de Brasília, mesmo envolto em uma complexidade de atores, instituições e perspectivas de patrimônio – e, mais tarde, os estudos desse processo –, esteve informado por uma tradição, por uma visão convergente, relacionada com uma determinada visão histórica: a que importava ao Estado no que se referiu à justificativa para a construção da Nova Capital. Destaco ainda que ações de patrimonialização – no caso em estudo, de tombamento – ainda que elaboradas por estudiosos e técnicos de diversas instituições e visões de mundo, são, além do mais, ações do Estado, porquanto os pesquisadores estão, via de regra, investidos de cargos públicos ou pela Administração Pública contratados ou convidados, o que poderia indicar uma circularidade de

³⁵ Léon Pressouyre, relator adjunto ao Patrimônio Mundial-ICOMOS, maio de 1986, apud. PERALVA, 1988, pág. 106.

ações. O Estado, naquela modulação nacional desenvolvimentista da década de 1950, legou sua versão da história, propôs eficientemente uma tradição e esta foi utilizada por agentes públicos, num período, então, de redemocratização em meados da década de 1980, reforçando a ideia de que o Estado busca manter uma certa coesão nacional partindo dessas tradições.

De qualquer maneira, poderia sintetizar o caso numa assertiva: se o tombamento de Brasília, peculiar objeto “novo”, valorado do ponto de vista histórico, não se propôs a “congelar”³⁶ a cidade na modernidade evocada, ao menos perenizou uma narrativa histórica que buscava numa ancestralidade, numa tradição política, o seu motivo de ser e sua legitimidade.

Mas os usos que se fazem da tradição e da história ou a maneira de contá-la não se encerram numa única perspectiva, mesmo em se tratando da questão dos “inícios de Brasília”. Outras maneiras de fazê-lo o demonstram. Jeferson Tavares (2014) desenvolve a pesquisa “Projetos para Brasília (1927-1957)”, em que realiza o inventário e análise das propostas para a construção da Nova Capital que foram desenvolvidos em planta, memorial descritivo, análise topográfica etc. O autor classifica os projetos em dois conjuntos para melhor analisá-los, conforme segue:

“A divisão é cronológica: no primeiro grupo, estão os cinco projetos desenvolvidos entre as décadas de 1920 e 1940, que não estavam vinculados à postura oficial do Estado de transferência da Nova Capital, mas sim a objetivos particulares; no segundo grupo³⁷, estão as demais propostas desenvolvidas na década de 1950 e relacionadas à iniciativa do governo federal” (TAVARES, 2014, pág. 27)

Interessante o resultado da pesquisa por revelar a diversidade das propostas no âmbito do desenvolvimento mesmo do pensamento urbanístico brasileiro, enquanto disciplina acadêmica, bem assim a sua relação com o Estado. Indica também que as formulações apresentadas, mesmo as do primeiro grupo, elaboradas na primeira metade do século XX, baseiam-se em estudos que estiveram relacionados, de alguma forma, com as iniciativas governamentais para a mudança, como a Missão Cruls e a Comissão Poli Coelho, o que indicaria – mesmo que os projetos não estivessem sempre interligados ou que seus autores não estivessem em contato direto – o acúmulo e desenvolvimento de uma proposta, um olhar sobre

³⁶ Preocupação que se verá refletida em algumas ocasiões, tratadas no segundo e terceiro capítulos.

³⁷ Deste segundo grupo fazem parte, mas não exclusivamente, os projetos que concorreram com Lucio Costa no concurso para a Nova Capital – conjunto que, por si só, foi objeto de outras análises. Para estudos referentes ao concurso para a Nova Capital, especificamente à análise dos projetos apresentados, ver: BRAGA, Milton. **O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital**. São Paulo: Cosac Naify, Imprensa Oficial do Estado, Museu da Casa Brasileira, 2010; BRAGA, Aline Moraes Costa. **(Im)Possíveis Brasília: os projetos apresentados no concurso do plano piloto da nova capital federal**. São Paulo: Alameda, 2011.

o quadrilátero selecionado. Mas essa atividade contínua, essa reprodução e localização territorial de uma tradição, considerando ou não um aprimoramento de propostas, seriam referentes a Brasília, como sugere o título da pesquisa?

Laurent Vidal (2009) em seu trabalho “De Nova Lisboa à Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)”, nos permite um profícuo diálogo. O autor também analisa projetos para cidade, mas não no sentido do registro e proposição de desenhos urbanísticos e análises técnicas: os delimita em contextos históricos particulares, seis ao todo, com seis nomes diferentes para a cidade que, se eventualmente construída nos momentos das propostas, poderia ter sido assim batizada: Nova Lisboa, Cidade Pedrália, Imperatória, Tiradentes, Vera Cruz ou, a atual, Brasília. Conforme o autor (idem, pág. 18),

“...não pretendemos remeter à busca das origens – faz tempo que o historiador aprendeu a desconfiar de uma tal atitude –, mas sim indicar a vontade de identificar as diferentes fases, os diferentes momentos de um processo social, político e técnico, que vai resultar no estabelecimento de projetos para cidade (...) são momentos de rupturas do elo social e cultural que une os brasileiros, em que a unidade e a identidade nacionais são questionadas.”

Portanto, cotejando as duas perspectivas, mais que vislumbrar uma definição, delimitação ou recorte preciso para a “origem de Brasília”, os dois trabalhos descrevem configurações provisórias, mutantes, cada qual respondendo a um pensamento ou intenção sobre qual cidade, que tipo, e em razão de qual técnica seria organizada tal aglomeração urbana que, mais que simples *urbs*, se destinaria à *civitas*. Não uma cidade qualquer: uma cidade feita para representar um Estado, uma modulação política, uma organização social. Assim, reiterando o questionamento levantado por Vidal, faria sentido afirmar que Brasília estaria presente entre nós, e observável do ponto de vista histórico, desde temporalidades anteriores à década de 1960?

Ainda na esteira de problematizar ou mesmo questionar uma pulsão originária, bem poderíamos marcar uma posição ainda mais alargada, numa temporalidade que excede as organizações políticas admitidas como republicanas, recuando num histórico de ocupação do território sempre mais distante.

No tratado a respeito da ocupação do Planalto Central do território brasileiro, Paulo Bertran³⁸ empreende ampla viagem pela Eco-história da região, não negando espaço aos rumos

³⁸ BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal do indígena ao colonizador**. Solo Editores: Brasília, 1994. Para complemento de informações sobre a ocupação do território do Planalto Central, numa pesquisa ampla de cartografia e relatos de viajantes, num itinerário cronológico que remonta ao século XVI consultar a seguinte dissertação: BARBO, Lenora de Castro. **Preexistências de**

políticos que fizeram pousar aqui um avião modernista na década de 1960, mas focalizando-os como um capítulo a mais na estratigrafia de terra e gentes sobre um contexto complexo e ampliado: o Cerrado como espaço de referência para uma “ecologia íntima”, um Brasil entre brasis diversos, que não nega a totalidade da nação, mas a compõe.

O historiador Victor Leonardi, ao prefaciar a obra de Paulo Bertran, observa o seguinte:

“A acusação de artificialidade, muitas vezes lançada a Brasília, também provém deste desconhecimento da história do Planalto Central. Muita gente continua dizendo que Brasília (ou a região onde Brasília se localiza) não tem história, ou que sua história começa no governo Kubitschek. Estas pessoas, depois da leitura deste livro de Paulo Bertran, nunca mais vão poder se sentir assim, como uma espécie de habitantes de um vazio cronológico, ou de vítimas de uma amputação do próprio passado...” (LEONARDI, In: BERTRAN, 1994, pág. vii)

Essa afirmação de Leonardi sobre o esvaziamento da história do Planalto Central foi, também, um tema abordado pela literatura e música brasileiras. A escritora Clarice Lispector reelaborou o entendimento a respeito da suposta artificialidade de Brasília, compreendendo-a artificial como o próprio mundo, no instante de sua criação divina³⁹ – e não me recordo de ter, a opinião geral, atribuído ao Planeta Terra um aspecto menos, digamos, autêntico, por essa fundação que principiou no verbo. Já na expressão poética de Vinícius de Moraes e Tom Jobim, o poeta e o músico convidados por Juscelino Kubitschek para compor a Sinfonia do Alvorada, executada na inauguração da cidade, Brasília teria sido principiada no ermo, dialogando ainda com Lucio Costa, porquanto demiurgo da ideia surgida do nada⁴⁰. Vinte e sete anos depois de sua inauguração essa seria, aliás, uma característica valorada: a cidade construída, em apenas três anos, sobre o nada, criada *ex nihilo*⁴¹, o que justificaria também sua inclusão na lista de Patrimônio Mundial.

O que nos traz Victor Leonardi é uma possibilidade de apropriação do passado, não necessariamente numa linha sucessória, num traço evolutivo, causa e efeito interminável que

Brasília: reconstruir o território para construir a memória. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

³⁹ “Brasília é construída na linha do horizonte. – Brasília é artificial. Tão artificial como devia ter sido o mundo quando foi criado. Quando o mundo foi criado, foi preciso criar um homem especialmente para aquele mundo. Nós somos todos deformados pela adaptação à liberdade de Deus”. LISPECTOR, Clarice. **Nos primeiros começos de Brasília.** In: XAVIER, Alberto e KATINSKY, Julio (orgs.). Brasília – antologia crítica. São Paulo: Cosak Naif, 2012.

⁴⁰ “No princípio, era o ermo/Eram antigas solidões sem mágoa/O altiplano, o infinito descampado”. Sinfonia da Alvorada, composição com letra de Vinicius de Moraes e música de Antonio Carlos Jobim.

⁴¹ Consta do rol de justificativas elencadas por Leon Pressouyre. In: PERALVA, Osvaldo. **Brasília – Patrimônio da Humanidade (um relatório).** Brasília: MinC, 1988, pág. 106.

derivaria, inexoravelmente, numa capital “no coração do Brasil”. Mas entende aquele espaço, como Bertran, ao relacionar o homem e a terra, não apenas como lugar construído ou como espaço praticado, mas lê a terra no sentido de um ecossistema do qual o homem moderno apenas pretensamente se apartou, amplia a possibilidade de se apropriar do passado como referente possível da contemporaneidade, estando presente também na Brasília atual.

E se admitirmos essa construção como uma possibilidade válida de se contar e narrar a história de Brasília, como evocar o sonho de Dom Bosco e desprezar os vários grupos de caçadores e coletores, grupamentos humanos diversos que habitavam o Planalto Central? Afinal, destes últimos, ainda não apropriados de forma relevante pelas narrativas históricas sobre Brasília, encontram-se vestígios nos mais de 40 sítios arqueológicos por hora localizados no Distrito Federal; do primeiro, haveria que se operar uma prospecção onírica para confirmar sua presença. Ou como retomar José Bonifácio e não focalizar a colonização sesmarial do século XVIII, ou mesmo os tropeiros que singravam os chapadões do nosso Cerrado? Desta colonização registra-se o legado material da centenária Igreja de São Sebastião de Planaltina, cuja construção remonta ao século XIX.

De certo, há que se relativizar o poder probatório desses vestígios do passado, mesmo porque as tradições são construídas, reproduzidas e narradas à revelia de comprovação. Ademais, já não é pretensão do historiador elaborar provas cabais e definitivas sobre fatos que estariam presentes nos discursos sobre o passado. Assim, quando se propõe não mais imaginar a cidade como um vazio cronológico, opta-se por um modo de ler, ver e se apropriar do passado.

Por tudo isso, há que se perguntar: se admitirmos que se trata de uma pré-história de Brasília, a narrativa de sua “pré-existência”, a da política mudancista, a tradição de uma Brasília secularmente imaginada – inventada por meio de um conjunto de ações do Estado sob JK – o que dizer então da narrativa mais ampliada “da terra e do homem no Planalto Central”? Não me oriento aqui por opção meramente polemista, tampouco tenho a intenção de advogar a uma ou outra história. Pelo contrário: compreendo a história como a multiplicidade de possibilidades de visadas do passado no presente, ao que me recorro a Walter Benjamin, quando afirma que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1994, pág. 224). O seu modo de apropriação conta uma história sempre no presente, razão pela qual, conforme nos ensina o filósofo alemão, não se trata de um conhecimento da verdade no passado, o que imporá uma história enquanto possibilidade de leitura do passado.

Não irei, portanto, definir qual a história é **A História** de Brasília. A intenção é destacar que, para qualquer formulação de passado, bem assim de entendimento desse campo disciplinar historiográfico, qualquer ponto de origem será fruto de uma opção intelectual, senão declarada, passível de identificação e análise e portanto, também de questionamentos e críticas, a depender da narrativa que se busca construir, a depender do lugar de fala de quem constrói a mesma, a depender de que objetivos se pretende alcançar com esse conjunto de eventos passados, inventados a partir de uma determinada visão de mundo, cerzidos numa trama aparentemente coesa.

Assumo, para efeitos da presente dissertação, a compreensão do momento específico de composição dessas narrativas de pré-existência com os objetivos de justificativa, porquanto Estado, das ações e decisões do governo Juscelino Kubitschek. Se havia uma inspiração num clima de aspiração nacional, se houve um acúmulo de procedimentos técnico-analíticos, se houve uma disposição política, marcada inclusive em textos constitucionais, não farei dessas páginas o fiel da balança historiográfica, mas não creio serem suficientes para legitimar um discurso de aspiração ancestral do povo brasileiro. Busco, no entanto, a compreensão de que se tratou de uma operação historiográfica marcada pela criação de uma tradição, pela escritura de uma versão sobre o passado, e que legou aos entendimentos patrimoniais essa versão da história.

1.2. A construção como epopeia moderna: os atores e o cenário.

“Fixei-me na **epopeia que havia sido a construção de Brasília**. Rapidez. Decisão. Determinação. No dia 2 de novembro, pisei no Planalto pela primeira vez. No dia 10 de novembro do mesmo ano, inaugurei o Catetinho (...) A primeira estaca foi fincada na Praça dos Três Poderes a 4 de janeiro de 1958. E, às 9 horas do dia 21 abril de 1960, declarei, no salão de despachos do Palácio do Planalto, esta solene frase: ‘Declaro inaugurada a cidade de Brasília, capital dos Estados Unidos do Brasil’.
A batalha estava ganha...”
(Juscelino Kubitschek)⁴² [grifo meu]

Diz-se desse gênero literário, a epopeia ou poema épico, que ela se caracteriza pela narração de ações heroicas e memoráveis, cujo protagonista, um herói que representa uma coletividade, podendo ser lendário – perfazendo mitos reconhecidos e relacionados à fundação de povos ou nações – ou mesmo histórico – seguindo princípio fundacional análogo, mas de uma narrativa que se ancore em eventos do que seria a realidade fática. Por extensão,

⁴² KUBITSCHKEK, Juscelino. **Porque construí Brasília**. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1975, pág. 368.

compreende-se epopeia como a narração de um fato ou evento pleno de grandiosidade, evocado para destacar uma característica extraordinária de um povo que, porventura, tenha naquele herói que os representa o mote inicial de sua trajetória nacional.

No trecho em epígrafe identifique alguns desses elementos de construção quase literária. Ao evocar sua realização, aventureira e extraordinária, enquanto “epopeia da construção de Brasília⁴³”, JK parece atribuir, por extensão, a si próprio, a condição de herói do grande feito narrado. O uso recorrente da primeira pessoa reforça sua posição de herói-narrador, aquele que não apenas visualiza o passado (posto que fora escrito mais de uma década depois da inauguração), mas relê um passado escrito sob sua pena e pés: do instante de tocar o solo pela primeira vez à declaração da batalha ganha, uma sequência ritmada. Quase ouvimos o diapasão: rapidez, decisão, determinação.

Buscarei, nesse tópico, analisar o modo como se costurou, e com que objetivos, um emaranhado de histórias numa narrativa heroica. As circunstâncias próprias da mudança da capital e uma miríade de eventos correlacionados serão lidos objetivando apresentá-los como informadores de representações recorrentes da cidade. Um panorama de grande complexidade, que envolve as dificuldades de uma obra de enormes dimensões, milhares de trabalhadores envolvidos, milhões em recursos e investimentos, mudança na geografia brasileira, disputas políticas internas, representação internacional do Brasil.

1.2.1 Personagens em construção, personagens na construção.

Ao impregnar um evento complexo com uma aura de heroísmo, relacionada ao gênero literário acima caracterizado, JK trabalha com uma modulação da história da construção de Brasília que lhe importava na condição de governante e responsável, no sentido de tentar libertar a cidade de maiores contestações, objetivando fazer dela uma aventura bem-sucedida capitaneada pelo seu timão. Uma estratégia⁴⁴ de construção, da cidade e das suas

⁴³ A referência à “epopeia da construção” é contumaz. Aparte o trecho selecionado do próprio Juscelino, com o qual dialogo, e inúmeras referências em artigos, temos: VASCONCELOS, Adirson. **A epopéia da construção de Brasília**. Brasília: Editora do autor, 1989; ABREU, Talita Aparecida de. Katucha. **A epopéia de Brasília e dos seus pioneiros contada dia a dia**. Brasília, Belo Horizonte, 1983.

⁴⁴ Estratégia essa, como se haveria de supor, gestada ainda durante seu mandato, em discursos e pronunciamentos e, mais tarde, registradas numa série de publicações que retratam sua carreira política enquanto saga, tendo Brasília como mote principal: “Por que construí Brasília”, “Meu caminho para Brasília”, “Escalada Política – meu caminho para Brasília V-II”.

representações, que aplana os contratempos, minora os problemas, obscurece as contradições, como se Brasília, documento de cultura, pudesse se esquivar de ser vista como um documento de barbárie⁴⁵.

Reitero que a condição heroica, a epopeia, é, ela mesma, recorrente em outros contextos, com distintas aderências ideológicas, mas com proposições semelhantes, como nos informa Hélio Alves (2010):

“É neste sentido que expressões correntes como «a epopeia dos Descobrimentos» ou «a epopeia da expansão portuguesa» manifestam a aderência ideológica, voluntária ou não, a uma estratégia discursiva que converte eventos documentáveis em «feitos». Tal estratégia está nas origens da transformação e substituição da épica primitiva mais simples, assente numa imagem do passado como mito, pela complexa epopeia clássica, onde vigora, acima de tudo, a imagem dum tempo heróico particular, definido como o glorioso passado da nação e como um modelo de emulação para os vindouros.”

Mas, para o caso da “epopeia da construção de Brasília”, uma outra perspectiva no tempo haveria de se assentar. Aparte os usos da história e das tradições, como trabalhados no tópico anterior, a modulação clássica do poema épico, voltada para o passado, não bastariam: as representações de Brasília deveriam estar pendentes para um futuro, partindo do marco que seria o passo inaugural de uma país enfim moderno. A imagem do livro de história com a página em branco reaparece. A pena de sua escritura move-se no ritmo naquele diapasão para redigir o novo capítulo da trajetória brasileira, ao que me remete a uma epopeia moderna. Em diálogo com Moisés Sousa (2008):

“...o que distinguiria esse modelo [de teorização da epopeia moderna] dos demais seria o centramento na dimensão mítica da matéria épica, levando a epopeia da modernidade a estruturar-se a partir do maravilhoso. Nos modelos clássico e renascentista, o herói apareceria, inicialmente, na sua condição histórica; em seguida, caminharia em direção ao maravilhoso. Já no modelo moderno, ocorreria o inverso, permitindo ao herói narrar sua própria história, situando-a no presente.” (SOUSA, 2008)

Enquanto epopeia moderna, Brasília fora apresentada como construção política e social da cidade e de um outro Brasil: o herói é um herói do presente e nele se encontra situado

⁴⁵ Refiro-me aqui à célebre tese sobre história em Walter Benjamin, comentada por Jeane Marie Gagnebin: “*Não há um documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie*”. A autora que destaca a proposição do pensador alemão de pensar na relação viva e crítica da cultura no presente, em contraposição a uma concepção fetichista e reificante de um “bem cultural” do passado, tido como fixo, assentado em seu valor, engessado num tempo pretérito e morto. Enquanto documento de cultura, a cidade pode ser lida como uma “astúcia, uma tenacidade” do passado que cabe ao presente encontrar. Enquanto barbárie, a cidade pode ser lida como a feição canonizada, bem cultural que pode ser coletado ou possuído, tendo fixo seu valor desde o passado ao presente. GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Documentos da cultura: documentos da barbárie**. Ide Psicanálise e Cultura [online], vol.31, n.46, pp. 80-82. ISSN 0101-3106. São Paulo. Acesso em 22 de julho de 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-31062008000100014&script=sci_arttext>.

– ainda que vislumbrando um futuro – e se faria representar em cenários destacados: no Congresso Nacional, habilmente articulando, reorganizando, algumas vezes combatendo⁴⁶, outras sendo defendido por forças políticas diversas; no canteiro de obras, dormindo ao som dos bichos das matas do Cerrado, nas noites do Catetinho, visitando canteiro das construções como se fosse mestre-de-obras.

A maravilha de sua obra apareceria de maneira o mais insistente e sistemática possível. Maria Bizello (2009) estudou o modo como foi mobilizado todo um aparato de comunicação para que a estratégia de convencimento em torno da imagem de Juscelino se firmasse. Com grande intensidade os canais de comunicação disponíveis foram empregados para divulgar seus feitos, ainda mais com a entrada em cena de um veículo poderoso: a televisão, que a partir da década de 1950 passou a fazer, cada vez mais, parte do cotidiano dos lares brasileiros. Comum também foi a divulgação cinematográfica de verdadeiras peças publicitárias de exaltação, os chamados “cinejornais”, veiculados antes das seções de cinema. Segundo a autora,

“Tanto as imagens como as narrações enunciam o caráter épico do empreendimento da nação comandada por JK. A imagem do líder dinâmico e empreendedor está intrinsecamente ligada à construção de Brasília. Os constantes deslocamentos do presidente da então capital, Rio de Janeiro, ao planalto central para acompanhar mais de perto a execução do projeto da nova capital, dão expressividade ao poder que não se limita à recepção de autoridades, mas em mostrar como um projeto sai do papel, mobiliza pessoas, para, enfim, revelar-se pronto.” (BIZELLO, pág. 53)

Em suma, podemos aqui dimensionar um caráter importante da estratégia de comunicação do governo JK: a liderança tinha de saber comunicar seus feitos. E nos tempos modernos, são as imagens em movimento que dão conta de construir a aura do herói. E para a trama simbólica estar completa, seria necessário costurar uma parceria com os guerreiros anônimos que estariam ombreados a JK em espírito de aventura e aspiração pela vitória: os trabalhadores da construção. Personagens que foram representados com heroísmo análogo, exaltados como obreiros de sua glória:

“Meus amigos e companheiros de lutas, soldados da **epopéia da construção de Brasília**, recebo, profundamente emocionado, a chave simbólica da cidade filha do nosso esforço, da nossa crença, do nosso amor a este país. Sou apenas o guardião desta chave. Ela é tão minha quanto vossa, quanto de todos os brasileiros. Falei em **epopéia e retomo a palavra para vos dizer que ela marcará, sem dúvida, uma época, isto é, ‘o lugar do céu em que um astro atinge o seu apogeu’**. Chegamos hoje, realmente, ao ponto alto da nossa obra. Criando-a, oferecemos ao mundo uma prova do muito

⁴⁶ Afinal, nas narrativas épicas o herói deve enfrentar seu anti-herói. Uma mais profunda elaboração nesse itinerário possivelmente me levaria a conjecturas que fugiriam ao escopo da presente dissertação. Entretanto, não deixo de vislumbrar que seria Carlos Lacerda a interpretar este papel.

que somos capazes de realizar e a nós próprios nos damos uma extraordinária demonstração de energia, e mais conscientes nos tornamos das nossas possibilidades de ação.”⁴⁷ [grifos meus]

Importante destacar no trecho acima a referência – modulada em reverência – aos trabalhadores, operários da construção, seus soldados, personificados nos pronomes em primeira pessoa do plural, indicando uma obra de realização coletiva. Trabalhadores que tinham nome e sobrenome, alguns até registro de trabalho, mas, talvez por algum descuido do cerimonial da presidência da república, figuravam como massa anônima de gente bem-aventurada, vinda de todos os cantos do país. Inclusos na narrativa épica, aos trabalhadores seriam dados figurinos especiais, convertidos em **candangos**. Termo que merece uma atenção destacada.

Atribui-se ao termo “*Candango*” origem africana, que designaria algo como “*pequeno angolês*”, cujo léxico foi se transformando e adquirindo uma acepção negativa e pejorativa, relacionada ao modo como os africanos chamavam os portugueses, tendo experimentado, em Brasília, nova transformação. De acordo com publicação de pesquisa realizada no âmbito do próprio Governo do Distrito Federal, tal transformação teria se dado como resultado de um

“...processo de elaboração espontânea, desvinculado de normas preestabelecidas, cuja lógica se encontra somente na necessidade de reinterpretação do fato nascente; o resultado desse processo de criação popular instituiu, para a população de Brasília, o gentílico CANDANGO”, (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 1986, págs. 6-8).

Ou ainda, na concepção de Câmara Cascudo, candango seria o

“...nome popular do trabalhador da construção da cidade de Brasília, Nova Capital do Brasil. **Estendeu-se a todos os colaboradores da obra comum. Envolve a imagem da tenacidade obrigatorial e da servidão jubilosa e entusiástica.** Denominação dada pelos africanos de Angola aos Portugueses e aplicada, na zona canavieira do Nordeste brasileiro, ao senhor-de-engenho. Acepção vulgar de Subalterno, imperfeito, inferior. Vocábulo quimbundo. O nome transfigurou-se, por influência letrada, em título de honra, glorificando o operário de Brasília, passando à imprensa, romances, estudos, eloquência. Geralmente aceita na população gentílica brasiliense.” (CASCUDO, *apud*, GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 1986, pág. 8) [Grifo meu]

Na formulação de Câmara Cascudo, é possível observar que o termo experimentou a fortuna conceitual de uma valorização, ao gosto das virtudes divinas, de ultrapassar a condição ordinária para o júbilo de poder servir, afinal de contas, a uma causa que o elevaria enquanto

⁴⁷ Discurso do presidente Juscelino Kubiteschek de Oliveira, dia 20 de abril de 1960, Praça dos Três Poderes, Brasília, dirigindo-se aos operários da construção. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1960/20.pdf>>. Acesso em 10 de out. 2015.

sujeito social. Antes, o imperfeito, inferior. Então, o tenaz e entusiástico trabalhador exaltado no discurso do presidente JK, chegando a ser aceito como designação geral, gentílico brasileiro.

Uma transmutação curiosamente acompanhada pela escultura “Os Guerreiros”, de Bruno Giorgi. Apresentada na Bienal de São Paulo de 1959⁴⁸, um monumento medindo oito metros de altura e que retrata, em posição de altivez, duas figuras humanas segurando o que seriam lanças. Trazidas à Brasília para serem instaladas na Praça dos Três Poderes antes mesmo da inauguração, sua denominação adquiriu a mesma fortuna dos trabalhadores da construção, convertidos em “Os Candangos”.

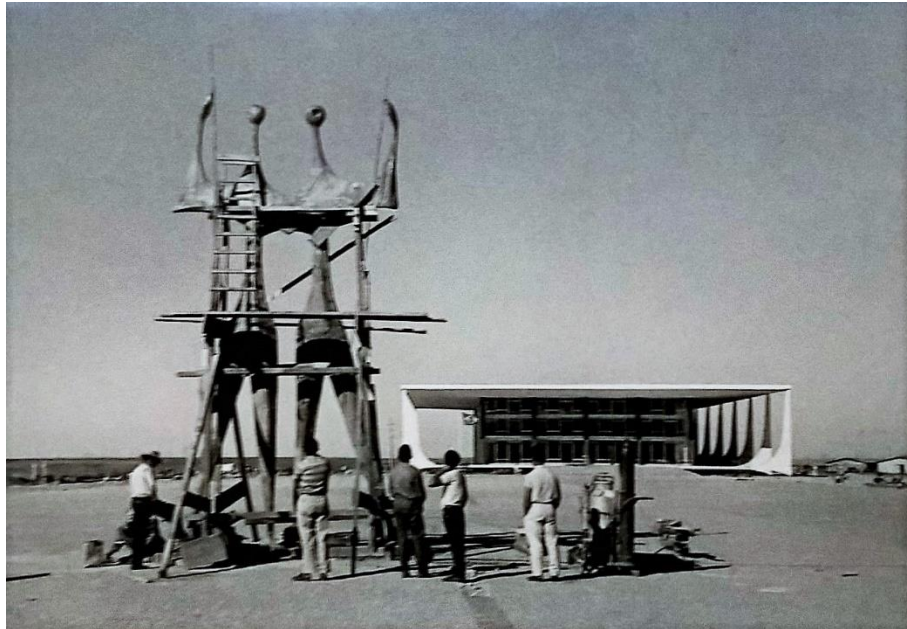


Fig. 1: Reunião de candangos: operários instalando a estátua “Os Guerreiros” na Praça dos Três Poderes
CRÉDITO/FONTE: Marcel Gauterot/Arquivo Brasília.

O que nos indica essa migração de valores? A quem serviria esse benefício de ser incluso como polo ativo de uma aventura que, se obtivesse sucesso, mudaria a história do país? Ainda que seja razoável atribuir ao deslocamento de milhares de pessoas para um imenso canteiro de obras, no meio do Planalto Central, uma figuração, de fato, aventureira, entendo que ao optar por uma narrativa centrada apenas na caracterização heroica dos personagens

⁴⁸ Segundo Luísa Videsott: “A estátua, provavelmente realizada em 1957, foi escolhida pela Novacap (possivelmente por Lucio Costa) para ser colocada na praça dos Três Poderes. A princípio, porém, foi intitulada de ‘Os Guerreiros’ e foi sob este nome exposta na Bienal de São Paulo em novembro de 1959. Ainda com esse patronímico, e antes mesmo da inauguração da cidade chegou à Praça mais representativa de Brasília”. VIDESOTT, Luísa. **Os candangos**. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), n. 7, p. 21-38, 2008.

corre-se o risco de produzir certos apagamentos, construindo uma narrativa que não permite compreender, analisar ou problematizar a história a partir das dificuldades e conflitos pelos quais passaram os trabalhadores da construção. Hoje, contamos com bibliografia suficiente que permite compreender as iniquidades – e também as aventuras – experimentadas por esses brasileiros de todos os cantos do país.

Nair Sousa (1983), ao investigar a formação do “proletariado brasiliense” engendrou uma descrição detalhada de como as relações de trabalho eram opressoras no canteiro de obras, contando com depoimentos de operários daquele período. Empresas burlavam diuturnamente direitos trabalhistas, insalubridade e jornadas extenuantes faziam parte do cotidiano, inclusas inúmeras mortes por acidente de trabalho, concomitante à repressão e imposição da ordem por meio da repressão e da violência.

Por outro lado, outros trabalhos focalizam uma vivência árdua, definitivamente, mas plena de um sentimento de realização e aventura. Luiz Silva (1997), também se valendo da análise de depoimentos orais, observa um espaço de sociabilidade atípico em que o entusiasmo e o idealismo – postos em benefício da obra – mais o sentimento de amizade e solidariedade – inclusive entre os instruídos engenheiros e iletrados operários – compunham um quadro complexo de trocas simbólicas entre grupos que, de outro modo, frequentariam ambientes distintos, porquanto socialmente apartados.

De uma maneira ou de outra, entendo que a complexidade das relações sociais dê espaço para interpretações diversificadas, tanto da grande aventura como da situação de penúria e privação no cotidiano do canteiro de obras. Essa diversidade de interpretações sobre o passado da construção não será compreendida, no âmbito do presente trabalho, como dubiedade, mas como complementariedade. Importa dimensionar, portanto, as estratégias de construção dos personagens envolvidos, e de como não se pode encontrar um discurso definitivo, uma fixidez para suas representações. Porém, para compreender a complexidade relacionada à construção, além dos personagens, é preciso compreender o próprio cenário.

1.2.2 O cenário e a ribalta da modernidade: da encenação à crítica a Brasília.

Vista numa narrativa mais ampla da história nacional, a construção de Brasília se insere, cronologicamente, no que a historiografia comumente chama de Segunda República:

um interregno democrático entre duas experiências ditatoriais, a chamada Era Vargas, finda em 1945, e o Regime Militar, iniciado em 1964. No recorte temporal dessa experiência democrática, entretanto, figurou um cenário político bastante conturbado, se observarmos que, à exceção do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961), os demais presidentes⁴⁹ não experimentaram a longevidade de um mandato inteiro.

Vânia Moreira (2008) destaca que, descontadas as administrações de Dutra e Juscelino Kubitschek,

“As demais padeceram sob o influxo de crises políticas e institucionais e nenhum dos presidentes em questão completou seu respectivo mandato – todos interrompidos por eventos dramáticos: o suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e o golpe político-militar que depôs João Goulart, em 1964.” (idem, pág. 158)

A autora destaca ainda que JK governou sob um quadro social e político permeado pela tensão, com uma atuação forte e sistemática da oposição e, mesmo assim, teria sido exitoso em conciliar o processo democrático com “a intensificação do desenvolvimento de tipo capitalista”. (MOREIRA, 2008). Sob o slogan desenvolvimentista “cinquenta anos em cinco”, JK teria operado de maneira satisfatória seu programa de governo⁵⁰, chamado Plano de Metas, das quais Brasília seria sua “meta-síntese”. Não sendo o objetivo da presente dissertação alongar as interpretações políticas, econômicas e históricas do período JK – contemplados por vasta bibliografia – envidarei esforços para discutir o que Brasília representou em termos de uma busca pela modernização do país, ora conduzindo-a, ora sendo dela resultado.

Octávio Ianni (1994) observou o empenho da produção intelectual no Brasil de meados do século XX em compreender as condições de modernização do país. Analisou que o binômio tradição e modernidade esteve nas preocupações de núcleos intelectuais e políticos diversos, no que Brasília estaria relacionada. Para o autor:

“Tanto no nível do pensamento como no das práticas de governos e grupos sociais mais poderosos, observa-se impaciência, pressa, sofreguidão. Algumas realizações famosas dão uma ideia desse clima. A construção da cidade de Brasília pretende simbolizar o Brasil Moderno, representa o coroamento de uma larga história de intentos de tornar o Brasil contemporâneo do seu tempo. Uma capital nova, feita sob medida, lançada em termos audaciosos, nas proporções do século XXI” (IANNI, 1994, pág. 36)

⁴⁹ Neste período de 16 anos, governaram o país Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955), Carlos Luz, interino (1955), Nereu Ramos, interino (1955-1956), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), Ranieri Mazzilli, interino (1961), João Goulart (1961-1964).

⁵⁰ Márcio de Oliveira registra os resultados das metas governamentais de Juscelino Kubitschek: boa parte com índices maiores que 75% da meta estabelecida, com piores resultados nas áreas de produção alimentícia, extrapolando a meta proposta para a produção de veículos automotores. (OLIVEIRA, 2005, pág. 44).

Brasília, nesse aspecto, estaria inserida então num quadro ainda mais dilatado de expectativas quanto à chegada do Brasil em sua modernidade, um país que se industrializava e se urbanizava, o que, de certa maneira, corrobora com o intento de seu realizador ao anunciar a nova página da história, apesar das críticas de opositores políticos e dúvidas quanto à conveniência dessa operação tão dispendiosa.

Para além da análise da esperança que Brasília suscitava enquanto expectativa da modernidade destaco uma bibliografia que buscou desmistificar o caráter heroico e desconstruir as representações da epopeia. E no que tange à análise da pertinência da sua construção e dos significados que daí emergem, os autores consultados não economizaram em críticas ácidas e profundas à cidade e seus realizadores. São modos de ler e ver esse cenário em que se buscou afastar as significações de modernidade, reputando ultrapassadas e autoritárias as motivações de seus realizadores.

Ao redigir um ensaio crítico sobre Brasília, Lucio Castelo Branco (1987) aborda as “premissas histórico-estruturais que viabilizaram a construção de uma faraônica cidade nascida do nada”. Em sua análise, o que representou a construção de Brasília foi antes a consagração de modelos de exploração das massas que um caminho para a dissolução de contradições sociais, conforme estaria visionado nos discursos de Lucio Costa⁵¹.

“Brasília não é somente o *centro geopolítico* do processo de construção racional e tecnológico de uma moderna sociedade industrial de massas no coração do Brasil; Brasília é também a expressão em concreto armado de uma ideologia de estado e grande potência que, paradoxalmente, copia e desenvolve **ad absurdum** a lógica do modelo hegemônico ocidental e cristão (...) O modelo de Brasília reproduz e atualiza, no espaço, a ‘lei de ferro das oligarquias’ dominantes da história nacional...”. (CASTELO BRANCO, 1987, pág. 23). [grifos do autor]

Na mesma linha das interpretações da geopolítica, Paulo Bicca (1985) redige um ensaio em que busca desconstruir o que seriam os mitos então apregoados à Brasília, seus significados e suas representações. Indica a dificuldade que sentia, na década de 1980⁵², em

⁵¹ Como a expectativa de que diversas classes sociais poderiam morar em Brasília, expressa no documento com que Lucio Costa venceu o concurso para a Nova Capital.

⁵² Cabe aqui uma anotação importante: os posicionamentos mais críticos à Brasília parecem estar mormente concentrados na década de 1980, contemporâneos, portanto, ao processo de redemocratização do país e do processo de patrimonialização de Brasília. Considerando ainda que parte dos atores envolvidos com a valoração de Brasília era constituída de professores da Universidade de Brasília, e que alguns dos críticos da cidade tinham relações com a referida instituição, é possível observar um quadro de grande complexidade em que a crítica e a valoração puderam conviver no debate acadêmico e social. Voltarei à essa questão em alguns outros pontos do presente trabalho. Sobre as críticas à Brasília nesse período, ver ainda: GORELIK, Adrián. **Sobre a impossibilidade de (pensar) Brasília**. Revista Serrote, nº 10, págs. 213-239. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2012.

criticar Brasília, inclusive por força de uma aparente incapacidade de ofício: para os arquitetos compromissados com o modernismo, criticar Brasília era criticar o próprio campo disciplinar e seu modo de fazer. Assim, duvida do caráter nacionalista da construção, questiona o modelo autoritário e tecnocrático que se mostrava mascarado por um “falso socialismo” e um “pseudo-humanismo”, e indica que estaria entre o “equivoco” e a “mitificação” relacionar propostas supostamente democráticas e modernizadoras ao canteiro de obra faraônico de Lucio Costa, Oscar Niemeyer e Juscelino Kubitschek que massacrava e oprimia os candangos, ou ainda, que

“A realidade alienante, da qual Brasília é ao mesmo tempo suporte e agente, não pode ser vista, pois, como qualquer coisa que lhe é exterior, estranha à sua gênese, alheia à maneira como ela foi concebida e construída” (Idem, pág. 128).

Portanto,

“...continuar a contar a história de Brasília nos primeiros anos de sua construção, através de imagens apologéticas e místicas, é fazer estória e não historiografia que tenha fundamentos no real que descreve e explica.” (Idem, pág. 132)

Dialogando com perspectivas análogas, duas obras comumente citadas entre os críticos de Brasília são, no campo da geografia, “A capital da geopolítica”, de José William Vesentini (1986) e, no campo da etnografia urbana, “A cidade modernista”, de James Holston (1993), que elaborou sua pesquisa etnográfica e produção do trabalho em meados da década de 1980.

Para Vesentini, o caráter autoritário representou a construção da nova capital. Os termos do autoritarismo das classes dirigentes ligadas aos setores militares são evocados numa narrativa que atribui à vontade militarista a mudança da capital desde suas proposições no início do século XX, associando o resultado desse processo a uma simbiose, aparentemente pacífica e harmônica, entre Brasília, concepção e composição, e a Ditadura Militar pós 1964. Holston, por sua vez, também evoca as representações de Brasília no que se referem a motivações “ocultas” para sua construção. Mas para ele a modernidade por ela imposta teria resultado numa cidade apática politicamente e desfamiliarizada no seu cotidiano. Ambos, portanto, apresentando contradições irreconciliáveis tanto com as propostas de seus “inventores” – detidamente tratadas mais à frente – quanto com a modernização brasileira em termos econômicos e sociais, apontada para o futuro, no desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek.

Contradições essas que, aparentemente, sensibilizaram e foram respondidas pelo “inventor” da Capital, ainda que não diretamente. Lúcio Costa, ao redigir uma carta a Ítalo Campofiorito, em razão da proposta do processo de tombamento federal, faz um balanço de como a cidade se apresenta e é representada: “Brasília é, de fato, uma síntese do Brasil com

seus aspectos positivos e negativos, expressando assim, ao vivo, as contradições da sociedade brasileira”⁵³.

Por outro lado, ulteriores perspectivas de análise lançam outras luzes a respeito dos significados de Brasília, sua construção, suas motivações, suas representações. Luiz Sérgio Duarte da Silva (1997) aborda a construção de Brasília no enquadramento de um país periférico no concerto internacional das grandes nações que reelabora sua posição na lógica da modernidade, destacando que “o Ocidente não produziu apenas a ideologia do progresso; produziu também a crítica à ideologia do progresso” (Idem, pág. 11).

O autor aborda a construção num quadro de análises subdimensionadas nos estudos anteriores, como, por exemplo, as motivações e participação direta de intelectuais e políticos do estado do Goiás que buscavam romper com uma situação de isolamento vivido pelas comunidades do interior do país, indicando que a “Marcha para o Oeste” brasileiro tinha também suas demandas na vivência de quem lá habitava. No bojo de suas interpretações, avalia que,

“Na bibliografia que aborda a construção de Brasília, existe uma tendência que enfatiza os seus aspectos autoritários: a decisão de construir, o projeto urbanístico, a administração da construção, a ideologia que a legitima, a estrutura urbana gerada. A cidade e seus construtores são julgados – principalmente a partir da utopia urbanística, o Plano Piloto de Lucio Costa, herdeiro direto de concepções da arquitetura moderna – pelo que não concretizaram ou pelo que queriam concretizar. O saldo é a vitimização (do operário), determinismo (redução a um projeto unívoco onde são eliminadas as diferenças, particularidades e contradições) e negação (a dimensão utópica do projeto é esquecida devido à insistência no aspecto manipulatório do desenvolvimentismo).” (SILVA, 1997, pág. 66)

Vânia Maria Losada Moreira (1998) observa como a construção de Brasília, e da nacionalidade que representou, foi “um meio para muitos fins”. Numa pesquisa de grande amplitude busca apresentar a miríade de atores sociais, organizações de intelectuais, grupos políticos e agentes de setores econômicos (sejam industriais paulistas, sejam ruralistas goianos, cuja influência na construção de Brasília é tratada com ineditismo em seus estudos) que se relacionaram de maneira por vezes harmônica, por outras conflituosa. Cada grupo buscou impor sua participação na construção da cidade e de suas representações com variados graus de sucesso. Assim, a autora questiona as leituras que se enviesavam um “padrão de análise” que derivava da suposta constatação “de que a cidade se adequava perfeitamente ao regime militar”. Segundo a autora,

⁵³ Processo nº 1.305-T-90, v. I.

“Tais abordagens valorizam em demasia o poder da ideologia – no caso o nacional-desenvolvimentismo – como um mecanismo de cooptação política capaz de obscurecer o senso crítico de toda a sociedade. Criaram uma visão distorcida das relações entre Estado e sociedade civil porque – muito embora não postulem que o Estado esteja pairando com total autonomia sobre a sociedade –, na prática, a construção de Brasília surge como obra de um governo habilidoso, que toma decisões independentemente das demandas da sociedade governada.

Os ecos do passado não nos permitem aceitar essas visões unilaterais sem um certo constrangimento.” (MOREIRA, 1998, pág. 15)

Luis Carlos Lopes (1996), ao se debruçar sobre um corpus documental robusto, busca desvendar o “enigma da esfinge” ao investigar os bastidores do poder relacionados à construção de Brasília. Sem apresentar concessões às bases políticas, econômicas e ideológicas do “Projeto Brasília”, o autor indica que, em certo sentido, parte da perspectiva de integração nacional se operou, haja vista a convergência entre atores políticos e sociais distintos que se encontraram na significação e aposta num modelo de desenvolvimento e integração regional, unindo pessoas e ideologias díspares (como Luiz Carlos Prestes e Plínio Salgado, ou o positivismo militar e o modernismo arquitetônico), ou mesmo conferindo legitimidade tanto para a adesão da elite mais conservadora quanto das camadas mais pobres da população, ambos inflamados por um espírito de novidade e esperança. O autor observa ainda que as interpretações de um episódio tão marcante continuam a reverberar, e destaca a vivacidade dos estudos referentes à excepcionalidade do caso em termos globais, chegando a relacioná-la à sua patrimonialização:

“A decisão da Unesco, tomada a 7 de dezembro de 1987, de inscrever Brasília no rol das cidades e ruínas consideradas patrimônios culturais da humanidade é mais um elemento a demonstrar o impacto internacional da construção da nova capital brasileira.” (LOPES, 1996, pág. 230)

Temos também, mais recentemente, os estudos de Márcio de Oliveira (2005), com quem compartilho a impressão de que as teses elaboradas em fins da década de 1970 e década de 1980 insistem na existência de fatores determinantes, como atuação do Estado relacionado à geopolítica militar e às elites político-empresariais, e que, na década de 1990, há ampliação de abordagens quanto aos significados da construção de Brasília⁵⁴. O autor observa que estes estudos mais recentes fazem interagir “um grande número de variáveis de ordem política, econômica, cultural ou ideológica”, e que, portanto, para Brasília, não haveria apenas um fator primordial que a pudesse explicar, “isto simplesmente porque existem tantos fatores que se torna difícil, senão impossível, hierarquiza-los” (pág. 22). Para o autor, importa abordar a

⁵⁴ Compreensão que observo também em: GORELIK, Adrián. **Sobre a impossibilidade de (pensar) Brasília**. Revista Serrote, nº 10, págs. 213-239. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2012.

maneira como a cidade, no instante de sua inauguração, havia sido mais simbolicamente que fisicamente construída, enquadrando-a como um “mito na trajetória da nação”.

Como se pode observar até aqui, as estratégias de construção da cidade em termos simbólicos, sua figuração como epopeia, a crítica de suas significações, o questionamento de sua pertinência, bem assim aos estudos que ampliam as perspectivas de suas representações, dão a ver uma trama rica de visões, por vezes, distintas. Para esta dissertação, importa observar o modo como tantas vozes se relacionam com os discursos patrimoniais estudados, permitindo uma análise de suas estratégias de composição, de seus usos como elementos valorativos ou mesmo justificadores, conforme segue.

“O tema, Brasília, nova capital, é bastante polêmico principalmente no meio de intelectuais, onde não raro surgem discussões apaixonadas sobre o mesmo. A SPHAN deverá, portanto, pautar sua decisão em valores, tanto quanto possível, consensuais (...) fica delimitado o campo em que devemos atuar (...) “BRASÍLIA, FATO HISTÓRICO, fonte viva e permanente de informações sobre as características da sociedade brasileira da 2ª metade do século XX”⁵⁵

O trecho acima, parte do processo administrativo de tombamento federal, se apresenta aderente ao que foi abordado, tanto referente às discussões, às polêmicas, bem assim ao tratamento da cidade enquanto objeto de patrimonialização, enquanto “fato histórico”, no caso, como cidade-documento de que nos fala Márcia Sant’Anna (2015). Visto de outra maneira, falar da cidade como “fonte viva e permanente de informações sobre as características da sociedade brasileira” num ponto singular no tempo, talvez seja abordá-la no seu surgimento como um embate múltiplo de forças, como uma emergência⁵⁶:

“A emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro (...) O que Nietzsche chama de *Entstehungsherd* do conceito de bom não é exatamente nem a energia dos fortes nem a reação dos fracos; mas sim esta cena onde eles se distribuem uns em frente aos outros, uns acima dos outros; é o espaço que os divide e se abre entre eles, o vazio através do qual eles trocam suas ameaças e suas palavras (...) Ninguém é, portanto, responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício” (FOUCAULT, 2000, pág. 24)

⁵⁵ Antônio Pedro Alcântara, parecer da Coordenação de Proteção da SPHAN, pág. 64 do processo nº 1.305-T-90.

⁵⁶ Proponho aqui recorrer à distinção trabalhada por Foucault entre “origem” e “emergência”. De certo, a discussão abordada por Foucault no texto “Nietzsche, a genealogia e a história” é bastante mais ampla do que a que proponho na minha análise. Ali, o autor aborda a metodologia genealógica nietzschiana de análise da história, onde se questiona sobre o uso dos termos para compreender a invenção dos nossos conceitos, juízos e sentimentos morais. Todavia, me aproprio do excerto no que ele me permite observar que a construção de Brasília esteve inscrita numa trama de embates socioculturais relacionados com o teatro político e econômico, razão pela qual – e concordando com Vânia Moreira – nenhuma visada particular daria conta da enorme empresa de se definir qual das possibilidades poderia encerrar, em apenas uma, as muitas histórias da construção de Brasília.

Entendo que a abordagem de Foucault é útil à compreensão do que representaria esse momento da história do Brasil, visada à posteriori, como um momento de inflexão, de emergência, posto que ela transborda da visão unívoca que Juscelino Kubistchek se propõe a apresentar e que, de certa maneira, é reproduzido por outros personagens e estudiosos. Se tomarmos Brasília como um evento, ele só foi possível mediante um embate e correlação de forças políticas, reverberadas nos diversos quadrantes do país⁵⁷, mas que também seria, em certo sentido, tanto a convergência quanto o embate de vontades distintas, da ordem política e econômica, de atores múltiplos, como políticos goianos e cariocas, cada um com suas agendas e interesses, militares interessados na defesa nacional, industriais paulistas antevendo a abertura de estradas para a indústria automobilística etc. Um quadro complexo que foi bastante trabalhado nas perspectivas da patrimonialização da cidade.

Quando se opera um tombamento histórico, caso de Brasília, tendo em vista o “momento histórico” como valor marcante para a construção da justificativa de sua patrimonialização, a qual história se refere, senão à de seu aparecimento como uma trama de acontecimentos? Senão, tomaríamos a cidade como a identidade em tudo atrelada ao discurso juscelinista, incorporando a visão da origem justificadora e de seu passado mítico? Analisar a maneira como os estudos que levaram à patrimonialização de Brasília se apropriaram de determinadas visadas do passado explícita, de forma bastante contundente, os processos de atribuição de determinados valores a um bem específico, porquanto são variáveis e moventes no tempo as motivações que o ensejaram.

Nesse sentido, é possível verificar que alguns dos temas aqui abordados comparecem com bastante força em alguns momentos do complexo processo de atribuição de valores à Brasília, sendo compartilhado, inclusive, por grupos distintos. O conselheiro Modesto Carvalhosa apresentou sua abordagem durante a reunião do Conselho Consultivo do IPHAN que levou ao tombamento federal.

“O aspecto de tombamento histórico é relevante, não só o artístico⁵⁸, como o histórico. **Porque a história do Brasil no começo da segunda metade do século está centrada em Brasília.** A história hoje não é mais a história oficial dos feitos. A história hoje é simplesmente uma sociologia dos fatos que são relevantes para as rupturas etc. então, como visão sociológica da história, Brasília é talvez o ponto máximo de nossa história atual. **De modo que a visão de todo aquele movimento de agregação de pessoas de vários lugares do Brasil, da sua gesta basicamente épica (...)** demanda realmente o

⁵⁷ Como registrados em pesquisas de opinião realizadas em capitais brasileiras e analisadas por Vânia Moreira (1998).

⁵⁸ A questão da dimensão artística de Brasília – e de como ela foi tratada no âmbito de sua patrimonialização – será tratada mais à frente.

seu tombamento como um tombamento ainda artístico na história.” (Modesto Carvalhosa, Conselheiro do IPHAN. Pág. 48-9, processo nº 1.305-T-90, grifos meus).

O que aparece na argumentação do conselheiro é o evento de seu surgimento enquanto ruptura, um evento grandioso, que emerge num determinado ponto da História do Brasil, ainda compreendido a partir de sua grandiosidade épica.

Ainda que com uma abordagem diferente, o GT-Brasília, tributário de uma visão de patrimônio alternativa, bem como de concepções diferentes quanto à abordagem, métodos, e seleção de objetos a serem protegidos – como se verá nos capítulos subsequentes – não se desvencilhou de referências que informaram representações semelhantes às do Conselho Consultivo, conforme segue:

“A ação política do Presidente Juscelino Kubitschek permitiu que se implantasse este projeto histórico em um país com enormes discrepâncias sociais, forte dependência econômica e contrastes territoriais imensos, **como fruto de uma epopeia que sacrificou, além de vidas humanas, grupos sociais já tradicionalmente oprimidos”**. (Brianne Bicca e M^a Elaine Kohlsdorf, pág. 2) [grifos meus]

No trecho acima, mesmo estando presente a crítica social ao projeto de JK, é possível observar o vigor com que a perspectiva da epopeia se apresenta, ainda mais como fruto de um projeto histórico cuja implantação teria se dado pela ação política de um determinado personagem. Talvez não tão heroico como outrora. Ainda assim, apresentado como timoneiro da nau candanga, ou aquele cuja atuação “permitiu” seu navegar. De uma maneira ou de outra, são elementos que dão a ver como grupos distintos reverberam perspectivas históricas semelhantes e, por outro lado, como outras perspectivas poderiam ser agenciadas alternativamente àquelas mais, digamos, consagradas, na elaboração das justificativas, na atribuição de valores e nos discursos a eles relacionados.

A seguir, estudarei como outra narrativa específica, que a dimensiona Brasília como **cidade modernista**, atrelada a uma composição urbanística e arquitetônica particulares, se apresenta também relacionada à construção de representações da cidade e das subsequentes apropriações para o processo de atribuição de valores.

1.3. A cidade de filiação modernista: entre referências e reelaborações.

“A autonomia, e não a vassalagem do seu urbanismo e da sua arquitetura foram mundialmente reconhecidos pela Unesco, ao transformar tão jovem cidade em Patrimônio da humanidade – prova que trilhamos o caminho certo. O mundo está cheio de cidades apenas vivas, que não interessa à Humanidade preservar. Mas no

caso raro dessas cidades eleitas há sempre particularidades que precisam manter-se imunes a inovações e modismos, do contrário, o que é válido nelas se perde e esvai⁵⁹.”

Lucio Costa, 1990. [Grifo do autor]

O trecho em epígrafe de Lucio Costa compõe o processo de tombamento federal e nos permite observar a força que, nos discursos patrimoniais, a feição arquitetônica e urbanística de Brasília recebe. Seria, conforme indica o autor da obra, o motivo para sua **eleição** enquanto um patrimônio que, em termos de interesse em sua proteção, extrapola os limites do território nacional: seria, em última instância, a toda humanidade que diria respeito sua preservação. Permite a interpretação, inclusive, das estratégias de formulação do argumento: mesmo se considerássemos uma cidade com um lastro histórico ancorado nas raízes políticas e aspirações nacionais brasileiras desde o século XIX e fruto de um empreendimento nacional de mudança da capital, de integração nacional, de uma epopeia enfim, ainda assim poderia ter se convertido numa cidade como tantas outras, ordinária, inclusa, certamente, no rol de infindáveis cidades cuja emergência se deu em condições específicas, mas que não demandariam ações de preservação.

Mas ao mundo – a todos os povos, portanto –, tomado na abstração homogeneizante de “humanidade”, e a partir da avaliação de um certo número de especialistas, em diálogo com instituições específicas, interessaria um ingrediente a mais, uma particularidade: a cidade cujo desenho urbano e arquitetura são caracterizados como modernistas e que cuja descaracterização, senão controlada, imunizada de “inovações e modismos”, acarretaria na perda de um patrimônio que seria, segundo essas instituições, referência planetária.

Seu aspecto modernista poderia ser, nas análises ora operadas, mesclado ao tópico anterior, dada a ligação dos arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer com Juscelino Kubitschek, ou mesmo a atuação de Niemeyer, o “pioneiro” presente no canteiro de obras, participe do que seria a epopeia candanga. Entretanto, por uma questão referente ao destaque que lhe é empregado, bem assim as peculiaridades que sua investigação enseja, assumo como necessária uma análise particular, considerando sua relevância tanto para área de estudos referentes ao patrimônio cultural quanto, e principalmente, a enormidade de trabalhos de interpretação realizadas no campo disciplinar da arquitetura e urbanismo⁶⁰, para quem a cidade

⁵⁹ Processo nº 1.305-T-90-SPHAN. Carta de Lucio Costa ao então Secretário do Patrimônio Ítalo Campofiorito, pág. 6.

⁶⁰ Há interpretações já clássicas que figuram nas maiorias dos trabalhos referentes à análise arquitetônica e urbanística de Brasília. Destaco algumas: Kenneth Frampton (1997), em “*História crítica da arquitetura moderna*”, aborda Brasília no âmbito do “estilo internacional”, e que sua realização nos anos 1950 representou um

é lida como realização excepcional no panorama mundial e momento de clivagem para o estilo modernista internacional (FRAMPTON, 1997; GORELIK, 2005).

Afinal, a cidade foi, à sua época, considerada a mais importante construção do século XX para as teorias do urbanismo, haja vista ser diretamente identificada como egressa das disposições apresentadas nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), leitura que se encontra fortemente marcada como valor e justificativa para sua proteção, conforme parecer de Leon Pressouyre, em 1987⁶¹:

“Os princípios do urbanismo do século XX, tais como foram expressos em 1943, na Carta de Atenas, ou em 1946, no Modo de Pensar o Urbanismo, de Le Corbusier, foram raramente evidenciados na escala de uma capital; as únicas exceções notáveis são as de Chandigarh (...) e, principalmente a da capital do Brasil, Brasília, criada *ex nihilo*, no centro de um distrito federal de 5.814 Km², a partir de 1956.”
[Grifo meu]

Aqui o estudioso do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) destaca a notabilidade de Brasília por ser uma realização não de um urbanismo qualquer, mas de uma filiação bem marcada na Carta de Atenas e seu principal formulador: o próprio Le Corbusier. Um modo específico de construir uma cidade – um modo de fazer, ou o passo seguinte ao de teorizar ou de “pensar o urbanismo”. Um caso, portanto, excepcional, ainda se considerarmos o que se passou com a “civilização ocidental” em meados do século XX. As postulações desenvolvidas nos encontros dos CIAM tem início num momento de tensão e crises econômicas na Europa entre guerras, e logo seria interrompido pela 2ª Grande Guerra para, após o término do conflito mundial, esboçar uma continuidade num turbulento momento de reestruturação socioeconômica dos países beligerantes e de reconstrução de cidades arrasadas. Assim, até a dissolução dos CIAMs em 1959, realmente, foram poucas as oportunidades operacionais para a construção de projetos em escala semelhante à de Brasília, ou seja, na construção de cidades centrais ou capitais⁶².

De qualquer maneira, a recorrência de representar Brasília como cidade monumental, expressão destacada e singular do urbanismo e arquitetura do século XX, parece manter sua

momento crítico para a arquitetura brasileira, e que após sua inauguração houve uma reação mundial “contra os preceitos do Movimento Moderno”; Leonardo Benévolo (2006), em “*História da Arquitetura Moderna*”, destaca a presença da arquitetura moderna brasileira no cenário internacional, notadamente para a América Latina para quem se fez vanguarda, num ciclo que se encerra em Brasília, na década de 1960; mas será Yvez Bruand (2003) quem se deterá nas expressões brasileiras com maior afinco. Em seu “*Arquitetura Contemporânea do Brasil*” realizará um robusto inventário da produção arquitetônica nacional, com análises referentes à influência de Lucio Costa enquanto pensador da disciplina arquitetônica, focalizará Oscar Niemeyer em sua plástica “triumfal”, e analisará Brasília como “apoteose do urbanismo brasileiro”.

⁶¹ Parecer do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios-ICOMOS, Lista do Patrimônio Nacional nº 445. In: PERALVA, Osvaldo. *Op. Cit.*

⁶² Considerando que as chamadas “new towns” inglesas teriam um caráter mais periférico (BENEVOLO, 2006).

força desde a inauguração até seu reconhecimento enquanto patrimônio. Tomo como exemplo o trabalho desenvolvido no âmbito do Governo do Distrito Federal⁶³, para que Brasília se candidatasse ao título de Patrimônio da Humanidade junto à Unesco. Esse documento foi analisado pelo especialista designado pela organização internacional, Leon Pressouyre, perfazendo um diálogo de personagens e atores relacionados com o processo de atribuição de valores culturais à Brasília que referenciam a cidade como obra monumental ligada aos CIAMs. Vejamos: Brianne Bicca e Maria Elaine Kohlsdorf, arquitetas enormemente engajadas na elaboração dos estudos remetidos à Unesco, apresentam assim seus argumentos, numa abordagem que varre temporalmente as primeiras décadas da capital:

“A velocidade do processo de construção e consolidação desta cidade tem sido bastante atípica na história do desenvolvimento urbano ocidental e hoje, decorridos 25 anos de sua fundação, toma-se **ainda Brasília como um dos exemplos mais acabados de criação de novas capitais em nosso século, além de expressão genuína dos princípios da Arquitetura Moderna preconizados pelos CIAM’s**”⁶⁴.
[Grifo meu]

Temos aqui um eco a respeito das bases teóricas sobre as quais se “inventou” um plano-piloto de que derivou a cidade construída, a respeito do que será necessário um olhar mais acurado. Os CIAMs, a Carta de Atenas e Le Corbusier comporiam o pilar sobre o qual Lucio Costa teria erigido sua obra relacionada à “Arquitetura Moderna” em sua expressão “genuína” – por extensão, em sua pureza de conteúdo. Questiono, portanto, se estariam inalterados os princípios basilares dos CIAMs, bem como até onde iria essa filiação apregoadas.

A resposta a tal questionamento talvez esteja em um detalhe presente no texto na epígrafe do presente tópico. Lucio Costa parece dar um destaque quase dramático ao informar sobre o cerne do reconhecimento de sua criação: “A **autonomia**, e não a **vassalagem** do seu urbanismo e da sua arquitetura foram mundialmente reconhecidos pela Unesco”. Uma declaração que deve ser posta em revista e cotejada com os discursos patrimoniais a fim de melhor compreender as maneiras como a obra é lida, interpretada, apropriada e legitimada em sua patrimonialização.

Afinal, em que pese sua relação com Le Corbusier, na condição de filiação ou como “expressão genuína” de seus princípios, em que sentido se poderia afirmar se tratar de uma obra autônoma? E em sendo, autonomia em relação a quê ou quem? As ousadias formais das linhas

⁶³ Argumentos, estudos e propostas que seriam levados à Unesco no formato de um dossiê de candidatura, preparado enquanto desdobramentos da atividade do GT-Brasília, conforme será melhor abordado no terceiro capítulo.

⁶⁴ GT-BRASÍLIA. Síntese dos Trabalhos – maio de 1985. Brianne Bicca e M^a Elaine Kohlsdorf, pág. 2. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 03.

e das curvas dos edifícios de Oscar Niemeyer restariam condicionadas à subserviência a algum estilo?⁶⁵ Um urbanismo amplamente identificado com princípios elaborados nos CIAM e exarados na Carta de Atenas estaria, em relação a esses Congressos, numa relação de **vassalagem**?

Lucio Costa, reconhecido como homem de vasta cultura (BRUAN, 2003, RUBINO, 2002), recorre a uma noção bastante comum nos compêndios que tratam do feudalismo – sistema político, econômico e social da Europa medieval – para sair em defesa do urbanismo e arquitetura de Brasília, *mutatis mutandis*, de sua autoria e de Oscar Niemeyer, cabendo aqui uma reflexão sobre o termo:

“... independentemente de sua condição jurídica, o homem medieval, cavaleiro ou camponês, estava submetido à dependência pessoal, à subordinação a outro indivíduo. A **vassalagem** era o laço de dependência que ligava todo nobre a seu senhor (...) A vassalagem funcionava como a prestação de homenagem **que um nobre fazia a outro mais poderoso**, passando este a ser seu suserano. O vassalo devia a seu senhor lealdade e serviços (...) Em troca o suserano fornecia proteção e meios materiais para sua manutenção.” (SILVA e SILVA, pág. 152) [Grifos meus]

As caracterizações sociais mais correntes do chamado Sistema Feudal giram em torno das redes de relações de dependência que implicavam um sistema de hierarquias em que mesmo os nobres deviam reverência. Ainda que a lealdade fosse recompensada, estavam implícitas formas mais ou menos fortes de submissão. Para o caso em comento, a autoria de um urbanismo em que se revele importante destacar e defender sua autonomia, e mais, o comparecimento dessa argumentação no processo de tombamento federal, indica que a comum e recorrente fixação das bases de sua invenção nos calcanhares do mestre Le Corbusier não é de todo pacífica, ou, ao menos, deve ser objeto de outras possibilidades de análise e consideração.

Ainda que não represente um rompimento com seu mentor, como se verá, Lucio Costa reafirmará que o DNA tupiniquim de Brasília está em relação parelha com referências internacionais – do presente e do passado –, recusando a suserania europeia para com sua brasilidade. E a maneira como isso é trabalhado pela bibliografia – cujo volume é abundante e, por isso, será aqui apenas economicamente trabalhada –, amplia a leitura das estratégias patrimoniais para a narrativa que elege em patrimônio a cidade modernista.

⁶⁵ Há um reconhecimento de que, sim, Oscar Niemeyer se amparou em alguns princípios do “international style”. Entretanto, e simultaneamente, de que ele teria reelaborado tais princípios engendrando uma arquitetura de formas livres e sinuosas, uma verdadeira inovação. Ver: UNDERWOOD, David. **Oscar Niemeyer e o modernismo de formas livres no Brasil**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

1.3.1. Na trilha do modernismo brasileiro: diálogos entre tradição e modernidade.

A inserção do modo de fazer arquitetura atrelado com o Movimento Modernista tem sua trajetória relacionada a um momento de afirmação cultural no Brasil na primeira metade do século XX, em que seus intelectuais organizavam seu pensamento e produção na busca de uma certa “brasilidade” – o que, em parte, foi tratado no tópico anterior, no processo que teria resultado na busca de um “Brasil Moderno”.

A expressão desse movimento no âmbito da arquitetura brasileira elegeu o estilo colonial como sendo seminal de uma nacionalidade em formação. Urgia afastar-se da produção arquitetônica conhecida então como “estilo eclético”⁶⁶ e aproximar-se da expressão local, em busca do que seria uma essência. Nesse quadro da arquitetura, temos em Lucio Costa uma figura de atuação marcante. Num primeiro momento, fora apresentado como “o protagonista mais talentoso de uma arquitetura neocolonial, que se opunha ao ecletismo e buscava atualizar a arquitetura brasileira do Século XVIII” (COMAS, 2010). Em sua própria expressão, afirmava:

“Admiro cada vez mais a arquitetura antiga e **muito particularmente a nossa arquitetura antiga**. As velhas casas e os velhos móveis do Brasil colonial me satisfazem e emocionam cada vez mais (...) [estudando a nossa antiga arquitetura] analisando os sistemas construtivos absolutamente honestos em que a fisionomia arquitetônica reflete não mais nem menos, porém fielmente, exatamente a construção, em que tudo de fato é aquilo que parece ser, compreendi a infinita tolice dessa falsa arquitetura que, com uma grande dose de ridículo e romantismo, tendia a se popularizar. Compreendi o absurdo em que estávamos todos, arquitetos, engenheiros, construtores”. (COSTA, In: EL-DAHDAH, 2010, pág. 55) [grifos meus]

Em sua avaliação, havia uma compreensão da técnica dessa arquitetura brasileira que estaria sintetizada numa racionalidade liberta do historicismo classicista do ecletismo. Assim, Lucio Costa apresenta a visão profissional que se ocupava com uma linguagem e expressão “genuínas” que, aos intelectuais de então, faziam sentido enquanto dotadas da particularidade nacional. Segundo Fonseca (1997), Lucio Costa soube “integrar modernidade e tradição, a partir de uma reflexão sobre a especificidade do campo profissional [no caso, a arquitetura], e de sua relação com a realidade brasileira” (Idem, pág. 98).

⁶⁶ Benévolo (2003) observa o aspecto negativo do panorama da arquitetura eclética brasileira na virada do século XIX ao XX, que se conformava em uma profusão de miscelâneas de estilos históricos de diversos lugares da Europa, por vezes meramente copiados, por outras, em misturas arbitrárias e fora de contexto, que exprimiam, segundo o autor, um complexo de inferioridade e falta de originalidade contra o qual se levantariam os modernistas ainda na década de 1920.

A rusga contra o ecletismo se relacionava com a noção de que ele estaria identificado com a importação de estilos e que derivava em manifestações estrangeiras desconectadas com o que deveria ser o da continuidade de um modo de fazer e uma sabedoria próprios do “povo brasileiro”, que soubera traduzir as referências ibéricas advindas da colonização em técnicas construtivas que diriam respeito ao nosso clima, à nossa paisagem, ao nosso conteúdo cultural.

Mas sua visão do ofício, bem como a de toda uma geração de arquitetos que lhe eram contemporâneos, será impactada pela disseminação dos conceitos modernos internacionais. Segundo Segawa (2010), assimilar essas novas técnicas e conceitos – ainda mais com as estruturas metálicas e o concreto armado como possibilidades tecnológicas cada vez mais acessíveis – aos motivos arquitetônicos vernaculares desenvolvidos em regiões do país como o interior de Minas Gerais, iria se tornar, pouco a pouco, o conteúdo de trabalho de uma geração de arquitetos que, além de impregnarem as cidades com suas criações, assim o faziam como um recurso referencial identitário.

Lucio Costa, com apenas 28 anos, fora chamado à frente da Escola Nacional de Belas Artes, em 1930, e empreendeu ali uma curta experiência que visava redefinir alguns rumos da produção brasileira em arquitetura, onde essas novas formulações e práticas seriam trabalhadas. Seria, ao longo das décadas de 1930 e 1940, reconhecido como um grande divulgador da arquitetura moderna internacional, sendo significativas as suas contribuições teóricas para a disciplina em formação.

Nesse sentido, é apontado com enorme destaque a realização do edifício do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, conhecido como Palácio Gustavo Capanema (BENÉVOLO, 2003; COMAS, 2010; SEGAWA, 2010). Amplamente reconhecido pela literatura como uma das mais decisivas contribuições brasileiras para a arquitetura mundial e divisor de águas para uma geração de profissionais, o edifício foi objeto de polêmica porquanto seu projeto veio a substituir uma outra proposta, vencedora de um concurso realizado em 1935⁶⁷, de inspiração, ao menos na estética, marajoara. O ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, mesmo após autorizar o pagamento do prêmio do mencionado concurso, convida Lucio Costa a organizar uma proposta condizente com o que imaginava ser representativo de seu tempo: o modernismo. Por sua vez, o arquiteto brasileiro convida Le Corbusier, que prestará assessoria à realização, chegando a apresentar, em croquis, uma

⁶⁷ O arquiteto Archimedes Memória, catedrático da Escola Nacional de Belas Artes, foi o vencedor do concurso com um anteprojeto acadêmico: inspirado na civilização pré-colombiana que se desenvolveu na Ilha de Marajó. (BENÉVOLO, 2003)

proposta inicial de partido arquitetônico para o edifício e que foi, posteriormente, desenvolvido por Lucio Costa e equipe⁶⁸, na solução definitiva.

Para além de simplesmente haver uma proposta, para a época, representada como revolucionária, sua construção apresentou a aplicação no Brasil dos “*cinco pontos da arquitetura nova*”⁶⁹, formulados pelo próprio Le Corbusier, embora se reconheça que o projeto final divergisse dos apontamentos do mestre francês, sendo resultado de um laboratório de seus aprendizes brasileiros. Portanto, o programa da nova arquitetura estaria na vitrine de análises e críticas e estamparia, a reboque, a consagração de uma linguagem modernista face opções de estilos classicistas. Afinal, o anteprojeto preterido, cuja evocação aos olhos dos modernistas de então era passadista, fora substituído por um de conteúdo modernista, com técnicas divulgadas em âmbito internacional.

Temos, então, nestas primeiras décadas do século XX um trânsito de temporalidades que dá a ver a já mencionada expectativa de visionar um tempo cujo futuro vai se tornar referência mais premente que o passado: ao rejeitar um passado recente, quase um presente, do ecletismo classicista, os arquitetos modernos vão buscar num passado mais recuado, de vertente colonial⁷⁰, a referência identitária para, em seguida, alça-lo a uma nova formulação, de arquitetura, de representação artística, de Brasil. Entretanto, alguns mecanismos dessa operação, mais especificamente os referentes ao trabalho do inventor de Brasília, tem de ser melhor esclarecidos.

Benévolo (2003) destaca o modo como Lúcio Costa se dedica a pensar a respeito de questões estéticas, enquanto próprias do fazer arquitetônico. Porém, observa que as preocupações nesse sentido não eclipsavam outros problemas da arquitetura – como os técnicos e sociais. Pelo contrário: aparte não ser a estética negligenciada, estaria subordinada àqueles. Nesse sentido, o autor observa uma motivação coerente para a sua manifesta inspiração corbuseana:

“A escolha da doutrina de Le Corbusier e como base de referência obrigatória, foi motivada justamente pelo fato de que este tratava os três problemas [o técnico, o social e o plástico] como se fossem um só, procurando uma simbiose entre vários elementos. Dentre os grandes mestres do racionalismo, era ele indiscutivelmente o que tinha

⁶⁸ Equipe de arquitetos sob coordenação de Lucio Costa: Carlos Leão, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcellos e Jorge Machado Moreira. (BENÉVOLO, 2003)

⁶⁹ “Volume construído elevado em pilotis, planta livre com estrutura independente, fachada livre, janelas dispostas na horizontal, (fenêtre en longueur) e o terraço-jardim” (SEGAWA, 2010, pág. 86).

⁷⁰ Note-se que a escolha não é alheatória. O colonial se adaptou às aspirações dos brasileiros modernos pois possuía os elementos que melhor se coadunavam com os preceitos modernos: simplicidade, volumes geométricos, racionalidade, melhor adaptação ao clima local, servindo melhor, portanto, como referência às intenções de renovação.

pregado e alcançado em suas realizações o melhor equilíbrio entre esses componentes. Mas enquanto no plano social Lúcio Costa aceitava integralmente as ideias de Le Corbusier e no plano técnico ele lhe era fiel sem tornar-se escravo de suas ideias, não vacilando em introduzir variações práticas sempre que possível, no plano estético ele achava que tinha uma contribuição a dar e não podia contentar-se com o pensamento de outra pessoa” (BENÉVOLO, 2003, pág. 120)

A indicação de Benévolo, que apresenta preocupações de ordem social no fazer de Lucio Costa, dá pistas de distanciamentos de outra ordem, no caso, estéticos, afastando, inclusive, a hipótese de uma suposta vassalagem. Somadas às variações técnicas, depreendo estarem na trilha da autonomia do *design* urbano de Brasília, em que o arquiteto brasileiro teria operado em suas análises e formulações, quando necessário, a tradução do funcionalismo europeu ao contexto brasileiro, aplicando releituras sem acatar suas bases enquanto dogmas. Mas então, quais seriam os pontos básicos de aproximação com os CIAMs e como eles se relacionam?

1.3.2 Da urbanística dos CIAM à Brasília: pontos de partida, pontos de fuga.

Para melhor analisar as relações entre o urbanismo de Brasília e a urbanística dos CIAM – tentando, desde já, me afastar de um modelo de análise de causa-e-efeito –, será necessário perguntar, no âmbito mais geral da arquitetura e urbanismo modernistas, a respeito de qual momento dos CIAM estaria me referindo. Ou antes, e talvez mais importante: se o urbanismo de Le Corbusier equivale ao dos CIAM e vice-versa.

A esse respeito, cabe mencionar Françoise Choay (1979), que empreendeu uma conhecida antologia da prática do urbanismo desde os começos da construção de um campo do saber até sua crítica, mostrando que na enormidade de vertentes, dentre as quais a “progressista” da qual faziam parte os arquitetos racionalistas que integravam os CIAM, não havia um denominador comum, embora, cada qual à sua maneira, aparentemente eram comuns os desafios advindos do processo de urbanização e industrialização, experimentado de maneiras distintas e não simultaneamente entre as nações.

Na esteira de Choay, Eloísa Petti Pinheiro (2007) realiza um esforço de compreender como o “Movimento Moderno” internacional, multifacetado em termos de proposições, métodos, técnicas e soluções, compartilhou a busca por novas formas urbanas, predominantemente, no período entre 1920 e 1960. Observa a autora que mesmo estabelecendo relações conceituais, formais, e até políticas, e ainda considerando a influência que os

Congressos Internacionais de Arquitetura tiveram, a produção desse período foi plena de propostas diversificadas, mas que não se esgotam nos CIAMs. Para a autora,

“Podemos afirmar que a forma urbana, no entre-guerras, não se resume aos ditames dos CIAM nem segue exclusivamente as regras da Carta de Atenas (...) os grandes conjuntos habitacionais da Alemanha são precedentes. A aplicação do zoneamento urbano não é fruto dos CIAM, uma vez que em Nova York, em 1916, uma ordenança busca controlar o caos fixando a utilização do solo em três zonas: residencial, de negócios e livre. Em Tokyo, após o terremoto de 1923, que destruiu metade da cidade, foram estabelecidas cinco zonas para o plano de reconstrução: comercial, frente à baía; industrial, ao norte e ao sul; residencial em volta do Palácio Imperial; e mista”. (PINHEIRO, 2007)

Há aqui uma indicação tanto da multiplicidade de propostas, quanto a diversidade de soluções encontradas ao redor do mundo e que, ainda que se valendo de um vocabulário semelhante – como o zoneamento urbano, comumente atribuído às propostas funcionalistas – atendiam a demandas diversas. Antes de Eloisa Pinheiro, os estudos clássicos de Benévolo (2006) e Frampton (1997), apenas para citar alguns, já indicavam que os CIAM, além de não abarcarem a totalidade das expressões da época, tinham dentro de seus quadros arquitetos com visões distintas sobre como tratar os novos desafios advindos dos agrupamentos urbanos pós-industriais.

Eric Mumford (2007) apresenta uma análise pormenorizada dos CIAM e os divide em dois períodos, antes e depois da Grande Guerra, e observa que, mesmo em seu início, esteve dividido em dois grupos de influência: arquitetos de língua alemã, e do grupo da Escola Bauhaus de Walter Gropius e Mies Van der Rore, e outro sob influência francesa de Le Corbusier. De qualquer maneira, se organizaram pela premissa de que as metrópoles urbanas do século XX deveriam ser repensadas – e, talvez, mais do que isso, redesenhadas – considerando as necessidades biológicas, psicológicas e sociais das classes trabalhadoras, fustigadas pela crescente insalubridade das cidades mais desenvolvidas.

A organização dos espaços tradicionalmente compostos deveria ser revista em perspectivas racionais, considerando a eficiência no emprego de técnicas, a economicidade de suas aplicações, a padronização de equipamentos público, conjuntos habitacionais etc. Inicialmente, a preocupação dos CIAM focalizou a modulação de unidades mínimas para a habitação, mas logo se viu ampliada para a organização de cidades inteiras. Nesse sentido, aspectos como a separação de funções na cidade, visando à otimização de seus recursos, foi paulatinamente aceita, situação para qual foi decisiva a participação de Le Corbusier.

O arquiteto fizera viagens a Moscou no final dos anos 1920 onde tomou contato com proposta de organização e construção de vilas operárias e cidades industriais. A experiência

soviética aparentemente superava em alcance as propostas de maximização de resultados pela racionalização técnica das habitações individuais, por exemplo, por incrementar e organizar serviços comunitários gerais, e organizar o fluxo de transporte, o que o levou a propor que o encontro dos CIAM em Bruxelas, em 1930, tratasse do planejamento racional dos lugares. Chamava a atenção para a necessidade da construção de uma doutrina do urbanismo na qual caberia aos CIAM buscar apreender a evolução da sociedade e, aos dirigentes, apresentar propostas, planos e projetos para espaços condizentes com tal evolução.

Eric Mumford destaca ainda que em 1931 uma equipe holandesa liderada pelo arquiteto Van Eesteren fora instruída pelo comitê responsável por organizar os encontros dos CIAM – algo como um conselho diretor formado por nomes como Gropius, Giedion e o próprio Le Corbusier – a preparar guias de apresentação referentes ao tema da Cidade Funcional. A inspiração corbuseana era marcante, mas a o grupo holandês se valia de informações estatísticas mais do que aspectos formais para propor um urbanismo que distribuísse de maneira racional os elementos funcionais da cidade moderna. Ainda em 1931, Le Corbusier trabalharia em conjunto com um grupo espanhol em que propuseram o redesenho de grandes áreas em Barcelona: a primeira oportunidade de aplicar, num contexto urbano consolidado, os princípios das quatro funções do urbanismo moderno: habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito e circular. A premência de Le Corbusier é fundamental, mas, como se vê, não se tratou de uma construção de todo solitária. Mas seria no CIAM-IV, realizado em 1933, que suas ideias seriam apresentadas de maneira sistematizada.

O encontro, que seria originalmente realizado em Moscou – transferido por discordâncias do governo estalinista que desconfiava das intenções não revolucionárias dos Congressos –, se deu a bordo de um navio partindo de Marselha à Atenas. Foram ali debatidas questões referentes aos problemas das metrópoles de então, como dificuldades de circulação, acentuada dispersão dos núcleos urbanos, e problemas com o uso do solo. Apresentando a defesa de que os projetos para as novas cidades deveriam se basear na oferta abundante de ar em circulação, incidência franca de luz solar e espaços livres, Le Corbusier apontava suas posições para a Cidade Funcional em que, ainda segundo Mumford (2007),

...el urbanista debía escoger entre dos tendencias: extender la ciudad o contraerla. Si se escogía la segunda opción, debía usarse el concreto y el acero para transmitir “los placeres esenciales: el cielo, los árboles y la luz”. Le Corbusier enfatizaba que la base de los juicios del CIAM debía ser la “habitación”, la primera de una jerarquía de cuatro funciones: habitación, trabajo, recreación y circulación. Continuaba diciendo que el ambiente natural debía ser salvado del “leproso suburbio” de las ciudades existentes. Sostenía que mientras el patrón de la ciudad jardín satisfacía al individuo, perdía las ventajas de la organización colectiva. Para él, la ciudad concentrada favorecida con

las técnicas modernas, aseguraba la libertad del individuo dentro de la estructura residencial y organizaba la vida colectiva en relación con la recreación. Describía cómo el automóvil y el ferrocarril habían creado una nueva escala, y cómo, al mismo tiempo, el urbanista debía enfrentar un “gran obstáculo” para la reconfiguración urbana, la propiedad privada. En su charla, Le Corbusier insistía en que el suelo de las ciudades y del campo debía ser “movilizado” por el trabajo colectivo, pero no abogaba por una expropiación comunista del suelo en la propiedad privada. Sostenía que esta debía ser la “afirmación, la dirección profesional” del CIAM, la cual debía ser objetivamente presentada a las autoridades. (Idem, págs. 103-4)

O autor destaca ainda que neste primeiro período dos CIAM, que sofreu uma severa dispersão devido à 2ª Grande Guerra, houve iniciativas frustradas de publicação das sínteses desse quarto Congresso, e que as propostas desse encontro seriam publicadas somente no início da década de 1940 por dois personagens: Le Corbusier, na chamada Carta de Atenas⁷¹, e por Josep Luís Sert, como parte de seu livro *Can Our Cities Survive?* De qualquer maneira procuro esboçar aqui que para analisar tanto o urbanismo modernista da primeira metade do século XX, quanto o que se considera que seja a urbanística dos CIAM, deve se levar em consideração um aglomerado de referências, o que problematiza as relações que são atribuídas à Brasília, e não apenas: que Lucio Costa teria, ele mesmo, costurado uma trama de referências em sua proposta que estaria para além, inclusive, dos conceitos modernos.

Nesse sentido, Carpintero (1998) procura questionar, para o estudo de Brasília, “o pressuposto (...) de um fundamento teórico único, funcionalista, a expressão pura e simples da Carta de Atenas” (idem, pág. 3). Percorre um itinerário em que descreve alguns pontos teóricos do projeto e os problematiza, ou seja, não rejeita a estreita relação de alguns aspectos: a separação de funções em Brasília é de uma clareza incomum, mas tal zoneamento corresponderia a, também, funções simbólicas; o automóvel condicionaria a estruturação do sistema viário, porém, o autor destaca a industrialização automobilística brasileira e a situação, já na década de cinquenta, de estrangulamento de centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

Assim, Carpintero propõe analisar: para o conceito de cidade linear, aspecto sobre o qual Lucio Costa agrega as funções urbanísticas, o autor destaca outras configurações que se assemelham – como em Pequim ou Bruxelas –, mas chama a atenção para uma evocação muito brasileira, a de contextos urbanos construídos ao longo de estradas sertanejas; para a feição de cidade parque brasiliense, o autor o associa às propostas de cidades-jardim britânicas da virada

⁷¹ Importante sempre evitar a confusão entre as duas Cartas de Atenas, ainda mais num trabalho que trata da patrimonialização de uma cidade modernista. A Carta de Atenas de 1931 foi elaborada no âmbito do 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Restauro de Monumentos Históricos, que se constituiu como o primeiro trabalho consolidado entre várias nações em torno de temas como patrimônio histórico e restauro de monumentos, diferente da Carta de Atenas de 1933, atribuída aos postulados de Le Corbusier para a urbanística moderna.

do século XIX ao XX. E quanto às unidades de vizinhança, local onde Lucio Costa estrutura fundamentalmente a função do habitar, Carpintero vê ali outros ingredientes, como a disposição da aldeia indígena com seus pátios centrais, ou mesmo claustros de conventos.

Por outro lado, Sylvia Ficher e Pedro Palazzo (2005) analisam os paradigmas urbanísticos articulados às concepções para o plano-piloto de Brasília a partir de um amplo repertório de teorias e conceitos disponíveis até a década de 1950. Compreendem como, para além do projeto de Lucio Costa, esteve presente nos projetos que participaram do concurso para a Nova Capital uma “generalizada filiação à urbanística funcionalista, deduzida da Carta de Atenas”. Entretanto, o caudal de referências não se encerra nas proposições ali compiladas por Le Corbusier – ele próprio embebido pelo manancial de que dispunha quando da criação de sua Ville Radieuse – tornando a visada de outros paradigmas fundamental para melhor compreensão o projeto.

Então, indicam que conceitos de regularidade, simetria, emprego de edificações isoladas para conferir monumentalidade são expedientes encontrado em outros planos clássicos, como o de Versalhes (1961). Desta maneira, as estratégias do plano de circulação e orientação das vias para a conformação de efeitos de alongada perspectiva, como as vias em diagonal nas quais desembocam o Eixo Monumental de Brasília rumo à Praça dos Três Poderes, podem ser entendidos mais como apropriações de práticas consagradas do que invenções próprias de Brasília, e mesmo da urbanística moderna dos CIAMs.

Sob outra perspectiva, Sylvia Ficher e Carlos Leitão (2012), ao investigarem as plantas urbanísticas produzidas para o plano piloto de Brasília entre 1957 e 1964, identificam que tanto as mudanças advindas de detalhamentos após o concurso, quanto alterações de ordem pragmática engendraram um resultado que, analisado enquanto obra efetivamente construída, questionam as interpretações que comumente se fazem à Brasília enquanto “materialização cristalina dos paradigmas do urbanismo funcionalista”.

Assim, observo que as análises apresentadas dão a ver modos, senão diversos, menos rígidos em relação a essa narrativa tão comum sobre Brasília, a cidade modernista, e replicadas em visões patrimoniais. São reflexões que permitem ampliar a leitura de referências e desatrear Brasília dos CIAM de Le Corbusier, ao menos em condição de causa e efeito – ou vassalagem, como parecia preferir o arquiteto da capital.

Por todo o exposto, e chamando atenção ainda uma vez à fala de Lucio Costa em epígrafe, quando advoga a autonomia de sua realização e a de Oscar Niemeyer a reboque, o próprio arquiteto apresenta fortes indicações, mesmo em seu memorial para o plano-piloto de

Brasília e em declarações posteriores, de que, sim, o mestre do urbanismo internacional e a organização que ele tanto influenciou são referências fundamentais. Porém, em sua nativa panela de barro se fizeram presentes temperos ancestrais e ingredientes tupiniquins: mercadinhos, quitandas e espaços para prazeres rústicos convivem com referências aos milenares terraplenos, ao *mall* dos ingleses, e a iluminação frenética e cosmopolita de *Picadilly Circus*, *Times Square* e *Champs Elysées*⁷²; a “lembrança amorosa de Paris” se relaciona com “a pureza da distante Diamantina dos anos vinte”⁷³.

Para o presente estudo, importou apresentar como as narrativas a respeito de Brasília se apresentam com bastante recorrência e alguma rigidez. Até aqui, transparece que diversas vozes parecem estar em uníssono ao trabalhar com narrativas da pré-existência, da epopeia da construção e da cidade modernista à CIAM. Busquei indicar, neste momento, que elas devem ser compreendidas como atribuições e construtos social e historicamente engendrados. E como tais, moventes no tempo, nas abordagens, e nas falas.

A seguir, indicarei como essas narrativas foram sendo construída em diversos momentos, apropriadas, reutilizadas, relacionadas a outros discursos, ou mesmo postas de lado para a entrada de outras perspectivas, numa visada panorâmica de Brasília enquanto uma cidade que aparentava estar sempre sob ameaça de desfazimento ou descaracterização. Serão focalizados os seguintes: o Congresso Extraordinário da Associação Internacional dos Críticos de Arte (1959); o I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanísticos de Brasília (1974); e o Simpósio Brasília – Concepção, Realidade, Destino (1986), entendidos como espaços em que os discursos e tradições tratados se articulam e são reproduzidos, bem como espaços que constroem e legitimam novas narrativas sobre Brasília.

⁷² Ver: “Memória Descritiva do Plano Piloto – 1957”. In: COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, págs. 283-295.

⁷³ Ver: “Ingredientes da concepção urbanística de Brasília”. In: *Idem*. pág. 282.

2. Capítulo II – nas trilhas do tempo, três modos de ver e ler Brasília: a síntese das artes, a cidade ameaçada, a realidade polinucleada.

“Há duas posições claras dadas pela história, aparentemente incompatíveis, mas que de fato convivem. A ideia de conservar e a ideia de demolir. A catedral de Chartres tem uma torre românica e outra gótica. Entre as duas há um século de diferença. Temos ali uma dupla lição: aqueles que construíram a parte românica o fizeram com a linguagem de seu tempo, e os que construíram a parte gótica conservaram o românico, harmonizaram-se com ele, mas edificaram em sua própria linguagem. **As cidades são um amálgama de estilos, em que cada tempo tem sua expressão.** (...) Com os exemplos que a história nos dá, fica claro que em Brasília deve-se conservar o existente, como testemunho de um dos mais puros exemplos da arquitetura moderna, mas também é nítido que seu desenvolvimento deve ser no espírito de hoje e não naquele que reinava em 1957, quando Kubitschek iniciou a gestão da nova cidade”. (Germán Samper Gnecco⁷⁴, 1995) [grifo meu]

Germán Gnecco, ao apresentar uma imagem de como estilos se sobrepõe e se complementam na catedral de Chartres, guia meu olhar para um modo de ler temporalidades em um objeto arquitetônico: um objeto de notável perenidade em que se harmonizam linguagens distintas marcadas na construção de cada uma das torres, paralelas entre si, distantes no tempo. Em certo sentido, testemunhos não apenas de estilos, o românico e o gótico, mas da sucessão das comunidades que se utilizaram e se referenciaram naquele objeto arquitetônico, de práticas artísticas, e, portanto, sociais, que apontam condições de produção e modos de fazer próprios. Universos de referências que impregnaram aquela construção com suas linguagens particulares. Na leitura desde o presente, identifico na conservação das temporalidades da catedral a manutenção não apenas do objeto, mas de representações múltiplas, de ordem religiosa, artística, social.⁷⁵ Uma comunidade após a outra, algumas das quais legando ao futuro sua linguagem e seu estilo, se relacionaram com a catedral.

Reconhecida como Patrimônio Mundial pela Unesco, a edificação que começou a ser construída no Século XII evoca uma função religiosa aparentemente tão perene quanto os alicerces da construção. Entretanto, como tantas outras catedrais, palácios ou monumentos, poderia ter sido posta abaixo por razões as mais distintas: algumas trágicas, como guerras, incêndios ou terremotos; outras, por vezes tão ou mais devastadoras, como a perda do sentido

⁷⁴ GNECCO, Germán Semper. **Brasília, ontem e hoje**. In: XAVIER, Alberto e KATINSKY, Julio (orgs.). Brasília – antologia crítica. São Paulo: Cosac Naif, 2012. [originalmente publicado em: *Projeto*, n. 184, São Paulo, abr. 1995, pp. 85-87]

⁷⁵ Sobre a mesma catedral, Ulpiano Meneses (2009) nos oferece uma imagem dos usos e relações que se estabelecem, em nosso tempo, com objetos patrimoniais significativos: uma religiosa que se relaciona espiritualmente, um guia que se relaciona economicamente pela atividade que exerce, e turistas, a fruir do objeto enquanto fetiche. Para cada qual se estabeleceriam relações de valorização, territorialização, usos e referências culturais específicas, por vezes harmonizados, por vezes em conflito, o que daria a ver o campo do patrimônio cultural como um campo de disputas político, no sentido da *polis* grega, ou seja, pleno de múltiplos significados, apropriações, representações.

do objeto face à comunidade que o utiliza ou, talvez ainda mais que todos, a sanha construtiva e destrutiva do progresso⁷⁶. E, no entanto, Chartres permanece, e seus estilos sobrepostos, hoje, são objeto de ações de preservação.

Tal como a catedral, as cidades podem ser lidas como o “amalgama de estilos” e, nelas, vários tempos que convivem num espaço relacionado às comunidades que o habitam e usufruem. Um acúmulo de referências espaciais, de edificações e praças, de ruas e bairros, que, conforme Gnecco menciona, podem ser conservados ou, por razões diversas, suprimidos em demolições. Nesse sentido, lança um olhar sobre Brasília como objeto de conservação, porquanto testemunho de um “puro exemplo” de arquitetura modernista. Tal como Chartres, Brasília está destinada a permanecer, mas, embora irmanadas em reconhecimento patrimonial, as estratégias de conservação são de ordens distintas, porquanto a lógica urbana se distinga da arquitetônica.

Aparte a evocação do ideário moderno enquanto justificativa, já debatida no capítulo anterior, o autor justapõe a ideia de conservação ao do desenvolvimento, oferecendo ainda um aconselhamento sobre uma modalidade atualizada, e não a daquela “que reinava em 1957”. Por desenvolvimento, interpreto como a evocação de transformações na composição da cidade que atualizam ou adequam sua estrutura a outras formas de organizações sociais, a novas funções urbanísticas, equipamentos públicos, atividades econômicas e até demandas políticas. Essas novidades, entretanto, estariam consoantes com o modo como a população usufrui, ou mesmo com os significados que do espaço emergem? Afinal, por mais que, hoje, Chartres se apresente como amalgama, creio que não seria permitido que sobre ela uma nova torre moderna se insurgisse.

Para compreender como a questão de como as transformações que acometem as cidades afetam suas populações, estratégia de conhecer as mutações e desenvolvimento de Brasília, convido ao diálogo Sandra Pesavento (1995) que, numa perspectiva que visa

⁷⁶ Exemplos brasileiros são significativos dessa relação. A Igreja Matriz de Pirenópolis, município do Estado de Goiás, foi acometida por um incêndio logo após ser restaurada numa ação em parceria do IPHAN com a prefeitura local. A reação da comunidade foi tal que, tão logo possível, ela foi reerguida e, em seu interior, alojados paramentos e imagens de outra igreja já desativada, o que nos permite observar a relação da comunidade com aquele objeto de culto religioso, mas também de referência comunitária. Destino diverso teve, no Rio de Janeiro, a igreja barroca de São Pedro dos Clérigos (1733), demolida em 1943 devido à abertura da Avenida Presidente Vargas. Aliás, a então capital da República teve diversos momentos de redefinição de sua paisagem urbana, como as reformas do então prefeito Pereira Passos, nas primeiras décadas do século XX, com o desmonte do Morro do Castelo e a redução do espelho d’água da Lagoa Rodrigo de Freitas. Símbolo da modernização imposta pelo Estado Novo, a construção da avenida impôs, além da supressão de uma edificação colonial, uma derrota para inúmeras súplicas tanto da população quanto de técnicos do IPHAN. Estes dois exemplos, em que a atuação do Estado oscila entre a parceria com a comunidade e o antagonismo, dão a ver a complexidade do campo de disputas no âmbito da preservação do patrimônio. Ver: **Memória da Destruição: Rio – uma história que se perdeu (1889- 1965)**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria das Culturas/Arquivo da Cidade, 2002.

compreender o fenômeno urbano como uma acumulação de bens culturais⁷⁷, aborda o processo de renovação de espaços urbanos de Porto Alegre, onde ruas antigas foram dando lugar a largas avenidas e viadutos, tudo isso relacionado a um processo de “higienização” social para uma suposta metrópole moderna. A autora comenta como a população se relacionou com essas transformações e, sobretudo, como tais sensibilidades compareceram em relatos, crônicas, notícias de jornal, possibilitando a “leitura da cidade” a partir desse *corpus* documental.

Portanto, a relação aventada por Gnecco em que convivem a conservação de elementos ditos importantes e a demolição de partes não essenciais poderia ser apreendida, como no caso estudado por Pesavento, a partir do que se escreveu no instante das sensibilidades afloradas, das vivências impactadas a partir das quais se registraram testemunhos daquelas transformações, e que podem ser lidas para a melhor apreensão da “história cultural do urbano”. E em Brasília, como isso se verificaria?

Considerando que se fazem representar, nas cidades, diversas temporalidades que podem ser lidas no presente, seja no acúmulo material de suas construções ou, talvez, até nas supressões, seja na leitura do que se escreveu face às suas sucessivas transformações e que foi registrado em documentos os mais diversos (nas fotografias, textos, músicas), acredito pertinente a compreensão dos episódios abordados no presente capítulo com o objetivo de refletir a respeito de qual cidade, qual Brasília, teria sido objeto de avaliação patrimonial, e de que maneira isso se processou. Seria a cidade aproximada do discurso das “sínteses das artes” do final da década de 1950, a cidade que percebeu absorvidas alterações que lhe seriam inapropriadas face ao projeto original em meados de 1970, ou ainda a cidade lida como elemento em relação a um contexto regional ou mesmo polinucleado em meados de 1980?

Se no capítulo anterior me debrucei sobre as narrativas que informam suas representações de ontem e de hoje – e que diziam respeito a um passado mítico, à sua construção enquanto epopeia, e ao que deveria representar, em termos de cidade moderna e modernista, apontada para o futuro –, os desafios agora são de outra ordem: estudar e analisar, em determinados momentos, o modo como a cidade foi lida em suas construções e relações sociais, a maneira como Brasília foi apresentada ou problematizada, com vistas à compreender como tais leituras se relacionam com os discursos patrimoniais que elaboraram sua proteção.

Ainda inspirado no texto em epígrafe, creio ser pertinente compreender como Brasília foi construída, tanto no aspecto físico-morfológico quanto do ponto de vista de suas

⁷⁷ Não restritas à materialidade desses bens, mas, também, se referindo ao espaço no qual se estabelecem as tramas de relações sociais que constroem o imaginário sobre as cidades. PESAVENTO, Sandra Jatahi. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano**. Revista Estudos Históricos, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

representações, porquanto se apresentasse, no instante de seu tombamento federal, em 1990, enquanto “amálgama de estilos”. Afinal, nas primeiras três décadas desde sua inauguração o Distrito Federal experimentou um acelerado processo de crescimento populacional, internamente e nos municípios limítrofes, o que, é possível conjecturar, induziu ou incentivou transformações físicas no espaço urbano e no modo das pessoas se relacionarem com ele.

Nesse sentido, entendo que haja uma temporalidade que pode ser lida nas histórias de Brasília e nos dados de suas transformações morfológicas e sociais. Um modo de observar tal ponto de vista se revela nos estudos demográficos. Aldo Paviani (1988) observa, para o período em comento, um crescimento populacional da ordem de mais de 8% ao ano, o que impôs à cidade planejada para ter 500 mil habitantes no ano 2000⁷⁸ um universo de quase dois milhões de habitantes em fins da década de 1980. Crescimento tal que condicionou adaptações na composição da cidade para absorver essa realidade⁷⁹, ainda mais em sua relação com as então chamadas cidades-satélites a orbitar sua porção central, o Plano Piloto.

Ou seja – e cometendo uma obviedade: se Brasília, em sua breve trajetória de não mais que três décadas entre inauguração e sua patrimonialização, certamente teve sobre si camadas edificadas em que seria possível identificar a passagem do tempo e os modos como se deram suas alterações, o que dirá a respeito da documentação produzida em período semelhante.

Portanto, me questiono: haveria um material que permitisse uma “leitura da cidade” para Brasília tal como foi observado por Sandra Pesavento, ou seja, daquilo que se registrou, das análises e interpretações feitas, sobretudo no que se falou e pensou sobre a cidade em tempos de transformações? Seria possível observar, nesse curto período de não mais que trinta anos, variações sensíveis em termos do que a cidade foi criada para representar, representou em dado momento, ou de como ela é representada (mesmo na atualidade)? É possível identificar como e se as narrativas já estudadas no capítulo anterior persistiram ou foram apropriadas, ou mesmo se haveriam narrativas a elas paralelas ou transversais? E ainda, como as construções físicas e simbólicas de Brasília se relacionam com sua patrimonialização?

Visando compreender e responder estas questões analisarei três eventos cuja composição se adequa aos propósitos ora buscados e que serão, neste capítulo, analisados: o “Congresso Internacional dos Críticos de Arte”, em 1959; o “I Seminário de Estudos dos

⁷⁸ Conforme consta nos termos complementares ao “Edital para o concurso nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil”. Ver: BRAGA, Aline, Op. Cit, págs. 355-372.

⁷⁹ Nem sempre – ou talvez, quase nunca – conduzido com um planejamento integrado que levasse em conta a relação do centro com as demais localidades, ou mesmo as características singulares dos espaços de Brasília em seu conteúdo simbólico. Tal entendimento aparecerá em diversas falas nos eventos de 1974 e 1986 estudados no presente capítulo.

Problemas Urbanos de Brasília”, em 1974; e o “Simpósio Brasília: concepção, realidade, destino”, em 1986. Ao selecionar esses eventos levei em consideração as composições de seus temas e palestras, seus participantes, seus objetivos e resultados, bem como as motivações que ensejaram a realização de cada uma delas que, como buscarei apresentar, são significativas. Em certo sentido, respondem a desafios distintos, dados os momentos em que se realizaram, ainda que o foco seja o espaço da cidade em suas múltiplas relações.

Ademais, vale mencionar que o fato de serem mormente compostos por especialistas, não apenas no que se refere à cidade, mas, também, vindos de campos disciplinares diversos (ainda que, sobretudo, arquitetos e urbanistas), não os legitima enquanto autoridades inescapáveis ao estudo e compreensão de Brasília. Ou antes: não os legitima para além das comunidades que habitam e apreendem socialmente os espaços de Brasília. Foram selecionados, portanto, por apresentarem visões sistematizadas desses espaços que foram apreendidas e referenciadas nos estudos subsequentes, retroalimentando algumas visões clássicas e sendo substituídas por outras, mas, de uma maneira ou de outra, apreendidas, reelaboradas, assimiladas ou criticadas ao longo do processo de patrimonialização de Brasília.

2.1. O Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte, 1959: uma cidade feita de expectativas.

“A cidade nova e a síntese ou a integração das artes, eis – senhores – o belo tema que vos congrega aqui, e que, melhor que em outro qualquer lugar, aqui encontra ambiência adequada ao seu debate.

(...)

Brasília, civilização nova, é, pois, assistida pela arte, desde o berço, em pleno surgimento. Que mais significativa participação poderia a arte almejar no mundo que desponta?”

Juscelino Kubitschek, 1959⁸⁰.

A Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA) surge, entre 1949 a 1950, no contexto das reconstruções, de edifícios e instituições, após o término da Segunda Grande Guerra. Em um mundo que se queria erguer da devastação voltar a pensar no papel que a arte desempenha para as sociedades foi objeto de debates internacionais que reuniam, assim como a então recém-criada UNESCO, a participação de delegados de vários países, dentre os quais o Brasil.

Os temas abordados nas reuniões ocorridas ao longo da primeira década de existência da AICA, e, portanto, no limiar das tensões internacionais do pós-guerra, incluíam “a relação

⁸⁰ Juscelino Kubitschek, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 25.

entre centro e periferia, a questão do estilo, a linguagem da crítica de arte e o crescente campo das disciplinas relacionadas” (HUGHES, 2009), e chegavam, ao final da década de 1950, com avaliações acerca de uma pronunciada crise das artes individuais (PEDROSA, 1981) e o questionamento sobre possibilidade de integração ou síntese das artes. Nesse sentido, o ambiente urbano da cidade estaria no foco das discussões da realização de uma obra de arte coletiva, integrando várias atividades humanas numa só ambiência apreensível, vivenciada cotidianamente.

Constitui-se, portanto, de um gesto de alguma ousadia e muita estratégia de Juscelino Kubitschek, ao ofertar a meta-síntese de seu governo à análise de críticos internacionais. A ligação de seus autores com o ambiente artístico era já conhecida: seja Lúcio Costa, que esteve, na década de 1920 à frente da Escola Nacional de Belas Artes, ou Niemeyer, cujas composições eram marcadas pelo apelo à estética, ambos arquitetos já estiveram relacionados com obras arquitetônicas com inclinações ao diálogo com expressões artísticas. O Palácio Gustavo Capanema e a Igreja da Pampulha constituem exemplos de edifícios cujos espaços estão relacionados às obras de arte integradas, com elementos escultóricos, jardins, painéis de azulejos e pinturas murais. Nomes como Burlle Marx, Alfredo Ceschiatti, Cândido Portinari figuram entre tantos artistas renomados que se integraram aos projetos relacionados.

Entretanto, considerando o desafio de pensar a questão da integração das artes em escala urbana, a capital do Brasil se revelaria, de fato, como a “ambiência adequada” ao debate? E mais, seria ela a correspondente real de um conceito até então mais proposto que realizado? Afinal, naquele momento, o que havia em Brasília não era senão um enorme canteiro de obras com alguns edifícios recém erigidos. Havia, de certo, mais poeira, barulho de construção, máquinas frenéticas e operários idem, do que propriamente um panorama artístico no sentido *lato*. Entretanto, Mário Pedrosa, um intelectual atuante no campo da crítica de arte, reconhecido internacionalmente, vislumbrava em Brasília a possibilidade real de uma efetiva integração.

Em março de 1958, portanto, um ano antes da realização do Congresso, foi realizado no auditório da Rádio Jornal do Brasil⁸¹ uma mesa redonda promovida pela seção brasileira da Associação Internacional de Críticos de Arte, na qual o crítico Mário Pedrosa e o arquiteto Oscar Niemeyer debateriam acerca da capela que seria mais tarde construída na área residencial de Brasília. Dom Helder Câmara compareceria para consagrar as propostas: a capela, com uma solução plástica que se assemelharia a um chapéu de freira, construída sob uma cobertura

⁸¹ JORNAL DO BRASIL. **Debate sobre capela (Brasília) e afrescos (Volpi)**. 20 de março de 1958. A nota no jornal informa que a data de realização do debate seria 27 de março de 1958.

triangular e cuja base da nave é organizada em forma trapezoidal, receberia, conforme encomenda de Niemeyer, dois afrescos do artista Alfredo Volpi⁸².

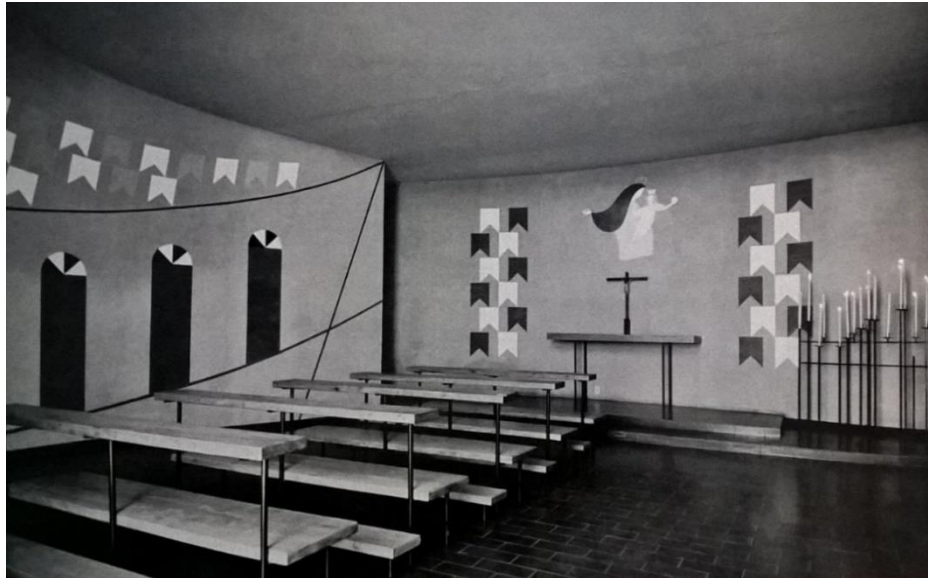


Fig. 2: Afresco de Alfredo Volpi no interior da “Igrejinha”. CRÉDITOS/FONTE: Courtesy of Brasília Patrimônio da Humanidade/www.archdaily.com.br.

Nessa oportunidade Mário Pedrosa já se pronunciava a respeito da questão da integração das artes no panorama artístico brasileiro e sobre suas expectativas para Brasília. Segundo o crítico,

“Afinal, a famosa questão da integração das artes, num conjunto arquitetônico, começa a sair do terreno das discussões ou das tentativas canhestras para uma realização sóbria e convincente. Na maioria dos casos, a famosa ‘integração’ nunca sai de projeto ou de improvisações incompletas ou sem êxito (...) Há certos projetos que permitem algo no sentido integrante. Outros, que o repelem. Para que a integração

⁸² A Igreja de Nossa Senhora de Fátima, popularmente conhecida como “Igrejinha”, recebeu, além das obras de Alfredo Volpi, painéis de azulejo em seu revestimento externo do artista Athos Bulcão, hoje reconhecidos como símbolo da cidade. Infelizmente, os afrescos de Volpi não tiveram sua permanência garantida. Foram encobertos ainda na década de 1960, em circunstâncias não totalmente esclarecidas, por pinturas realistas que retratavam de maneira clássica as figuras eclesíásticas. Em 2009, porém, durante uma restauração, onde se certificou que os afrescos foram definitivamente perdidos, foi solicitado ao artista plástico piauiense Francisco Galeno, radicado na Região Administrativa de Brazlândia, que fizesse nova proposta de imagens que estivessem, estilisticamente, mais aproximadas da linguagem modernista. Galeno, cuja obra é manifestamente inspirada em Volpi, realizou as obras que dividiram a comunidade local entre os que rejeitavam a nova “pintura profana” e os que se regozijaram com a obra do artista. A polêmica, mediada pelo Ministério Público Federal, foi ainda mais acirrada pelas declarações do então Superintendente do IPHAN no Distrito Federal, o arquiteto Alfredo Gastal, que afirmou: “A arte vai vencer o obscurantismo (...) Todo mundo em Brasília fala na modernidade. Mas, de repente, percebo que está se formando uma mentalidade medieval em certos grupos da cidade”. CORREIO BRAZILIENSE. **Pintura polêmica da igreja da 307/308 Sul será retomada**. 13 de jun. 2009. Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/06/13/interna_cidadesdf,118251/index.shtml>. Acesso em 27 de ago. 2015.

se possa fazer é necessário que o ‘tema’ arquitetônico seja unitário”⁸³. (PEDROSA, 1958)

O crítico, que naquele momento repelia a vulgarização da arte mural, sugeria, inclusive, que edifícios de alguma qualidade arquitetônica se veriam, com o tempo, desvalorizados quando da aplicação de pinturas sobre paredes que, em si mesmas, tinham uma função na composição dos espaços não condizentes com expressões artísticas deslocadas. Em suma, era o caso de se pensar na edificação como um espaço, desde o projeto, destinado à integração artística, ou que cuja aplicações artísticas fossem condizentes em termos de linguagem. Via, nesse sentido, templos religiosos como objetos pródigos na integração de artes, em que tanto arquitetos, escultores, pintores de afrescos ou painéis etc., estariam, primeiramente, imbuídos de semelhante imersão espiritual, ou, então, cientes da simbologia religiosa apropriada. Por exemplo: a disposição dos espaços internos onde o observador focalizaria prioritariamente o oratório, a visada alargada das abóbadas da nave, por vezes alongadas, ornadas com motivos celestes, como quem se vê na presença alada de querubins, a expressão da estatuária ampliando uma narrativa religiosa dramática cujo ápice se encontraria no tema de uma *pietá*.

Ampliando essa visão para a dimensão urbana, Mário Pedrosa via na nova capital oportunidade ímpar para que a experiência da integração viesse a se concretizar em sua plenitude:

“Brasília poderá ser, se bem conduzida e sem as desmoralizantes concessões à brasileira, um campo incomparável para a experiência da integração das artes em todos os domínios e numa escala não sonhada em parte alguma do mundo. Pode-se esperar no Brasil de hoje, e dos homens que têm à sua frente, esse milagre?”⁸⁴

Assim, foi neste cenário de expectativa que foi organizado o **Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte**, itinerante em três cidades Brasileiras. Entre 17 e 25 de setembro de 1959, historiadores, críticos de arte, arquitetos e urbanistas visitaram, além das consolidadas São Paulo e Rio de Janeiro, a Brasília em construção. Mário Pedrosa, à frente da seção brasileira da AICA, foi além do articulista das ideias e conceitos da crítica de arte. Foi articulador junto às instâncias políticas promovendo a aproximação junto ao governo federal, aos governos dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, além de instituições acadêmicas e museus. Por outro lado, dado o interesse específico na divulgação de Brasília, houve empenho pessoal do presidente Juscelino Kubitschek na realização do evento,

⁸³ JORNAL DO BRASIL. **Artes visuais – Integração das artes e Brasília**. 20 de março de 1958.

⁸⁴ *Idem*.

envolvendo tanto o Itamaraty quanto a Companhia da Nova Capital (Novacap) na empreitada (LOPES, 1996).

O Congresso Extraordinário da AICA contou com diversas sessões referentes a assuntos que se relacionavam à questão principal da “síntese das artes”, como: “A cidade nova”, “Urbanismo”, “Técnica e expressividade”, “Arquitetura”, “Artes plásticas”, “Artes industriais”. Nessas sessões, a partir de uma exposição inicial, abria-se a palavra aos especialistas de renome internacional presentes que interagiam entre si e com o tema exposto. Dessa dinâmica de interações surgiram debates que, por vezes, apontava para direções opostas em termos de opinião e análise. A esse respeito, Henry M. Hughes (2009) destaca que os críticos de arte não se mostraram tão otimistas quanto os arquitetos. Estes, “aprovaram, em grande parte, tanto a visão quanto a realidade do que encontraram”. Aqueles, “ainda que favoravelmente impressionados com os aspectos estéticos da arquitetura”, foram mais cautelosos quanto às observações referentes ao plano piloto de Lucio Costa.

De toda a forma, desde o ponto de vista do aparente sucesso do evento, JK teria o que comemorar. Senão pela aprovação da maioria dos arquitetos – aparte as contundentes exceções comentadas mais adiante –, certamente pela repercussão causada pela presença de nomes estrangeiros de grande destaque⁸⁵.

Além dos assuntos relacionados à dimensão urbana da Cidade Nova que se aproximavam de questões de planejamento e dos desafios da construção, as sessões do Congresso também giraram em torno da “atualidade ou anacronismo de se pensar as artes em termos de uma tendência para a síntese” (MARI, 2014). De uma maneira ou de outra, as impressões de Brasília e do que ela representava naquele momento geraram importantes reflexões com as quais buscarei dialogar para compreender o modo como a capital da república era apresentada⁸⁶. Algumas delas, inclusive, ressaltando aspectos negativos.

A esse respeito, o crítico de arte especializado em arquitetura, Bruno Zevi, protagonizou as críticas mais contundentes⁸⁷ ao projeto urbanístico de Lucio Costa, à

⁸⁵ Maria Cappello (2009) destaca três grupos de documentos para o estudo do Congresso: além da transcrição das sessões do congresso reunidas em anais, textos preliminares produzidos pelos participantes e distribuídos pelos relatores do evento e reflexões e críticas veiculadas pela cobertura do evento. Os dois últimos, publicados nos jornais, semanários e revistas especializadas da época. CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. **Congresso Internacional de Críticos de Arte 1959. Difusão nas Revistas Internacionais e Nacionais Especializadas**. 8º Seminário Docomomo Brasil. Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes, 2009.

⁸⁶ Tendo em vista a enormidade de questões levantadas ao longo do Congresso e a riqueza do material resultante, os aspectos destacados na presente dissertação visam à compreensão, certamente não definitiva, de como a cidade era apreendida, qual o impacto que ela teve nos presentes, e de como foi analisada, narrada, e quais as expectativas ela gerou.

⁸⁷ Considerando um evento organizado com a participação tão próxima do poder público brasileiro, seria razoável especular sobre um certo grau de direcionamento favorável à JK, ou mesmo sobre as falas dos participantes estarem

arquitetura de Niemeyer, bem como expressou grandes inquietações quanto às expectativas de habitabilidade, sociabilidade, e mesmo de potencial de transformação social e construção de uma “nova civilização”, aventado por Juscelino Kubitschek e defendido por Pedrosa. Segundo Zevi,

“Não podemos pré-fabricar uma cidade e depois adaptar o povo a ela. O Plano Piloto deve orientar e liderar o desenvolvimento de uma cidade, enquanto o centro ‘monumental’ de Brasília sufoca a vitalidade da cidade. É uma cidade de Kafka. Quanto à arquitetura, é monumental em sentido negativo, porquanto na sua maioria foi concebida nos moldes da perspectiva da Renascença, contrária à concepção de tempo e de espaço”. (ZEVI, apud LOPES, pág. 53) [Grifo meu]

As observações de Zevi, com relação ao povo que, porventura, haveria de se adaptar à cidade, estaria em confronto com a sociedade, ou com a civilização de Juscelino Kubitschek e as aspirações modernizantes de seu governo? Essa pergunta se reveste de maior importância se considerarmos que, naquele momento da realização do congresso, a população majoritária da cidade, a de trabalhadores operários da construção civil, os candangos da epopeia, somavam aos milhares, ao passo que aqui e ali se podia identificar apenas a presença diminuta de profissionais liberais, engenheiros e arquitetos, pequenos comerciantes e burocratas do Estado a serviço dos afazeres que já se avizinhavam para a mudança da capital. Entre uns e outros, ainda não restava clara a composição da nova urbanidade.

A respeito de qual população, portanto, Bruno Zevi poderia estar se referindo: a de uma cidade que ainda era plano, ou de uma abstração kafkiana já por demais concreta para nela se vislumbrar uma comunidade que poderia ali construir seu cotidiano, seu modo de vida? Para qualquer resposta possível, não deixa de ser perturbadora a evocação da obra de Kafka para dar a dimensão de como via e interpretava a cidade em construção.

Haveria uma obra em particular que lhe instigasse o chamamento daquele autor? Ainda mais considerando ser Kafka notório por suas alegorias em que o Estado oprime, anula, ou subverte o cidadão. Tomando como possibilidade a obra “O Castelo⁸⁸”, publicado em 1926,

previamente condicionadas para os aspectos positivos que, provavelmente, o governo pretendia indicar. Porém, é necessário destacar a fala do mesmo Bruno Zevi, na sessão de 23 de setembro, realizada no Rio de Janeiro, em que pede a palavra para rebater um artigo do Jornal O Globo, no qual havia a declaração de que o evento teria sido organizado com o intuito de conseguir apoio do grupo de críticos de arte internacionais ao governo brasileiro, no seu empreendimento de construir Brasília. Zevi destaca que se a motivação fosse laudatória à Brasília ele sequer teria sido convidado, tendo em vistas serem já conhecidas algumas de suas críticas. Em suas palavras: “E quero, neste momento, declarar, visto que nesse artigo eu represento a oposição à Brasília, que, quando fomos convidados na Europa por nosso amigo o Sr. Mário Pedrosa, ele afirmou claramente que não queria que fôssemos fazer a apologia de Brasília, mas que manifestássemos livremente nossa opinião. Realmente, temos de reconhecer isso.” (ZEVI, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 138)

⁸⁸ Para a presente dissertação foi consultada a obra: KAFKA, Franz. **O castelo**. Tradução e posfácio: Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

as imagens seguem inquietantes. O clássico romance escrito no início do século XX relata a trajetória do personagem *K.*, que teria sido chamado a uma aldeia distante para prestar serviços de agrimensura. Deveria se apresentar no castelo para o *Conde Westwest*, que o teria convocado. Porém, *K.* logo se vê envolto numa trama de labiríntica burocracia que não permitirá que chegue, nunca, ao castelo, nem tampouco lhe será dada condição de deixar o lugarejo, transformando sua vida apenas num elemento de um todo hostil em que o real é avistado, porém, inatingível. Um horizonte sempre presente e permanentemente inalcançável.

Uma atmosfera de pesadelo do qual o personagem *K.* parece incapaz de acordar. Inicialmente, é representado como um ativo profissional a serviço da burocracia pública, passando a aceitar sua condição de peça ordinária numa engrenagem cuja totalidade não consegue entender, cuja saída não consegue divisar. Os demais personagens ora lhe parecem hostis, ora subservientes; ora parceiros, ora parecem tramar contra ele. Não podendo mais voltar e não sendo inteiramente permitida a sua longa estadia, posto que mesmo sua permanência carecia de uma autorização engolfada pela burocracia, sua existência se converte em um erro administrativo. Entretanto, ele próprio, num dado momento, parece reconhecer que seu destino acabava atrelado, desde antes, ao espaço que orbitava o castelo.

“- Não posso emigrar - disse *K.* - vim aqui para ficar aqui. E vou ficar. E numa contradição que não se esforçou para explicar, acrescentou, como se estivesse falando consigo mesmo: - O que poderia ter me atraído para este lugar ermo se não fosse o desejo de permanecer aqui?” (Kafka, 2000, pág. 207).

Mesmo sem poder afirmar sobre qual obra Bruno Zevi se referia, me permito especular sobre algumas questões. Quem encarnaria o personagem *K.*? O candango que para cá viera e já não podia daqui emigrar – sendo depois alojado em cidades-satélites que orbitavam distantes o “castelo”? O servidor público de um Rio de Janeiro já cosmopolita e que atendeu ao chamamento de JK, mas que não poderia adentrar, efetivamente, ainda que investido do cargo correspondente, aos palácios encastelados desenhados por Niemeyer? De qualquer maneira, fica evidente que a dúvida e a preocupação com o alcance da civilização que era anunciada, e que haveria de habitar a cidade modernista, não despertara somente visões otimistas. A cidade construída no aparente ermo, na solidão do deserto – visão reducionista dessa região de Cerrado brasileiro, mas, provavelmente, de grande apelo para o público estrangeiro – era também registrada, porquanto expectativa de posse de uma terra incógnita, a partir do receio do malogro. Assim, despertou questionamentos de outros participantes como do arquiteto israelense Haim Ganzu, com quem se irmanou na alegoria kafkiana para relatar o seu anseio:

“Brasília que, construída de início para funcionários, corre o risco de ser uma cidade apenas de repartições, de processos, de ideias classificadas e numeradas, se não houver aqui lugar para um espírito idealista, um espírito pioneiro. Então, **Brasília se mostrará como uma obra de vingança kafkiana contra os funcionários, contra os burocratas**, condenando-os à aposentadoria, com uma bagagem intelectual de ideias congeladas e até mesmo esclerosadas. A gente deste tipo, nos primeiros anos de sua estada em Brasília, se considerará, sem dúvida, não como homens que têm uma missão nacional a cumprir, mas como exilados que esperam com impaciência a hora de se aposentarem para voltar às suas cidades já bastante velhas para lhes oferecerem as comodidades perdidas.” (GANZU, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 45) [Grifo meu]

De uma maneira ou de outra, as avaliações de Zevi, Ganzu e mesmo Pedrosa devem ser, como a dos demais participantes, consideradas em termos de que objeto estava disponível, ou de qual cidade era passível de análise naquele momento. Já considerei no capítulo anterior o quanto da grande obra estava, de fato, construída (OLIVEIRA, 2005), posto que se tratava de algumas superquadras na porção sul do Plano Piloto, apenas alguns dos prédios mais representativos dos poderes da República, a Rodoviária, o traçado do sistema viário e o Lago Paranoá na iminência de chegar à sua cota determinada, cujo malogro, aliás, era prenunciado pelos céticos e críticos da empreitada. Sobre esta questão acompanho Eduardo Rossetti (2009) ao destacar que

“... interessa explorar o que os participantes do Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte presenciaram e vivenciaram quando da instalação deste debate: o que era Brasília em setembro de 1959? Brasília já era uma cidade, uma cidade-capital, ou não passava de um colossal canteiro de obras?” (ROSSETTI, 2009)

O autor vai observar que havia três dimensões a ser consideradas: aquilo que foi apresentado enquanto projeto, aquilo que era esperado enquanto capital e aquilo que era vivenciado: o burburinho constante das máquinas, o exército de trabalhadores, o ritmo frenético, o momento em que a utopia parecia não apenas ser uma possibilidade no plano das ideias, mas uma concretização em curso, vivenciada.

Assim, compreendo em Eduardo Rossetti um diálogo com a fala do arquiteto finlandês Eero Saarinen⁸⁹, para quem havia três considerações de grande destaque em seu pensamento sobre o que vivenciou em Brasília: o plano de Lúcio Costa, sobre o que destaca a opção por se fazer uma capital cuja proposta era, desde o início, representar uma coletividade nacional que extrapolasse em significado a escala somente do morador; a arquitetura de Oscar Niemeyer, à qual identificou uma linguagem em harmonia com o plano e vice-versa; e, sobretudo, algo que estaria, em princípio, alheio à crítica da arte em si, que estaria em subterrâneo, mas que se impunha dada a força em termos de representatividade, que era a obra

⁸⁹ Conferência “Urbanismo”, pág. 41-42.

em execução. A enorme empreitada, as dezenas de milhares de trabalhadores em seu ritmo alucinante. Em suas palavras:

“... é tudo aqui que não se vê e que torna possível a cidade. É este o verdadeiro milagre, e espero que o milagre aconteça. **Que aconteça mais um milagre – o de que esta cidade se conserve. Tantos são os problemas que surgirão nos próximos cinco ou dez anos que é preciso plantar desde já as sementes das soluções.** Refiro-me ao controle da sinalização da cidade, ao controle dos pontos de estacionamento, à iluminação dos pontos de estacionamento de modo que torne o centro da cidade realmente harmonioso, e ao controle do zoneamento, do paisagismo e de tudo isso, para que toda a nossa geração possa orgulhar-se disto como de qualquer coisa que deixamos para a posteridade.” (SAARINEN, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 42) [Grifo meu]

O prenúncio, na fala do arquiteto, com relação à conservação de Brasília chega a ser surpreendente pela atualidade e por se enquadrar nos atuais desafios que os gestores do bem tombado em comento enfrentam diuturnamente. Detalhamentos do espaço urbano como a questão da previsão e rearranjo de estacionamentos, bem como a organização da iluminação pública seguem, décadas depois, na ordem do dia⁹⁰. Entretanto, a gestão do bem tombado é um foco diverso deste trabalho, que se direciona para um esforço de compreender a maneira como foram construídos o bem cultural, Brasília, e os discursos que o possibilitaram⁹¹. Assim, importa observar que o cenário da construção anunciava desafios que relacionavam a expectativa de conservação, que precediam sua consolidação, com avaliações de ordem estética. Uma abordagem que já divisava questões de difícil solução e que impactariam o porvir.

O arquiteto inglês William Holford apresentará uma leitura da cidade partindo da experiência de ter composto o júri que escolhera a proposta de Lucio Costa para a nova capital. Dentre os pontos levantados, destaca a perspectiva de divisar uma cidade íntegra, num plano que se apresenta como “um objeto completo e unificado, que se destaca na paisagem, visível como uma capital em todas as direções”. O que estaria de acordo com o proposto por Lucio Costa no documento apresentado no concurso da nova capital: “A aplicação em termos atuais dessa técnica oriental milenar dos terraplenos garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista”⁹².

⁹⁰ Ao que posso testemunhar na condição de técnico historiador da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal desde 2010.

⁹¹ Para análises da gestão de Brasília enquanto patrimônio cultural consultar, principalmente, Bernardes (2005), Reis (2001; 2011).

⁹² COSTA, Lucio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: SUPERINTEÊNCIA DO IPHAN NO DF, 2014, pág. 32.

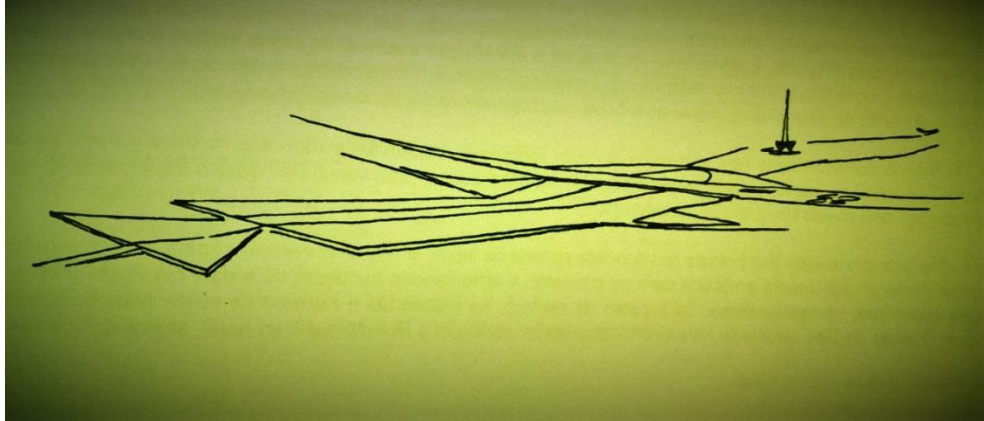


Fig. 3: Croqui de Lucio Costa onde se encontra a estrutura básica do Eixo Monumental com os terraços onde se assentariam os edifícios mais representativos de Brasília, na Praça dos Três Poderes (porção triangular à esquerda), seguida da Esplanada dos Ministérios.

Tal integralidade daria à cidade uma dimensão simbólica adequada, porquanto capital, e perene, posto que seus elementos essenciais e distintivos, como a Praça dos Três Poderes, estariam erguidos com nobreza e destaque. O sistema de terraços seria responsável por impor uma silhueta destacada para a porção simbólica da cidade, protegida de construções que pudessem reduzir as visadas, de dentro para fora e de fora para dentro do conjunto.



Fig. 4: Vista aérea da Praça dos Três Poderes destacada na paisagem em construção, com os edifícios representativos dos poderes da República: Legislativo, Executivo, Judiciário. CRÉDITO/FONTE: João Gabriel Gondim de Lima/Arquivo Brasília

Para explicitar a modulação de sua estrutura urbana, Holford afirma que Brasília seria uma cidade vertebrada. Em suas palavras:

“Tem uma espinha, uma coluna vertebral, que é fixa e permanente. Teria sido mais fácil para Brasília crescer pela mera multiplicação das partes – acrescentando-se um ministério a outro, uma quadra residencial a outra, a espalhar-se gradualmente pelo

terreno. Mas em verdade é um animal muito complicado. **Tem uma moldura fixa e permanente, e dentro dessa moldura há células que podem desenvolver-se até certo ponto, e que também podem mudar com o tempo.** É, pois, uma cidade complexa e orgânica pelo modo como foi planejada.” (HOLFORD, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 37)

Mário Pedrosa, em diálogo com a proposição zoomórfica de Holford, observa que o inglês descreveu com acuidade o traço fundamental do plano de Lucio Costa. Segundo ele, trata-se de um “plano piloto que marcou na terra a forma”, o que seria condizente com a escolha de singrar na terra o traçado viário das duas asas, Sul e Norte, dando a forma para as asas do “avião” antes mesmo que as quadras residenciais pudessem figurar robustas, assegurando o traçado original da cidade⁹³.



Fig. 5: Ao fundo, vê-se parte da Asa Sul em construção, mais adiante as obras da Rodoviária do Plano Piloto, e, em primeiro plano, o Traçado dos eixos principais da Asa Norte. CRÉDITO/FONTE: Mário Fontenele/Arquivo Brasília.

Pedrosa então se questiona:

“Como então será possível que no interior de seu traçado as partes se desenvolvam sem desfigurar todo o plano? A imagem do animal composto por vértebras, composto de partes até certo ponto independentes, se quiserem, permite certa analogia com o desenvolvimento do plano da cidade, o que quer dizer que o plano poderá crescer por dentro, de célula em célula, sem perder a concepção geral. O crescimento das partes internas poderá fazer-se de modo orgânico e adaptado ao plano geral se se mantiver certa coordenação social, evitando-se a anarquia da

⁹³ Márcio de Oliveira (2005) ao detalhar como a estrutura urbana fora construída ano após ano até a inauguração, indica que somente parte da Asa Sul estivera relativamente urbanizada para o ato de inauguração em 21 de abril de 1960. Entretanto, na porção norte da cidade, o Eixo Rodoviário e os eixos auxiliares laterais, popularmente chamados de “eixinhos”, já estavam pavimentados e iluminados sem que nenhuma superquadra fosse construída na Asa Norte até a inauguração.

especulação imobiliária e da indústria da construção civil” (PEDROSA, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 46)

Identifico, portanto, nas falas de Saarinen, Holdfor e Pedrosa, tanto o esforço pela compreensão do plano em sua completude quanto de uma certa inquietação quanto à sua efetiva conclusão e desenvolvimento. A cidade como um artefato complexo, mas, de alguma maneira, passível de ser lido como uma peça íntegra e, portanto, sob o risco de ter sua constituição inconclusa ou pior, desviada do traçado original. Na fala de Pedrosa comparece ainda um elemento ameaçador à concretização do plano que se tornará, nos anos subsequentes, habitual: a especulação imobiliária da indústria da construção civil – e que será mencionado desde aqui até estar concluído seu processo de patrimonialização.

Eero Saarinen, ao refletir a respeito do “milagre” que se desenrolava à sua frente, a multidão de operários a erigir a obra, identifica um outro prodígio: o da conservação prévia do que via sendo construído, dados os “problemas dos próximos cinco ou dez anos”. Saarinen não poderia, porquanto não dotado, até onde se sabe, de dons premonitórios, antecipar as enormes turbulências políticas em que o Brasil se encontrou nos cinco anos subsequentes e que culminou com o assalto à democracia brasileira de 1964 – e que teria, à reboque do controle nacional, ditado a gestão e o planejamento da cidade até o período da redemocratização, que coincide com as mais efetivas ações de patrimonialização. Entretanto, aparte a monumentalidade e grandiosidade da construção, mostrava-se receoso com o controle urbano ulterior que poderia impedir a conservação esperada.

O diálogo entre Holdford e Pedrosa é também revelador de um modo de ler a cidade como um artefato. Holdford enxerga a sua “moldura fixa e permanente”, sem que isso venha a impedir a transformação e desenvolvimento de células que compõe o todo. Pedrosa, por sua vez, parece visionar a mesma força daquela estrutura, bem assim a mutabilidade de unidades em seu interior. Porém, destaco como deixa aparente a preocupação acerca de quanto tais mudanças podem ameaçar a integralidade do plano, desfigurando-o.

Nessas falas identifico a leitura da cidade enquanto um objeto coeso, um artefato. José D’Assunção Barros (2012) chama a atenção para um modo em que as imagens da cidade se relacionam com o esforço de compreensão sobre as mesmas. Complexas, podem, no entanto, serem apreendidas pelo olhar contemplativo a determinada distância⁹⁴. Observa como Brasília

⁹⁴ “O sistema telefônico é imenso, mas invisível, e apenas uma parte da Grande Muralha ou do Canal do Panamá podem ser vistos de uma vez; a imensidão destas invenções faz com que elas sejam apreendidas somente pela imaginação. Mas uma cidade pode ser vista inteira de uma vez. Daí por que as vistas panorâmicas sejam tão emocionantes.” (RIBCZYNSKI, W. apud. BARROS, 2012, pág. 22). Teria essa emoção acometido aos

tem seu traçado concebido com padrão de espacialização imposto por uma ideia matriz. O traçado do plano piloto, preche de significados, faria de Brasília uma “cidade cósmica”⁹⁵, que

“...podem ser lidas de fora, porque seu traçado carrega explicitamente uma mensagem carregada de intencionalidades. Elas foram feitas para significar algo para o observador que as contempla de uma distância a partir da qual o traçado pode ser percebido na sua totalidade.” (BARROS, 2012, pág. 23)

Na escala do observador que porventura deambulasse pela cidade em obras, saltaria aos olhos o vigor e ritmo da construção. Mas as imagens oferecidas por Lucio Costa, com seu partido básico de grande simplicidade – a forma de eixos que se cruzam – dão a dimensão da cidade integralmente concebida e, na expectativa, dela pronta, enfim concluída. Talvez parta daí o receio, desde logo, com os riscos à sua incompletude, desvirtuamento, desfiguração.

Por outro lado, para além dos aspectos físico-morfológicos da cidade em observação, é importante considerar como, num congresso em que a integração das artes é seu tema central, o sentido de comunidade, aquela que viria a fazer de Brasília uma cidade real para além do plano, fosse particularmente problematizada, ou seja, não apenas a composição dos espaços, mas a composição da comunidade que o habitaria.

Caso viesse a se erigir uma nova civilização, esta não se faria de esculturas de mármore ou bronze ganhando vida na cidade modernista, mas, sim, de um povo que se relacionaria com o plano urbanístico ousado, amplo e funcional, com a arquitetura arrojada e de grande apelo estético, mas, e sobretudo, da expectativa que sobre a cidade e seus habitantes incidia. Assim, Mário Pedrosa, com manifesto otimismo, sairia em defesa não particularmente de JK ou mesmo do plano piloto de Lucio Costa, mas, justamente, dessa expectativa de uma nova ordem, um novo povo, da possibilidade de um novo Brasil que se construía diante dos olhos dos congressistas.

“Logo, é preciso considerar Brasília como um processo, e não como uma coisa concluída (...). É evidente que todos nós, que vivemos nesse mundo de hoje, temos medo quando ouvimos falar em ordem social ou em uma nova ordem social etc. Não se trata de uma nova ordem, mas da ordem que surge, que pode nascer em uma comunidade em vias de formação. Não temos ainda em Brasília a atmosfera da comunidade. Esperamos que um dia essa atmosfera seja criada e cristalizada. Não quero falar de arte, dar exemplos de boa ou má integração. Não é disso que se trata. Integração é o espírito de criação que se comunica entre os homens de uma mesma comunidade”. (PEDROSA, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 100)

participantes do Congresso a ponto de alimentar algumas das leituras da cidade e das expectativas que sobre ela se formaram?

⁹⁵ O autor toma emprestada essa categorização, “cidades cósmicas”, de Kelvin Linch, ao falar do aspecto mítico, religioso e simbólico de cidades, como as antigas cidades etruscas e indianas, mas também modernas, como Brasília. (BARROS, 2012, 23).

Pedrosa irá procurar então o sentido cívico da proposta de Lucio Costa, necessário para a simbologia que uma capital requer. Verá um sentido, inclusive, para o início das construções, a começar pela Praça dos Três Poderes, irradiando a representatividade da divisão dos Poderes da República no ambiente, ainda naquele tempo, democrático. E a arte, nesse contexto, assumiria a intenção de estar presente no cotidiano, na relação pessoal com cada indivíduo. A integração não seria apenas a de obras pontilhadas no espaço, como esculturas postas em lugares estratégicos, ou de afrescos dialogando com as linhas sóbrias da arquitetura modernista. Interpreto que a integração, para ele, perpassaria a interação entre a comunidade e tal conjunto artístico, este a insuflar de sentido aquela, que por sua vez fruiria daquilo que lhe era próximo, numa relação de pertencimento. Ou seja, de uma apropriação que não se daria a partir de um lugar deslocado, como um museu talvez, mas presente e partícipe de seu cotidiano. Com o tempo, na dimensão bucólica das quadras residenciais, nesse cotidiano enfim estabelecido, é que poderia ser concretizada a grande tarefa de Brasília.

“Porque é ali, naquelas células vivas, que se terá de travar a verdadeira batalha de Brasília pela vida, pelo homem, pela comunidade, para que Brasília não fique como um exemplo de construção artificial que nunca pode criar raízes”. (PEDROSA, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 100)

Somado a isso, as expectativas em torno de Brasília, na visão de Mário Pedrosa, se enquadrariam num contexto maior e mais amplo, regional e temporalmente. O crítico se utilizará das narrativas historiográficas não para, simplesmente, situar a vontade nacional num passado mítico, mas de compreendê-la como parte de um processamento longo e tradicional de fundação de cidades. Seria, portanto, um *modus operandi* brasileiro, porquanto oriundo da colonização portuguesa, uma experiência nacional distinta das demais, cuja significação é a de fundar o país pela fundação de polos urbanos. Teria sido assim com Salvador, nossa primeira capital.

“O país que começou assim pelas cidades, pelas comunidades urbanas, não é um país que tenha nascido naturalmente. Seria então possível dizer-se que o Brasil não pode ser um país conservador, se se entende por espírito conservador aquele que só admite a evolução histórica como fruto ‘espontâneo’ e ‘orgânico’ de fatores naturais e da tradição. Aqui, o homem intervém e decide conscientemente, e desde o começo contra a natureza, contra o natural” (PEDROSA, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 29)

Esse aspecto de não naturalidade, ou seja, de relativa artificialidade de Brasília seria, de alguma maneira, como uma síntese em escala reduzida de uma vertente de país artificial, portanto criado, não natural, fundado mediante processo de colonização europeia. Para Pedrosa, Brasília se inscreveria como etapa de um processo há muito iniciado, e a tomada do Centro

Oeste brasileiro, enfim concretizada, talvez fosse a intervenção esperada de um povo que há muito vem construindo suas fundações como quem toma posse de cada porção do território. Portanto, a expectativa sobre os resultados do empreendimento Brasília se ampliariam. A cidade, sendo bem conduzida a sua feitura, conduziria a um desenvolvimento para além dos limites do Distrito Federal:

“... os construtores da cidade terão de regionalizar o território, o que implica um plano regional talvez ainda mais importante que o plano urbanístico (...) Para se tornar uma aquisição histórica e cultural duradoura, Brasília terá de desempenhar o papel de estabilizadora da frente de colonização (...) Nisto estão envolvidos problemas muito graves, como por exemplo o da reforma agrária de que tanto se fala nesse país” (PEDROSA, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 29-30)

Neste ponto é possível observar o quanto, para o crítico de arte – que lia Brasília como uma “obra de arte coletiva”, porquanto, além do plano estético, fosse somatório de esforços nacionais – a expectativa maior seguia como solução para problemas estruturais sócio econômicos. O mesmo Estado que desapropriou as terras do novo Distrito Federal haveria de prover a massa de desvalidos com um lugar para plantar e colher. Os dividendos culturais advindos da construção de Brasília se relacionam, no seu discurso, com ares de uma justiça social que, como se sabe hoje, não se veria realizada – como apontado pelos críticos de Brasília trabalhados no primeiro capítulo, bem como será elaborado nos próximos tópicos.

Ainda que fossem expectativas sociais incrivelmente ambiciosas, mesmo porque não se veria rebatimento delas em nenhuma das metas de JK, o que destaque é que sua leitura é a leitura do possível. Um empreendimento das dimensões da transposição da capital talvez tenha feito aproximar a utopia da realização concreta via planificação regional condizente. Havia um plano, seria necessário apenas segui-lo.

E se Brasília representava a possibilidade enquanto real, ou ainda, a utopia podendo ser alcançada pelo atingimento de metas sistematicamente perseguidas, o diagnóstico das desigualdades sócio regionais indica que os estudiosos das artes davam alguma atenção às condições de vida da população. Advindo talvez do mote da síntese das artes e das obras coletivas como mais propícia àqueles tempos – sendo as obras individuais oriundas da reclusão asséptica de artistas desconectados da população (PEDROSA, 1981) –, a avaliação do fazer artístico como parte importante do cotidiano urbano talvez tenha revelado, desde aquele momento, as contradições sociais brasileiras cruelmente reproduzidas em Brasília: os intensos fluxos migratórios dos brasileiros desvalidos.

Mário Barata, em sua leitura da cidade e de como se portariam nela as chamadas artes industriais, observará tal contradição: como planejar uma cidade de condições mínimas de vida

para cada um de seus habitantes, quando incrustada no coração de um país desigual? Ao tentar equilibrar o protótipo de cidade humanizada e racional com a realidade brasileira, interpreta que a solução se daria

“...sem chegar mesmo à hipótese cruel de que uma cidade poderia fechar-se ao fluxo de forasteiros e controlar sua população por meio de cidades satélites, na melhor das soluções (que é a solução prevista por Lúcio Costa). No caso de Brasília, que está em fase de construção, já se estabeleceram barreiras aos imigrantes que vão em busca de trabalho, permitindo-se a entrada na região, pelo menos em certas épocas, a pessoas portadoras de contrato de trabalho. Na verdade, as barreiras desse tipo funcionam de modo imperfeito, mas o fenômeno indica que uma cidade nova tem de defrontar-se com a triste perspectiva de vir a ser menos um exemplo, um protótipo do que um quisto aristocrático produzido por uma sociedade hierárquica ou dividida em ricos e pobres e ameaçada de submersão rápida diante das condições reais do país em que ela se situa. Esta circunstância pode ser tomada como mais um argumento para mostrar que a planificação deve passar da *urbs* à região. Pode-se dizer que deve passar da região ao país como um todo.” (BARATA, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 109)

Em suma, entendo que para além das expectativas tanto otimistas quanto receosas, tanto de um Bruno Zevi questionador quanto de um Mario Pedrosa comovido, o que se dispensava à Brasília em termos de análise se relacionava com uma tentativa de compreender as especificidades da empreitada e de como ela se inseria num cenário político mais amplo, em um contexto regional mais alargado. Avalio que não se trataram apenas de discursos meramente ufanistas ou exageradamente receosos, nem tampouco estritamente utópicos. Chocava-se, entrelaçava-se a dimensão nacional com a local. E localmente focalizado, já havia a representação de Brasília como um polo destacado das cidades-satélites. A aventura, as artes e a utopia tinham nome, sobrenome e endereço: a cidade modernista, o artefato analisado, tinha uma força a ser protegida, e um projeto de sociedade a ser desenvolvido.

Ademais, faz-se necessário observar que chegamos ao final do tópico sem buscar responder se Brasília perfazia ou não a propalada “síntese das artes”. A questão colocada aos participantes é, por si só, elemento de onde depreendo tanto a representação que se construía naquele momento como um modo de fazer e de pensar as relações entre projetos de arquitetura e urbanismo, a cidade efetivamente a ser construída, intermediados, entremeados pelos discursos artísticos em voga. Assim, para a presente dissertação, importa destacar que o que já se anunciava era a tendência a se proteger o plano, seja pela expectativa da conservação de seus elementos recém-instalados, seja pela leitura de sua posterior completude, seus eixos e vértebras, que deveriam ser preenchidas por células organicamente dispostas. Interpreto, afinal, que na ocasião de sua plena concretização, esperava-se que Brasília pudesse responder tanto às aspirações de um país que buscava se modernizar quanto à de uma parcela da intelectualidade

internacional que ansiava por modelos de cultura e civilização, universalmente apreensíveis, no contexto do pós-guerra.

2.2. I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, 1974.

“Nas silenciosas mutações do mundo atual, Brasília desponta como a metrópole fustigada pelos conflitos de técnicas e conceitos, e até preconceitos. **Poderá parecer inexplicável o fato de a Capital do Brasil, construída sob o mais intenso combate de opositores históricos, ter sofrido distorções e erros tão graves de implantação, que não mais possam ser ignorados.** Eles marcam, no entanto, devemos convir, ‘as contradições e os problemas do próprio País, ainda em vias de desenvolvimento integrado’, na interpretação do arquiteto Lucio Costa”.

[Grifo meu]
(Cattete Pinheiro, 1974)⁹⁶

A fala do senador Cattete Pinheiro, na condição de presidente da Comissão do Distrito Federal⁹⁷, é trecho do pronunciamento da sessão de instalação do **I Seminário de Problemas Urbanos da Capital**, realizado no plenário do Senado Federal em 1974. A comunicação recebera o sugestivo título de “Brasília – cidade contemporânea do futuro”, sobre a qual observo que, 14 anos após a sua inauguração, a Capital da República era ainda representada como uma cidade que dialogava com uma temporalidade deslocada à frente, rumo a um destino manifesto, aparentando estar sempre no limiar de sua plena realização. Uma cidade lida como uma expectativa ainda por se consolidar, uma profecia que ainda não se realizara.

Ainda a respeito da declaração do senador me questiono quanto a uma situação peculiar: se Brasília era “contemporânea do futuro”, em que tempo residiria o restante do país? Ou ainda: se não era contemporânea do presente, porquanto residisse no além do horizonte, e as marcas de suas “distorções” fossem de responsabilidade, não suas, mas das “contradições” e dos “problemas do País”, por extensão, seria o Brasil que desacelerava o ritmo apressado de sua jovem capital? Ao que tudo indica, em meados da década de 1970, Brasília era ainda representada não apenas em direção ao devir de seu próprio destino, mas para aonde todos os brasileiros deveriam ter seguido. Tantas vezes identificado no bordão “o país do futuro”⁹⁸, o

⁹⁶ SENADO FEDERAL/COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL. Anais: **I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília – estudos e debates**. Brasília: Senado Federal, 1974.

⁹⁷ Neste período, o Distrito Federal não gozava de autonomia política. Portanto, no que tange a composição das leis em vigor na capital, estas eram de responsabilidade do Senado, atuação administrada por esta comissão.

⁹⁸ Curioso como este bordão tenha se tornado um epíteto nacional. Trata-se do título da obra de Stefan Zweig, editada em decorrência de viagens do autor austríaco pelas principais capitais brasileiras nos anos 1930. Zweig, que gozava à época de grande prestígio internacional, sendo um dos autores mais editados em todo o mundo, era um pacifista que via no Brasil, país onde se radicou e passou os últimos dias de sua vida, a confluência de qualidades que lhe saltaram aos olhos em meio a um cenário de conflito mundial. Em suas andanças Zweig subiu

Brasil parecia estar com os pés fincados na persistente condição de subdesenvolvimento⁹⁹, ligado ainda a estruturas sociais pretéritas, não superadas pelo desenvolvimentismo de meados do século XX.

Ao evocar a contradição social brasileira, indicada nas palavras de seu “inventor” Lucio Costa, Pinheiro talvez buscasse a explicação para a sua própria provocação, ao destacar as “distorções e erros de implantação” da cidade que se apresentava como “fustigada pelos conflitos de técnicas e conceitos, e até de preconceitos”. Ao longo de sua comunicação, em que observaria o papel da capital numa suposta revolução urbana brasileira, não fica claro de quem são os preconceitos, quem ou quais grupos estiveram em conflito, nem sequer quais seriam os responsáveis pelos erros de implantação.

Entretanto, se não podemos enumerar os responsáveis, ao menos me permito notar uma exclusão de culpa. No caso, é digno de nota que tal declaração viesse de um senador que presidisse a comissão responsável pela legislação da Capital Federal que, sem autonomia política, não contava com uma câmara legislativa, seja na instância municipal ou estadual – haja vista ser um ente republicano diferente dos demais. A administração de Brasília era então feita por governadores indicados pelo presidente da República¹⁰⁰, na ocasião, o governador Elmo Serejo Farias. Assim, na equação do senador Cattete Pinheiro, se a implantação não estava adequada e se não correspondia ao futuro sempre aventado, não teria sido o seu inventor ou sua

morros de favelas cariocas, frequentou festas populares de comunidades pobres no Recife e Bahia, percorreu em São Paulo bairros dos imigrantes. De suas visitas a essas populações acometidas por mazelas sociais concluiu, dado o dinamismo, força, inventividade observados em cada uma delas, que o país estaria em condições de elevar-se majestoso ante as nações mundiais. O futuro do Brasil estaria, portanto, na capacidade de seu povo, destacando-se que os elogios não eram necessariamente direcionados aos governos – à época, o Estado-Novo varguista – ou mesmo à nata da intelectualidade brasileira, mas às comunidades que ele reconheceu como sendo legitimamente portadoras de um sentido nacional, mesmo que a civilização brasileira, na perspectiva do autor, tenha sido, em grande medida, um legado estrangeiro. ZWEIG, Stefan. **Brasil: o país do futuro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

⁹⁹ O geógrafo Milton Santos, em meados da década de 1960, notara o impacto do subdesenvolvimento – num contexto maior, latino-americano – na consolidação de Brasília: “O subdesenvolvimento comparece como um elemento de oposição, diante daquela ‘vontade criadora’ [a vontade política na decisão de construir a nova capital], modificando os resultados esperados. Reduz as possibilidades de uma rápida construção da cidade; refletindo-se sobre as atividades principais, explica as demais funções, o quadro, a fisionomia atual, a estrutura e os problemas; e é o responsável pela “dualidade” de Brasília, que tanto a aproxima das demais capitais latino-americanas. Vontade criadora e subdesenvolvimento do país são, pois, os termos que se afrontam na realização efetiva de Brasília. É da sua confrontação que a cidade retira os elementos de sua definição atual”. SANTOS, Milton. **A Cidade nos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, pág. 55.

¹⁰⁰ Segundo a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969:

DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Art. 17. A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Caberá ao Senado Federal discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal.

§ 2º O Governador do Distrito Federal e os Governadores dos Territórios serão nomeados pelo Presidente da República.

utopia os responsáveis pela incompletude, mas, antes, recairia sobre quem lhe tinha preconceito ou não seguia sua técnica.

De qualquer maneira, é preciso observar que no Congresso de 1959 o discurso de que havia um plano a ser seguido sob pena de não se concretizar não apenas a cidade modernista, mas, a reboque, a “nova civilização brasileira”, era uma importante perspectiva. Já em 1974, era possível realizar um breve diagnóstico para a constatação de um relativo malogro quanto à efetiva construção da cidade, lida como artefato de coesão interna, e certamente quanto à expectativa de um Brasil moderno. Ideário presente tanto no otimismo de Mário Pedrosa quanto no discurso de Juscelino Kubitschek. Aliás, o ex-presidente sequer fora lembrado na comunicação de abertura, e não o seria na de encerramento. Em seu lugar, proclama-se outro personagem.

“O governo do presidente Humberto de Alencar Castello Branco consolidou Brasília quando fixou suas bases e as diretrizes da política habitacional do País, dando-lhe a segurança necessária. Mas a Nova Capital mudou, anatômica e fisiologicamente, de maneira inesperada, explosiva e incontrolável. Como pólo de desenvolvimento transformando-se aceleradamente, foi quebrando a fidelidade reclamada ao caráter monumental próprio, definido no Plano-Piloto, em função das três escalas naquele documento fixadas: a escala coletiva ou monumental, a escala cotidiana ou residencial, e a escala concentrada ou gregária.” (PINHEIRO, 1974)¹⁰¹

Cassados seus direitos políticos em 1964, Juscelino Kubitschek será preterido em favor de Castello Branco, o primeiro presidente do Regime Militar. Uma ausência¹⁰² bastante eloquente no pronunciamento oficial do Seminário¹⁰³. Conforme Ana Maria Ribas (2012), as narrativas referentes aos desdobramentos da cassação de JK, seguidos de prisão e exílio, bem assim seu falecimento e a volta à Brasília – com seus restos mortais depositados num memorial que levaria seu nome – receberam contornos dramáticos nas páginas de seus biógrafos. O herói da epopeia seria futuramente imortalizado, mas, não sem antes ter descido ao *Hades*. Porém, para os estudos dos problemas de “sua” obra, naquele momento, em meados dos anos 1970,

¹⁰¹ SENADO FEDERAL/COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL. Idem.

¹⁰² O Jornalista Carlos Chagas, no Simpósio realizado em 1986 que será estudado no tópico seguinte, chega a afirmar a importância do que classificou como sendo a primeira manifestação de massa da comunidade brasiliense no velório de Juscelino Kubitschek, em 1976, onde uma multidão acompanhou o féretro, apesar da insistência no apagamento de suas referências: “Durante os anos anteriores todos, de 64 a 75, Brasília foi evoluindo, a população de Brasília aqui se foi fixando. Associações de bairro foram-se criando, reivindicações, já comuns, iam sendo expostas. (sic) No entanto, porque vivíamos num regime de repressão, era proibido citar o nome de Juscelino Kubitschek”. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Anais do Simpósio Brasília: concepção, realidade, destino**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social/GDF, 1987, pág. 324.

¹⁰³ JK seria, no entanto, lembrado por Lucio Costa que, após prestar homenagens aos operários da construção, aquela “massa sofrida” que “de fato, construíram esta cidade”, nomeia as três personalidades que tornaram viável a construção de Brasília: o “engenheiro Pinheiro”, o “arquiteto Soares”, e o “presidente Oliveira”, numa clara alusão à Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer e Juscelino Kubitschek. A cada personalidade lembrada era ovacionado com palmas prolongadas pela plateia do Seminário.

operou-se um deslocamento: importava nomear mais aquele que a teria consolidado, dado o regime de interdição de direitos políticos que acometia a democracia então.

Com relação à sua aparente consolidação, Geraldo Joffily (1977) testemunha a relação errática que a cidade teve com os ocupantes da cadeira maior do executivo, tornando, no mínimo, passível de problematização a fala do senador Pinheiro. Segundo o autor, no período após JK, de Jânio Quadros a João Goulart (passando pela breve experiência parlamentarista), houve uma brusca interrupção e mesmo paralização de algumas obras em andamento em Brasília. Do ponto de vista administrativo o autor observa, a partir de reportagens da época, que diversos órgãos públicos e empresas estatais se esquivavam em transferir-se para a capital. Ministérios mantinham-se, por resistência ativa ou passiva, no Rio de Janeiro.

No que tange aos empreendimentos e do ritmo da construção de Brasília, bem como das ações da prefeitura responsável pela cidade, Oscar Niemeyer declarou, em 1964, ao jornal *Correio Braziliense*:

"Com alguns dias apenas em Brasília seria leviano fazer críticas à atual administração, principalmente, conhecendo como conheço os obstáculos e incompreensões, as limitações sem conta com que geralmente se envolvem. **Brasília parou, praticamente, depois de sua inauguração. Uma obra ou outra foi executada, mas nunca na escala necessária.**" ¹⁰⁴ [Grifo meu]

Situação, em alguns sentidos, ampliadas quando instaurado o regime militar, em que os presidentes ou juntas militares revezavam suas estadias entre a velha e a nova capital. Joffily (idem) argumenta ainda que somente em meados da década de 1970 é que a situação mudaria. Nessa época, os dirigentes militares passariam a frequentar a cidade com maior assiduidade e comandariam a ida definitiva do Itamaraty para a nova capital. Questões contemporâneas do relativo reaquecimento da economia, no chamado "Milagre Econômico", em que o ramo da construção civil voltaria a se movimentar na capital, bem assim os levantes de guerrilhas urbanas contrárias ao Regime, que chegaram a ameaçar embaixadores de países estrangeiros que habitavam a capital carioca, são tributários dessas mudanças em Brasília.

Embalado por este cenário de restrições civis e políticas e incremento econômico e, talvez, como uma resposta a ele, é que se realizará o Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília. Ao longo de uma semana, com cobertura diária na imprensa local¹⁰⁵, o Senado Federal convidou um grupo heterogêneo de especialistas e agentes públicos para

¹⁰⁴ CORREIO BRAZILIENSE. **Niemeyer disse que Brasília parou desde sua inauguração.** 1º de dezembro de 1964.

¹⁰⁵ O Jornal *Correio Braziliense* acompanhou o seminário com matérias diárias, comentando os temas de cada dia e publicando trechos das falas consideradas mais destacadas.

debater a cidade. Em painéis e conferências que abordaram temas diversos como o histórico de ocupação, a questão da migração para a cidade, o papel da indústria da construção civil etc., serão construídas representações de Brasília em seu caráter de polo de atração, em certa incompatibilidade com o “plano-piloto”, ou seja, indicando a relativa quebra de fidelidade para com seu planejamento original, que implicaria ameaça à sua monumentalidade, à sua simbologia de Capital da República, e o abandono das escalas urbanísticas que alimentaram sua concepção. Assim, nem bem debutava, a cidade era já objeto de avaliações e diagnósticos, como se verá, tanto morfológicos quanto sociais.

Segundo a comunicação de abertura do Seminário, algo aparentemente dera errado no percurso da consolidação da cidade, e os erros careciam de ser identificados e corrigidos, retornando a jovem capital a seu caminho indelével rumo ao futuro. Entretanto, a perspectiva de ameaça aos aspectos físico-morfológicos da cidade não será necessariamente compartilhada pela totalidade dos participantes, porquanto houvesse questões talvez até mesmo mais recorrentes ao longo dos debates e estudos apresentados. A questão do planejamento urbano ganha premência, apontando para a compreensão de uma outra dimensão da capital, de outros contextos urbanos, de espectros de análise ampliados à realidade polinucleada do Distrito Federal.

As cidades-satélites, por exemplo, eram uma realidade que impunha leituras para além da cidade erigida para ser um monumento. Oscilaram, portanto, leituras a focalizar a cidade modernista de Lucio Costa – que em 1959 era mais um plano-piloto para uma cidade do futuro do que uma cidade no presente, e que naquele momento já apresentava problemas de velhas cidades – e os aglomerados urbanos cuja presença e relação com o “centro” ou o Plano Piloto, confirmariam as contradições sociais brasileiras.

Uma tensão notada pelo debatedor José Carlos Coutinho¹⁰⁶:

“Um dos problemas que transparece aqui, além dessa dicotomia que mencionei de se considerar Brasília como uma cidade nova ou como uma cidade velha, existe naturalmente uma outra: toda a vez que se fala em Brasília é preciso definir se estamos falando do Plano-Piloto ou no Distrito Federal como um todo. E as ações tendem a se dividir em termos de prioridade, algumas sendo propostas com mais ênfase para o conjunto das Cidades-Satélites, outras para o Plano-Piloto. Parece-me, ainda aí, a opção falsa. O problema tem de ser atacado como um todo”. (pág. 73)

¹⁰⁶ Arquiteto, então professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília/FAU-UnB, integrou o GT-Brasília, apresentou a comunicação: **Brasília: cidade nova ou cidade velha? – alternativa para um futuro melhor**. Coutinho também apontara em sua comunicação a sintoma de incompletude de Brasília: “Como cidade nova ela ainda não se realizou plenamente, não cumpriu tudo a que se propunha, uma vez que existe uma série de obras, equipamentos, serviços que, propostos em 1957, na ocasião da realização do plano, ainda permanecem incompletos” (pág. 33)

Coutinho dialogava, nesse momento, com a leitura dos debatedores Aldo Paviani e Ignez da Costa Ferreira¹⁰⁷, que estudaram o processo de organização do espaço urbano associado ao estudo demográfico e do conseqüente planejamento – ou falta dele – no Distrito Federal, cujo histórico ensejaria uma explicação para os valores praticados na compra e venda de propriedades. O resultado dessa equação, já em 1974, seria o da enorme valorização do preço da terra e subseqüente custo de vida no Plano Piloto e proximidades, afastando os trabalhadores com menos recursos financeiros para as cidades-satélites, que não dispunham nem do mesmo tratamento urbanístico, nem da oferta de serviços públicos.

A situação decorrente impactava pesadamente na mobilidade urbana que tendia aos intensivos fluxos pendulares: o centro da realidade polinucleada, o Plano Piloto, que detinha também – até hoje, diga-se – a maioria das ofertas de emprego, recebia um contingente enorme de trabalhadores que iam de manhã e voltavam para suas cidades ao final do dia. Um estado de coisas que fora objeto de avaliação do “inventor”. Em carta¹⁰⁸ remetida em 1971, em resposta ao convite do senador Cattete Pinheiro, Lucio Costa afirmara que não pretendia “rever Brasília”, porquanto a cidade tivesse alcançado autonomia. Porém, observou que o “desvirtuamento começou no próprio nascedouro”, afirmando que as superquadras deveriam ser ocupadas da maneira mais variada em termos socioeconômicos e que Brasília, decerto, não teria o condão de reverter por si só as mazelas sociais brasileiras, ainda que fosse patente a intenção de ser sido organizada da maneira mais democrática possível, pela absorção de todas as faixas de renda. Porém, segundo o próprio arquiteto, a ordem das coisas se inverteu.

“As condições do concurso estabeleciam que a cidade deveria ser planejada para uma população de cerca de 500.000 habitantes; atingido este limite, ela se desdobraria em cidades-satélites devidamente planejadas. O arcabouço da cidade, que ainda é um arquipélago urbano, continua vazio, e as pseudo satélites cresceram estimuladas por essa balda retrógrada segundo a qual o trabalhador deve é mesmo morar longe. O desperdício e o sacrifício do transporte oneroso e desconfortável, num e noutro sentido, as filas, tudo faz parte do **programa**, tudo isto é ‘planejado’.” (pág. 290) [Grifos do autor]

Depreendo aqui um certo tom de ironia, como se observasse que as mazelas estivessem em concordância com o “programa”, talvez não como planejamento *stricto sensu*,

¹⁰⁷ Aldo Paviani e Ignez da Costa Ferreira, professores do Departamento de Geociências da Universidade de Brasília, apresentaram a comunicação: **Cidades-Satélites: organização do Espaço Urbano no Distrito Federal**.

¹⁰⁸ Constam três cartas de Lucio Costa como anexos da publicação dos anais do Seminário. A primeira, datada de 21 de junho de 1971, respondendo a um convite para se apresentar à Comissão do Distrito Federal que lhe solicitava orientações para atuar em Brasília (convite esse gentilmente recusado); a segunda, comentando a resposta que dera a um artigo de jornal de autoria do arquiteto Pierre Vago, em que indica suas apreciações de como Brasília se desenvolveu ao arpejo do projeto, por exemplo, sem o centro ter sido organizado, o *core* da cidade, o que importaria reformulações de todas as demais áreas comerciais, é datada de 27 de junho de 1973; a terceira, que complementa as abordagens do próprio Lucio Costa ao longo do Seminário, de 19 de agosto de 1974.

mas como resultado da administração que efetivamente tenha, sobre a cidade, atuado, distanciada da proposta original. Na mesma carta, Lucio Costa chega a sugerir a criação de uma legislação específica para que as superquadras ainda não edificadas fossem ocupadas apenas por “apartamentos de padrão econômico”. Somente em imaginação me permito especular o que teriam pensado aqueles que geriam a cidade com a mencionada “balda retrógrada” acerca de tal proposição.

Numa outra perspectiva, Ricardo Libanez Farret¹⁰⁹ ampliaria ainda mais o território em seu foco de sua análise. Retomando um dos sentidos históricos para a construção da nova capital divulgados pelo governo de Juscelino Kubitschek, “o pretexto para se fazer um plano para toda a região, na qual a cidade está inserida”, dialogaria com estudos realizados quanto ao aspecto regional de Brasília, a exemplo da iniciativa exarada no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento que criaria uma “Região Geoeconômica de Brasília, articulada com as demais macrorregiões do país”.

Em linhas gerais, havia já o diagnóstico de que Brasília, cuja construção iniciou um processo acelerado de migração para a Região Centro-Oeste, se constituiria como um polo de atração permanente e, portanto, seria necessário o fortalecimento de polos limítrofes ao território do Distrito Federal que dinamizassem a região e minorassem a pressão sobre o centro que, cedo ou tarde, se veria colapsado. Em sua proposta, abordou o conceito planejamento em rede urbana, onde, numa cidade, importaria mais

“...as relações que ela mantém com as outras em torno, do que propriamente pelo que ocorre dentro dela. Em outras palavras, o Plano Piloto não teria significado algum, isoladamente, se não estivesse relacionado com outras cidades, inclusive do Estado de Goiás, cidades que compõe a Região Geoeconômica de Brasília”. (pág. 139)

De qualquer maneira, a necessidade de um planejamento estruturado, no âmbito da administração do Governo do Distrito Federal, parece ser dos pontos de convergência em quase todas as comunicações. O arquiteto Amilcar Chaves enumeraria num histórico as iniciativas e programas de governos para a área de gestão urbana e política habitacional, identificando seu malogro diante de uma demanda cada vez maior, bem assim a ausência de um organismo competente de “planejamento ou de avaliação no Distrito Federal, com o objetivo de estabelecer uma política urbana”. Afirmava também que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)¹¹⁰

¹⁰⁹ Arquiteto, então professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília/FAU-UnB, apresentou a comunicação: **Aspectos regionais de Brasília**.

¹¹⁰ As competências para o Conselho foram instituídas na **Lei nº 4.545**, de 10 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal. Art. 6º Ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo compete:

não teria cumprido sua destinação prevista, limitando-se a apreciar soluções pontuais e isoladas para a organização do espaço em Brasília.

Já outros participantes, como o então secretário do Ministério do Interior, Henrique Brandão¹¹¹, abordariam a questão da participação popular. Não num sentido amplo de redemocratização da República – lembremos, estávamos num regime ditatorial – mas apontava que, na esfera local, um sistema de planejamento seria efetivo, apenas, se chegasse na instância de participação da comunidade. Nesse sentido, notava duas questões: a situação do Distrito Federal como ente da Federação que não dispunha, naquele momento, de autonomia política e o fato de que a população fixa se encontrava mormente nas cidades satélites, pois no Plano Piloto era ainda marcante a presença de uma população flutuante de servidores que não criavam raízes com a cidade.

De qualquer maneira, ainda que o planejamento e a relação com as cidades satélites se apresentassem com grande relevância, o Plano Piloto, a cidade modernista em sua concepção, foi objeto de defesas e análises particulares, como na visão de Alfredo Gastal¹¹²:

“Creio que sua concepção, do que viria a ser a sede do governo federal, ainda permanece jovem e atual. **Há que não se confundir o que se deve, realmente, ser reformulado e o que deve ser preservado.** Não me parece justo, para com a Nação e para com nossa cultura, permitirmos que este oásis no caos urbano brasileiro seja entregue à sanha da especulação imobiliária, que vem deformando nossas cidades e destruindo sua história e também sua harmonia”. (pág. 156) [Grifo meu]

Destacado, naquele momento, a perspectiva de preservar o que fora feito e o que havia então, bem assim a aparição deformadora da “especulação imobiliária”, a fala de Gastal parece encontrar eco na de Miguel Pereira¹¹³:

“Todos os projetos feitos para o concurso de Brasília tinham aproximadamente as mesmas propostas contidas na proposta atual de Brasília. Não havia nenhuma especulação de maior fôlego em termos de teorização de planejamento urbano (...)

-
- a) orientar os planejamentos urbanístico e arquitetônico, com apoio nos órgãos próprios da Secretaria de Viação e Obras;
 - b) opinar sobre os projetos de urbanismo e arquitetura a serem executados na área do Plano Piloto;
 - c) coordenar iniciativas diretamente relacionadas com o interesse urbanístico do Distrito Federal.
 - d) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas.

§ 1º O conselho será presidido pelo Prefeito, que lhe fixará a composição e as normas de funcionamento.

§ 2º Serão membros natos do Conselho o autor do Plano Urbanístico de Brasília, o autor do Plano Arquitetônico de Brasília, e o primeiro Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

¹¹¹ Henrique Brandão Cavalcanti, engenheiro, então secretário-geral do Ministério do Interior, apresentou a comunicação: **Distrito Federal – o governo e a comunidade.**

¹¹² Alfredo Gastal, arquiteto, então representante local do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERPHAU/Ministério do Interior, foi superintendente do IPHAN no Distrito Federal entre 2004 e 2012, apresentou a comunicação: **Brasília – planejamento físico/planejamento integrado.**

¹¹³ Miguel Alves Pereira é arquiteto, então presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB, apresentou a comunicação: **A formação de recursos humanos para o planejamento urbano.**

claro que Brasília deve ser concluída; não valem as reformulações antes de se completar a experiência, mesmo porque ela constitui neste Planalto Central um verdadeiro baluarte avançado em prol da ocupação de nosso território...”. (pág. 204) [Grifo meu]

Em outro sentido, Frederico Holanda ¹¹⁴ ofertaria uma compreensão de que, ainda que as modificações nos espaços urbanos sejam inevitáveis e, até mesmo, de certa forma, requeridas, há valores que deveriam ser mantidos, certas qualidades perenes nos espaços da cidade construída, e que uma postura crítica traria a possibilidade de resolução de contradições em prol da qualidade de vida:

“Acreditamos que a permanente visão crítica sobre o espaço com o qual convivemos parece-nos indispensável, porque enriquecedora. A cidade é um organismo vivo, passível de transformações ao longo do tempo. **Entretanto, alguns de seus valores, particularmente os espaciais – porque materialmente realizados – permanecem por períodos de tempo que extrapolam da realidade sócio-política à qual estavam inicialmente vinculados. O Plano-Piloto de Brasília, sem dúvida, contém tais valores.**

A resolução das contradições hoje identificadas, muito menos do que a destruição da cidade, significará o enriquecimento de seus espaços, significando concomitantemente o enriquecimento da qualidade de vida de seus habitantes”. (pág. 217) [Grifo meu]

Mas seria na comunicação de Lucio Costa, como se poderia supor, que as particularidades da obra seriam mais detidamente avaliadas, seja em sua fala, seja no debate subsequente, seja na carta que complementa as questões elaboradas. Em sua fala, o urbanista de Brasília identifica o que seriam problemas de ordem tanto morfológica como sociais, e apresenta algumas das características fundamentais da cidade “embora conhecidas de modo geral”.

¹¹⁴ Frederico Borges de Holanda, arquiteto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília/FAU-UnB, apresentou a comunicação: **Problemas sociais e econômicos e as funções básicas da cidade.**



Fig.6: Lucio Costa no plenário do Senado Federal na sessão de instalação do Seminário.
CRÉDITO/FONTE: Autor não identificado/Senado Federal-Anais do Seminário.

Primeiramente, sobre a perspectiva de o centro administrativo estar não no centro geográfico propriamente, mas no extremo de um dos eixos, destacado na paisagem urbana no que classificou como a ideia de romantismo simbólico, o que evidenciaria que “os três poderes da democracia” eram ofertados ao povo, “como que na palma da mão de um braço estendido, que é a Esplanada dos Ministérios”.

A seguir, relata a importância para a organização da cidade a área da Rodoviária do Plano Piloto, saturada pelo acúmulo de ônibus que estacionam ali, transformando, erroneamente, o centro em garagens de coletivos. Portanto, para além do caráter simbólico da obra que havia planejado, observa o modo de utilização em desacerto, porquanto devesse estar liberto da função ordinária de guardar veículos e fosse plenamente utilizada para a circulação e permanência de pessoas¹¹⁵.

¹¹⁵ Lucio Costa voltaria a elaborar a questão referente à Rodoviária do Plano Piloto, em novembro de 1984, em entrevista concedida *in loco*: “Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreenderam foi à rodoviária, à noitinha. Eu sempre repeti que essa plataforma rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades-satélites improvisadas da periferia. É um ponto forçado, em que toda essa população que mora fora entra em contato com a cidade. Então eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasilienses, essa massa que vive fora e converge para a rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde eles se sentem à vontade. Eles protelam, até, a volta para a cidade-satélite e ficam ali, bebericando. Eu fiquei surpreso com a boa disposição daquelas caras saudáveis. E o ‘centro de compras’ então, fica funcionando até meia noite. Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. Só o Brasil. E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser. Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído.” COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. Pág. 311.

O terceiro ponto é referente às quadras residenciais, que deveriam ser mantidas sem “inovações no sentido do gabarito mais alto a pretexto de maior densidade, como ocorrerá certamente no futuro”. Abordará também algumas soluções possíveis para o caso das cidades-satélites existentes que não correspondiam ao conceito urbanístico que, aparentemente, fora apropriado para definir essa nomenclatura¹¹⁶. Nessa oportunidade, Lucio Costa iria elaborar a questão das escalas urbanísticas que informam a concepção do projeto – e que, como se verá, serão norteadoras da concepção de sua preservação:

“Foi acentuado pelo senador Cattete Pinheiro que a cidade havia sido concebida em função das três escalas. A elas se acresce uma quarta, pois, no fundo, as três situações, como os Três Mosqueteiros, são quatro (risos): a escala gregária, a monumental, a cotidiana e a bucólica. A escala bucólica é importante. Entretanto, percorrendo a cidade, em sua periferia¹¹⁷, verifiquei que a ideia inicial de não construir ao longo do Lago, mas sim de modo recuado, para permitir que a orla pudesse ser utilizada, como está sendo, com clubes com áreas de recreio, com áreas para devaneio, etc. não foi respeitada. (pág. 25)”

Lucio Costa também abordaria destacadamente a dimensão simbólica da cidade, a *civitas*, mas informaria que, em termos de equívocos, entre os mais evidentes estariam o desmazelo para com o centro da cidade, o seu *core*, sem o qual a cidade continuaria anômala e claudicante, seja na incompletude de equipamentos, seja na subutilização de seus espaços. Também, seria destacada a questão da arborização das superquadras, a chamada moldura verde que assumiria as funções paisagísticas e de demarcação das unidades. De uma maneira ou de outra, o urbanista tem a compreensão de que se tratava de problemas, ainda que evidentes, sanáveis. Reconhece que, no panorama daquele momento, havia erros de execução, mas que, também, a cidade ganharia, o que seria natural, feição autônoma. Nesse sentido, observava:

“Sinto que há duas correntes, aparentemente contraditórias: uma, daqueles que acham o que o Plano Piloto é intocável; e outra, daqueles que, pelo contrário, entendem que a vida continua e que a cidade tem de ser reformulada de acordo com as novas necessidades.

Não vejo contradição, porque é fato que o Plano Piloto, como dissera anteriormente, não foi concluído. E gostaria que isso ocorresse dentro das proposições originais. Depois, então, haveria oportunidade para novas formulações. Não impedirá que haja grandes inovações dentro da cidade, uma vez mantidos certos parâmetros, certos pontos já assinalados...” (pág. 89)

¹¹⁶ A referência aqui diz respeito às cidades-jardins, que orbitariam o núcleo principal como satélites. Uma concepção relacionada com postulados urbanísticos ingleses da primeira metade do século XX, egressos de teorias como as de Ebenezer Howard, e implantados em algumas localidades após a Segunda Guerra Mundial. Voltarei a esse tema no próximo tópico.

¹¹⁷ Importante observar aqui, numa sutileza, que a definição dos limites territoriais do que é a cidade, para Lucio Costa, são apresentados com relativa clareza, ao compreender como “periferia” ao Plano Piloto a área da orla do Lago Paranoá e que, mais tarde, conforme normativas de preservação, restará inclusa na “poligonal de tombamento”. Tal questão, referente aos limites, são importantes para a compreensão do objeto da patrimonialização, como se verá no último capítulo da dissertação.

Há um significado especial em encontrar, na fala do arquiteto, a perspectiva de que haveria aspectos fundamentais, mas que, de maneira geral, a cidade seguiria seu próprio fluxo. Depreendo, portanto, que tratava de uma defesa do projeto ao nível da maquete, do detalhamento obsessivo, ou do congelamento da cidade numa perspectiva atrelada a um original que jamais existiu. O arquiteto-autor vislumbrava o que ele próprio não havia previsto.

Ao longo do Seminário, reiteradas vezes se observou, seja por Lucio Costa ou por outros participantes, que deveria ainda ser dada a chance do “plano” se completar. Talvez não seja forçoso afirmar que havia uma leitura da cidade para a qual a questão do planejamento integrado não ignorasse também a premência de completar a cidade. Ou seja, a partir do planejamento, a proteção daquela cidade lida como artefato, o artefato modernista. Não se trataria de uma coisa *ou* outra, mas de uma coisa *e* outra. Na leitura da cidade, em 1974, preservação e complementação se encontram, portanto, mescladas: variáveis aparentemente distintas, porém, integrantes de uma mesma e complexa equação.

Para se ter uma ideia do entendimento de Lucio Costa do *que* ou de *como* seria dada a preservação ou complementação, este compreendia que haveria limitações a serem rigorosamente seguidas: a manutenção do gabarito de seis pavimentos nos blocos residenciais das superquadras, sem permitir acréscimo de áreas para novas projeções¹¹⁸, a insistência do plantio da cortina de arborização em volta de cada superquadra, e a manutenção dos pilotis das edificações livres. Porém, respeitada esta caracterização básica, Lucio Costa afirmara:

“Naturalmente podem ocorrer soluções arquitetônicas julgadas convenientes nas quadras do Plano Piloto (...) Sempre se admitiu que pudessem ocorrer as soluções arquitetônicas julgadas convenientes e com a máxima liberdade para os arquitetos (...) Mantida essa característica, não há, assim, impedimento para novas experiências em Brasília...”. (pág. 89)

Apesar do tom aparentemente condescendente para com inovações, Lucio Costa enunciava que a expressão de sua regra geral, o plano-piloto, a concepção da cidade de Brasília, essa sim haveria de seguir inalterada. Não importariam novos arranjos internos: seriam válidos novos instrumentos, contanto que a partitura seguisse ecoando. E para aqueles que se mantinham fora do tom, o maestro parecia dar um recado bastante enfático:

¹¹⁸ Na concepção de Brasília sua área residencial seria basicamente erigida com uma nova perspectiva edilícia que se relacionava com a posse da terra. Erigidos sobre pilotis, o condomínio dos edifícios não teria a posse plena do chão, como acontece no caso de parcelamento por lotes. No caso das projeções, o usufruto do chão é comum a todos e não pode ser objeto de cerceamentos de qualquer espécie de modo a garantir o livre trânsito, a permeabilidade em termos de mobilidade e visibilidade, não permitindo que as massas edificadas se configurem como definidores de rotas ou mesmo impeditivos à livre circulação.

“Pelo que me foi possível perceber, os anseios de reformulação antecipada da proposição urbanística de Brasília partem principalmente de dois setores que visando embora a objetivos opostos, paradoxalmente se encontram.

Refiro-me aos empreendedores imobiliários interessados em adensar a cidade com o recurso habitual do aumento de gabaritos; e aos arquitetos e urbanistas que, reputando ‘ultrapassados’ os princípios que informaram a concepção da Nova Capital e a sua intrínseca disciplina arquitetônica, gostariam também de romper com o princípio dos gabaritos preestabelecidos, gostariam de jogar com alturas diferentes nas superquadras, aspirando fazer de Brasília uma cidade de feição mais caprichosa, concentrada e dinâmica, ao gosto das experiências agora em voga pelo mundo – gostariam, em suma, que a cidade não fosse o que é, e sim outra coisa.” (pág. 280)

Em termos de alterações de sua proposição, Lucio Costa, manifestamente, oscilava entre a possibilidade e a fixidez, partindo de uma estratégia de leitura da cidade: identificada sua caracterização fundamental, como se houvesse uma essência a ser compreendida e respeitada, deixaria livres os detalhamentos posteriores que não implicassem numa reelaboração global do projeto. Naturalmente, a familiarização quanto ao cerne de Brasília seria óbvia para seu autor. Mas e para os demais? Como já abordei, trata-se de um projeto complexo em termos de referências, tanto as mais atreladas ao que comumente é atribuído como preceitos dos CIAMs, mas também de referências outras, da antiguidade à suposta brasilidade. A tentativa de desvirtuamento de seus fundamentos, por desconhecimento ou preconceito, seria atitude condenável, levando à cidade para o cominho do que não é, ou seja, de se tornar uma “outra coisa”, *mutatis mutandi*, uma alteridade quanto ao que o autor compreende que deveria ser.

No outro polo, os empreendedores imobiliários, cuja atividade é mormente guiada por nexos especulativos e de acúmulo de capital, compareceriam como um fator de ameaça ao “plano”, por motivação que seria, na análise mais elementar da lógica capitalista, de fácil compreensão: sua atividade, ao visar o lucro, não restaria motivada por razões de ordem simbólica, histórica ou mesmo conceitual e, portanto, o respeito ao projeto de Lucio Costa para Brasília se tornaria, de todo, irrelevante.

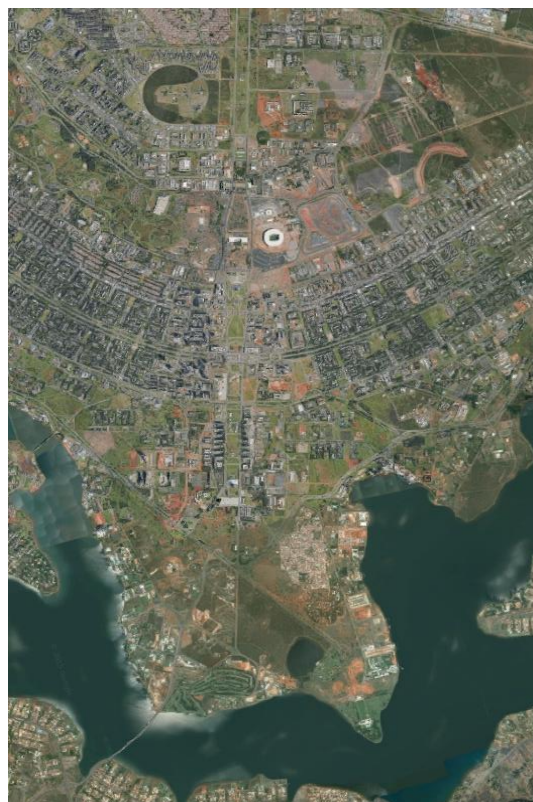
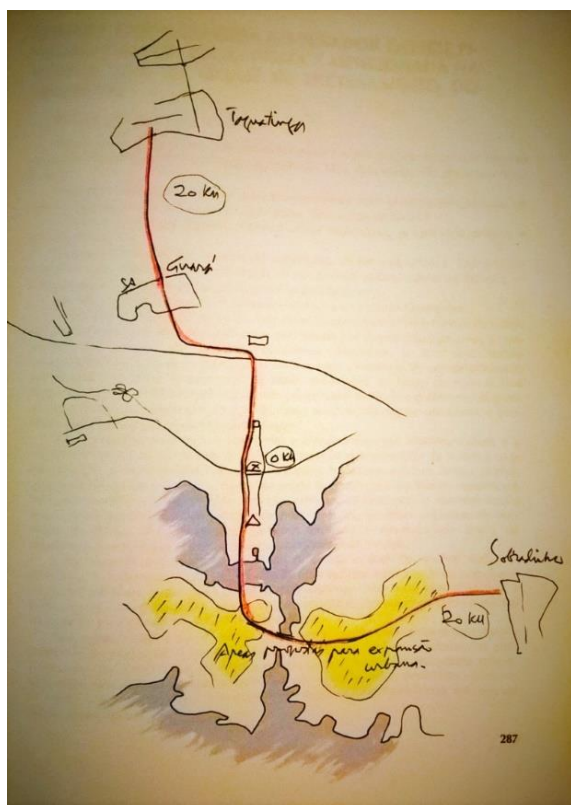
Já para as reformulações ensejadas por uma aparente nova classe de arquitetos, que não vem ao caso esmiuçar aqui¹¹⁹, depreendo que Lucio Costa os observava, por um lado, quase como um modismo, dadas as “experiências em voga”, naquele momento. E, como toda moda que se preze, passageira, destituída do caráter de perenidade que a capital de “um Brasil definitivo” deveria ter. Por outro, entendo que, para ele, tal formulação nova só teria sentido na superação do antigo, porquanto reputadas ultrapassadas as noções, conceitos e paradigmas que

¹¹⁹ Afinal, seria por demais dispendioso e, certamente, fora de foco, estudar e discutir todas as perspectivas, estilos, escolas e tendências do urbanismo e da arquitetura que estariam em voga no mundo naquele momento. Resta apenas o registro, como tratado em momento anterior desta dissertação, que já no momento da construção de Brasília o movimento moderno em arquitetura e urbanismo eram objeto de críticas e reformulações.

informaram as proposições do arquiteto. O velho mestre, portanto, ao defender a obra, falaria da cidade lida ou do seu próprio fazer? O encontro dos objetivos opostos – arquitetos e empreendedores imobiliários – entrincheirava a sua visão como a única com o condão de compreender, e de sensibilizar, com o que de fundamental havia na cidade?

Independente dessas questões, fica subentendido que alterações de aspectos físico-morfológicos da cidade estavam em curso. As reiterações de sugestões nesse sentido dão a ver, na fala dos participantes do Seminário, que se tratava de um assunto, senão corrente, conhecido por especialistas no que tange ao espaço urbano. Mas dentre tais alterações estavam aquelas propostas pelo autor, mesmo sendo de grande impacto.

Lucio Costa, movido pelas questões que extrapolavam o plano inicial, e mesmo os limites do Plano Piloto¹²⁰, identificará possíveis áreas de expansão de áreas habitacionais contíguas à cidade, chegando a desenhar um esboço que, pelo que pude apurar, é a primeira proposta de intervenção, feita de próprio punho, do urbanista que venceu o concurso da nova capital com uma proposta ilustrada por croquis.



¹²⁰ Lucio Costa, ainda que manifestamente sensibilizado pelas questões relativas ao Distrito Federal como um todo, e na relação da “matriz” com as cidades-satélites, se limitará a propor preservação, realizar grandes avaliações ou mesmo definir a caracterização fundamental somente daquilo que ele havia, originalmente, planejado. Em suas palavras: “...não reparem que só falo do Plano Piloto, porque o resto é grande demais para mim...” (pág. 78)

Figs. 7 e 8: À esquerda, croqui de autoria de Lucio Costa, anexo à carta enviada ao Senador Cattete Pinheiro, presidente da Comissão do Distrito Federal, lida em plenário no segundo dia do Seminário. Está indicando, em vermelho, a proposta de linha de transporte ligando Taguatinga à Sobradinho, passando ao lado do Eixo Monumental e sobre o Lago Paranoá, seguindo por área de expansão urbana, em amarelo, entre o Lago Paranoá e o que seria o Lago São Bartolomeu. **CRÉDITO/FONTE:** Lucio Costa/Senado Federal-Anais do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília. À direita, imagem aproximada da área de intervenção proposta, com destaque para a parte central do Eixo Monumental. **CRÉDITO/FONTE:** Google Earth.

Assim explicou sua proposta na já citada carta que complementa sua comunicação:

“Quanto à futura expansão das áreas residenciais da cidade propriamente dita, parece de fato conveniente, tal como já declarei, o aproveitamento das terras que ficarão contidas entre o grande lago resultante da projetada Barragem de São Bartolomeu e o lago atual. Mas a ponte que fará a ligação desses bairros novos com a matriz – ou seja, o chamado Plano-Piloto, não poderá estar no prolongamento do eixo monumental. Assim, a eventual instalação de transporte coletivo rápido – possivelmente o monotrilho – deverá passar na ilharga sul da Esplanada, acima das passarelas de ligação com as extensões dos ministérios já programadas, prolongando-se até Sobradinho e Taguatinga.” (pág. 279)

Há que se imaginar, na paisagem hoje protegida como patrimônio cultural, tendo na Esplanada dos Ministérios um de seus pontos focais, as interpretações referentes à possibilidade de um monotrilho passando rente aos edifícios representativos dos Poderes da República, considerando que tanto a sociedade brasileira como profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo se mostram frontalmente contrários a acréscimos de construções nos pontos centrais da cidade¹²¹.

O lago que se originaria do represamento do rio São Bartolomeu jamais foi realizado e tampouco a proposta de transporte por monotrilho foi desenvolvida. Aliás, futuramente se realizariam obras do metrô em Brasília, que hoje passam pelo centro de Taguatinga até a Rodoviária do Plano Piloto, mas as semelhanças param por aí. Também, áreas destinadas para a expansão de áreas residenciais seriam futuramente propostas por Lucio Costa, em área com mínima equivalência, na porção a sudeste do Lago Paranoá. Portanto, como tratarei mais à frente, as propostas ulteriores não se acham isoladas no tempo, porquanto tenha sido, no Seminário de 1974, compreendida a possibilidade de expandirem as opções de moradia sem que, com isso, se afetassem as características fundamentais de Brasília.

¹²¹ Destaco esta questão apenas para chamar atenção a respeito dos desafios de gestão da cidade que, ainda hoje, mobilizam enormemente a opinião pública, mas que, é importante notar, já não se atrelam ao que pensavam seus “criadores”. Um exemplo disso foi a negativa que o próprio Niemeyer recebeu quanto à sua proposta de construir um enorme obelisco no canteiro central do Eixo Monumental, bem próximo à Rodoviária do Plano Piloto. A esse respeito ver, dentre outros: SCHLEE, Andrey Rosenthal. **De obeliscos e espetos**. MDC: Mínimo Denominador Comum, Belo Horizonte/Brasília, n.1, 28 jan. 2009. Disponível em: <<http://mdc.arq.br/2009/01/12/oscar-niemeyer-e-brasilia-criador-versus-criatura/>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

Por hora, compreendo que começou a se operar, ainda que não de maneira de todo coincidente, a tensão entre o que era a cidade de Brasília – ou o que seu projeto, o plano-piloto, deveria ter sido – em face do território, bem como de sua relação com as cidades-satélites, ou seja, a cidade já não era, em definitivo, lida como uma só. Seria preciso delimitar seus limites, seja para compreendê-la enquanto artefato, seja para solucionar questões que emergiam do intenso processo migratório.

Observo que essa leitura da cidade dialogava com uma abordagem socioeconômica e identificava a necessidade de criação de estruturas locais de organização da cidade, mas, também, de preservação do plano inicial e redirecionamento para o que seria uma boa prática urbanística – fiel ao primeiro impulso fundador. Uma leitura um tanto distante de perspectivas estéticas, como fora em 1959, e já nem tão atrelada com as possibilidades de Brasília encampar uma nova civilização – pelo contrário, as mazelas sociais se mostraram reproduzidas ou, antes, perpetuadas na “balda retrógrada” da segregação sócio-espacial. Ainda assim, uma cidade que, mais uma vez, terá sua fortuna lançada ao futuro, quando de sua plena realização, conforme pronunciamento de encerramento do senador Cattete Pinheiro:

“O I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanísticos de Brasília representa **uma declaração de fé no futuro da Cidade-Monumento e do Brasil**. É de esperar-se que as soluções por ele formuladas conduzam a um bom porto, e as correções de erros venham a ser assumidas corajosamente. A cidade está aí, explodindo de vitalidade, confiante no acerto administrativo que possa levar à plena realização do Plano Piloto que deu origem à Nova Capital.” (pág. 20)

Num cenário de aguardada completude, o discurso da preservação, seja subterrâneo ou acessório às propostas de gestão então formuladas, começa a se apresentar como uma variável consistente para leitura da cidade, comparecendo já como “Cidade-Monumento”, impregnando pouco a pouco a formulação de sua patrimonialização: a cidade nova que já se vislumbrava velha, carecida de proteção, ou, como parecia propor o seu “inventor”, Lucio Costa:

“Brasília nunca será uma cidade ‘velha’, e sim, depois de completada e com o correr dos anos, uma cidade **antiga**, o que é diferente, antiga mas perenemente viva. O Brasil é grande, não faltarão aos novos arquitetos e urbanistas oportunidade de criar novas cidades. Deixem Brasília crescer tal como foi concebida, como deve ser – derramada, serena, bela e **única**.” (pág. 281) [Grifos do autor]

O urbanista, que foi organizador e, por que não dizer, construtor das noções que informaram as ações, métodos e objetos do patrimônio cultural brasileiro entre as décadas de 1930 a 1950, ainda que sem explicitar, deixará antever em suas palavras – *antiga, bela e única*

– grifadas na década de 1970, indicações muito caras e muito próximas dos critérios utilizados para a seleção, visando ao tombamento federal, das ditas cidades-monumento: o valor de antiguidade, o artístico, e a sua excepcionalidade.

2.3 Simpósio Brasília: concepção, realidade, destino, 1986.

“Brasília, cidade de sonho e esperança, representou, há um quarto de século, o lançamento de uma aventura exploradora, a comprovação de nossa capacidade de romper tendências negativas e criar forças renovadas. (...) O Dr. Constantino Doxiadis, o grande humanista e urbanista grego, afirmou que, entre a **Distopia** – o mau lugar, o lugar que existe para todo o lado – e a **Utopia** – o lugar ideal, o lugar inexistente, devemos escolher a **Entopia** – o lugar possível. Brasília é, e deve ser a cada vez mais, um destes lugares onde se harmonizam o sonho e a realidade.”

[Grifos do autor]
José Sarney¹²²

“O problema de Brasília não é problema de urbanista. É até mesmo problema de urbanista, mas é sobretudo problema dos políticos brasileiros ligados e vinculados à sociedade civil brasileira e aos partidos brasileiros. É um problema político que nós temos que analisar, é uma formulação de alternativa política que nós devemos ter para o país (...) nós temos muito claro que pensar no futuro do Brasil não é mais questão apenas de ordenar tendências do passado. É questão de ordenar a imaginação do futuro. **Não é apenas imaginação utópica e sonhadora, a imaginação é do possível, do possível político.**” [Grifo meu]

Cristóvam Buarque¹²³

Em 1986 Brasília completava 26 anos desde sua inauguração e quase a totalidade deste curto período de existência se dera sob um regime de exceção política e de interdição de direitos civis. Nos tópicos anteriores, observei, em duas oportunidades, leituras da cidade oportunizadas por eventos particulares: no primeiro, a cidade fora lida como um artefato, artístico e simbólico, ainda que relacionada a expectativas de novos tempos para o Brasil; na segunda oportunidade, apesar de nítidos problemas urbanos advindos de novos desafios regionais e na relação com as cidades-satélites, foram identificados ainda suas qualidades espaciais, arquitetônicos e urbanísticos, e aventadas medidas inibidoras de desvirtuamento do “plano” original.

¹²² Deni Schwartz, então ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, leu as palavras do então presidente da República, José Sarney, em pronunciamento na Sessão Solene de Abertura do Simpósio Brasília: concepção, realidade, destino, realizado em Brasília em 1986. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Anais do Simpósio Brasília: concepção, realidade, destino. Brasília: Secretaria de Comunicação Social/GDF, 1987, pág. 8-10.

¹²³ Cristóvam Buarque, economista, então reitor da Universidade de Brasília-UnB, em pronunciamento na Sessão Solene de Abertura do Simpósio. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Op. Cit. Pág. 13.

Neste tópico, observarei as leituras da cidade e suas representações no **Simpósio Brasília: concepção, realidade, destino**, realizado num momento rico de sentidos e expectativas: na qualidade de sede dos Poderes Centrais, Brasília seria palco privilegiado do processo de redemocratização, condição essa que se faria presente nas interpretações da cidade.

Com o arrefecimento do Regime Militar em meados da década de 1980 emergiria uma modulação de democracia relativa, marcada pela eleição de Tancredo Neves – o que seria o primeiro presidente dessa nova fase – sendo realizada não pelo voto direto, como exigido por ampla manifestação popular no chamado Movimento das Diretas Já, entre 1983 e 1984¹²⁴, mas pela escolha de um colégio eleitoral restrito aos parlamentares do Congresso Nacional. Desenhava-se, portanto, um quadro de distensão lenta e gradual entre o regime autoritário e a incipiente democracia, marcada pela continuidade de políticos conservadores ligados à estrutura militar (MENEGUELLO, 1999).

Entretanto, com o falecimento repentino de Tancredo Neves, quem seria o responsável pela condução do processo de redemocratização seria José Sarney, que implementou, nos inícios da Nova República, algumas mudanças nas estruturas políticas e da Administração Pública, como a criação do Ministério da Cultura, nomeando José Aparecido de Oliveira como o primeiro nome da nova pasta. O mesmo José Aparecido que, poucos meses depois, seria conduzido ao governo do Distrito Federal. E é sob a iniciativa de seu governo que será organizado, em conjunto com a Universidade de Brasília e os Ministérios do Interior e o do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Simpósio organizado em oito painéis, com palestras, conferências e debates. Realizado em outubro de 1986 nas dependências do Palácio do Itamaraty, no Auditório do Ministérios das Relações Exteriores, contou com personalidades políticas tanto do governo federal como do local, ministros de estado, secretários de governo, e especialistas egressos, principalmente, da Universidade de Brasília.

O próprio nome do evento é pleno de significados, nas três temporalidades evocadas, passado, presente e futuro. Relativo ao primeiro, a sua “concepção”, seria abordada, como se era de esperar, associada às narrativas históricas sobre Brasília. Entretanto, seriam trabalhadas

¹²⁴ O jornalista Carlos Chagas destaca, em sua participação no Simpósio, o tratamento diferenciado que Brasília recebeu quando da votação da Emenda Dante de Oliveira, que definiria o sistema votação direta para presidente da República: “Em todo o país milhões de pessoas foram às ruas – São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, todas as Capitais. O povo de Brasília quis vir à rua também, reivindicar eleições diretas, que nada mais representavam, que nada mais exprimiam que do que o sentimento nacional de basta, diante da opressão, da prepotência, do arbítrio, da ditadura. A população de Brasília negou-se esse direito. Os detentores do poder baixaram, apelaram, inclusive, para emergências constitucionais, para que não se realizasse aqui, no momento certo, o comício das diretas. Tivemos de realiza-lo depois da derrota da Emenda Dante de Oliveira.” GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Op. Cit. Pág. 324.

no Simpósio sob perspectivas prioritárias: a da integração nacional e desenvolvimento regional. Estes foram, em vários momentos, afirmados como as mais importantes razões de ser do empreendimento desenvolvimentista da Brasília de Juscelino Kubitschek, porquanto teriam sido elas a dar os contornos para a situação de sua “realidade”.

Neste sentido, seria analisada uma Brasília já de todo relacionada com seu contexto urbano mais geral referente a todo o Distrito Federal, bem assim com as relações que se estabeleciam em nível regional, sendo polo de atração consolidado e de forte influência sobre municípios em seu entorno. A cidade, portanto, tomada como uma questão de espectro nacional, seria então lida sobre um redimensionamento, não mais apenas questionando a relação/distinção entre Plano Piloto e Brasília ou Distrito Federal, mas, por vezes, marcando posição em termos de superação quanto ao plano-piloto de Lucio Costa, que começava a ser questionado enquanto polo de segregação sócio espacial, chegando-se mesmo à polêmica proposta de separação do Plano Piloto para com o restante do Distrito Federal, o que seria a abertura para um outro “destino”.

Quanto a isso, os aspectos de prognóstico para a resolução de problemas sociais perpassavam não mais aspectos estritamente urbanísticos, mas de forte cunho político. O período de reabertura política, ainda que na modulação de continuidade de algumas das estruturas e do consenso conservador que se estabeleceu na Nova República para com o regime anterior (MENEGUELLO, 1999), não desabona as expectativas com o processo constituinte, seu futuro iminente, bem assim com o prenúncio de um cenário de representação e emancipação política do Distrito Federal.

Os desafios a que me proponho, portanto, são os de apresentar e analisar as leituras que se fazem de Brasília nesse cenário diverso que, aliás, estavam também relacionadas com sua patrimonialização, cujos aspectos serão abordados ao longo do Simpósio. As relações inter-regionais, a identidade da cidade em formação, a escala nacional dos problemas da capital, tudo isso se estruturando a partir da **concepção** da cidade. Uma reverberação que sinaliza, ainda na década de 1980, para a força e o prestígio que os discursos fundadores de Brasília têm para a compreensão da cidade, e de como eles informam suas representações.

Nos textos em epígrafe estão presentes a evocação de Brasília enquanto utopia. Oriundos da sessão de abertura do Simpósio, estas duas falas, ainda que abordem questões diferentes, evocam tal representação. A novidade em relação a leituras anteriores, como nas dos eventos de 1959 e 1974, talvez seja a perspectiva de que tal evocação se manifesta no sentido de relativizar e de superar o caráter utópico.

Ainda que associada à representação do “sonho e esperança” e da “aventura exploradora”, comuns às narrativas históricas e míticas sobre Brasília, o então presidente da República, José Sarney, sugere a perspectiva da **Entopia**, da possibilidade desde que efetivamente realizada, da harmonia entre o sonho e a realidade, não da melhor cidade, da cidade utópica, mas da cidade feita da melhor maneira. Infiro de sua fala algo como a concretização do que, anteriormente, pairava num cenário de expectativas, sempre presentes, nunca alcançadas. Já Cristóvam Buarque é mais enfático ao propor uma separação/superação do passado, ao menos, ao que tudo indica, na perspectiva de se operar um recorte da história que motivasse e possibilitasse uma atuação política no presente.

Dialogam, portanto, Buarque e Sarney, num cenário de possibilidades no sentido de sua plena realização, de construção efetiva da alternativa que se estava desenhando para o país: a alternativa da participação política nesse momento da redemocratização. Esta, mais premente que a composição urbanística da cidade modernista, mas, em certo sentido, a ela relacionada.

Aliás, se em outros contextos, anteriormente analisados, a questão da chegada do Brasil à modernidade comparecia nos discursos e prognósticos associados à Brasília, aqui já se reelaboraram e redimensionaram as expectativas. O que se estabelecia enquanto demanda da ordem do dia era a busca da consolidação de um cenário político democrático, favorável às mudanças sociais almejadas. A concepção de Brasília era, na perspectiva do então reitor da Universidade de Brasília, lida em função desses aspectos:

“Sobre a concepção, pensamos, primeiro, que o problema tem sido muito formalizado – formalizar, quero dizer, entendido do ponto de vista arquitetônico e urbano. A concepção de Brasília não é basicamente urbana, não é basicamente arquitetônica. A concepção de Brasília é basicamente socioeconômica. Brasília surge não apenas por um sonho de um arquiteto e de um urbanista. Brasília não surge desta maneira por liberdade total do urbanista nem do arquiteto. Brasília surge num momento específico da História do Brasil, portanto comprometida com a realidade que, por sua vez, estava comprometida com o sonho específico daquele momento.”¹²⁵

Economista de formação, Buarque traçaria um panorama do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil desde a década de 1930, no qual informava que havia uma permanência da lógica do desenvolvimento industrial a todo custo, ainda que com formulações diferentes, processo que não foi rompido no regime militar. Pelo contrário, compreende que as estruturas econômicas não haviam sido alteradas como o foram as políticas e que Brasília, enquadrada na questão do desenvolvimento, esteve coerente com a opção de matriz de

¹²⁵ Declaração de Cristóvam Buarque no Simpósio: Painel I – Concepção Original, Propósitos Permanentes e Realidade Urbana. Pág. 21.

desenvolvimento capitalista desde JK até os dirigentes militares. Portanto, lançava mão da história da economia brasileira para, a partir dela, apresentar sua representação da cidade.

Um outro caminho faria José Carlos Figueiredo Ferraz, coordenador do Simpósio e conferencista, para quem estava “claro que Brasília foi o resultado de uma aspiração nacional, vinda do tempo da Colônia”, ao abordar a concepção de Brasília, indicando sua aderência a uma perspectiva e tradição bastante específica, como já trabalhado no primeiro capítulo, para se compreender os sentidos da construção da nova capital. Para ele,

“A finalidade primeira desta Capital era a interiorização, e menos criar condições para seu desempenho como Capital (...) Brasília foi criada e concebida para essa destinação específica: lograr o desenvolvimento no interior, propiciar um desenvolvimento regional como um todo, integrar o país e se realizar como cidade...”¹²⁶

Ainda que Buarque e Ferraz sigam caminhos diversos, estão presentes perspectivas marcadamente semelhantes, como as que atrelam a história de Brasília a questões primordialmente econômicas – mesmo as focalizadas numa temporalidade pretérita –, afetas às políticas de governo que visassem a superação do subdesenvolvimento brasileiro, o desenvolvimento regional etc., em detrimento de análises de questões simbólicas, relacionadas aos seus significados culturais.

De qualquer forma, para o então reitor da UnB parecia ser necessário, naquele momento, pensar em qual modelo socioeconômico que se pretendia desenhar para a sociedade, qual o “projeto de país” que se pretendia construir. Assim, os problemas de Brasília serão focalizados como uma parte que, senão explica, se relaciona e interfere no todo: os dos problemas econômicos e desigualdades sociais em nível nacional. Se havia uma crise urbana local era uma crise compartilhada pelo conjunto das metrópoles brasileiras, e como tal a cidade deveria ser pensada: Brasília enquanto metrópole na escala nacional, porquanto capital da República, ou na escala regional, porquanto área de influência na porção interior do país.

Para Cristóvam Buarque a leitura da cidade enquadrada como interveniente de problemas regionais, aparentemente, eclipsava outras questões:

“Realmente o que me angustia ao pensar Brasília não são as dificuldades de saber se vamos construir no Eixão ou não se vai construir no Eixão, **não é a preocupação de saber se vamos liberar o gabarito ou não, não é a preocupação de saber se vai crescer no eixo de Taguatinga e Ceilândia ou no eixo de Sobradinho**. Não. O que me angustia é a necessidade de saber para onde vai crescer o Brasil, e não Brasília.”¹²⁷
[Grifo meu]

¹²⁶ Declaração de José Carlos de Figueiredo Ferraz no Simpósio: Painel I – Concepção Original, Propósitos Permanentes e Realidade Urbana. Pág. 26, 28.

¹²⁷ Idem. Pág. 23.

Desta maneira, fica patente a predominância de fatores econômicos e políticos sobre fatores formais e culturais nas suas preocupações para com a cidade. Lida como parte de uma superestrutura econômica, coerente com o modo de produção capitalista, seu caráter simbólico era considerado, em grande parte, na medida em que se encontra como sede dos Poderes da República e, mesmo assim, dado o histórico de formação, tal dimensão seria subsumida a aspectos econômicos.

Nessa linha, o conferencista Roberto Libanês Farret enquadrava Brasília como um objeto-problema para planejadores urbanos por longo tempo ainda, sobretudo, por estar na condição de geradora de empregos e de oferta de infraestrutura social para comunidades que a circundam. Assim, observaria o quanto a opção do presidente Juscelino Kubitschek para a realização de uma cidade eminentemente voltada para a administração pública causava importantes impactos regionais. Segundo Farret, esse quadro,

“... poderá – e deverá – levar ao abandono da tese da ‘manutenção de suas características de Capital da República’ (...) como se o fato de ser a Capital da República a eximisse de conter todos os problemas que comparecem nas demais cidades brasileiras.”¹²⁸

Em sua perspectiva, a defesa para as composições de seus espaços simbólicos de capital não era justificativa para não se pensar em Brasília como um lugar central, uma metrópole, de característica centrípeta em termos de fluxos migratórios macrorregionais, que teria de abandonar o modelo de atividade econômica predominantemente voltada ao setor terciário, de serviços, em tudo ligada ao funcionalismo público, resultantes da modulação definida em seu programa urbano original, como consta no Memorial Descritivo de Lucio Costa. E isso tudo fazendo questão de frisar que, para ele, Brasília não era senão o conjunto total do território do Distrito Federal¹²⁹, ou seja, a soma de todas as cidades satélites e os espaços internos desse arquipélago, do qual o Plano Piloto seria apenas uma parte.

Com relação ainda à questão demográfica, é importante notar com que premência tal questão comparece ao longo do seminário. Nos debates a respeito do poder de atração e do impacto dos processos migratórios, mais uma vez o histórico de ocupação desde a construção de Brasília seria continuamente evocado, ora para indicar a situação de penúria dos habitantes

¹²⁸ Declaração de Roberto Libanês Farret no Simpósio: Painel I – Concepção Original, Propósitos Permanentes e Realidade Urbana. Pág. 39.

¹²⁹ Em suas palavras: “quando falo em Brasília, estou chamando a atenção, estou falando do Plano Piloto mais cidades-satélites; na minha concepção é uma cidade esse conjunto todo – dá a Brasília, dentro do contexto de sua Região Geoeconômica, o papel de centro, a partir do qual seria drenada a redistribuição espacial do bem-estar”. Idem, pág. 38.

das periferias, ora para analisar o modelo das políticas habitacionais até então aplicadas pelos sucessivos governos.

Neste ponto, aparecem alguns diagnósticos: as políticas habitacionais resultaram desastrosas, no sentido de que a oferta, quando crescente, aumentava ainda mais a demanda; o que motivava esse quadro pernicioso era o fato de que, apesar de Brasília ter mudado o panorama de ocupação no Centro Oeste, o fez majoritariamente em municípios que lhe faziam fronteira, sem que com isso houvesse investimentos consistentes no desenvolvimento destes; o fluxo migratório, longe de ser exclusividade de Brasília, aliás, sendo um dos problemas graves enfrentados pelo governo central, se acentuava mediante o aspecto de oásis de aparente bonança de serviços públicos e da expectativa de receber um imóvel do governo – diferente do cenário no Sudeste, para onde se migrava pelas oportunidades de emprego. Assim, criou-se, ao longo do tempo, um sistema que se retroalimentava, fazendo de Brasília, percentualmente, o principal destino de migração brasileira nas suas primeiras décadas de existência.

Desta maneira, a avaliação recorria mais uma vez à escala de influência regional, associada a uma problemática nacional. O problema de Brasília, notadamente no que tangia o incremento populacional que superava outras regiões com maior desenvolvimento, sobretudo, industrial, seria um problema diretamente relacionado à ausência de desenvolvimento da região limítrofe ao Distrito Federal e indiretamente relacionado às diferenças inter-regionais, comumente atreladas às populações carentes do semiárido nordestino. De toda a forma, dada a relação expandida com outros contextos, dada a explosão demográfica, a cidade ia deixando de ser representada como a cidade modernista, passando a ser mencionada como tão-somente mais uma cidade brasileira e que, apenas dentre outras coisas, tinha a função de capital.

Essa visão parecia, pouco a pouco, se consolidar entre os participantes. Se em 1974, os palestrantes se limitavam explicar que não estavam falando apenas do Plano Piloto, já aqui pareciam querer chamar a atenção para o caráter simbólico e social de compreender Brasília para além da cidade originalmente pensada por Lucio Costa: um caráter, sobretudo, de inclusão daqueles desvalidos que, por circunstâncias as mais diversas, não puderam morar na cidade por eles construída.

Nesse sentido, as representações da cidade modernista oscilavam em termos de status e caracterização: quando se operavam interpretações históricas ou quando se tratava de localizar espacialmente a elite da administração pública ou mesmo elite econômica, falava-se no núcleo central, no Plano Piloto construído em decorrência do plano-piloto de Lucio Costa, símbolo do

exercício do poder central, outrora chamado de Brasília¹³⁰. Já quando se argumentava a respeito da explosão demográfica, mas, também, na vivacidade da população candanga, bem assim da massa de trabalhadores, os guerreiros candangos, heróis explorados em sua força de trabalho, merecedores de atenção em termos de justiça social, tendo em vista que as benesses urbanísticas se concentravam na Região Administrativa do Plano Piloto, morada dos abastados, daí se referiam a Brasília como a totalidade do espaço, correspondendo ao Distrito Federal como um todo.

A transmutação apontada, senão consolidada, mas já evidente em 1986, não se encerraria naquele Simpósio. Aliás, mesmo hoje não se trata de matéria pacificada. Questões como “o que é Brasília?”, “o Plano Piloto é cidade-satélite ou a capital?”, e “qual a diferença entre Brasília e Distrito Federal?”, encontram-se em aberto. Ainda mais se colocando em foco que as ditas cidades-satélites, aparentemente, já passaram por processos reivindicatórios de afirmação identitária de modo a superarem a nomenclatura “satélite”, ou seja, como aquelas que orbitam um corpo celeste principal, como estruturas acessórias, secundárias. Senão vejamos:

Sob o ponto de vista do registro oficial dos termos utilizados em Brasília, numa análise das legislações que se detiveram a identificar as nomenclaturas dos espaços da capital, observa Adalberto Lassance (2002) que,

“[Cidade-satélite] Era uma denominação das cidades do Distrito Federal, cujas principais atividades sociais e econômicas ainda estavam ligadas ou dependentes de Brasília. Entretanto, somente o Núcleo Bandeirante tinha por lei [Lei nº 4.020/61] esta denominação oficial. Anteriormente, só a Lei nº 3.751/60 fez alusão genérica a ‘cidades-satélites’, denominação até então inusitada no Brasil. Hoje predomina nas respectivas populações uma rejeição ao termo ‘cidade-satélite’ não só pelo seu cunho pejorativo, como pela vontade decisiva de que cada um desses núcleos habitacionais ‘seja mais cidade e menos satélite’. Atendendo a essa expectativa o Decreto nº 10.040/98 determina em seu artigo 1º: ‘as cidades situadas no território do Distrito Federal, deverão ser designadas pelos seus respectivos nomes em documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do Governo do Distrito Federal, vedada a utilização da expressão ‘satélite’.” (LASSANCE, 2002, pág. 74-75).

Já numa perspectiva que privilegiou a pesquisa de campo, Lúcia Cony Cidade e Luciana Moraes (2004) abordaram o histórico de ocupação e a identidade dos espaços junto a comunidades residentes e usuárias desses lugares. Nesse sentido, identificaram, a partir das imagens complexas que constituem as representações da capital e das cidades ditas satélites,

¹³⁰ No capítulo seguinte voltarei à carga da questão de como a patrimonialização se relacionou com a identificação e definição do que a cidade era ou deixara de ser. O que estava circunscrito ao “avião”, mais diretamente identificado como o projeto “original” da cidade, deixou de se chamar Brasília e passou a Plano Piloto, senão nos usos correntes da população, ao menos nos documentos oficiais e discursos acadêmicos. Brasília, então, viria a ser o todo, cujos limites coincidiriam com o próprio Distrito Federal, e Plano Piloto a Região Administrativa I.

uma problemática relação de ambiguidade, alimentada pelos discursos oficiais. Segundo as autoras:

“O discurso governamental contribuiu para a construção de uma identidade ambígua. Os novos núcleos apresentavam clara característica de bairros-dormitório para populações pobres, com a precariedade ambiental típica das periferias do terceiro mundo. No entanto, na busca de sintonia com a proposta modernista de inspiração europeia, o governo denominou os novos assentamentos de cidades-satélites. A princípio, o discurso dominante parecia incluir essas cidades-satélites no território do Distrito Federal, como parte da capital. Progressivamente, no entanto, a identidade da capital foi se modificando. Estabeleceu-se uma imagem na qual a capital passou a ser identificada com o Plano Piloto, enquanto as cidades-satélites, embora integrantes do Distrito Federal, passaram a constituir uma espécie de limbo.” (CIDADE, MORAES, 2004)

De uma maneira ou de outra, o que se verifica é que a relação que se estabeleceu entre centro e periferia é constituída de elementos não harmônicos e que implicaram uma significativa distância sociocultural, alimentando o repertório de representações da capital e das cidades-satélites mais como antagônicas entre si que como parte de um todo. E considerando que as narrativas analisadas até aqui, de 1959, de 1974 e de 1986, dão a ver como a identidade dos lugares experimentou significações diversas ao longo do período estudado, depreendo que, na década de 1980, firmava-se uma disposição quase militante em, ao menos no caráter simbólico, mitigar o caráter excludente até então dispensado às cidades-satélites, integrando-as, em termo de nomenclatura, à cidade-capital, Brasília.

Entretanto, para melhor compreender essa transmutação notada, é necessário partir de uma definição mais apurada sobre o conceito de cidade-satélite, detida em seu histórico e conceituação, a fim de relacioná-lo à concepção modernista da capital e das leituras sobre elas operadas.

O termo remonta ao urbanismo inglês teorizado na virada do século XIX para o XX, mais propriamente relacionado às proposições das cidades-jardim, na perspectiva de Ebenezer Howard¹³¹ (CHOAY, 1979). As grandes cidades industriais britânicas, ainda impactadas pela Revolução Industrial no século XIX, viam-se como metrópoles insalubres, destituídas de qualidades urbanísticas, com reduzidas possibilidades de mobilidade e de circulação, com padrões de higiene inadequados ao imenso contingente populacional que nela habitava, grosso modo, em situação precária.

¹³¹ As teorizações de Ebenezer Howard foram desenvolvidas em planos urbanísticos na primeira metade do século XX, como a Garden-city de Letchworth, de Barry Parker e Raymond Unwin. Porém, optei por comentar apenas o seminal trabalho de Howard, por conter formulações iniciais que se enquadram na questão proposta na dissertação, qual seja: compreender a conceituação de cidade-satélite e cotejar com as cidades construídas no Distrito Federal.

Ainda assim essas cidades se mantinham como polos de atração populacional, dadas as possibilidades de trabalho e ascensão social mesmo que, via de regra, apenas aparentes. Para lidar com essa desafiadora equação – crescimento populacional e acentuada insalubridade – Ebenezer Howard (1965) propõe em sua obra *Gardens Cities of Tomorrow*, de 1902, um sistema de composição urbana que recolocasse no cotidiano das cidades o bucolismo do campo associado a um controle populacional. Assim, analisou a composição de duas zonas de atração: o “ímã-campo” e o “ímã-cidade” (CHOAY, 1979), propondo assim a composição espacial de cidades menores, os “ímãs-cidade-campo”, orbitando em torno de um astro central. Mas sua proposta não se baseava apenas na construção de novos núcleos urbanos quaisquer. Seriam cidades-jardim que, separadas por um cinturão verde destinado tanto a funções agrícolas como de lazer, seriam vistas como cidades satélites em volta da cidade central, com atividades, serviços e funções complementares a ela. Um exemplo rudimentar: cada cidade-jardim se organizaria em torno de uma função comercial específica, dada a atividade na qual se especializaria, incrementando as múltiplas atividades centrais: a cidade menor beneficiaria a madeira em móveis vendidos no núcleo central. Portanto, a relação seria de relativa autonomia econômica entre cada um dos núcleos.

Entre o núcleo principal e os satélites, seria estabelecido um sistema viário com autoestradas de grande porte, que cruzariam um cinturão verde que delimitaria a cidade maior e além do qual estariam as menores¹³². No fluxo viário entre as cidades-jardim partiriam estradas intermunicipais com velocidade média, passando pela área campestre, de maneira que o trânsito entre elas – com as trocas tanto comerciais como de passageiros – se daria de maneira rápida, evitando cruzamentos em favor de um fluxo quase sempre contínuo. As cidades-jardim contariam com uma população de não mais de 32 mil habitantes enquanto que a cidade central, 52 mil.

¹³² Não seria forçoso reconhecer ainda hoje algumas reverberações desse sistema aplicadas em Brasília. Vias de trânsito rápido, chamadas de “Estradas Parque”, ligam o Plano Piloto a outros setores ou Regiões Administrativas, como a Estrada Parque Taguatinga (EPTG) e a Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA).

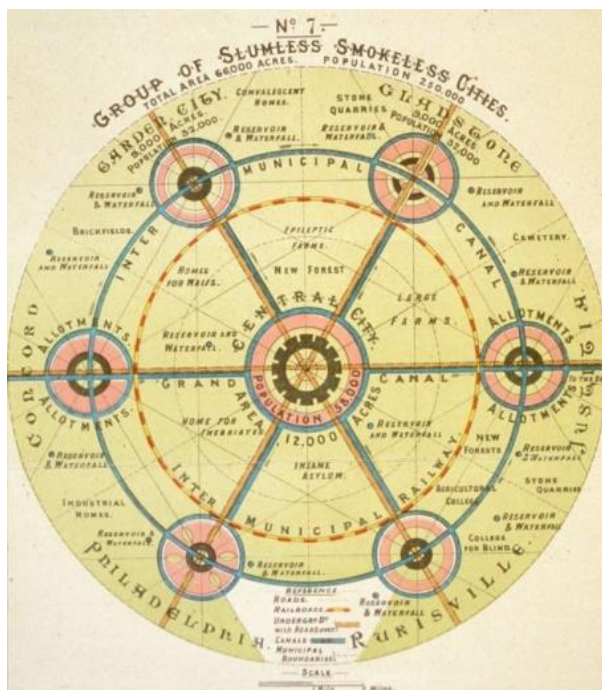


Fig. 9: Diagrama indicando a organização espacial do núcleo central em relação aos núcleos satélites.
FONTE: Howard, Garden City, 1898. https://en.wikipedia.org/wiki/Garden_city_movement.

Em linhas gerais, na perspectiva de Ebenezer Howard as cidades não estariam em condição de dependência do núcleo central, mas com ele se relacionariam em termos de complementariedade, e de modo que houvesse um controle populacional.

“A construção de um tal ímã, se pudesse ser realizada e seguida pela construção de muitos outros, certamente responderia esta pergunta atual e inquietante: ‘como deter a maré da migração da população para as cidades e devolver essa população à terra?’” (HOWARD, apud CHOAY, 1979)

Da análise das proposições de Howard de início do século XX, depreendo similares alguns desafios enfrentados no momento da realização do Simpósio. Por exemplo, indico que o combate à “maré da migração” com propostas de manutenção ou mesmo a devolução dos migrantes às suas terras de origem, bem como às atividades agrícolas a eles relacionados, constou dos debates em 1986. Faço esse destaque não para advogar a ultrapassada perspectiva de circularidade de fatos históricos, como se eles sempre se repetissem de tempos em tempos, mas para compreender as apropriações de certos aspectos das teorias de Howard e de como elas comparecem tanto em referências ao projeto de Lucio Costa quando a aplicações urbanas que lhe seriam contrárias.

Em algumas oportunidades ¹³³, Lucio Costa explicara a necessidade de complementação e ocupação da cidade original, a partir do que, e somente após, se criariam outros núcleos urbanos, mediante planejamento prévio. O posicionamento do urbanista foi, portanto, contrário à criação do que ele mesmo chamou de “pseudo satélites”. Se admitirmos que dentre o caudal de referências em sua proposta caberia espaço para as formulações de Howard¹³⁴, não é difícil especular o motivo de Lucio Costa compreender que os demais núcleos do Distrito Federal não se enquadrariam no conceito de cidades-satélites, considerando a situação de penúria e dependência delas para com Brasília, diversas do entendimento de urbanista inglês para quem os núcleos satélites teriam relativa independência e estariam em situação de complementariedade e não de submissão.

Já na perspectiva do documento final do Simpósio, a “Carta de Brasília”¹³⁵ a seguinte percepção a respeito do que eram, naquele momento, as cidades-satélites se fez presente:

“Os assentamentos assumiram, separadamente, dimensões que se equivalem às das maiores cidades brasileiras. Preocupante já é o seu porte, e muito mais preocupante é o seu desmesurado crescimento. São cidades reais sem foro de cidade. Espalham-se desajustada e desorganizadamente pela área do Distrito Federal. **São totalmente dependentes da Brasília do Plano Piloto, em que pese uma vida própria em algumas delas. Cabe-lhes, acertadamente, a designação de Cidades-Satélites, pois gravitam e, fundamentalmente, dependem da Brasília propriamente dita**” (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 1987, pág. 394) [Grifo meu]

Depreendo do texto da “Carta de Brasília” que foi operada uma apropriação particular do conceito de cidade-satélite que privilegia, justamente, um aspecto que sua conceituação à inglesa busca se distanciar: a questão da dependência. E mais, informam que a condição de ser **satélite** é justamente essa relação, a de quem orbita, tem sua condição de existência vinculada ao que se oferta desde o núcleo central para sua periferia.

¹³³ A esse respeito, informei, no tópico anterior, acerca do posicionamento de Lucio Costa, exarado em cartas ao senador Cattete Pinheiro.

¹³⁴ As cidades-jardins são apontadas como um dos referentes substanciais da proposta de Lucio Costa presentes, sobretudo, nas superquadras. A técnica de construção sob pilotis (com o chão livre, a permeabilidade de visão e mobilidade) foi associada às baixas taxas de ocupação em favor de grande quantidade de área não edificada, tratadas à maneira de bosques e jardins. Ver: MACHADO, Marília Pacheco. **Superquadra: pensamento e prática urbanística**. Brasília: Universidade de Brasília-UnB. 2007. Tese de Doutorado; FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. **A invenção da Superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília**. Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, 2007.

¹³⁵ A “Carta de Brasília” é o documento síntese do simpósio subscrita pelo governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, pelo ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz, pelo ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, pelo reitor da Universidade de Brasília-UnB Cristóvam Buarque, e pelo coordenador do Simpósio, José Carlos de Figueiredo Ferraz, e ofertada à cidade como subsídio às decisões, consulta e referência aos “partidos políticos, à bancada do Distrito Federal e à Assembleia Nacional Constituinte”. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Op. Cit. Pág. 398.

Considerando que as reflexões de Lucio Costa em 1974 se atrelavam à preocupação do *status* desses núcleos urbanos, notadamente, em suas relações de estrita dependência do Plano Piloto, me deparo com uma curiosa questão. Para Costa, ao que me parece, residiria na avaliação dessa relação de dependência a incompatibilidade conceitual que o teria motivado a reputá-las “pseudo satélites”. Assim, me pergunto: quantos e quais desencontros houve entre os discursos do “inventor de Brasília” e de seus comentadores? Como isso se revelou nas ações de planejamento ou mesmo nas avaliações do plano da cidade? Afinal, como abordei no primeiro capítulo, criador e criatura foram objeto de intensa crítica, sobretudo na década de 1980.

O cerne dessas questões e da distância conceitual comentada não passaria, de todo, despercebido ao longo do Simpósio. Dentre os participantes, o palestrante Roberto Cerqueira César chama a atenção ao aspecto de incompatibilidade conceitual, porém, o faz ao creditar à proteção do núcleo central a situação de dependência dos demais núcleos e, por extensão, dos demais habitantes do Distrito Federal.

“Evidentemente o respeito ao plano, a concepção original de Brasília, levou a locação dessa população que hoje supera, de muito, a população da área planejada do Plano Piloto a se instalar nas chamadas cidades-satélites, que, na realidade, dentro do conceito clássico de cidade-satélite, não tem nada de cidade-satélite. São antes cidades dormitórios, cidades em que uma população está alojada, dorme, mas depende, em tudo, em todos os tipos de serviços, do Plano Piloto.”¹³⁶

Uma relação de causa e efeito por demais severa: a do respeito ao plano-piloto conduzindo a uma situação de desequilíbrio entre o Plano Piloto e as cidades satélites. Posição que encontraria pouco acolhimento dentre os demais conferencistas que observavam a complexidade de fatores convergentes para a situação vista até como um problema nacional. De toda a sorte, ficaria patente que a definição conceitual, a delimitação territorial, e a gestão e proposição de soluções para os problemas do Distrito Federal se constituíam enquanto um campo de disputas complexo com interpenetrações que evocavam o passado (concepção) para explicar o presente (realidade), e propor planejamento visando a um melhor futuro (destino).

E dentre as soluções aventadas, a da fragmentação do território com o isolamento do Plano Piloto, ou do acréscimo de área com a incorporação dos municípios limítrofes. O mesmo Cerqueira César, ainda relacionando ao plano de Lucio Costa certa responsabilidade pela

¹³⁶ Roberto Cerqueira César, em pronunciamento no Painel II – Poder de atração e o impacto migratório, com a conferência Infra-estrutura urbana e crescimento populacional. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Op. Cit. Pág. 89.

conjuntura social de Brasília, apresentará, como alternativas para a problemática relação entre Plano Piloto e cidades-satélites, o que segue:

“Primeira – com a qual não concordo, mas teoricamente seria uma solução: **revisão da própria concepção de Lucio Costa**, permitindo o adensamento do Plano Piloto, com o aumento do gabarito dos prédios, construções mais adensadas etc., de tal forma que a população originalmente prevista para 500, 600, 700 mil habitante subisse a um número compatível com essa necessidade de crescimento (...) segunda alternativa: enfrentar o problema, insto é, manter o Plano Piloto como está, como cidade-sede do Governo Federal, e criar-se, dentro do território do Distrito Federal, uma segunda Brasília. Falando com o professor Aldo Paviani, que me precedeu, disse-me que refletira sobre a questão e já tinha claramente a ideia de que a Brasília atual seria Brasília-I e devíamos ter uma Brasília-2 e, futuramente, talvez até uma Brasília-3.”¹³⁷
[Grifo meu]

O discurso do revisionismo do plano, já presente em 1974, se faria presente mais uma vez¹³⁸. Mas aqui uma novidade: não se tratava de modificá-lo em razão do que seriam seus problemas urbanísticos intrínsecos tão-somente, mas para aplacar problemas urbanos do DF. Aliás, a própria modificação do plano seria representada como o todo ou a parte da solução em si, porquanto quaisquer que fossem suas falhas, elas resvalavam nas populações que orbitavam em torno de sua centralidade de capital da República, chegando ao ponto de se propor, como opção às alterações eventuais na obra do velho mestre, o insulamento da cidade modernista, em parte idealizada em 1959, agora interrogada em 1986. E aquela idealização, aliás, já distante para muitos, seria problematizada pelo debatedor Maurício Nogueira¹³⁹, que voltaria à carga das mudanças no projeto e questionaria:

“...a questão de tomar Brasília como tal, ou seja, o Plano Piloto¹⁴⁰, como uma cidade ideal, uma cidade perfeita. Não me parece bem assim. É uma cidade planejada, isto sim, uma cidade que, a meu ver, tem o grande prejuízo de ser uma cidade fechada (...) É o plano finito, é o plano acabado, é o plano que precisava viver realmente com sua

¹³⁷ Idem, pág. 90. Na mesma conferência, abordaria ainda uma terceira alternativa: a mudança de toda a estrutura da Administração Pública do Distrito Federal para junto das cidades-satélites. Questão esta que está sendo implementada no presente momento, com o Centro Administrativo do Distrito Federal, em Taguatinga, cujos resultados práticos ainda não puderam ser observados. Com inauguração realizada no último dia de mandato de Agnelo Queiroz (PT-DF), em 31 de dezembro de 2014, tem previsão para começar a ser plenamente utilizado entre 2015 e 2016.

¹³⁸ Não sem contar, também, com visões de defesa ao plano, com forte referência às narrativas históricas de Brasília em termos de sua suposta “pré-existência” desde o século XVIII, como Eduardo Kneese de Melo, arquiteto que trabalhou na construção de Brasília, e integrante do Conselho Consultivo do IPHAN, bem assim de Ernesto Silva, que se apresentou como responsável pelo concurso da nova capital, em 1956. Em suas palavras: “A realidade. Qual é a realidade? Estamos discutindo Brasília. Faz-se repensar Brasília, quanto não se pensou em Brasília, não se testou o plano de Lucio Costa. Começamos a modificar o plano de Lucio Costa sem testá-lo” (pág. 51). Ambos participaram do Painel I – Concepção Original, Propósitos Permanentes e Realidade Urbana, na conferência “Objetivos de Integração Nacional”.

¹³⁹ Dados biográficos não constam dos anais do Simpósio Brasília.

¹⁴⁰ Note-se que o debatedor compreende a “Brasília como tal” enquanto Plano Piloto, e não como o Distrito Federal em sua leitura polinucleada, o que acentua a perspectiva de que não se havia estabelecido, em definitivo, uma palavra final quanto às possibilidades de leituras e nomenclaturas da capital.

população. **Não digo modifica-lo completamente, mas precisava ser mais vivido e precisa ser jogado no tempo**, para dar condições a que a população participe dessa própria formação desse espaço.”¹⁴¹ [Grifo meu]

Leandro Amaral Lopes¹⁴², no mesmo debate do qual participou o debatedor Maurício Nogueira, afirmaria que:

“Realmente, sinto muito que Brasília seja considerada como uma obra de arte acabada, como um quadro. Nós, a população, temos de sair dessa moldura. Brasília é uma cidade, uma cidade com uma população que busca participar. Quando Lucio Costa concebeu seu desenho urbano, isso foi há bastante tempo. A cidade vai ter que ganhar vôo, vai ter de, eventualmente, submeter-se à sua população, submeter-se às pessoas que aqui vivem, as quais, eventualmente, vão introduzir mudanças. **Frequentemente muitas discussões a respeito de Brasília ficam um pouco numa espécie de camisa de força, onde certas proposições, feitas há algum tempo, são quase que tombadas como patrimônio e são meio intocáveis.** Apesar de gostar muito de Brasília, gostar muito de sua concepção, este ponto vai ter que entrar no debate, vai ter que ganhar vida. Afinal de contas, isso aqui não é um quadro nem uma escultura. É uma cidade.”¹⁴³ [Grifo meu]

O diálogo entre debatedores reacende a perspectiva da cidade enquanto obra de arte, sem que, com isso, se ouçam ecos do encontro dos críticos de arte de 1959. Pelo contrário: no lugar de se elaborar um discurso referente aos valores artísticos da cidade, assume uma perspectiva de crítica com relativo prejuízo aos moradores. Os espaços simbólicos, de composição plástica, de apelo formalista, na visão dos debatedores, parecem repelir a participação da população. Apartada de seu conteúdo cultural, a presunção de intocabilidade de Brasília parece ser fonte de preocupação. A cidade de plano integral, a cidade artefato, será representada para além de eventuais idealizações. Antes: uma moldura na qual se encerram os cidadãos, tolhidos como numa camisa de força, associada ainda a uma feição imobilista, congeladora, representada pela visão do debatedor a respeito do mais longo instrumento de proteção ao patrimônio cultural: o tombamento.

Das duas falas acima, depreendo duas dimensões da preservação de Brasília que devem ser vistas em pormenor pois, ainda que, por vezes, corressem paralelas, não podem ser amalgamadas num único discurso, posto que baseadas em sentidos diversos, e cujos efeitos se diferenciam. O primeiro, a preservação do ideário da cidade modernista pelo que representava enquanto histórico singular e feição excepcional. Seu caráter modernista, sua epopeia, a reverência aos artistas que a conceberam, ensejando a preservação da ideia, do projeto,

¹⁴¹ Maurício Nogueira, debatedor na conferência “Estímulos ao desenvolvimento regional”, no Painel V – Implicações de uma política Nacional de Desenvolvimento Urbano”. Pág. 236.

¹⁴² Dados biográficos não constam dos anais do Simpósio Brasília.

¹⁴³ Leandro Amaral Lopes, debatedor na conferência “Estímulos ao desenvolvimento regional”, no Painel V – Implicações de uma política Nacional de Desenvolvimento Urbano”. Pág. 238.

reverberando ainda um discurso da década de 1950, ou seja, a proteção de uma cidade que jamais fora realizada plenamente. O segundo é referente aos postulados, noções e técnicas do campo do patrimônio cultural, com suas técnicas e dispositivos (SANT'ANNA, 2014) particulares, sobretudo o tombamento, apontado pelo conferencista Leandro Lopes como um pressuposto de incompatibilidade com o alçar vôo da cidade. Em ambos os casos, vejo um discurso latente que aborda a proteção à Brasília, para o bem ou para o mal da população. Mas o registro importante é mesmo o de sua presença. Afinal, sua proteção (seja a preservação de seu ideário, seja sua patrimonialização), era assunto já corrente em 1986?

O tema aparecerá em outros momentos do debate, em que, de maneira mais direta, se aventou a leitura da cidade enquanto patrimônio cultural. Desta vez, a provocação veio da plateia. Em pergunta encaminhada ao professor José Coutinho, Sérgio Benício Dias questiona:

“Como conciliar a especificidade do espaço cultural de Brasília (Plano Piloto), da mesma importância histórico-cultural de Ouro Preto e Olinda, com imposição de redirecionamento de sua concepção original e num planejamento não somente compensatório, mas capaz de promover um desenvolvimento global consistente, acompanhado de mudanças sociais mais justas e duradouras?”¹⁴⁴

O professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, José Coutinho, naquele momento integrava um grupo de trabalho referente aos estudos bens culturais de Brasília, que será adiante abordado, e também tinha participado dos debates em 1974. Já em 1986, aprofundou suas perspectivas quanto ao planejamento integrado, no sentido de abarcar o conteúdo cultural da cidade, sem o qual, compreendia, qualquer planejamento restaria incompleto. Em suas palavras:

“Hoje, mesmo que não se concorde, talvez, até com as premissas teóricas do Plano Piloto de Brasília, temos de considera-la como representativas do pensamento urbanístico da época. Brasília é um documento dessa época (...) Brasília (Plano Piloto), vai-se tornando cada vez mais o centro histórico da Grande Brasília. É o reduto histórico, é a zona de preservação, que terá exatamente de formular certos critérios, definindo o que deve e o que não deve ser preservado. (...) Realmente é assunto que hoje está na mesa dos profissionais aqui, em Brasília. Já foi constituído, há 4 anos, um grupo para a preservação de Brasília, grupo esse que está tentando reformular todos esses critérios até então adotados pelo Patrimônio Histórico e afastando esse fantasma, essa coisa tola que muitos levantam – o tombamento de Brasília. Não seria esta a maneira. Temos de preservar o que é significativo. No entanto, temos de liberar a cidade para que ela cresça, se desenvolva, e viva de acordo com sua vocação natural.”¹⁴⁵

¹⁴⁴ Pergunta de Sérgio Benício Whatley Dias durante a conferência “Planejamento Setorial e Regional”, no Painel III – Adequação da estrutura urbana às funções institucionais. Pág. 125.

¹⁴⁵ José Carlos Córdova Coutinho, durante a conferência “Planejamento Setorial e Regional”, no Painel III – Adequação da estrutura urbana às funções institucionais. Pág. 125-6.

Voltarei, no capítulo subsequente, a esmiuçar essa fala no que tange às reformulações propostas, bem assim ao grupo o qual o conferencista se refere. Para o momento, chamo a atenção para a presença, mais uma vez, da desconfiança quanto ao instituto do **tombamento**, reputado tolo. Num momento em que eram recorrentes as falas de modificação, de revisão, em que as questões formais de Brasília eram minimizadas, em que à sua concepção original eram atribuídas falhas, em que mesmo sua função de capital era relativizada, defender a sua preservação demandaria, certamente, uma operação argumentativa no mínimo sofisticada.

A preservação evocada, comparecendo aqui o sentido de legado, de conservação de uma categoria conhecida e celebrada, o “Centro Histórico”, tendo em vista representar um momento, tornada documento de episódios históricos, fora cotejada às cidades de Olinda e Ouro Preto, já consagradas como patrimônio histórico, como monumentos. Brasília, também considerada já então histórica e monumental, seria merecedora, nas palavras de Coutinho, de um novo arcabouço técnico, novos dispositivos de preservação. A jovem cidade modernista começava a se irmanar simbolicamente às coloniais.

Na perspectiva da debatedora Briane Bicca, na condição, naquele momento, de coordenadora do grupo de trabalho mencionado, o GT-Brasília, seria necessário atingir um equilíbrio entre a manutenção da configuração espacial de Brasília, enquanto “personalidade urbana singular”, sem que com isso se estancasse seu desenvolvimento ou crescimento ordenados. Para a arquiteta, ainda havia desconfiança quanto à preservação de Brasília, sobretudo no início daquela década. Porém, com estudos já avançados, contando com a participação de setores do Governo do Distrito Federal e da Universidade de Brasília, informava que estava em curso a preparação de uma legislação particular – portanto, com outros mecanismos que não o tombamento – que garantisse tanto a preservação quanto o seu crescimento ordenado.

Briane comentará as ações específicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, como a criação da Secretaria de Cultura e a estruturação do Arquivo Público e do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico no âmbito local, e indicará que, na perspectiva do mencionado grupo, o espectro da preservação seria o mais amplo possível, abarcando o meio ambiente natural, a documentação arquivística, as sedes de fazendas antigas que porventura ainda se mantivessem no território, as cidades-satélites existentes antes da inauguração – na verdade, aglomerados urbanos dos municípios existentes anteriormente à demarcação dos limites do Distrito Federal, Planaltina e Brazlândia – os remanescentes de acampamentos de

obras que ainda não haviam sido desconstituídos e, por fim, a cidade modernista do Plano Piloto. Segundo a debatedora:

“Acredito que, no caso do Plano Piloto – enquanto cidade central – a preservação e o crescimento ordenado devam andar de mãos dadas, abrindo espaço para novas agregações, frutos da urbanística e da arquitetura do final do milênio, garantindo, no entanto, a manutenção da identidade fundamental da cidade. Importante permitir que Brasília absorva os sinais da passagem do tempo, o que trará consigo a diversidade que enriquece o viver urbano, de modo a criar alternativas que minorem a estratificação e abram a cidade ao seu Entorno.”¹⁴⁶

Fica patente aqui a separação entre Brasília e Plano Piloto na fala da debatedora. Num olhar mais alargado, o grupo estava a considerar uma multiplicidade de contextos e de temporalidades de Brasília, portanto, do Distrito Federal como um todo. Em uma ação global e totalizante, ampliava quase ao limite os objetos a serem convertidos em patrimônio cultural: natureza e urbanidade, antiguidade e novidade, a sede dos poderes, morada das elites, e os barracos de madeira de humildes operários. Mesmo quanto ao Plano Piloto, ao se identificar a sua peculiaridade de cidade modernista, portanto, sua excepcionalidade, não se põe afastada de todo a visualização do mesmo enquanto senão obra fechada, cidade central, ainda que o relacione com outros elementos, como os acampamentos dos candangos, cuja razão de ser não era, senão, pela construção de Brasília.

Seja sob a perspectiva dos problemas urbanos, regionais ou nacionais, seja sob o discurso do patrimônio cultural, talvez um dos poucos pontos de relativo consenso seja da admissibilidade de transformações da cidade, na dimensão Plano Piloto ou Brasília. Não seria forçoso lembrar que mesmo Lucio Costa o comenta, em 1974: reelaborações são admitidas desde que respeitadas as tais características fundamentais.

Na trajetória dada a ler nos eventos analisados, foi possível observar algumas permanências, bem assim sensíveis modificações no modo de ler e representar a cidade, tornando possível visualizar – de certo, não completa e definitivamente – como a construção dos espaços foi acompanhada por construções na ordem do simbólico, das representações e das interpretações. E dentre as permanências dignas de nota, em suas várias reformulações, está a premência de se proteger a obra modernista. Seja proteja-la no complemento à sua configuração total, conforme projetada; seja a proteção ante a desfigurações advindas da especulação imobiliária ou modismos conceituais; seja a proteção da cidade num contexto em que a problemática urbana nacional estivesse em pauta, em que os fluxos migratórios e o

¹⁴⁶ Declaração de Briane Elizabeth Panitz Bicca no Simpósio: Painel I – Concepção Original, Propósitos Permanentes e Realidade Urbana. Pág. 41.

desenvolvimento interno ou inter-regional comparecessem nas agendas dos administradores e políticos.

Portanto, Brasília foi, em linhas gerais, representada por diversas vezes como uma cidade em permanente estado de perigo, em confronto com ameaças as mais diversas. O então governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, na sessão solene de abertura do Simpósio, declarou, porquanto fosse um problema em nível nacional, que “Brasília não poderia salvar-se por si mesma – nem sozinha”. Poderiam os dispositivos do patrimônio cultural enfim salvá-la?

3. Capítulo III – Patrimônio Cultural em Brasília: um inventário de ações e discursos.

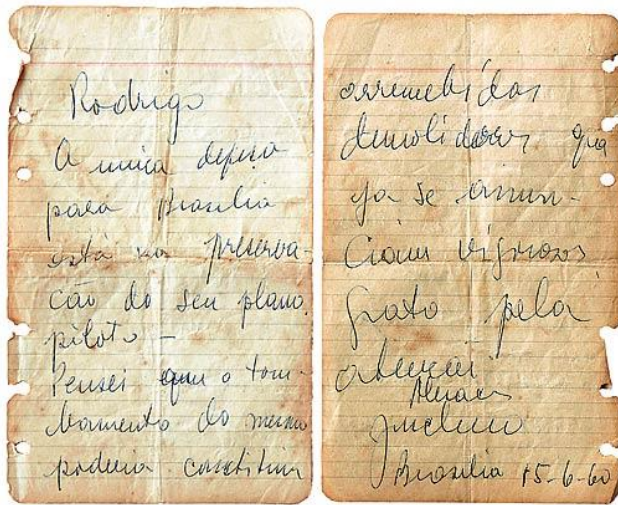


Fig. 10: Bilhete de Juscelino Kubitschek a Rodrigo Mello Franco de Andrade.

“Rodrigo. A única defesa para Brasília está na preservação de seu plano piloto. Pensei que o tombamento do mesmo podia constituir elemento seguro, superior a lei que está no Congresso e sobre cuja aprovação tenho dúvidas. Peço-lhe a fineza de estudar esta possibilidade ainda que forçando um pouco a interpretação do Patrimônio. Considero indispensável uma barreira às arremetidas que já se anunciam vigorosas. Grato pela atenção. Abraços Juscelino Kubitschek Brasília, 15-6-1960”¹⁴⁷

A reivindicação de “defesa” de Brasília via tombamento conforme texto em epígrafe consta de um bilhete escrito a próprio punho pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira para seu amigo e diretor do IPHAN da época, Rodrigo de Mello Franco de Andrade. Como apontado nos dois primeiros capítulos, a construção de Brasília e de suas representações caminharam lado a lado desde antes de sua inauguração. E das leituras que se fizeram dela aponto uma visão bastante recorrente: a de que a cidade estaria ameaçada de incompletude ou descaracterização.

Em certo sentido, destaco que mesmo que seus idealizadores e os diversos grupos relacionados à sua construção ou gestão vislumbrassem um estado de ameaça quase permanente, ela se revelaria de natureza diversa: por vezes, o que era entendido por alguns atores sociais como ameaça se revestia, por outros, de propostas de melhorias e aprimoramentos no planejamento de Brasília e, não necessariamente, de destruição, demolição ou “mutilações” da cidade construída, como prevê o Decreto-lei 25/37.

Assim, cabe questionar qual o propósito da proteção requerida pelo “herói” dessa “epopeia moderna”: afinal, o que Juscelino Kubitschek buscava alcançar com a aplicação desse dispositivo jurídico, o **tombamento**, numa cidade inaugurada ainda incompleta? Mesmo porque vale sempre ressaltar que, aparte seu viés de proteção ao conteúdo cultural do objeto de

¹⁴⁷ Bilhete, escrito a próprio punho, de Juscelino Kubitschek endereçado ao então diretor do IPHAN (na ocasião, sob o nome de Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-DEPAN), que provocou a abertura do Processo nº 106090/1960-DPHAN. **Preservação das Características Arquitetônicas e Paisagísticas de Brasília.**

tombamento, este instituto jurídico se constitui também como um instrumento de controle, de intervenção do Estado na materialidade do objeto patrimonial, seja público ou privado (RABELLO, 2009).

Ou seja, a proteção aventada era ao que Brasília representava para a nação ou estaria relacionada à conclusão de uma obra iniciada num governo sem a garantia de sua concretização e complementação nos governos subsequentes? Ou ainda, tais ameaças não estariam também no campo discursivo e simbólico – e mais até que no prático e concreto? Mais do que ameaças imediatas, como alguma eventual dificuldade técnica ou mesmo como alguma questão impeditiva de ordem política¹⁴⁸, não estariam mais relacionadas a uma garantia de que nada sairia dos trilhos ou, melhor dizendo, do plano: o plano-piloto?

Nesse campo de possibilidades, seria o tombamento a resposta eficaz para a preservação de uma cidade ainda incompleta? E ainda, em que medida tal interesse estaria relacionado com prospecções políticas para as eleições que se seguiriam? Afinal, para além da preocupação com sua imagem política associada à sua meta-síntese, ao que permitiria especular que a simples completude da cidade já lhe renderia – como de fato rendeu¹⁴⁹ – dividendos simbólicos permanentes, Juscelino Kubitschek solicita a atuação do órgão de proteção que garantiria um prosseguimento do projeto de Lucio Costa como parte de seu projeto para o Brasil. Em todo o caso, Juscelino Kubitschek fora pioneiro entre ações que visavam a proteção de Brasília.

No presente capítulo será estudado o conjunto de atos em que se incluem ações que não necessariamente estiveram relacionadas à atribuição de valores culturais, aliás, como já apontado anteriormente: por vezes as ações e discursos de preservação estiveram mais ligadas aos diagnósticos e avaliações relativos ao contexto urbano do Distrito Federal, associado a problemas de ordem socioeconômica, que à defesa de Brasília enquanto objeto cultural a ser preservado.

¹⁴⁸ Situações registradas nos trabalhos consultados como, por exemplo, as dificuldades de ordem técnica que fizeram a imprensa questionar se a barragem do Lago Paranoá teria, realmente, condições de ser realizada. Ou ainda, no plano político, deputados opositores tentaram emplacar, ainda antes da inauguração de Brasília, uma CPI para averiguar os gastos expansivos e controle – ou falta dele – de pagamentos a empreiteiras. Aparte a justa preocupação para com possíveis danos ao erário, a medida tomou contornos políticos que oscilavam entre a investigação e o intento de ver as obras paralisadas. A respeito desses eventos consultar: Vania Moreira (1995); Márcio Oliveira (2005), Luís Lopes (1996).

¹⁴⁹ A esse respeito, Vânia Moreira (1998) destaca a preocupação que opositores políticos de JK tinham com os futuros dividendos da obra concluída ao político mineiro. Posteriormente, entretanto, o que me orienta nessa afirmação pode ser interpretado na construção do “Memorial JK”. Realizado em 1986, possui uma escultura erigida à frente, elevada do chão a uma altura aproximada de mais de dez metros. Trata-se de escultura de corpo inteiro de JK com o braço levantado, acenando rumo a Esplanada dos Ministérios, como que observando, eternamente, o seu legado: Brasília.

Assim, porquanto sejam esparsas e não diretamente relacionadas, as ações de preservação não serão analisadas aqui como partes integrantes de uma mesma estrutura narrativa, nem tampouco vistas como o acúmulo sequencial que engendrou, enfim, o tombamento de Brasília conforme o vigente. Serão apresentadas e observadas no sentido de compreender os modos distintos de apropriação dos instrumentos de preservação e gestão urbana, bem assim das maneiras como eles foram utilizados, e também de como as ações se relacionam com valores agenciados conforme o discurso patrimonial acionado, de modo que, ao fim e ao cabo, eu tenha apresentado e problematizado a patrimonialização de Brasília em sua complexidade.

Já no segundo e terceiro tópicos do presente capítulo, passarei a analisar as ações que resultaram efetivamente no reconhecimento de Brasília enquanto patrimônio cultural, seja nas esferas local, federal e internacional. Para tanto, realizarei uma descrição a mais ampla possível dos acontecimentos centrados ao longo da década de 1980 não apenas para apontar e enumerar as ocorrências mas para interpretá-las no contexto em que se encontram.

Ou seja: uma trama complexa de atuação de intelectuais e estudiosos, políticos e opinião pública, que envolve desde a definição da identidade da cidade e dos limites do objeto cultural, até questionamentos dos postulados da preservação do patrimônio histórico e de um de seus principais instrumentos – o tombamento – e sua aparente reelaboração num procedimento atípico, referenciado em escalas urbanísticas.

3.1 Entre ações e intenções: as trajetórias múltiplas da preservação de Brasília: 1960-1980

Em grande medida, a bibliografia que se dedicou ao estudo da patrimonialização de Brasília (RIBEIRO, 2005; REIS, 2011; SILVEIRA, 2010; RAMOS, 2005) privilegia a análise de dois polos de atuação: o GT-Brasília e os atores sociais e políticos que mobilizaram a edição da normativa elaborada por Ítalo Campofiorito junto ao Governo do Distrito Federal com vistas a garantir a inscrição de Brasília como Patrimônio Mundial e, posteriormente, junto ao IPHAN para o tombamento federal. Entretanto, tais polos não esgotam a diversidade de ações e complexidade de atores, motivos, representações que o processo comporta desde a inauguração de Brasília, em 1960.

Assim, apresento agora as proposições desde os primeiros tempos de Brasília, reavaliando a bibliografia disponível e cotejando com documentação selecionada, a partir da qual indicarei o trâmite de propostas objetivas, concretamente apresentadas e tramitadas no âmbito dos órgãos da Administração Pública federal e local na década de 1960, passando a noticiar uma variedade de ações e proposições pontuais na década de 1970 e início de 1980.

3.1.1 A Lei San Tiago Dantas: o Plano Piloto “já nasceu tombado”, ou deu ensejo à uma “monstruosa” transformação?

A bibliografia atinente ao processo de patrimonialização vê com acentuada unanimidade que a preocupação do Estado brasileiro para com a proteção de Brasília, em termos de legislação, remonta ao período imediatamente anterior ao de sua inauguração (CAMPOFIORITO, 2012; REIS, 2011; RIBEIRO, 2005; RAMOS, 2005; PINTO e REIS, 2007; BISPO, 2013; SANTOS, 2009), porquanto tenha sido alcançada pela Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960. Conhecida como Lei San Tiago Dantas¹⁵⁰, numa referência ao então deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a legislação dispõe sobre a organização administrativa do novo Distrito Federal ensejando interpretações segundo as quais “pode-se dizer que, de certa forma, o PP [Plano Piloto] já nasceu tombado” (SANTOS, 2009). Perspectiva que será agora problematizada.

Aparte a ligeira imprecisão quanto aos trâmites normais de um processo de tombamento e de seus efeitos, a frase acima acentua a importância dada à mencionada proteção pelo reconhecimento de que o mesmo possibilitou a edição de normativa de proteção ao sítio no âmbito do Distrito Federal¹⁵¹, conforme se verá adiante. Entretanto, há um passivo de análise quanto aos procedimentos e meandros relativos à proteção nesta lei exarada. Afinal, qual seria a motivação e objetivo subjacente ao ato do legislativo? Estaria ela relacionada com as preocupações presidenciais – que mais tarde seriam indicadas como no texto na epígrafe do presente capítulo? Ademais, estaria ela relacionada com a manutenção de valores à Brasília atribuídos? Vejamos passo a passo.

¹⁵⁰ San Tiago Dantas acabou, ainda que indiretamente, personificado como agente deste primeiro momento da preservação. Uma imprecisão que a subsequente análise da documentação procurará redimir.

¹⁵¹ Conforme preâmbulo do Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 23 de outubro de 1987.

Em 10 de fevereiro de 1960 é encaminhado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1.513¹⁵² pelo então chefe de gabinete da Presidência da República, José Sette Câmara, para que fosse apreciado em regime de urgência. O projeto inicial, tendo passado pelo crivo do então ministro da Justiça e Negócios Interiores, responsável por elaborar a exposição de motivos, seguia praticamente a mesma estrutura da Lei Orgânica do antigo Distrito Federal, datado de 1948, portanto, pela natureza mesma daquele ente público, referenciado a uma estrutura municipal. Esses e outros aspectos teriam motivado o relator do processo, o deputado San Tiago Dantas, a propor modificações que se adequassem a uma cidade nova, com uma organização administrativa singular, ou, em suas palavras, “*verdadeiramente uma sede de governo, sem outros interesses de caráter local, senão aqueles ditados por essa condição*”¹⁵³.

Pesava sobre a administração da antiga capital carioca a desconfiança quanto estruturas arcaicas e cheias de vícios, reputados corruptos e ineficientes, que se veriam superadas no novo projeto de cidade e, por extensão, de país. De qualquer maneira, nem no projeto originalmente apresentado, referenciado nas estruturas de outrora, nem tampouco na análise pormenorizada do relator que apontava para uma reformulação, se fizeram presentes preocupações, quaisquer que fossem, com os aspectos preservacionistas observados no texto final.

Entretanto, na sessão plenária de 24 de março de 1960, coube ao deputado udenista Ernani Sátyro a apresentação da Emenda nº 7, assim redigida: “*Somente por lei federal poderá ser feita qualquer alteração no atual plano piloto de urbanização de Brasília*”. O conjunto de emendas apresentadas, 70 no total, foram apreciadas a toque de caixa. A de número 7 receberia parecer favorável junto à Comissão de Constituição e Justiça, de relatoria do mesmo San Tiago Dantas, mas não teria a mesma sorte junto à Comissão de Finanças, de relatoria de Petronildo Santa Cruz, do PSD, que afirmara:

“Sou de parecer contrário, por entender que a subordinação de alteração do plano piloto a uma lei especial pode determinar retardamento excessivo e até paralização do serviço em face muitas vezes de uma medida modificadora, sem maior importância.”

¹⁵² Projeto de Lei nº 1513 de 1960. **Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal.** [processo digitalizado]. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3284>>. Acesso em 12 de set. de 2015.

¹⁵³ Considerando que o processo não se encontra com as folhas numeradas e com vistas a diferenciar essa condição das demais citações em que se possa identificar com precisão as referências, essas e as demais citações ao processo supra terão apenas seus autores nomeados e serão grafadas em *itálico*, bem como, quando necessário e possível, informados os títulos dos documentos a ele apensados.

Petronildo Santa Cruz dá a ver a preocupação com o andamento de uma obra de enormes proporções e que, naquele momento, andava ainda em ritmo acelerado. A conclusão das construções estaria à frente da proteção ao projeto e à eventuais alterações no mesmo. Entretanto, não houve grande acolhimento quanto à sua apreensão e, posteriormente, a Emenda nº 7 seria recepcionada no texto final da lei, ainda que com modificações de sua redação original, qual seja: “*qualquer alteração no plano-piloto, a que obedecer a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal*”¹⁵⁴ [Grifo meu].

Mudanças aparentemente sutis que não passaram despercebidas pelo autor da Emenda nº 7, o próprio Ernani Sátiro. Em 29 de março de 1960 o parlamentar subiu duas vezes ao Plenário para debater o substitutivo apresentado por San Tiago Dantas e que viria a ser, grosso modo, o corpo da Lei enfim aprovada. Em seu primeiro discurso, afirmara que:

“Eu mesmo tive oportunidade de apresentar emenda, salvo engano, a de nº 7, com a qual eu, que sou da oposição, procurava dar ao governo, à Maioria, um instrumento de defesa da obra de arte e de arquitetura que é Brasília, não permitindo que, a não ser através de lei federal, se fizesse qualquer modificação no plano piloto daquela cidade. Visei, assim, evitar que, amanhã, através de posturas municipais, através de atos da Câmara Legislativa que se vai criar, ou mesmo através de concessões pelo prefeito ou pela autoridade executiva que for instituída, a cidade sofra, como poderá sofrer, deformações monstruosas. Sim, porque que dispositivo legal nos autoriza a estar tranquilos, hoje, certos de que Brasília não será, amanhã, alterada no seu plano piloto, na sua planta ou no gabarito dos seus edifícios? Quando a iniciativa privada avançar, como costuma ocorrer, na sua sede de construções, que segurança teremos com relação àqueles parques, àqueles terrenos que ficaram reservados não somente ao embelezamento como também às melhores condições de vida da cidade? Que segurança teremos, sem um dispositivo legal a propósito dessa matéria, de que Brasília não estará sujeita a esses prejuízos, a essas deformações?” [Grifos meus]

Portanto, nesta fala, alguns pontos do discurso dão a ver a visão dos valores atribuídos à Brasília e que ensejavam sua proteção: “obra de arte e de arquitetura”, ameaçada pelos avanços da indústria da construção civil, apontada como “iniciativa privada”, denunciando ameaças que, mais tarde, se fariam presentes em outros discursos preservacionistas de Brasília, como a supressão de áreas bucólicas e o aumento do gabarito dos edifícios. É digno de nota que se compreenda, já naquele discurso, que se tratava de medida pensada em razão da precariedade de outros instrumentos não apreciados pelo legislativo e, portanto, passíveis eles próprios de modificações ou anulações.

Em seguida, ao subir novamente ao Plenário, Sátiro denuncia que a solução dada para a redação final não apenas não o contempla como “*deu uma solução que foi muito pior do*

¹⁵⁴ Tal redação restou consagrada no Art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, à exceção do tempo futuro “obedecer” que ficou enfim registrada como “obedece”.

que o silêncio da lei”. Para o autor da proposta, o que importava era proteger o **plano-piloto**¹⁵⁵ “atual”, interpretando que a sutileza da retirada dessa noção de atualidade comprometeria a obra de arte em construção, tendo em vista, inclusive, os próprios autores estariam de acordo com tal preocupação. Segundo Sátyro:

“Aproveito a oportunidade para revelar à Câmara que a minha emenda resultou de longa conversa com os engenheiros Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, conversa objetiva, patriótica e elevada que tivemos, os três, eles como os artistas da cidade, eles como os idealizadores de Brasília, e eu no cumprimento do meu dever de representante do povo brasileiro.”

Se Lucio Costa e Oscar Niemeyer compareceram como “engenheiros”, seu engenho não seria menos artístico, reforçando um enquadramento de valorização estética. Ao trazer a autoridade dos “autores do projeto” para a discussão plenária, interpreto ser plausível que tenha advindo deles as perspectivas do que se preservaria na nova capital, ou seja, quais seriam os elementos fundamentais da obra¹⁵⁶.

A cidade, ainda em construção, avaliada um ano antes num congresso internacional de críticos de arte, seria traduzida, senão nos seus aspectos tidos como fundamentais, ao menos naquilo em que as ameaças já restariam indicadas, como faz parecer os dizeres de JK já comentadas. De qualquer maneira, as discussões havidas apontam para uma tensão entre legisladores, resultando na insatisfação daquele que primeiro aventou sua proteção em termos legais. Ainda segundo Ernani Sátyro:

*“...se a Comissão de Constituição e Justiça queria atender aquilo que se tinha em vista, evitar seja amanhã deformada a cidade, inclusive – digo-o com todas as letras – através de negociatas, pois ficará um campo aberto para as solicitações subalternas da iniciativa privada, por que, então, em vez de aceitar a minha redação, propôs a comissão uma redação com a qual, parecendo ter atendido aquilo que tinha em vista, **abriu uma porta para a monstruosa deformação da cidade?** (...) Logo, de acordo com esta emenda da Comissão de Constituição e Justiça, Brasília continuará a ser cidade exposta aos desatinos de um administrador, de um prefeito que amanhã consentirá na construção de prédios fora dos gabaritos, para que transforme aqueles parques, aqueles recantos indispensáveis ao próprio bem-estar dos habitantes daquela cidade, permitindo construções condenadas pela técnica.” [Grifo meu]*

O autor da Emenda nº 7 criticou, no mesmo dia, o aspecto de municipalidade que inicialmente pretendiam para a capital, considerando desvios de conduta administrativa por que

¹⁵⁵ Importante que seja destacado que o legislador faz uma clara diferenciação entre a cidade e seu plano, ou seja, Brasília e o plano-piloto (projeto) de Lucio Costa. Como se verá, os nomes serão objeto de alterações e ressignificações, impactando, inclusive, na definição do objeto patrimonializado.

¹⁵⁶ Entretanto, é preciso destacar que tal inferência se apresenta à guisa de especulação, tendo em vista que na pesquisa desenvolvida não encontrei outras referências que abordassem o encontro de Sátyro com os “artistas” da cidade.

passaram agentes públicos do Rio de Janeiro enquanto capital, o que possivelmente se relaciona com as inquietações quanto a negociatas e ao consentimento para supressão de parques e aumento de gabarito ao arrepio do bem-estar da população que habitaria Brasília.

Ernani Sátyro não consta, na bibliografia consultada, como um personagem na longa lista de atores que se dispuseram a, de alguma forma, proteger a cidade. Faleceria em 1986, um ano antes da edição do decreto distrital que se baseou no artigo nº 38 da Lei San Tiago Dantas, que resultou de sua Emenda nº 7.

3.1.2 Entre ações e avaliações do patrimônio histórico e artístico em Brasília pelo IPHAN de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Voltando ao texto em epígrafe, Juscelino Kubitschek, ao anunciar “arremetidas que já se anunciam vigorosas”, o faz solicitando o tombamento como barreira, ou ainda, como “elemento seguro, superior a lei que está no Congresso e sobre cuja aprovação tenho dúvidas”. Como já observado em momentos anteriores da presente dissertação, era certo que Juscelino Kubitschek enfrentava adversários políticos que apostavam, inclusive, que o eventual malogro de Brasília, caso se realizassem os piores augúrios, daria cabo da figura política do presidente. Ainda assim, a pesquisa não revelou com precisão quais seriam, especificamente, as arremetidas mencionadas: se adversários que, mirando em JK, agrediriam Brasília, ou se, por exemplo, seriam as “negociatas” de prefeitos ou administradores aventados por Ernani Sátyro.

Ou seja, poderia questionar se as supostas “ameaças” não seriam uma forma de compor a própria história da cidade enquanto eventuais superveniências que, seria razoável supor, estaria dentro da normalidade em uma operação tão complexa quanto a construção de uma cidade. Ou seja, como se tudo aquilo que fosse o não previsto, o não desejado e o espontâneo compusessem um quadro de iminente descaracterização. Assim, talvez seja o caso de compreendê-las no sentido de serem mais um elemento discursivo, especulativo, relacionado com a possibilidade de frustração das expectativas ou propostas do projeto, do que um perigo concreto, como falta de condições materiais e de orçamento destinado pelos governos que o sucederiam, ou pela não aderência dos mesmos aos seus planos e metas, ou uma eventual instabilidade do solo, ou mesmo greve dos trabalhadores da construção civil etc.

Entretanto, mantido em aberto o enigma da “arremetidas vigorosas”, pude trabalhar em outros dois, ainda mais elementares: referentes à lei que tramitava no Congresso Nacional

e à resposta de Rodrigo Melo Franco à solicitação remetida, aliás, com uma notável carga de pessoalidade. Para tanto, retomo de início o momento primeiro de atuação do órgão federal de preservação em Brasília: o tombamento do Catetinho, uma singela edificação de Oscar Niemeyer feita em madeira sobre pilotis, e que serviu como a primeira residência do presidente na Capital, quando JK a visitava ainda em 1957, e que testemunhou a leitura que Rodrigo Andrade fazia da cidade surgida.



Fig. 11: Rodrigo Melo Franco de Andrade, na presença de Juscelino Kubitschek e demais convidados, na solenidade de tombamento do Catetinho, em 11 de novembro de 1959. Crédito/Fonte: Erich Hess/IPHAN.¹⁵⁷

Na cerimônia de tombamento, o diretor do IPHAN realizou um discurso chamando a atenção para a importância que dava aos atos do presidente. Referindo-se sobre o significado cultural do chamado “Palácio de Tábuas” – construção rústica que tinha, inicialmente, o destino do natural desfazimento, porquanto fosse um edifício em tudo provisório –, afirmava que o mesmo simbolizava o “dever de manutenção da continuidade da tradição nacional”. Segundo Rodrigo de Andrade,

“Estranhar-se-á que tão cedo, enquanto o empreendimento grandioso ainda se encontra distante da conclusão, já se lhe pretenda comemorar a história (...) O objetivo mais amplo da medida adotada é garantir e cultivar, por meio da proteção dos marcos expressivos do desenvolvimento da civilização nacional, **a memória luminosa da identidade do Brasil do futuro com o do passado**, estabelecendo a ligação entre as aspirações gloriosas alcançadas e as realizações toscas de que se originaram.” (ANDRADE, 1987, pág. 168) [Grifo meu]

¹⁵⁷ A imagem foi publicada na página nº 27 do livro: ANDRADE, Rodrigo M.F. de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. Porém, seu crédito foi somente indicado na página nº 168 do livro: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

O trecho acima me remete a José Reginaldo Gonçalves (2002) que registrou, nos discursos de Rodrigo de Andrade a importância que ele dava ao caráter das civilizações europeias: maduras e avançadas, experimentaram seus arroubos de desenvolvimento relacionando a modernidade visionada por todos desde os primórdios do século XX e sobretudo no pós-guerra, e a tradição que conformava suas identidades nacionais. Pensamento consoante, aliás, com a expressão da “intelectualidade” da época, conforme Otávio Ianni (1994). O destaque se apresenta na possibilidade que o Brasil tinha, na Brasília de Juscelino Kubitschek, de enfim alcançar o estágio de civilização do mundo europeu: na fala de Rodrigo de Andrade, um entusiasmo compartilhado, por exemplo, com as formulações de Mário Pedrosa (vide Capítulo II).

No mesmo discurso, Andrade reputou ao IPHAN uma relação umbilicalmente ligada à Brasília, seja pela parceria eventual de Oscar Niemeyer com o instituto de preservação, seja pelo plano da cidade ter sido criado por seu “mais reputado especialista”. Chama a atenção, também, para o tombamento de obra bastante recente já ser consagrada como histórica, o que talvez se relacione com a expectativa de JK quanto à possibilidade de “forçar um pouco a interpretação de Patrimônio”: se ao presidente não se atribui o caráter de especialista nas questões patrimoniais, ao menos uma vez, ali no Catetinho, ele testemunharia a patrimonialização de obra moderna, bastante recente.

Aliás, não que exemplos semelhantes não se verificassem alhures. O caso da Igreja da Pampulha, dado seu tombamento preventivo, o antecede. E o tombamento, na década de 1970, da Catedral Metropolitana de Brasília¹⁵⁸, o sucederá. Entre ambas, a semelhança da aplicação de ações de preservação de objetos cuja consagração discursiva haveria precedido a temporalidade do porvir que lhe daria o peso da *ancianidade*: obras ao gosto do Movimento Moderno ainda inacabadas ou recém-inauguradas.

A solicitação do presidente não ficaria sem resposta, provocando abertura de processo administrativo no âmbito do órgão federal de proteção ao patrimônio histórico¹⁵⁹, no qual consta a carta datada de 30 de junho de 1960 em que Rodrigo de Andrade elabora recomendações. Ao passo que demonstra inquietações quanto ao pedido de JK, inicialmente,

¹⁵⁸ Para a questão dos pareceres emitidos para o caso do tombamento do Conjunto da Pampulha e da Catedral Metropolitana de Brasília ver: COSTA, Lúcio; PESSÔA, José. **Lucio Costa: documentos de trabalho**. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 1998.

¹⁵⁹ Processo nº 106090/1960-DPHAN. **Preservação das Características Arquitetônicas e Paisagísticas de Brasília** [processo digitalizado]. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/bitstream/handle/2010.3/1418/III%20B%2011-00692%20L.pdf?sequence=3>>. Acesso em 12 de set. de 2015.

declara que o combate de eventuais violações e desvirtuamentos de Brasília se daria da seguinte maneira:

“Para a manutenção do plano piloto, a medida de que esta repartição dispõe, facultada pela legislação vigente, **é a do tombamento de toda a extensão da área urbana de Brasília compreendida no mesmo plano.**” [Grifo meu]

Está presente aqui a indicação da cidade em sua área urbana, Brasília, integralmente considerada como um objeto a ser patrimonializado, cujo dispositivo de atuação se daria pelo tombamento da área a ser futuramente ocupada pela cidade enfim construída. Em outras palavras, indica como possibilidade de proteção ao plano, o tombamento da área urbana, ou ainda: para proteger o projeto da cidade, age-se em favor da área na qual ela se verá, futuramente, plenamente construída.

Em certa medida e guardadas as devidas proporções, um procedimento algo semelhante ao que seria adotado trinta anos depois. Assevera, no entanto, que caso a medida venha a ser adotada, restará a rigidez da legislação de proteção ao patrimônio incompatível com a celeridade que também distinguia o empreendimento, dada a ingerência e tutela sobre toda aquela área que, por força da lei, não poderia ser alterada senão após a anuência do IPHAN, chegando a aventar que o presidente, caso o tombamento viesse a surtir efeito, deveria baixar um decreto que organizaria um sistema de coordenação entre órgãos da administração pública local e o IPHAN.

Por outro lado, manifesta inquietação para com a possibilidade de um sucessor de seu mandato revogar o tombamento pretendido, nos termos do Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, que dispõe sobre tal possibilidade¹⁶⁰. Assim, pondera que a melhor saída para a proteção do plano piloto de Brasília contra a “pressão dos interesses que ameaçam” sua integridade seria a própria “aprovação do projeto de lei, mencionado em sua carta”, haja vista que sua revogação, claro, no ambiente democrático de então, se daria apenas pelo rito complexo de aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Tudo leva a crer que se tratava do Projeto de Lei nº 1.921, de 1960, que será tratado no tópico seguinte.

¹⁶⁰ Literalmente, em seu artigo único: “O Presidente da República, atendendo a motivos de interesse público, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto pôr qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados, aos municípios ou a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, feito no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937”. Decreto nº 3.866, de 29 de novembro de 1941. Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3866.htm>. Acesso em: 15 de out. 2015.

3.1.3 O Conselho de Supervisão e Controle de Arquitetura, Arte e Urbanismo de Brasília¹⁶¹: tramitação e “inoportunidade”.

Em 19 de maio de 1960 é encaminhada à Câmara dos Deputados uma Mensagem do presidente da república com solicitação para apreciação do Projeto de Lei que criaria o **Conselho de Supervisão e Controle de Arquitetura, Arte e Urbanismo de Brasília**, visando assegurar, segundo o próprio Juscelino Kubitschek,

*“...o integral cumprimento da lei do Plano Piloto de Brasília, sob o ponto de vista artístico. Dessa forma, preservar-se-á a concepção urbanística original, evitando que, de futuro, sejam sacrificados, em sua unidade estética, os monumentos já existentes na cidade”*¹⁶²

O Projeto de Lei, sob a numeração 1.921, estabelecia que o referido Conselho, formado por três profissionais das três áreas afins, arte, arquitetura e urbanismo, teria a competência de:

- a) zelar pela integridade arquitetônica, artística e urbanística da cidade;*
- b) impedir qualquer iniciativa particular ou pública susceptível de desvirtuar ou deformar, direta ou indiretamente, a concepção urbanística original, ou de comprometer a expressão arquitetônica e o sentido artístico de Brasília;*
- c) propor medidas asseguradoras da preservação das características arquitetônicas, artísticas e urbanísticas de Brasília.*

O projeto receberia, inicialmente, parecer favorável da relatoria do deputado Antônio Dino, do Partido Social Democrático (PSD), que evocou, para tanto, a significação do empreendimento para a nação brasileira, bem assim a sua consagração internacional – mencionando, inclusive, o Congresso Extraordinário Internacional dos Críticos de Arte, ocorrido no ano anterior – razões pelas quais *“esta cidade já constitui, portanto, um patrimônio que nos cabe defender”*.

Em parecer datado de 16 de novembro de 1960, o relator faria a ressalva de acrescentar ao seletivo grupo de três especialistas mais dois: um Consultor de Assuntos Jurídicos

¹⁶¹ Projeto de Lei nº 1.921 de 1960-Câmara dos Deputados Federal. **Cria o Conselho de Supervisão e Controle da Arquitetura, Arte e Urbanismo de Brasília** [processo digitalizado]. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1205211&filename=Dossie+-PL+1921/1960>. Acesso em 12 de set. de 2015.

¹⁶² Considerando que o processo não se encontra com as folhas numeradas e com vistas a diferenciar essa condição das demais citações em que se possa identificar com precisão as referências, essas e as demais citações ao processo supra terão apenas seus autores nomeados e serão grafadas em *itálico*, bem como, quando necessário e possível, informados os títulos dos documentos a ele apensados.

e um de Assuntos Socioeconômicos. Medida que se justificaria pela premência ensejada pela atuação do Conselho no quadro da futura legislação urbanística da capital, bem assim ao fato de que, se do ponto de vista urbanístico já havia alguma correspondência com o plano piloto de Lucio Costa, do ponto de vista econômico e social de sua utopia democrática, ainda não. Sua visão, portanto, associava a questão da preservação à da administração da capital como um todo, tendo em vista que, ainda conforme o parecer, “*ao setor social em todas as suas formas, quase tudo está por fazer*”. De qualquer maneira, o mandato de Juscelino Kubitschek não perduraria até a conclusão dos trâmites desse Projeto de Lei, que transcorreram pelos anos seguintes, com suas já mencionadas turbulências políticas. Segue-se então percurso tortuoso.

Da Comissão de Educação e Cultura a apreciação da proposta passou à Comissão de Constituição e Justiça que, por sua vez, em 21 de março de 1961, solicitou oitiva do então prefeito de Brasília, Paulo de Tarso, a respeito do conteúdo do Projeto de Lei em comento. O que segue no processo analisado é uma tramitação errática, com esparsas solicitações para que a prefeitura de Brasília se pronunciasse: primeiro em pedido da Comissão de Constituição e Justiça, datada de 7 de junho de 1963; novamente em 9 de abril de 1964, desta vez pela Comissão do Distrito Federal.

Já em 16 de outubro de 1964, por meio do Aviso nº 2.000 do Ministério da Educação e Cultura, foi registrada a informação de que, paralelamente ao trâmite do processo federal, fora criado no âmbito da Prefeitura do Distrito Federal, por meio Decreto nº 43, de 28 de março de 1961, o **Conselho de Arquitetura e Urbanismo**, cujo regimento teria sido confirmado no Decreto nº 115 de 12 de setembro de 1961. Por fim, e em razão da criação do procedimento local, é sugerido o arquivamento do Projeto de Lei no âmbito federal.

No ano seguinte, em 8 de abril de 1965, a Comissão do Distrito Federal acata a sugestão de arquivamento e divulga um relatório em que se manifesta pela interrupção da análise tendo em vista a “inoportunidade” do pedido. Assim, da parte das expectativas legislativas no âmbito do governo federal, estava encerrada a iniciativa da proteção de Brasília em seus aspectos artístico, arquitetônico e urbanístico com o formato e motivação pretendidos Juscelino Kubitschek. O realizador de Brasília não logrou êxito em estabelecer sua proteção.

Por outro lado, a respeito do processo de criação da estrutura local, não foi possível, no âmbito da presente pesquisa, levantar dados que informem as condições políticas e administrativas de seu surgimento, nem tampouco sua completa tramitação. Mesmo porque as informações trazidas pelo processo em análise reelaboram algumas das informações trabalhadas pela literatura disponível, conforme segue.

Comumente, atribui-se a uma legislação de 1964 (e não de 1961) a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, indicando, no entanto, que sua efetivação se dera somente em 1971, ano em que teria sido aprovado um regimento interno para o órgão. Karina Ramos (2005), ao estudar o modo como a construção e a preservação de Brasília caminharam lado a lado, e Carlos Madson (2011), ao destrinchar a estrutura administrativa do Distrito Federal atinente à gestão urbana, são exemplos de trabalhos que reputam à Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964 a criação do referido Conselho, o que poderia ser considerado uma divergência com as justificativas para o arquivamento do processo no legislativo federal.

Ou seja, se a “inoportunidade” derivou da estrutura local existente e, no entanto, esta não chegou a ser estruturada, bem poderia ter sido concluída a proposta, uma vez que, em sua origem, tenha recebido pareceres favoráveis. Resta apenas especular o quanto tal assunto tenha sido relegado a segundo plano, no âmbito federal, dados os percalços e transformações operadas na esfera política.

De qualquer maneira, a Lei comentada pela bibliografia, a de nº 4.545/64, estabelece uma forma de controle numa área definida: o Plano Piloto. Note-se que não se refere à figura da “Região Administrativa”, destacando uma “área” com delimitação inexata, ou seja, não esclarece se se trata de perspectiva semelhante à aventada, por exemplo, por Rodrigo Mello Franco – tendo os croquis de Lucio Costa como referência da cidade ainda em implantação – ou se já se vislumbravam delimitações mais claras para a cidade modernista, capital da República. Em seu artigo 6º temos:

Art. 6º Ao Conselho de Arquitetura, Urbanismo compete:

- a) orientar os planejamentos urbanístico e arquitetônico, com apoio nos órgãos próprios da Secretaria de Viação e Obras;
- b) opinar sobre os projetos de urbanismo e arquitetura a serem executados na área do Plano Piloto;
- c) coordenar iniciativas diretamente relacionadas com o interesse urbanístico do Distrito Federal.
- d) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas.

§ 1º O conselho será presidido pelo Prefeito, que lhe fixará a composição e as normas de funcionamento.

§ 2º Serão membros natos do Conselho o autor do Plano Urbanístico de Brasília, o autor do Plano Arquitetônico de Brasília, e o primeiro Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

Importante também é a anotação referente à composição dos membros natos do Conselho, que consagram as figuras, respectivamente, de Lucio Costa, Oscar Niemeyer e Israel Pinheiro, fixando a autoridade sobre a obra daqueles que seriam seus originais empreendedores. Se não se estabelecem medidas ou diretrizes de preservação mais claras para o objeto, a fixidez

ou a preservação é tanto mais da atuação dos “gênios criadores” e do simbolismo de suas participações que da cidade em si. Ademais, a inclusão de Lucio Costa como partícipe nato do Conselho de Arquitetura e Urbanismo aparentemente não o motivou a uma presença efetiva, considerando que o arquiteto, em mais de uma ocasião, informara a respeito de um manifesto grau de distanciamento da gestão da cidade. Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense* em 1984, Lucio Costa informara:

“Como eu, pela legislação da NOVACAP, deveria fazer parte do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da cidade, e participar das reuniões semanais ou quinzenais, eu, que nunca fui, não posso criticar nada. Não me sinto no direito de criticar coisíssima alguma”.¹⁶³

Um ano depois dessa declaração, já na gestão de José Aparecido de Oliveira em 1985, Lucio Costa seria, mais uma vez, chamado a retomar aspectos da gestão da cidade. Desta vez, sua contribuição se daria a ver na proposição de quadras populares com função de reaproximar trabalhadores carentes do Plano Piloto, e da edição do texto “Brasília Revisitada”, cujas recomendações seriam incorporadas no Decreto nº 10.829/87.

Ainda sobre a questão da composição da estrutura de Conselho no âmbito do Distrito Federal, consta mais um detalhe: por meio do Decreto nº 20, de 27 janeiro de 1961, foi instituído, junto ao gabinete do prefeito do DF, o **Conselho Técnico de Supervisão e Controle da Arquitetura, Arte e Urbanismo de Brasília**, o que poderia indicar, pela semelhança da nomenclatura, que a proposta inicial de Juscelino Kubitschek teria repercutido de alguma maneira, ainda que brevemente. Mas na sequência, ainda conforme os decretos citados no processo em análise, iria ser alterado tal panorama. O Decreto nº 43/61 reorganizou a estrutura administrativa da Prefeitura do Distrito Federal, fazendo incluir, definitivamente, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, retirando a menção ao caráter artístico da primeira proposta, o que, se levarmos em conta a nomenclatura, se distanciaria, em definitivo, da proposição apresentada por Juscelino Kubitschek.

3.1.5 Atuação de Belmira Finageiv na formação de estruturas institucionais de preservação em Brasília.

¹⁶³ CORREIO BRAZILIENSE. **Os pioneiros: Lucio Costa e Oscar Niemeyer falam de Brasília.** 17 de fevereiro de 1984.

A arquiteta Belmira Finageiv foi servidora do IPHAN e, entre as décadas de 1970 a 1980, trabalhou para organizar uma representação do órgão federal de patrimônio na capital da República. Em um período inicial, buscou firmar uma unidade do IPHAN na nova capital, uma atividade que se justifica e que, provavelmente, se relaciona com o depoimento de José Joffily (1977), de que alguns dos órgãos da Administração Pública ficaram reticentes em mudar suas estruturas para Brasília. No âmbito de sua atuação dará ensejo às primeiras iniciativas de contato com o Governo do Distrito Federal no sentido do estabelecimento de estrutura local afeta, especialmente, às questões do patrimônio cultural. A sequência de suas atividades será brevemente analisada.

Em ofício datado de 16 de agosto de 1974¹⁶⁴, encaminha à diretoria do IPHAN a cópia de uma comunicação datada de 28 de fevereiro de 1966 e assinado por Alcides da Rocha Miranda, identificado como “chefe do núcleo do DPHAN em Brasília”, que por sua vez informara da criação do núcleo, conforme autorização ministerial. Finageiv se utilizou desse documento para solicitar, no âmbito da reformulação administrativa operada no Instituto em meados da década de 1970, estrutura compatível com as atribuições do órgão na Capital Federal. Afinal, não havia na época uma estrutura como as atuais Superintendências Estaduais que se dedicam especificamente ao patrimônio local.

Em 10 de junho de 1977, já como chefe do Núcleo do IPHAN enfim estruturado e estabelecido em Brasília, Finageiv reporta ao então Diretor Geral, Renato Soeiro, preocupações específicas referentes ao que ainda não estava valorado em âmbito local, mas que, na sua visão de técnica do patrimônio, deveria ser levado em consideração. Referia-se, naquele momento, à construção do edifício sede da Caixa Econômica Federal, cuja “gigantesca proporção” estaria em desarmonia com outros edifícios existentes. Sua localização, no Setor Bancário Sul, compõe os setores centrais de Brasília, o *core* da cidade, ainda hoje não plenamente realizado. Importante lembrar aqui que Lucio Costa se referiu, no Simpósio de 1974, à incompletude do *core* como um impeditivo para a efetiva concretização do sistema urbano inicialmente imaginado.

O Setor é caracterizado por sua função gregária e composto por edificações com alturas que ultrapassam os 60 metros de altura¹⁶⁵, concentrando, portanto, uma expressiva massa edificada presente nos quatro quadrantes que envolvem o cruzamento dos eixos que conformam

¹⁶⁴ Ofício nº 213/74/DAC/IPHAN/BSB, de 16 de agosto de 1974. ARQ. SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DF_ SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX 01.

¹⁶⁵ Na legislação em vigor, as edificações não podem ultrapassar 65 metros de altura na área identificada como “escala gregária”. Porém, alguns edifícios estão sensivelmente além desse limite, como o edifício sede do Banco Central e o da Caixa Econômica Federal.

o partido urbanístico da cidade. Na oportunidade, Belmira Finageiv expõe assim suas preocupações:

“Eu, como arquiteta e como funcionária do IPHAN, órgão que se preocupa com a preservação da ambiência de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, sinto-me no dever de alertar e clamar ao Senhor Diretor-Geral do IPHAN no sentido de com a máxima urgência, levar o assunto às autoridades competentes, a fim de que se eleja uma comissão para julgar os futuros projetos da capital, dentro de seu Plano Piloto.”¹⁶⁶

Fato é que já se aventara a composição de tal estrutura, apresentada, aliás, pelo próprio presidente Juscelino Kubitschek – conforme trabalhado no tópico anterior – bem assim, ao menos em tese tal comissão já existia, ao menos um organismo que deveria dar conta de demandas dessa natureza. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) estava vigente naquele momento, o que não impediu a arquiteta a apresentar uma visão contrária para com o trato da morfologia do centro da cidade. Afinal, ao reportar a Soeiro sua perspectiva, por extensão, divergia de quem autorizava ou competia opinar “sobre os projetos de urbanismo e arquitetura a serem executados na área do Plano Piloto”.

De qualquer modo, naquele período, começava a se estruturar, no âmbito do Governo do Distrito Federal, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, sob o comando de Walter Mello, que iniciou conversações com Belmira Finageiv no intuito de estreitar laços entre os níveis federal e local para a preservação do patrimônio. Note-se, portanto, que a atuação e prerrogativas do CAU, ainda que aparentemente interessados na preservação do que seria essencial da cidade, razão pela qual, imagino, tenha solicitado a inclusão de seus realizadores como membros natos, não se atrelava diretamente às questões de preservação do patrimônio cultural conforme atuação do IPHAN, indicando uma diferenciação entre preservação e patrimonialização.

Em março de 1978¹⁶⁷, Belmira Finageiv reporta ao Diretor Geral do IPHAN o encontro havido entre ela e a equipe do GDF. Na reunião em comento, foram levantadas questões visando ao intercâmbio de atividades entre o órgão federal e a estrutura local, dentre as quais destaco: a necessidade de formação, no âmbito do GDF, de um Conselho Consultivo nos moldes do órgão federal; a situação dos dois monumentos tombados pelo IPHAN, o Catetinho, que Finageiv sugeria tornar-se um museu, e a Catedral Metropolitana de Brasília, e que deveriam também ser objeto de tombamento pelo GDF; o estudo para o tombamento, pelo

¹⁶⁶ Ofício nº 162/77/IPHAN/BSB, de 10 de junho de 1977. ARQ. SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DF_ SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX 01.

¹⁶⁷ Ofício nº 72/78/IPHAN/BSB, de 21 de março de 1978. ARQ. SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DF_ SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX 01.

GDF, da Praça dos Três Poderes e Esplanada dos Ministérios, bem assim a proteção da cidade de Planaltina, já convertida em Região Administrativa do Distrito Federal.

Em junho de 1978¹⁶⁸, em resposta a uma solicitação do diretor do Departamento de Cultura do GDF, Raul Molinas, Belmira Finageiv apresenta sugestões para a criação do Conselho Consultivo. Recomenda também que os servidores da eventual estrutura do GDF destinados a trabalhar especificamente com o patrimônio histórico e artístico em Brasília, deveriam fazer um intercâmbio profissional junto ao IPHAN, no Rio de Janeiro, de modo que pudessem se ambientar quanto aos aspectos técnicos, metodológicos e jurídicos. Sugere ainda, dentre outros tópicos, que um inventário histórico e artístico da região deveria ser elaborado.

Já em outubro de 1978¹⁶⁹, Belmira Finageiv analisa, a pedido, a minuta de regimento interno e exposição de motivos do que poderia vir a ser o Conselho Consultivo do Distrito Federal. Nas justificativas sobre as razões da criação e sobre o que seria objeto da proteção do Conselho, consta que a criação daquela estrutura institucional considerava dois aspectos de Brasília que teriam sido discutidos, respectivamente, pelos arquitetos José Carlos Coutinho e Lucio Costa, no Seminário de Problemas Urbanístico de Brasília, de 1974.

O primeiro, dizia respeito ao “compromisso da proteção do plano norteador de Brasília”, considerando sua originalidade e sua importância para a cultura universal, transcendendo as fronteiras do país, como afirmação da capacidade humana de realização. O segundo, dizia respeito ao que a construção da nova capital representaria para o país, porquanto fosse erigida como o esforço nacional, sendo, assim, merecedora de medidas de proteção. Em sua análise, em que sugere pontuais reparos na minuta, Belmira Finageiv iria recomendar: “faz-se mister citar, não só o plano piloto de Brasília, mas todo o Distrito Federal, lembrando o acervo cultural de Planaltina”.

A arquiteta, portanto, empregaria na década de 1970, seu olhar de servidora do órgão federal de preservação abarcando tanto o acervo moderno, chegando a ver-se sensibilizada com edificações em altura num setor feito, aliás, justamente para abrigar edifícios altos, quanto para expressões arquitetônicas vernaculares um tanto singelas, mas identificando ali um traço de valor histórico. Afinal, o povoamento inicial de Planaltina remonta ao século XIX, e algumas de suas edificações centenárias ainda estavam em estado de conservação relativamente bom.

¹⁶⁸ Ofício nº 147/78/IPHAN/BSB, de 14 de junho de 1978. ARQ. SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DF_ SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX 01.

¹⁶⁹ Ofício nº 276/78/IPHAN/BSB, de 25 de outubro de 1978. ARQ. SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DF_ SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX 01.

Difícil dimensionar com precisão o impacto que suas sugestões tiveram para os servidores dos órgãos do Distrito Federal afetos à cultura¹⁷⁰, mas, o que se tem notícia, e será trabalhado mais adiante, é que as questões relativas à estruturação de órgãos afetos à preservação do patrimônio cultural de Brasília seriam prolongadas ainda na década de 1980, estando relacionadas com o processo de patrimonialização da capital. Isso sem contar que sua atuação viria a ser impactada pelas enormes modificações que o IPHAN experimentaria na virada da década de 1970 e 1980, na gestão de Aloísio Magalhães. Porém, é digno de destaque o pioneirismo com que divulgou as perspectivas de patrimônio em Brasília, e não apenas para o trato com a cidade modernista, indicando a necessidade de tombamento dos pontos centrais do Eixo Monumental, reconhecendo também um histórico de ocupação do território precedente à sua construção, em Planaltina.

3.1.4 O “tombamento projetivo” do patrimônio de “cimento e ferro”: Brasília como força-motriz para criação do CNRC de Aloísio Magalhães.

Os trabalhos realizados referentes ao reconhecimento de Brasília enquanto patrimônio cultural fazem referência ao surgimento – seja por iniciativa de Aloísio Magalhães¹⁷¹, seja no sentido de seu acolhimento das demandas apresentadas por especialistas e professores da UnB – de um grupo de trabalho criado em 1981 para estudar a preservação de Brasília enquanto patrimônio cultural¹⁷² (CAMPOFIORITO, 2012; REIS, 2011; RIBEIRO, 2005; RAMOS, 2005; PINTO e REIS, 2007; BISPO, 2013; SANTOS, 2009, SILVEIRA, 2010). Considero, no entanto, pertinente compreender e esmiuçar a relação entre o designer e a nova capital brasileira que antecede essa relação patrimonial de início da década de 1980, bem como apresentar sua perspectiva com relação ao tombamento e proteção de Brasília, que precedem, e de certa forma, orientam alguns dos caminhos trilhados pelo GT-Brasília.

¹⁷⁰ Considerando ainda que Walter Melo integraria, na década de 1980, o GT-Brasília, conforme Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981.

¹⁷¹ Aloísio Magalhães foi um criador múltiplo. Advogado, administrador cultural, pintor e pioneiro do design brasileiro, foi responsável por projetos gráficos marcantes como o padrão visual da Petrobras e dos Correios e Telégrafos, bem como do padrão monetário brasileiro de 1967. Faleceu em razão de um acidente vascular cerebral, quando estava em missão na Itália, durante uma reunião dos Ministros da Cultura dos países de língua latina, realizada em junho de 1982 na cidade de Veneza.

¹⁷² Grupo esse que ficou conhecido como GT-Brasília, assunto que será melhor abordado mais à frente.

A bibliografia especializada tem reconhecido com alguma unanimidade o papel de protagonismo de Aloísio Magalhães nas mudanças de rumos operados em assuntos referentes ao patrimônio cultural, notadamente no alargamento de perspectivas, promovendo uma dimensão até então negligenciada pelas ações de proteção do Estado, a do patrimônio imaterial (GONÇALVES, 2002; FONSECA, 2005, 2000; SANT'ANNA 2015; CALABRE, 2009). Tal iniciativa seria fruto, em grande parte, à criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), que teria sido iniciado em 1975 em conjunto com o então ministro da Indústria e Comércio, Gomes Severo e o embaixador e então secretário da Educação e Cultura do Distrito Federal, Wladimir Murtinho.

A literatura destaca também o modo como, num curto período entre 1979 a 1981, Aloísio Magalhães altera significativamente a moldura institucional no âmbito cultural (CALABRE, 2009; FONSECA, 2005), instituindo a Fundação Nacional Pró-Memória, integrando-a ao IPHAN e, pouco depois, incorporando o Programa de Cidades Históricas-PCH ao sistema SPHAN/FNpM. Em seguida, fundiu esses organismos com a estrutura da Secretaria de Cultura ao passo que a ela vinculou instituições como, por exemplo, o Serviço Nacional de Teatro, a Biblioteca Nacional, o Instituto Nacional do Livro. Por compreender que o tema tem sido exaustivamente trabalhado por ampla bibliografia, optei por abordar na presente dissertação somente o diretamente estrito à temática do patrimônio cultural de Brasília, e do que a cidade representava para o designer.

Portanto, focalizarei o organismo inicialmente criado e vinculado “ao projeto que Wladimir Murtinho desenvolvia para a implantação de uma infra-estrutura¹⁷³ cultural em Brasília” (ANASTASSAKIS, 2007a), o CNRC. Nesse sentido, Márcia Sant’Anna (2014) informa que os trabalhos realizados no âmbito do Centro Nacional de Referências Culturais representaram uma reformulação não apenas conceitual, mas, também, relacionadas às estruturas institucionais, ou seja, associadas “à prática sedimentada e enraizada do IPHAN”, à época, com sua sede ainda no Rio de Janeiro. A autora destaca, inclusive, as divergentes orientações quanto à preservação do patrimônio que não se mesclaram de forma harmônica no sistema criado na virada da década de 1970 para 1980.

“Ao invés de integração, a fusão PCH/IPHAN/CNRC produziu uma instituição cindida e dividida em grupos que disputavam internamente o poder ou simplesmente trabalhavam de costas uns para os outros.” (SANT’ANNA, 2014)

¹⁷³ O projeto do CNRC previa a construção, em Brasília, de uma biblioteca central, um museu da civilização brasileira e um organismo dedicado ao estudo dos problemas da cultura nacional. (ANASTASSAKIS, 2007b)

Chamo a atenção para esta interpretação por dois motivos: o primeiro, creio que seja razoável conjecturar a respeito do modo como as estruturas institucionais – ainda mais de um órgão que nasce sob a égide de elaborar narrativas para brasilidade, no sentido de construir uma ancestralidade comum e uma identidade nacional – estejam ligadas às cidades, às suas representações e aos simbolismos a elas associadas. Seguindo a provocação de Sérgio Paulo Rouanet (1992) referente ao questionamento se “é a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela”, me vem à cabeça a imagem de um mineiro que fora seduzido pela *flanerie* carioca, o poeta e servidor do IPHAN, Carlos Drummond de Andrade, que, como muitos na década de 1950¹⁷⁴, repudiaram a mudança da capital para o Planalto Central.

Habitante e morada da cidade que adotou e foi por ela adotado, o escritor percorreu poeticamente as paisagens e ruas do Rio de Janeiro. Em seu poema “Canção do fico”, numa referência à posição contrária à mudança para Brasília, Drummond encerra assim o seu desagravo às ações de JK:

“Rio antigo, Rio eterno/
Rio-oceano, Rio amigo/
O governo vai-se? Vá-se!
Tu ficarás e eu contigo”

Não quero com isso insinuar que houvera qualquer tipo de má vontade do instituto para com a cidade recém-criada, aliás, por um seu filho diletto, nascido na França como que por uma ironia do destino, mas brasileiroíssimo em intenções e gestos: Lucio Costa. Pretendo, outrossim, indicar que as práticas sociais se desenvolvem e se relacionam com seus lugares, e a prática patrimonial mais tradicional estivera “arraigada” no “Rio antigo”. O que conduz ao segundo ponto: a relação que Aloísio Magalhães estabeleceu com a cidade de Brasília e a sua visão de referências culturais. Para ele, o projeto do CNRC

“...deveria ser feito aqui [em Brasília], porque por tentar refletir sobre peculiaridades e realidades brasileiras autênticas, deveria ser feito em contato com essa realidade, mas num lugar onde se pudesse ter um pensamento neutro, onde se pudesse fazer convergir. Dentro de um contexto de Rio de Janeiro, São Paulo ou Belém você tem determinada face dessa realidade, você mergulha. Em Brasília, pode-se ter bastante isenção ou distância para uma visão de conjunto e, ao mesmo tempo, ter contato com

¹⁷⁴ Vânia Moreira (1998) observou, ao analisar pesquisas de opinião entre o final da década de 1950 e início da de 1960, que a ideia da transferência não gozou de franca popularidade entre os cariocas, se comparadas com outras capitais. Laurent Vidal (2012), por sua vez, além de observar a reação registrada em poesias e canções de vários escritores, bem assim de jornais e revistas, mostrou que a mudança, simbolicamente trabalhada com afinco pelo cerimonial de JK, foi motivo de tristeza, melancolia e, em alguns casos, descontentamentos destemperados no Rio de Janeiro.

a realidade, o que é ao meu ver uma complementação da própria ideia do plano político de Brasília e da interiorização nacional.”¹⁷⁵

Na leitura da cidade feita pelo designer, parece comparecer de maneira muito forte e positiva uma peculiaridade da cidade: uma cidade nova, com uma cultura própria ainda em formação, mas com o potencial de ser formada na propalada convergência de culturas as mais diversas no contexto nacional, culturas “autênticas” que teriam ido à Brasília para formar a nova sociedade candanga. Em outros centros, o mergulho se daria no contexto de cada um, mas em uma determinada face apenas, e não no conjunto da nacionalidade, aspecto para o qual Brasília restaria vocacionada.

Aloísio Magalhães compreendia a cidade a partir de determinada narrativa histórica, ao modo como foi apontado no primeiro capítulo. Em entrevista realizada em abril de 1979¹⁷⁶ se posicionava com relação à ideia, gestada no âmbito do CNRC, da instalação em Brasília de um museu da cultura ou da civilização brasileira. Partiria a uma análise do que a cidade representava para o conjunto da sociedade, abordando sua ancestralidade desde José Bonifácio, passando pela presença nas constituições brasileiras e abordando a temática da integração nacional. A mudança da capital para o interior do país era vista com grande importância. Um gesto simbólico que evocava “uma espécie de sentimento coletivo desse fenômeno [a vontade de realização da construção de Brasília]. Que vem e emerge do próprio coletivo”, e, em sua perspectiva, Brasília era “o gesto mais significativo que foi feito no Brasil para assumir uma compreensão do conjunto, do mosaico, da diversidade do contexto Brasileiro” (MAGALHÃES, 1985).

Acredito que essa perspectiva de final da década de 1970 esteja relacionada com sua experiência quando da construção da nova capital. Na companhia do designer estadunidense Eugene Feldman, Aloísio Magalhães foi enormemente impactado tanto pelo significado sociocultural da transferência como pela ideia do projeto de Lucio Costa. Conforme observa Anastassakis (2007a),

“Aloísio Magalhães nem sempre foi designer. Antes de se decidir pela profissão que desempenhou até o fim de sua vida, o pernambucano graduou-se em direito, foi gravurista e artista plástico. Segundo o designer João de Souza Leite, o ‘encontro’ de Aloísio Magalhães com a ‘ideia de projeto’ é o momento-chave para a compreensão de sua transformação em designer e, em consequência, de sua opção por lidar com as

¹⁷⁵ Aloísio Magalhães in: CORREIO BRAZILIENSE. **Pensando o Brasil**. Segundo Caderno, pág. 05. 3 de outubro de 1976.

¹⁷⁶ Identificada apenas como “‘Entrevista com Aloísio Magalhães. Abril de 1979.’ Texto datilografado em papel timbrado da Rio Gráfica e Editora, laudas 29-31.” In: MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Editora Nova Fronteira, 1985, págs. 157-160.

políticas culturais em âmbito oficial. O ‘encontro’ de Magalhães com o ‘projeto’ teria se dado quando este visitou Brasília, ainda em construção.”

Com Eugene Feldman, Aloísio Magalhães iria editar nos Estados Unidos a publicação *Doorway to Brasília*¹⁷⁷, uma experiência gráfica em *off set*, utilizando fotografias que retratavam a construção de Brasília em que as formas da cidade nascente se mesclavam ao de trabalhadores da construção, os candangos. O próprio Feldman realizou filmagens que mais tarde seriam organizadas pelo cineasta Wladimir Carvalho no filme “Brasília segundo Feldman” (1979)¹⁷⁸, um projeto que teve acolhimento numa produção do próprio CNRC, em que o cineasta montou as imagens de Feldman de 1960 com depoimentos colhidos no período de montagem do filme, ao final da década de 1970.

Segundo Magalhães, o registro dessas imagens não teve, inicialmente, pretensões cinematográficas¹⁷⁹. Era o registro do olhar e do espanto do designer diante um evento pleno de significados sociais e imagens fortes em profusão. Portanto, depreendo que, na perspectiva de Magalhães, Brasília agregava valores tanto histórico-sociais quanto da ordem do registro estético, e isso se revelaria na sua percepção quanto à necessidade de proteger Brasília do ponto de vista do patrimônio cultural. Assim, ousou especular que o impacto que teria sofrido Drummond ao se deparar com as maravilhas da capital carioca teria alguma correspondência ao que sofrera Aloísio Magalhães quando este se deparou com a nova e moderna capital.

As narrativas que conformam em grande parte o pensamento sobre Brasília comparecem nas preocupações de Magalhães, notadamente quanto às suas representações enquanto uma cidade que emerge de um projeto específico, um modo de fazer arquitetura e urbanismo singulares, mas de filiação modernista. Em entrevista realizada em abril de 1979, portanto, dois anos antes da oficialização do GT-Brasília, abordaria essa questão:

¹⁷⁷ “*Doorway to Brasilia* é um livro experimental planejado e impresso na *Falcon Press*, em Filadélfia (EUA) usando o sistema de litografia foto-offset, como forma de arte. (...) O processo de impressão escolhido, obrigou o emprego contínuo de tonalidades negativas, abandonando-se o clássico sistema quadriculado ou de meios-tons (...). Diversas experiências foram realizadas, usando-se placas feitas do mesmo negativo, cada uma com um progressivo aumento de exposição. As placas de tonalidades mais fortes, foram impressas em cores claras; as de tonalidades médias em cinzento e as de tonalidades claras, em preto (...) Brasília, a nova capital do Brasil, foi escolhida como motivo deste livro, pelo que sugere à imaginação – uma cidade pioneira, com formas expressivas e uma vitalidade que é, ao mesmo tempo, atual e eterna.” Disponível em: <<https://aloisiomagalhaesbr.wordpress.com/historia-da-fotografia/doorway-to-brasilia/>>. Acesso em: 10 de out. de 2015.

¹⁷⁸ O filme, e um depoimento do seu diretor, Wladimir Carvalho, podem ser consultados em meio eletrônico. Disponível em: <<https://aloisiomagalhaesbr.wordpress.com/1981-2/1976-2/brinquedo-popular-do-nordeste/brasilia-segundo-feldman/>>. Acesso em: 10 de out. de 2015.

¹⁷⁹ CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília 2º Feldman – o designer norteamericano visto por Aluísio** (sic) **Magalhães**. 20 de maio de 1980.

“ – De todo o patrimônio que você chama de pedra e cal – e eu diria que, no caso de Brasília, é **cimento e ferro** – Brasília é o único que representa, ao mesmo tempo, um passado e um futuro. E é uma coisa que está sendo usada no presente. O IPHAN não teria uma espécie de compromisso, até mesmo uma dívida, de atuar intensamente sobre o que parece ser o único monumento vivo do patrimônio arquitetônico brasileiro?

– Sem dúvida. Porque, voltando à Brasília e à convergência do processo histórico, você vê o seguinte: que houve tudo aquilo que a gente falou, o detonador [JK], o ator [Lucio Costa], etc. e os componentes fundamentais. Em primeiro lugar, **o acerto do desenvolvimento fundamental de Brasília, que muitas vezes não é compreendido** porque se pergunta: por que Brasília é racional e cartesiana, quando o Brasil é tropical, espontâneo e barroco? Ela é o oposto disso. Isso é um dos grandes acertos de Lucio Costa. Ele partiu de um parâmetro racional para que então pudesse explicar algo em torno ou com essa linha; com essa questão racional, a espontaneidade e exuberância nossa (...) Quando você vê que **o racional de Brasília está absolutamente equilibrado ao emocional, quando ele demonstra o sentido de suas linhas que se cruzam, o espaço que se ocupa**. Em seguida, e ao mesmo tempo, você encontra a posição de Oscar Niemeyer. Ou seja, **havia os componentes capazes de síntese, da grande síntese de compreensão brasileira, através da arquitetura.**”¹⁸⁰ [Grifos meus]

Aloísio Magalhães, ao aderir à perspectiva do “compromisso”, acentuada numa “dívida” do IPHAN para com o “monumento vivo do patrimônio” consente à ideia da projeção da cidade como aspiração nacional do passado e expectativa de realização dos desígnios da cidade lançados no devir. Ademais, Magalhães reativa em sua fala alguns temas já abordados no âmbito do presente trabalho, como, por exemplo, a de que haveria uma relativa incompreensão quanto ao projeto de Lucio Costa, de que o Seminário de 1974 é testemunha, e mesmo a leitura da cidade do ponto de vista de seus componentes morfológicos e referências ao racionalismo da urbanística de que teria filiação. Aborda ainda a questão da síntese, senão totalmente em diálogo com o Congresso Internacional de Críticos de Arte de 1959, ao menos num sentido restrito do discurso da expressão artística, aqui já ampliado à perspectiva do design, conforme Anastassakis:

“O papel de síntese presente na construção de Brasília se dá em diferentes níveis – síntese da ideia de planejamento e projeto, síntese da comunhão entre as diferentes artes, arquitetura e urbanismo, em uma configuração gestáltica, e, por fim, para o que diretamente nos interessa aqui, síntese para Aloísio Magalhães, pois nela se realiza uma espécie de revelação – o encontro das artes com o social, não artificialmente, mas no sentido mais real possível. Brasília é a realização concreta de uma representação do Brasil, para o todo da população. E Aloísio percebe isso.” (LEITE, João de Souza, 2006; apud ANASTASSAKIS, 2007b)

No âmbito de seu modo de ver e de ler Brasília, seria gradualmente elaborado um entendimento com relação ao modo de preservá-la: o instituto do tombamento, mas numa perspectiva de reelaboração, relacionando-o ao caso específico da cidade que via como

¹⁸⁰ MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Editora Nova Fronteira, 1985, pág. 159.

convergência da realidade brasileira, como aspiração nacional, como integração artística, plena de conteúdo histórico ainda que vocacionada para o futuro.

Em reportagem no jornal *Correio Braziliense*, em 20 de maio de 1980, afirmaria que não constava qualquer ação específica da Fundação Nacional Pró-Memória que objetivasse ao tombamento de Brasília, mas apresentava a reflexão de que as responsabilidades para com o trato da cidade deveriam ser melhor compreendidas, porquanto houvesse duas Brasília, a do cotidiano de seus habitantes e ao cotidiano de Capital Federal. Assim, no caso de um eventual tombamento de “pontos históricos específicos de Brasília”, Magalhães questionava o que restaria como responsabilidade de âmbito municipal e federal. De toda a sorte, na ocasião da reportagem apresentou a hipótese não necessariamente de tombamento da cidade em sentido lato, mas de um **“tombamento projetivo”**.

“Projeto não, mas eu tenho um plano e já conversei com Oscar Niemeyer e com o doutor Lucio. Na verdade, **eu não estou preocupado com o tombamento de pontos específicos, mas com um novo conceito de tombamento projetivo: o que é que vai acontecer com o crescimento de Brasília que descaracterize a cidade?** O que vai acontecer com aquele cerrado que existe depois da Praça dos Três Poderes? Se não houver uma coisa forte, quando o Lucio Costa e Oscar Niemeyer morrerem, chega alguém ali e constrói. Quando você gritar, já construiram.”¹⁸¹ [Grifo meu]

Destaca-se aqui a referência – e reverência – aos “autores” de Brasília¹⁸², aos quais a presença em vida era atribuída garantia, até aquele momento, de certa integridade da composição arquitetônica e urbanística do artefato lido pelo designer¹⁸³. Entretanto, considerando o perigo de descaracterização, alguma ação adicional haveria de ser engendrada. Uma nova modalidade de instrumento se anunciaria? Estava ali o germe da elaboração de uma modalidade de patrimônio referenciada no projeto?

Por “projeto”, compreendo como o plano inicial de algo a se realizar, o esboço de algo a se concretizar num futuro qualquer, mas também algo modulado para ser de um determinado jeito, com seus aspectos de forma e função pensados deliberadamente, não algo que se realize apenas espontaneamente. Um plano geral com descrições de como dado objeto deve ser materializado e sobre o qual são criadas certas expectativas. Me questiono sobre a

¹⁸¹ CORREIO BRAZILIENSE. 20 de maio de 1980. *Op cit.*

¹⁸² Aliás, noto aqui uma recorrência, tal como registrado seja na legislação de criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, seja na perspectiva de Ernany Sátiro: Lucio Costa e Oscar Niemeyer comparecem como figuras capazes de realmente compreender e preservar o projeto.

¹⁸³ De fato, ocorreu com bastante frequência o convite ao Lucio Costa a rever Brasília. Consultas sobre determinadas normas e leis, ou mesmo ameaças de descaracterizações, foram reiteradas a ele e a Oscar Niemeyer (esse sim em atuação mais direta, junto a sucessivos governos do Distrito Federal), confirmando uma permanente autoridade a eles outorgada, num procedimento que será mais tarde acompanhado pelo GT-Brasília que indicou a necessidade de consulta aos arquitetos, inovando, contudo, no sentido de buscar, além deles, uma diversidade de outros profissionais destituindo os “autores” de seu patamar de quase exclusividade.

relação do “tombamento projetivo” com a formulação de uma proteção que fosse apropriada ao projeto de Brasília, a um plano-piloto, e não sobre a cidade construída, ou antes, sobre a materialidade do bem cultural, mas incidindo indiretamente sobre sua realidade concreta.

Rejeitando operar separadamente em seus componentes, evitando o “tombamento de pontos específicos”, Aloísio Magalhães opta pela compreensão e preservação de um todo: o artefato projetado, a partir mesmo de seu projeto. O que relaciona sua visão com a problemática considerada nos capítulos precedentes, a de se pensar na cidade num enquadramento completo, sendo obra de arte fechada, sendo síntese. Mas como operaria sua preservação, com que instrumentos?

Conforme Magalhães, ainda a mesma reportagem, a elaboração do mencionado “plano” seria de fundamental importância para a preservação de Brasília, a partir do qual alguns critérios deveriam ser estabelecidos. Na fala de Aloísio:

“Se os critérios não forem respeitados, pelo menos você poderá gritar que não foram. Se não tiver o critério tudo será tratado de forma aleatória. **Assim você pode cobrar, há um instrumento legal. E esse instrumento legal existe, que é o decreto-lei que fala do patrimônio histórico.** Muita gente picha o IPHAN por ter trabalhado lentamente, mas se não fosse ele pouca coisa existiria, porque já teriam derrubado tudo.”¹⁸⁴ [Grifo meu]

Nesse sentido, demonstra uma preocupação ainda atual e recorrente, a definição de critérios, de como operacionalizar a salvaguarda do objeto patrimonializado, o que pode ou deve ser mantido, quais de seus elementos constituintes importa preservar, ao passo que, na defesa do Instituto, reafirma a utilidade e efetividade de seu mais tradicional instrumento de proteção, o tombamento, restando apenas que tais critérios se adequassem à novidade proposta, do tombamento projetivo. Em suma, em 1979, Aloísio Magalhães buscava uma solução de como operar um objeto desafiador, que para ele representava tanto um testemunho histórico vigoroso como uma obra artística, talvez obra lida sob o aspecto do design. Ainda assim, apontava para um novo modo de usar um instrumento consagrado, e não pela sua pura e simples rejeição.

Já em setembro de 1980¹⁸⁵, Aloísio Magalhães anuncia o início das conversações com o então governador do Distrito Federal, Aimé Lamaison, para a organização de um grupo de trabalho interinstitucional que deveria estabelecer uma forma de tombamento da cidade, enfatizando que a comunidade do Distrito Federal deveria ter participação direta na ação. Também informou

¹⁸⁴ *Idem. Ibidem.*

¹⁸⁵ CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília será tombada – IPHAN quer participação de todos para proteger a Capital e Satélites.** 17 de setembro de 1980 – Caderno Cidades, pág. 11.

que Oscar Niemeyer e Lucio Costa, quando contatados pelo Instituto, teriam se mostrado favoráveis, mas na medida em que a população fosse efetivamente ouvida.

Ainda nesse sentido, Magalhães aplicaria no caso do tombamento de Brasília a sua máxima a respeito do patrimônio cultural como um todo: o melhor guardião do patrimônio é a sua comunidade¹⁸⁶, atando a prática consolidada desde o Decreto-lei nº 25/37 aos novos métodos e posturas oriundas do Centro Nacional de Referência Cultural. Outro ponto que se relaciona com as propostas do CNRC é a prática cultural associada ao desenvolvimento socioeconômico, o que reverberaria na modalidade específica e singular do caso de Brasília. Em sua formulação de tombamento projetivo, anunciava naquele momento que uma nova metodologia deveria ser criada, de maneira que se pudesse “ordenar o desenvolvimento”, com vistas a “elaborar formas mais cuidadas de manter o desenvolvimento sem alterar a estrutura física do patrimônio”¹⁸⁷. Entretanto, começava a adicionar novas dimensões do patrimônio associadas com a construção da capital, considerando os grupos urbanos espontâneos que se formaram ao redor da cidade “cartesiana”.

Em novembro do mesmo ano¹⁸⁸, já indicava algumas etapas prioritárias¹⁸⁹ para o início das atividades do Grupo de Trabalho a ser constituído, em parceria com órgãos do Distrito Federal¹⁹⁰, e esclarecia sobre alguns aspectos do tombamento singular que havia planejado. Primeiramente, a respeito do lastro histórico da capital, inaugurada havia apenas duas décadas, afirmava que se estava diante de uma cidade com um histórico longo, egresso do Século XVIII com José Bonifácio, apropriando-se de uma dada tradição consagrada e reiterando a referência às narrativas históricas já comentadas. Associava, também, seu entendimento a essa representação de Brasília como vinda de uma ideia anterior que foi paulatinamente se consolidando, tendo sido registrada a cada Constituição brasileira, e indicava que o tombamento projetivo implicaria, necessariamente, uma preservação que considerasse a dinâmica de transformação urbana:

¹⁸⁶ ARAÚJO, Celso. **Memória Nacional – a comunidade é a principal guardiã do bem cultural**. Brasília: Correio Braziliense, Caderno Variedade, pág. 36.

¹⁸⁷ CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília será tombada – IPHAN quer participação de todos para proteger a Capital e Satélites**. Op. Cit.

¹⁸⁸ CORREIO BRAZILIENSE. **Tombamento de Brasília – formação de grupo de trabalho é o primeiro passo**. 20 de novembro de 1980.

¹⁸⁹ Documentação relacionada ao período da construção da cidade; estudo para as localidades relacionadas com a construção de Brasília: Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Vila Metropolitana e Vila Planalto; revitalização de pontos históricos de Planaltina; revitalização da Capela Nossa Senhora de Fátima e da Escola Julia Kubitschek; recuperação da Antiga Fazenda do Gama e Usina de Saia Velha.

¹⁹⁰ Secretarias de Governo de Educação e Cultura; de Viação e Obras; Departamento de Turismo.

“Não se pode pensar no tombamento de uma cidade de forma estática. Brasília tem uma dinâmica, uma vida própria, com uma trajetória que é desenhada pelos seus próprios habitantes”¹⁹¹

E a essa dinâmica associava também a relação “dialética” entre as cidades-satélites, fruto da “espontaneidade e da inventividade brasileiras”, e a concepção “cartesiana e límpida” da Capital, cuja contraposição engendraria uma síntese social gerando um modo de vida próprio, sendo que os espaços se modificariam com o tempo a partir dessa “tensão necessária”, resguardadas as características do design do projeto.

Em 1979, para além das possibilidades aventadas por Aloísio Magalhães quanto à proteção de Brasília em termos de tombamento, outras dimensões de Brasília já figuravam como objeto de interesse do CNRC. Um produto fora desenvolvido considerando a pesquisa para acumulação de informações e objetivando orientar ações posteriores, com foco nos processos de um fazer espontâneo coletivo. Assim, para o projeto “Estudo da Construção de Brasília”¹⁹², procedeu-se ao levantamento, seleção e documentação escrita e audiovisual sobre o período da construção de Brasília, considerando também o que estava sendo entendido como modo específico de vida dos candangos da Cidade Livre, atual Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, e dos canteiros de obra, propondo-os como primeiros elementos socioculturais marcantes da identidade local.

No relatório final ¹⁹³ desse projeto, foram relacionados fundos documentais, instituições de guarda, listagem de processos administrativos, coleta de dados e entrevistas, e levantamento de material variado como fotografias, filmes, slides e revistas, e identificado o estado de conservação e localização dos mesmos. Da pesquisa realizada, propôs-se a análise de quais etapas posteriores de estudo deveriam ser elaboradas, já na nova estrutura que se anunciava – com a fusão com os órgãos de preservação – bem como o aparelhamento, no âmbito do GDF, de estrutura de guarda do acervo localizado, como um arquivo público.

Conforme o relatório final, Brasília suscitava uma abordagem em multidimensionalidade, haja vista concorrerem em sua fase de construção elementos culturais, sociais, econômicos e políticos, bem assim tecnológicos e dos fazeres populares. Necessários, portanto, na consideração, a partir da perspectiva de entendimento e de abordagem do CNRC, de que dali emergia um modo de vida singular dada a experiência coletiva que ensejara.

¹⁹¹ CORREIO BRAZILIENSE. **Tombamento de Brasília – formação de grupo de trabalho é o primeiro passo**. 20 de novembro de 1980.

¹⁹² CNRC. **Quatro anos de trabalho**. Brasília: Oficina de Comunicação Ltda, 1979.

¹⁹³ CNRC. **Relatório Final do Projeto “Estudo sobre a construção de Brasília”**. Dezembro de 1979. [Mimeo] ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 02.

3.1.6 Início da década de 1980: notícias desencontradas da preservação de Brasília e a visão crítica a respeito do patrimônio cultural.

Em 12 de setembro de 1982, uma notícia veiculada no jornal *Correio Braziliense*¹⁹⁴ chamaria a atenção para a proposta de tombamento de Brasília de maneira bastante peculiar. Segundo a reportagem, um advogado carioca de nome Matta Machado, então candidato a deputado pelo PDT do Rio de Janeiro, utilizando-se do dispositivo de ação popular¹⁹⁵, estaria solicitando o tombamento do Plano Piloto, tendo colhido milhares de assinaturas. Sua justificativa seria o de impedir que a especulação imobiliária desfigurasse a cidade desenhada por Lucio Costa com o aumento de gabaritos e construção em áreas verdes. Argumento, como se viu até o presente momento da desta dissertação, bastante recorrente.

Aparte o aparente malogro da ação, cujas causas não puderam ser aferidas nesta fase da pesquisa, interessante é observar os depoimentos de especialistas que opinaram sobre o tema da preservação de Brasília, o qual, segundo os jornalistas, já estaria relativamente bem assimilado pela população, “visando a sua preservação como monumento da arquitetura contemporânea e a manutenção da qualidade de vida”. Dentre os entrevistados, o arquiteto Gladson da Rocha, que trabalhou na equipe de Oscar Niemeyer na construção de Brasília, e o geógrafo e professor da Universidade de Brasília, Aldo Paviani, presença constante nos estudos dos espaços da capital.

Para o arquiteto, havia uma preocupação que extrapolava o próprio Plano Piloto devido às legislações voltadas ao planejamento urbano do DF, as quais implicavam a construção de novos núcleos urbanos. De qualquer maneira, para Gladson da Rocha, que via em Brasília o mais importante centro urbanístico de criação contemporânea, havia a compreensão de que o tombamento, naquele instante – tendo em vista que este, via de regra, preservaria o momento da cidade em que se homologava o ato – poderia surtir o efeito negativo de consagrar as

¹⁹⁴ CORREIO BRAZILIENSE. PARAGUAÇU, Otávio; FRANKLIN, Eduardo. **Tombar o Plano Piloto: uma ação popular, proposta pelo advogado carioca Matta Machado, quer evitar a especulação imobiliária no DF**. 12 de setembro de 1982.

¹⁹⁵ Direito garantido no texto Constitucional vigente, a Emenda Constitucional nº 1, conhecida como a Constituição de 1969, conforme segue:

Art. 153. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 31. Qualquer cidadão será parte legítima para propor ação popular que vise a anular atos lesivos ao patrimônio de entidades públicas.

deturpações ao plano de Lucio Costa, e de que isso poderia resultar na manutenção da incompletude da cidade, posto que havia ainda muitos espaços não construídos na capital. O tombamento seria inevitável, mas seria ainda muito cedo para atribuí-lo a toda a cidade, considerada por ele como um organismo vivo e dinâmico. O geógrafo Aldo Paviani, por sua vez, entendia que a prioridade era melhorar a vida da população das cidades-satélites, e considerava que o assunto deveria ser mais aprofundado por especialistas. De qualquer maneira, não via como positiva a proteção da cidade inteira, considerando mais lógica a proteção de pequenos elementos no todo, como, por exemplo, monumentos e bens isolados, como o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional. Para o também entrevistado José Neves, então presidente do Sindicato dos Comerciários, o tombamento poderia ser usado de maneira negativa, contra a população do DF, por compreender que a medida, de alguma maneira, poderia ser usada para acelerar o processo de expulsão de comunidades carentes das proximidades do Plano Piloto.

Em consonância com essa crítica, pode ser observada a formulação do antropólogo Gustavo Lins Ribeiro que, por ocasião do vigésimo aniversário de Brasília, ofereceria um balanço da situação vivida pelas populações carentes que habitavam as cidades-satélites, em face do abastado Plano Piloto¹⁹⁶. Iria indicar o modelo de exclusão social por que passaram os candangos que sonharam com a melhoria de vida logo após da construção da capital, numa proposição que denunciava o modo como “ruía a utopia de Lucio Costa”, numa perspectiva crítica consoante com o abordado no primeiro capítulo da presente dissertação.

Entretanto, considerando ter a cidade superado sua adolescência, Brasília, em sua relação com seus moradores, deveria abrir mão de debater “questões vazias como: se a cidade é desumana, artificial, fria ou coisas do gênero”, e apontava para vivências urbanas que integrassem socialmente os desvalidos, mas, também, para que se operassem o salvamento e a recuperação das memórias da cidade, presentes nos assentamentos que paulatinamente iam sendo desfeitos, seja pelo arruinamento de suas construções precárias, seja pelas políticas habitacionais de então, apontadas como desastrosas. O caminho que sugeria para esse salvamento: o tombamento.

“Está na hora de se propor e promover – respeitando evidentemente os seus habitantes – o tombamento pelo patrimônio histórico dos acampamentos ainda existentes. Não é porque são de madeira que são menos importantes. Pelo contrário. Se abandonássemos a perspectiva atual de pouco mais de 20 anos, poderemos ver que para gerações futuras a presença mesma de conjuntos inteiros que retratam a organização de vida da época da construção da capital federal do Brasil representará,

¹⁹⁶ Artigo originalmente publicado em 1980 na revista “Brasília ano 20”, Editora AGIL, vide: RIBEIRO, Gustavo Lins. **Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas cidades satélites**. In: Espaço e Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Ano 2, nº 5. São Paulo: Cortez Editora, março/junho de 1982.

além de seu inestimável valor histórico, a certeza de que nós hoje não faltamos com o compromisso de manter viva a memória desse país.” (RIBEIRO, 1982, pág. 124)

A política de patrimônio se expressa, no entendimento do antropólogo, como um mecanismo promotor de justiça social, ao passo que, simbolicamente, chancelaria com o gesto do tombamento a importância da memória dos excluídos na composição da memória coletiva nacional. De outra maneira, Lins argumentava¹⁹⁷ que haveria um potencial turístico inexplorado que estaria associado justamente aos conjuntos de núcleos urbanos compostos de estruturas em madeira. Sustentava que tanto pelo ponto de vista da justiça social quanto da preservação daquelas edificações enquanto documento, o tombamento de núcleos como o da Vila Planalto poderia resguardar esses elementos para a posteridade.

A conservação do acervo de edificações em madeira, de diversidade de tipologias, certamente implicaria questões bastante complexas. Afinal, boa parte dessas edificações haviam sido feitas com a explícita disposição de rápida desconstituição, e muitos deles não apresentavam condições sequer de salubridade para seus moradores, comprometendo a qualidade de vida dos habitantes os quais se pretendia proteger. De qualquer maneira, no vigésimo ano de vida da capital, noticiava-se¹⁹⁸ que mesmo os edifícios em madeira que abrigavam equipamentos públicos e que eram reconhecidos com atributos de "monumento" estavam se deteriorando.

Foi o caso da Escola Julia Kubitschek, primeira escola construída em Brasília, projeto de arquitetura de Oscar Niemeyer. Naquele momento, havia sido irregularmente ocupada para habitação, mesmo com aspecto de arruinamento – ou, talvez, exatamente por conta disso. Entretanto, as intenções de preservar aquele exemplar da arquitetura em madeira, como de fato foi proposto por Aloísio Magalhães ainda em 1980, não se concretizariam. A Escola Julia Kubitschek veio abaixo poucos anos depois. Apesar do diagnóstico e dos apelos de parte da população, grande parte dessas edificações foram abaixo na década de 1980 e, hoje, pouquíssimos exemplares ainda estão de pé¹⁹⁹.

¹⁹⁷ CORREIO BRAZILIENSE. **E a memória candanga? Brasília Ano XX. É hora de tomar núcleos pioneiros.** Caderno Fim de Semana. Sem data.

¹⁹⁸ CORREIO BRAZILIENSE. **E a memória candanga? Monumentos histórico jazem sob o efeito do tempo.** Caderno Fim de Semana, pág. 3. 16 de março de 1980.

¹⁹⁹ Para se ter uma ideia da diversidade – e qualidade – de tipologias das edificações em madeira do período da construção da cidade consultar: KIM, Lina; WESLEY, Michael. **Arquivo Brasília.** São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

3.1.7 Entre preservação do todo e o tombamento do particular: proteção para Praça dos Três Poderes contido no “Brasília 57-85”.

O estudo intitulado “Brasília 57-85: do plano-piloto ao Plano Piloto”, oriundo de convênio celebrado no âmbito do Governo do Distrito Federal, entre a Secretaria de Viação e Obras (SVO), a Diretoria de Arquitetura e Urbanismo (DAU) e a Terracap, tem autoria de Maria Elisa Costa e Adeildo Viegas, com supervisão, conforme indicada na publicação, do próprio Lucio Costa. Apresentava-se como uma resposta ante a indefinição de critérios para intervenções no Plano Piloto que não constavam, segundo o estudo, consolidados em documento algum. Mesmo reconhecendo as prerrogativas e competências atribuídas ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo instituídas pela Lei nº 4.454/64, informava que permaneciam indefinições para o trato com o planejamento urbano, e critérios para projetos de urbanismo e, portanto, estariam presentes vulnerabilidades que ameaçavam o que ainda havia de “essencial” do plano-piloto de Lucio Costa.

Assim, os autores elaboraram um “check-up urbanístico” que contemplava, passo a passo, cada um dos diversos setores que compõe o ordenamento da cidade, apresentando seus critérios de intervenção, de uso, de preservação. Para tanto, partiam da análise das alterações realizadas desde o partido original, com o qual Lucio Costa vencera o certame para a nova capital, e elaboraram um diagnóstico setorizado com recomendações de complementação, detalhamento, eventuais reelaborações do sistema viário para alguns trechos, de implantação de alguns setores, aprimoramento de legislações e, do ponto de vista da preservação, do emprego do tombamento de uma porção considerada de suma importância para Brasília: a Praça dos Três Poderes. Conforme os autores,

“A contribuição arquitetônica de Oscar Niemeyer na Praça dos Três Poderes respondeu à altura a proposta do plano-piloto. Ali, o urbanismo e a arquitetura efetivamente criaram a paisagem, com a força de uma segunda natureza – é como se a Praça dos Três Poderes fosse o ‘Pão de Açúcar’ de Brasília, de tal maneira sua presença se incorporou ao horizonte do Planalto.” (COSTA; VIEGAS, 1985, pág. 38)

Orientados por um entendimento de excepcionalidade e simbolismo da Praça dos Três Poderes, os autores apontavam para a caracterização de uma paisagem urbana, obra de dois autores e de dois campos, urbanismo integrando a arquitetura e, estes, compondo a “segunda natureza” que deveria ser preservada ante ameaças que se manifestariam em nível do impacto visual de elementos em desarmonia com o conjunto, como por exemplo, o edifício do Tribunal de Contas, construído às costas do palaciano edifício do Supremo Tribunal Federal-

STF, e o Mastro da Bandeira, cuja altura e posicionamento romperiam com a escala daquela composição.

Indicava-se também a necessidade de disciplinar o espaço e conter o alastramento do pequeno aglomerado urbano fruto de acampamentos de obras não desconstituídos: a Vila Planalto. Ainda que admitida a sua manutenção, orientava-se para a possibilidade de futura construção, na área entre a “vila” e o Lago Paranoá, de um conjunto de edificações com morfologia semelhante à das superquadras, em altura uniforme de quatro pavimentos sobre pilotis.

Em linhas gerais, a recomendação expressa era a de proceder ao tombamento do conjunto urbanístico-arquitetônico da Praça dos Três Poderes, que compreenderia a área do terrapleno triangular onde estão os edifícios do Congresso Nacional, do STF e do Palácio do Planalto, acrescidos dos edifícios do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e da Justiça, que destoam do conjunto dos demais blocos ministeriais com sua tipologia palaciana de grande apelo estético, ornados com elementos escultóricos e jardins. Apresentavam também a proposta de área de entorno, e as manchas da área de proteção especial, com vistas à composição paisagística entre a poligonal tombada e o Lago Paranoá, conforme mapa abaixo.

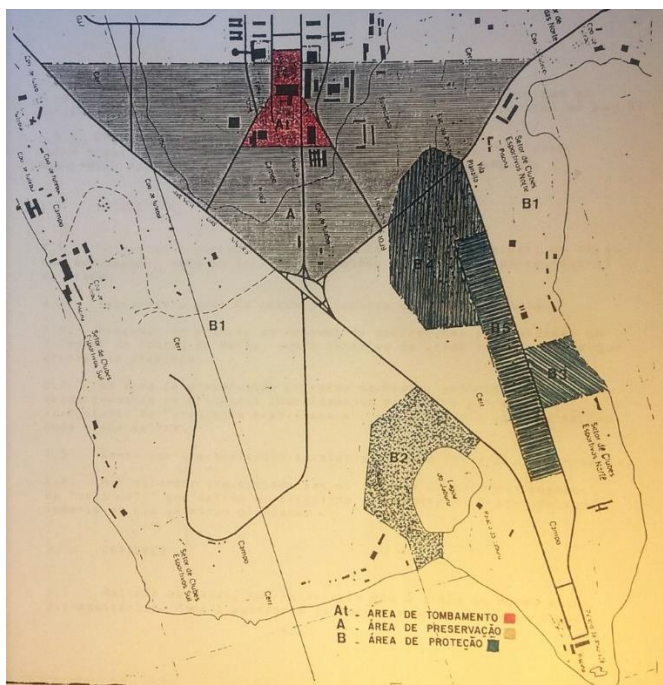


Fig. 12: Mapa indicativo das poligonais de interesse patrimonial. Em vermelho, a Área de Tombamento; em cinza, a Área de Preservação, constituída como entorno do bem tombado; em Azul, Área de Proteção, constituída como preservação paisagística, com diferentes critérios de ocupação. FONTE: Brasília 57-85, pág. 44 (com modificações).

Importante destacar que o documento é todo baseado na ideia de que, naqueles primeiros 25 anos de existência, Brasília fora objeto de intervenções urbanas incompatíveis com o ideário do projeto, bem assim com a qualidade urbanística que o distinguiria. Suas recomendações tem o objetivo de resolver inconformidades e guiar as futuras intervenções de maneira a por vezes resgatar, por outras fortalecer o que seriam, no entender daquela equipe, as características essenciais do plano-piloto.

Motivos pelos quais creio razoável creditar ao trabalho a intenção clara de preservação de todo o conjunto urbanístico de Brasília, mas não necessariamente de sua patrimonialização. Afinal, em nível da utilização de instrumentos disponíveis, somente um setor recebeu o detalhamento da proposta de tombamento, elegendo-se uma porção excepcional do ponto de vista estético e simbólico. Algo que indicaria que os autores, e por extensão, o próprio Lucio Costa, compreendiam asseguradas as características essenciais de Brasília por meio de outros mecanismos de gestão e planejamento urbanos, sobretudo, aqueles que estivessem sob a ingerência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

De certa forma, atribuem valores urbanísticos à toda a cidade, evocando ainda sua relação com narrativas históricas sobre a capital. Porém, conforme os dispositivos do patrimônio histórico e artístico de então, orientam à uma primazia do valor artístico, advindo da fruição estética – e da ameaça ao mesmo – do conjunto equiparado à uma segunda natureza, o Pão de Açúcar do Planalto Central. Tanto que, do ponto de vista simbólico, tomando como referência a poligonal de tombamento proposta no documento ora analisado, não encontro razão para se ter dispensado os demais elementos que compõe a Esplanada dos Ministérios com seus blocos ministeriais e o extenso gramado do canteiro central, ainda mais considerando que a Catedral Metropolitana, contígua aos blocos, fora inscrita no Livro de Tombo de Belas Artes em 1967²⁰⁰.

3.2 Discursos, olhares e fazeres: a construção de um objeto patrimonial e a consagração da capital como patrimônio local, nacional, mundial.

“O dia 7 de dezembro de 1987 foi decisivo para Brasília. Talvez o mais importante desde a inauguração em 21 de abril de 1960. O Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, reunido em Paris, decidiu inscrever a capital brasileira no patrimônio cultural da humanidade. (...) **Como testemunho da criatividade de nosso tempo, Brasília tem de manter a força plástica de sua face original e defender-se da especulação imobiliária. A busca de caminhos para a sua consolidação não**

²⁰⁰ Processo nº 0672-T-62, Livro de Tombo de Belas Artes, inscrição nº 485-A, de 01/06/1967.

depende apenas do GDF e do governo federal, mas da própria consciência internacional ante os problemas de uma cidade singular, que vive, a cada dia, as dores da criação.”

José Aparecido de Oliveira, 1987²⁰¹

A investigação referente à patrimonialização de Brasília me conduziu por um percurso atravessado por caminhos dispersos, numa trajetória que remonta aos primeiros momentos de sua construção, física e discursiva, nas quais ações, proposições e discursos em prol da preservação e patrimonialização atravessaram suas temporalidades – do ritmo acelerado do canteiro de obras à relativa paralisia após regime militar e, novamente, na explosão demográfica e do “milagre econômico” da década de 1970, à sua consolidação em cidade polinucleada na década de 1980.

Os acontecimentos trabalhados se relacionaram com as representações da capital e se amalgamaram na complexa trama de suas histórias, de seu desenvolvimento, e mesmo da definição de seus limites e das relações interurbanas, conceituais e simbólicas. Algumas recorrências já podem ser até aqui apontadas, e que irão reverberar ainda nestes atos finais de patrimonialização: as representações da pré-existência de Brasília, a epopeia da construção e sua filiação modernista, mas também o aparente estado de ameaça, seja da dita especulação imobiliária, seja do preconceito e incompreensão para com o artefato Brasília que, somente na atuação de seus “fundadores”, poderia ser minorado.

Assim, o desafio agora é lançar um olhar mais detido sobre os processos que efetivamente lograram êxito na operação de patrimonialização de Brasília, bem assim estudar o modo como tais processos se relacionam com a miríade de intenções patrimoniais pretéritas e, quando não se relacionam, os motivos pelos quais se operaram as escolhas de referências, métodos e representações, por vezes inovadoras. Será, portanto, uma análise dos procedimentos, mas também das estratégias que levaram Brasília ao tão específico modelo de preservação.

É preciso, contudo, destacar que a separação deste tópico para com as etapas anteriormente trabalhadas – tanto neste como nos capítulos anteriores – é apenas aparente. Ainda que não se trate de um processo de acúmulo contínuo e linear, os processos ora tratados também não emergiram simplesmente do ermo. Não tratarei de construir minha narrativa *ex nihilo*. Portanto, além das razões já expostas, questionarei a apropriação de que se valeram tanto

²⁰¹ OLIVEIRA, José Aparecido. In: PERALVA, Osvaldo. **Brasília, patrimônio da humanidade: um relatório**. Ministério da Cultura/Coordenadoria de Comunicação Social, 1988, pág. 37-40.

de conceitos quanto de narrativas anteriores, por vezes agenciados para elaboração de seus próprios discursos patrimoniais.

Basicamente, me proponho a realizar uma exposição a mais aprofundada possível das operações patrimoniais que se desenrolaram desde 1981 e culminaram no tombamento federal nove anos depois. Para tanto, abordarei inicialmente o esforço do GT-Brasília, o grupo de pesquisadores que enfrentou o desafio de tentar elaborar um método inovador para um objeto sem precedentes. Num dado momento, ao longo de sua trajetória de quase uma década de atividades, os pesquisadores se verão imersos na agenda política de José Aparecido de Oliveira, o qual conduziu o período inicial de redemocratização e emancipação política da capital. O governador de Brasília incorporou o tombamento de Brasília e o seu reconhecimento em nível mundial, junto à Unesco, como relacionadas às políticas de governo prioritárias, o que acabou por relacionar os discursos de patrimonialização de Brasília com seu modelo de administração para o Distrito Federal.

Uma condição peculiar e uma complexidade que são dadas a ver no texto de abertura do presente tópico, elaborado em razão do reconhecimento de Brasília junto à Unesco. Ali, Aparecido destaca que a cidade “singular” então reconhecida, frágil sob a ameaça da especulação imobiliária – sempre ela –, deveria receber da “consciência internacional” uma atenção compatível com sua “força plástica”, somada à vigilância local e nacional.

Sutilmente, a importância de preservar a capital, dado seu valor artístico e de excepcionalidade, comparece na fala do governador como um feito político: sem arrogar diretamente para si a façanha – o que não afasta de todo uma dose de disfarçada imodéstia –, atribui ao decisivo evento o que seria “talvez o mais importante desde a inauguração”, ombreando-se a ninguém menos que seu fundador e fonte de inspiração, Juscelino Kubitschek, que pode até ter realizado a grande obra, mas não teria sido capaz de tombá-la como patrimônio brasileiro ou mesmo criado para ela um sistema de preservação, por mais que tivesse tentado. Ademais, a inclusão do governo federal e da “consciência” internacional pode ser lida como o indício de como a intensa articulação política esteve relacionada tanto à patrimonialização como implicações político-econômicas a ela associada.

Deste modo, buscarei cerzir fios soltos dos acontecimentos numa narrativa em diálogo com a bibliografia consultada, objetivando apresentar a complexidade da trama sem, contudo, esgotar as possibilidades de análise para, a seguir, perscrutar o objeto cultural resultante dessas ações patrimoniais, a poligonal tombada, cuja definição e delimitação se relacionam com o contexto político de então.

3.2.1 A iniciativa de patrimonialização de Brasília sob Aloísio Magalhães: a estruturação do GT-Brasília.

No início da década de 1980 Aloísio Magalhães iniciou contatos com o então governador do DF, Aimé Lamaison, e com a Universidade de Brasília, sob o comando do reitor José Carlos de Azevedo, no intuito da formação de um grupo interinstitucional visando preservar a cidade enquanto patrimônio cultural, “permitindo conduzir de maneira harmoniosa o acelerado desenvolvimento da cidade sem que este venha a descaracterizá-la”²⁰². Suas motivações, relacionadas ao que Brasília representava para ele, foram se somando aos discursos que argumentavam pela preservação e pela patrimonialização da cidade, notadas também por interlocutores variados, conforme trabalhado até aqui.

O chamado GT-Brasília viria a ser oficializado por meio do Decreto nº 5.819²⁰³, de 24 de fevereiro de 1981, que criava o “grupo de trabalho para estudar, propor e adotar medidas que visem a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília”. Consta do decreto que, além do sistema SPHAN/FNpM, fariam parte diversos órgãos do Distrito Federal, sem, no entanto, nomear a Universidade de Brasília, embora ela, por meio de pesquisadores, professores e equipe técnica, se fizesse presente desde o início até o encerramento das atividades, no final da década de 1980²⁰⁴.

²⁰² Ofício nº 320/80-FNPM, de 05 de dezembro de 1980. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 02.

²⁰³ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981. Cria o Grupo de Trabalho para estudar, propor e adotar medidas que visem a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília. Conforme o decreto o grupo era composto por órgãos da estrutura do Governo do Distrito Federal a saber: a Coordenação do Sistema de Modernização Administrativa, a Secretaria de Educação e Cultura, a Secretaria de Turismo e a Secretaria de Viação e Obras, que deveriam se articular com a SPHAN/FNPM para a consecução dos objetivos propostos.

²⁰⁴ É importante notar que, para a presente dissertação, cujo foco central perpassa, mas não se encerra, na atuação do GT-Brasília, optei por não problematizar a estrutura interna do grupo, algo que seria dispendioso para os objetivos atuais. Destaco apenas que, ao longo de 8 anos de atividades, o GT-Brasília foi composto por inúmeros profissionais – quase exclusivamente arquitetos – que deram contribuições por vezes pontuais, por vezes estruturantes e sistemáticas. Note-se, por exemplo, que o decreto que criou o grupo nomeou seus participantes, que em quase nada coincidem com o grupo que elaborou os relatórios finais em meados da década de 1980. Assim, informo que, neste trabalho, o GT-Brasília será tratado como um grupo relativamente uniforme para fins de análise de seus estudos e propostas. Entretanto, aponto que trabalhos vindouros podem tratá-lo na sua específica diversidade.

Em março de 1981 o grupo passa a se reunir periodicamente. As orientações iniciais, registradas em documento²⁰⁵, indicam que os desafios oriundos da natureza e complexidade do objeto impunham “procedimentos específicos” para o “trato com espaços urbanos de criação contemporânea”. Reconhecia-se, desde a origem, que se tratava de um patrimônio constituído “enquanto concretização maior do espírito do urbanismo racionalista”, em que as referências à Carta de Atenas e a Le Corbusier se destacam enquanto pressuposto, o que informa, desde o início, que as representações da cidade modernista, conforme tratados no primeiro capítulo, alimentavam o entendimento de quais valores estavam em jogo. E se, de saída, havia um preliminar reconhecimento tácito quanto aos valores, o desafio proposto era o de como e com que dispositivos eles poderiam ser preservados.

As preocupações iniciais apontavam para a falta de uma política de preservação, o que teria resultado em intervenções pontuais e “alterações em sua concepção original”, justificativa assemelhada às retóricas de perdas e incompreensões quanto ao projeto de Lucio Costa pesquisados até aqui, por diversos atores em diversos tempos.

Para o órgão federal de patrimônio, que visava agregar a capacidade operacional (por parte do GDF) e a capacidade reflexiva de análise e prospecção intelectual (por parte da UnB), a preservação de Brasília passava, “imprescindivelmente, por um comportamento de planejamento”:

“Para a SPHAN, Brasília representa um desafio, uma problemática desconhecida a enfrentar, mas que vem se inserir perfeitamente em um novo procedimento, posto em curso passo a passo, de ampliar sua atuação para o núcleo urbano, abandonando o tratamento particularizado do monumento”²⁰⁶

Desta maneira, destaco que a problemática representada por Brasília impunha, de saída, dois desafios: um relacionado aos instrumentos de preservação disponíveis – o que implicava, também, questões jurídicas – e outro de ordem conceitual. Para as questões de ordem jurídica, desde logo, fez-se presente uma parceria que se repetiria em outros momentos: a consulta aos órgãos e especialistas jurídicos, para além dos membros do grupo de trabalho. Para questões conceituais, o GT-Brasília engendrou uma complexa operação de análise para estabelecer quais seriam os alvos específicos das ações de preservação, construindo não apenas

²⁰⁵ SPHAN. Documento de orientação à 1ª reunião do grupo de trabalho ‘preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal’. Março de 1981. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 02.

²⁰⁶ Idem. Vale ressaltar que os trabalhos de Cecília Londres Fonseca (2005) e Márcia Sant’Anna (2015) abordam essa tendência, no início da década de 1980, de promover um deslocamento de abordagens, do monumento isolado para o trato do contexto urbano.

objetos, mas toda uma metodologia de trabalho e instrumentos condizentes com a perspectiva patrimonial referenciada.

Em linhas gerais, concluiriam ao final das análises que a cidade nova não deveria ser preservada com o tradicional tombamento. Mas não se tratou, como se verá, de um pressuposto livre de questionamentos e reelaborações: a opinião do GT-Brasília, aliás, oscilou entre o tombamento, hipótese inicialmente considerada, e outras formas de preservação, consubstanciada na “preservação dinâmica”. Uma perspectiva que, portanto, se desenvolveu gradativamente, chegando-se à uma visão mais alargada do patrimônio, com uma diversidade de referências e temporalidades, porquanto somente elas poderiam dar conta de, segundo o grupo de trabalho, realmente abarcar a totalidade do patrimônio do Distrito Federal. Os mecanismos, estratégias e alcance das propostas e seus resultados serão estudados a seguir.

3.2.2 Tombamento: de estratégia de proteção ao discurso do congelamento.

O primeiro documento expedido “oficialmente” pelo grupo²⁰⁷, solicitava à Procuradoria Geral do Distrito Federal que se manifestasse com relação à competência do governador da capital no sentido de efetivar medidas de tombamento de bens. Para tanto, argumentavam os requerentes, além do Decreto Lei nº 25/37, deveriam embasar a questão três fontes jurídicas: o Regimento Interno da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, de 1975²⁰⁸, o Artigo nº 180 da Constituição vigente²⁰⁹, e a Lei nº 3.751, a lei San Tiago Dantas, em seu artigo 3º²¹⁰. A Procuradoria foi da opinião²¹¹ de que o disposto na Constituição já

²⁰⁷ O.I. nº 001/81-GT/Patrimônio Cultural do Distrito Federal, de 9 de abril de 1981. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 02.

²⁰⁸ O Decreto nº 2.893, de 13 de maio de 1975, que se refere ao Regimento da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, instituiu, na estrutura do GDF, uma divisão para o patrimônio histórico e artístico, apresentando algumas de suas competências. Porém, como visto no tópico anterior, a falta de estrutura efetiva e a ausência de legislação específica, bem assim de um Conselho Consultivo, impediram maiores avanços no âmbito local.

²⁰⁹ Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Art. 180. O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único. Ficam sob a proteção especial do poder público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.

²¹⁰ Um detalhe importante a se destacar é que neste momento a estratégia de utilização da Santiago Dantas não recorria ao artigo nº 38, posteriormente utilizado, mas ao 3º, que informava em seu inciso III sobre a competência do ente da federação, Distrito Federal, concorrentemente com a União, para a proteção das “belezas naturais e os monumentos de valor histórico e artístico”. Ver: Lei nº 3.751, Op. Cit.

²¹¹ Parecer nº 581/81-Procuradoria Geral do Distrito Federal, de 29 de abril de 1981. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 02.

permitia ações de tombamento do governador sem que fosse necessário procedimento legislativo.

Assim, o governador realizou uma série de tombamentos ainda na década de 1980²¹², embora, somente em 1989 fosse editada uma legislação específica²¹³ que disciplinasse o tombamento na esfera local. Uma análise pormenorizada dos critérios adotados em âmbito do GDF quanto à seleção do seu acervo patrimonial pode vir a ser tema de investigações futuras. Porém, numa perspectiva preliminar, vejo que de certa maneira alguns dos procedimentos utilizados pelo IPHAN em suas primeiras décadas de atuação encontram-se reproduzidos na criação desse acervo, dada a primazia de itens egressos da religiosidade cristã, de museus e monumentos, por assim dizer, estatais e de caráter público – ainda que contasse com um inusitado tombamento de um espécime vegetal e de um tombamento de um pequeno conjunto urbano, a Vila Planalto, inserida numa área que já estaria protegida.

Um detalhe importante é que os primeiros atos de tombamento se configuram como tombamentos “provisórios”, terminologia abandonada a partir de 1985 nos atos realizados por José Aparecido de Oliveira, que atribuiu provisoriedade somente ao tombamento da Árvore do Buriti, talvez pela natureza orgânica da coisa tombada. Se admitirmos que o Decreto-lei nº 27/37 serviu de mote para a maioria das legislações estaduais ou municipais de proteção a bens culturais, encontramos ali uma justificativa para tal procedimento, haja vista que o “tombamento provisório” passava a definitivo somente após apreciados pelo Conselho Consultivo e inscritos nos livros do tomo, procedimentos e estruturas administrativas e jurídicas ausentes no âmbito do GDF de então.

²¹² Museu da Cidade (Decreto de Tombamento nº 6.718, de 28/4/82, dispõe sobre o tombamento provisório do Museu da Cidade); Museu Histórico e Artístico de Planaltina (Decreto de Tombamento nº 6.939, de 19/8/82, dispõe sobre o tombamento provisório do museu histórico e artístico de Planaltina, Distrito Federal e respectivo mobiliário histórico); Pedra Fundamental (Decreto de Tombamento nº 7.010, de 7/9/82, dispõe sobre o tombamento provisório da Pedra Fundamental do Distrito Federal e seu entorno); Igreja Nossa Senhora de Fátima, “Igrejinha” (Decreto de Tombamento nº 6.617, de 28/04/82, dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja Nossa Senhora de Fátima); Igreja de São Sebastião (Decreto de Tombamento nº 6.940, de 19/2/82, dispõe sobre o tombamento provisório da Igreja de São Sebastião - Planaltina, Distrito Federal); Árvore do Buriti (Decreto de Tombamento nº 8.623, de 30/5/85, dispõe sobre o tombamento provisório da Árvore Buriti plantada na praça do mesmo nome, e da outras providências); Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO, “Museu Vivo da Memória Candanga” (Decreto de Tombamento nº 9.036, de 13/11/85, dispõe sobre o tombamento do conjunto do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira - HJKO e da outras providencias.); Memorial JK (Decreto de Tombamento nº 9.411, de 20/4/86, dispõe sobre o tombamento do Memorial JK e da outras providencias.); Ermida Dom Bosco (Decreto de Tombamento nº 11.032, de 2/3/88, dispõe sobre o tombamento da Ermida Dom Bosco, e da outras providencias.); Escola Classe da 308 Sul (Decreto de Tombamento nº 11.234, de 2/9/88, dispõe sobre o tombamento da Escola Classe 308 SUL); Vila Planalto - conjunto urbano (Decreto de Tombamento nº 11.079, de 21/4/88, dispõe sobre o tombamento do conjunto da Vila Planalto, e da outras providencias.); Relógio de Taguatinga (Decreto de Tombamento nº 11.823, de 18/9/89, dispõe sobre o tombamento do Relógio da Praça Central de Taguatinga, e da outras providencias.).

²¹³ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Lei Nº 47, de 02 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural.**

Por outro lado, esse procedimento inicial se coaduna com a provocação primeira do GT-Brasília à Procuradoria Geral do DF. Nesse documento, já mencionado, considerava-se a preocupação com “bens históricos” em vias de destruição, e era solicitada a análise quanto ao “tombamento de emergência (e/ou provisório, ou outra figura jurídica específica)²¹⁴”. No desenvolvimento dessa questão, no domínio das reuniões do GT-Brasília, essa proposição ia se fortificando, aventando-se, inclusive, a conveniência e oportunidade de

“Tombamento provisório de unidades, quadras e/ou conjuntos urbanos de valor representativo para a história de Brasília, por seu valor histórico-urbanístico, em cada um dos núcleos de povoamento da cidade e do Plano Piloto, visando impedir a destruição e/ou descaracterização radical até que se definam elementos para o tombamento permanente”²¹⁵.

Essa postura dá a ver que, de início, o GT-Brasília considerou a utilização do instrumento de preservação, o instituto jurídico do tombamento, em moldes que muito se assemelham aos tradicionalmente operados pelo IPHAN, protegendo bens ou elementos isolados, e, mais tarde, mesmo conjuntos urbanos inteiros. Porém, indica também uma postura estratégica pragmática, dada a possibilidade de mobilização de recursos²¹⁶.

Além dos critérios de seleção, importa observar o modo como o GT-Brasília chegou à interpretação sobre a questão do tombamento enquanto instituto jurídico de aplicação problemática para áreas urbanas. Afinal, se considerarmos que o grupo fora formado sob os auspícios de Aloísio Magalhães, seria razoável supor que o mesmo estivesse minimamente imbuído de suas expectativas quanto à Brasília. Como trabalhado anteriormente, o designer, por mais que compreendesse que a cidade tinha um caráter especial e que merecia ser objeto de uma forma inovadora de proteção, observava que o instrumento disponível seria o modo indicado para a consecução da preservação almejada, cuja equação resultante se expressaria em um “tombamento projetivo”, portanto, numa reformulação do instrumento e não de sua negação.

Advirto, no entanto, que ao longo dos primeiros anos de discussão do GT-Brasília, a ideia dessa proteção “projetiva” não foi, necessariamente, objeto de maior detalhamento ou elaboração, ao menos nos parâmetros iniciais aventados por Aloísio Magalhães pouco antes de seu falecimento em 1982. Havia, de qualquer maneira, a preocupação para com o plano-piloto

²¹⁴ Parecer nº 581/81. Op. Cit.

²¹⁵ GT-BRASÍLIA. Grupo de Trabalho do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília – **6ª Reunião (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA-GDF-UNB)**, 22 de junho de 1981. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: ATAS DE REUNIÕES DO GT-BRASÍLIA, CAIXA 01.

²¹⁶ O Parecer nº 581/81, Op Cit, mencionava também a “ampliação do Programa Cidades Históricas”, que poderia propiciar verbas à “conservação de bens patrimoniais existentes no Distrito Federal”.

de Lucio Costa no sentido de estudá-lo, considerando as modificações no tempo da proposta inicial em face do efetivamente construído.

De todo o modo, destaco que quando o GT-Brasília ainda considerava um tombamento para a cidade a questão de fundo era, aparentemente, relacionada a questões estratégicas, e não necessariamente por convicção na eficácia de tal instrumento, como ficou registrado em janeiro de 1982:

“Havendo consenso, no grupo, de que toda a área de Brasília deveria ser protegida, e em face das dificuldades objetivas de que o GDF venha, num primeiro momento, assumir a tarefa, **ficou patente nas discussões que caberia à SPHAN tomar uma medida desse teor...**”²¹⁷ [Grifo meu]

Tendo em vista a aparente impossibilidade de se realizar medidas de proteção juridicamente efetivas na esfera do Governo do Distrito Federal, e considerando ainda a legislação distrital deficitária nessa questão, o grupo chega, então, a indicar a possibilidade de proteção federal de uma ampla poligonal, que abrangeria “a maior área possível: Plano Piloto, lago, até a linha de cumeada das colinas que envolvem o Plano Piloto”, definindo em seu interior conjuntos e bens isolados. Nessa estratégia proposta, a medida se daria até que “normas de proteção ‘definitivas’ em discussão com o GDF”²¹⁸ viessem a ser implementadas. Mais uma vez o aspecto provisório da utilização do instrumento é evocado, cogitando a possibilidade de proteger o bem precariamente para, num segundo momento, operar uma ação mais consistente do ponto de vista técnico, legal e administrativo.

Posteriormente, tendo já amadurecidas outras discussões, como a importância de lançar um olhar cuidadoso para com porções mais antigas do Distrito Federal, bem como de acampamentos precários advindos da construção de Brasília e suas populações – em grande medida, com problemáticas condições de subsistência – o grupo desenvolveria ideias referentes a tombamentos de “conjuntos de valor patrimonial” no entorno do Plano Piloto, com a estruturação de “legislação específica que ordene uso e ocupação do solo, regulamentando novas construções, reformas e demolições”. Essas ações se dariam em conformidade com um planejamento exarado num “documento de preservação genérica de Brasília”, como uma

²¹⁷ GT-BRASÍLIA. Grupo de Trabalho Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília –**Sumário – Reunião GT (Pequeno) BSB, com Silva Telles. Assunto: Formas de Proteção de Brasília e de seu entorno.** 07 de janeiro de 1982. SÉRIE: ATAS DE REUNIÕES DO GT-BRASÍLIA, CAIXA 01.

²¹⁸ Idem.

normativa geral que se baseasse na “releitura de documentos (...) nos quais foi embasada a formação urbana da cidade, inclusive a carta de intenções de Lucio Costa”²¹⁹.

O conceito alternativo de preservação do grupo ganhava corpo. Pouco a pouco e em meio a várias deliberações, migrou de uma retórica da perda – seja de valores, seja da ameaça à materialidade do bem, no caso do Plano Piloto – para uma agenda de regulamentação e organização de um sistema de planejamento, visando a solução de problemas no presente e se projetando uma outra cidade para o futuro. Questão essa, aliás, que reverbera um pouco as discussões havidas no Seminário de 1974. Em determinado momento, o grupo considera que um caminho para uma gestão relacionada ao patrimônio haveria de contar com a institucionalização do GT-Brasília, incorporado à estrutura do Governo do Distrito Federal, nessa nova dimensão de planejamento sistematizado²²⁰.

Entretanto, no trato para com bens identificados em contextos diversos do Plano Piloto, como as sedes de fazendas antigas, núcleos urbanos anteriores à construção de Brasília, o grupo compreendia coerente a utilização do instituto do tombamento. Portanto, apontavam para um reconhecimento de valores relacionados à autenticidade e mesmo de uma “ancianidade” à Alois Riegl (2014), trazendo para a atuação do GT-Brasília critérios e procedimentos, por assim dizer, clássicos das ações de preservação do IPHAN, mas incompatíveis com a cidade modernista, inconclusa e ainda não consolidada. Assim, pouco a pouco, ia ficando patente a perspectiva de que o tombamento estava sendo entendido como “congelamento” do bem cultural. Uma visão de grande apelo junto à comunidade de especialistas da cidade, em sua grande maioria arquitetos, como trabalharei mais à frente. Entretanto, não sem contraposições, inclusive, de técnicos do IPHAN em Brasília.

Em dezembro de 1981, é editado o Caderno Técnico nº 20, de autoria da arquiteta Belmira Finageiv, então diretora da 8ª Diretoria Regional, em Brasília. Finageiv apresenta um panorama para com os novos rumos da instituição, com procedimentos agregados do CNRC e PCH no sistema SPHAN/FNpM. Para a arquiteta, importava destacar que a política de ação se direcionava não mais para o monumento isolado, prevalecendo a atenção para núcleos urbanos ameaçados pelo processo de crescimento desordenado das cidades brasileira entre as décadas de 1970 e 1980, e que a instituição adentrava uma nova fase de atuação em que “a vocação da

²¹⁹ GT-BRASÍLIA. Grupo de Trabalho Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília – **Relatório de Reunião**, 3 de junho 1982. SÉRIE: ATAS DE REUNIÕES DO GT-BRASÍLIA, CAIXA 01.

²²⁰ GT-BRASÍLIA. Grupo de Trabalho Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília – **Ata de Reunião**, 30 de setembro de 1982. SÉRIE: ATAS DE REUNIÕES DO GT-BRASÍLIA, CAIXA 01. Chegou-se a cogitar “proposta de delimitação de competências do Grupo de Trabalho, ao ser institucionalizado como Conselho Consultivo do Patrimônio”.

comunidade, previamente sensibilizada (...) através de um trabalho contínuo e penetrante em todos os níveis de atuação” deveria ser a força motriz dos tombamentos de então. Para a arquiteta, a fase em que a política de preservação pelo tombamento se encontrava era pautada por, principalmente:

“1. Interrelação do bem ao contexto cultural do meio em que se encontra, e/ou espaço ambiental que o envolve. 2. O bem cultural a serviço da comunidade. 3. O Município, e o Estado trabalhando conjuntamente com a Área Federal e com compromissos definidos e efetivos. 4. Uma progressiva descentralização das responsabilidades pela preservação do acervo cultural, cabendo aos detentores mais próximos deste acervo, o dever de protegê-los, conservá-los e revitalizá-los.” (FINAGEIV, 1981)

Aparte o tom, talvez, otimista, e podendo ser objeto de avaliação o fato de que as intenções de Belmira Finageiv não necessariamente se consubstanciaram em ações efetivas por parte da instituição, me parece inegável que havia um outro modo de ver o tombamento para além do discurso do **tombamento = congelamento**. Para a diretora da 8ª DR, o tombamento aparecia como uma possibilidade de trabalho que dependia, para sua aplicação dinâmica e democrática, mais da compatibilização de procedimentos do próprio IPHAN que da criação de novos dispositivos.

Ainda assim, a tese do congelamento de Brasília encontraria eco na comunidade de especialistas locais. Em debate realizado na sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil-IAB, seção Brasília, em junho de 1985, as possibilidades de um eventual tombamento se acercavam de temeridade. Segundo o arquiteto Claudio Accioli,

“...as consequências deste ato podem ser desastrosas para uma cidade com apenas 25 anos de existência oficial (...) Não podemos compreender uma cidade como um monumento, uma obra de arte finalizada, estática, encerrada em si própria e que nada nela possa ser objeto de transformação, indo contra o processo natural de constantes sedimentações e consolidações a que as cidades estão sujeitas na História”.²²¹

Uma visão radical a respeito do tombamento, considerado pernicioso para uma cidade em franca etapa de transformação, com setores ainda não consolidados ou mesmo ainda não construídos – mas que dão a ver uma ressonância de pensamento que seria ouvida no ano seguinte, em alguns dos debates realizados no âmbito do **Simpósio Brasília: concepção, realidade, destino**, conforme trabalhado no capítulo anterior. Não fora registrado ao longo do debate, no entanto, que o mesmo instituto jurídico que causava espanto por seu pretense poder congelante estava, na mesma época, sendo objeto de redefinições conceituais, bem assim de

²²¹ CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília – uma cidade tombada como patrimônio**. 12 de junho de 1985, pág. 22.

seu alcance jurídico. Acerca disso, Márcia Chuva (2009, pág. 149) aponta que “O Decreto-lei nº 25/37 vem sendo permanentemente atualizado por diferentes formas de apropriação de seu conteúdo e reapropriações que o mesmo possibilita”.

É notório, nesse sentido, a ação de tombamento do Terreiro de Casa Branca, em Salvador-BA, efetivado em 1984, que protegeu não apenas um elemento de religiosidade afro-brasileira, o que por si só já representaria um avanço, mas, simultaneamente, protegeu um bem cultural que, certamente, se veria alterado quando suas funções religiosas assim o demandassem – afastando, em parte, a tese do congelamento. Afinal, quero crer que a eventual construção de um assentamento em honra de Xangô não se submeteria à autorização de um técnico de repartição. Tanto por ser incompatível com a proteção de seu conteúdo cultural quanto por ser desaconselhável contrariar o orixá dos trovões, dos raios e do fogo.

Aparte essa mudança de rumos no âmbito do órgão federal de preservação²²², a temeridade do congelamento, aparentemente, repercutiu e direcionou de maneira decisiva as demais formulações do grupo, inclusive quanto ao debate em torno da inscrição de Brasília como patrimônio mundial. A esse respeito, a bibliografia corrente (RIBEIRO, 2005; REIS, 2000; RAMOS; 2005) tem destacado a atuação do governador José Aparecido de Oliveira a partir de 1985. Entretanto, em 1982, quando Marco Villaça assume o posto deixado por Aloísio Magalhães, a questão começa a ser trabalhada. Sob a ótica de que o Brasil, à semelhança dos demais países da América Latina, encontrava-se em situação de sub-representação quanto ao patrimônio mundial²²³, Brasília sairia como uma oportunidade a ser explorada. Assim, conforme compreendia Marco Villaça, a se apresentava como “fato e artefato” maior da produção cultural brasileira, condição suficiente para indicação à honraria internacional²²⁴.

²²² Antônio Nogueira (2008) destaca que o tombamento do Terreiro de Casa Branca em 1984, na Bahia, e da Serra da Barriga (República dos Palmares) em 1986, em Alagoas, se constituem como: “Marcos simbólicos de uma nova concepção de patrimônio cultural que vinha se delineando traduzem a apropriação do tombamento por parte da população civil na política de preservação. Nos dois casos, todo processo de tombamento foi encaminhado por representantes de instituições culturais e acadêmicas, por representantes dos movimentos negros e por grupos locais.” Ou seja, procedimentos que confirmam, em parte, a perspectiva de B. Finageiv (1981) e que apresentam novas maneiras de se aplicar o tombamento.

²²³ A lista de bens culturais brasileiros reconhecidos pela Unesco até 1987 era: Sítios do Patrimônio Cultural: 1980 - A Cidade Histórica de Ouro Preto, Minas Gerais; 1982 - O Centro Histórico de Olinda, Pernambuco; 1983 - As Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões, Rio Grande de Sul e Argentina; 1985 - O Centro Histórico de Salvador, Bahia; 1985 - O Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais; 1986 - Parque Nacional de Iguazu, em Foz do Iguazu, Paraná e Argentina (Patrimônio Natural); 1987 - O Plano Piloto de Brasília, Distrito Federal. Fonte: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>>. Acesso em 10 de out. 2015.

²²⁴ GT-BRASÍLIA. Grupo de Trabalho Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília – **Reunião com o Secretário de Cultura do MEC e presidente da SPHAN/Pró-Memória, Marcos Vilaça**, 13 de agosto de 1982. SÉRIE: ATAS DE REUNIÕES DO GT-BRASÍLIA, CAIXA 01.

Entretanto, mesmo com esse impulso inicial, a ideia seria paulatinamente afastada. Ainda em 1982, nas reuniões de trabalho do grupo, foi considerado que não havia suficiente “consenso” quanto aos valores de Brasília em âmbito local, o que tornaria impertinente a candidatura mundial²²⁵. Observaram, portanto, que seria prematuro ofertar à comunidade internacional uma obra que era objeto de questionamentos e revisões no plano interno.

Uma perspectiva da cidade que se afasta das considerações, por exemplo, do Encontro Internacional de 1959 em que Brasília, longe de ser unanimidade em termos de avaliações quanto a arquitetura, urbanismo, ou mesmo de síntese das artes, ainda assim gozava de destacado prestígio porquanto representasse um momento de clivagem na história dos empreendimentos correlatos em nível mundial. Consenso, *stricto sensu*, não havia, como provavelmente jamais haverá. Já as estratégias de reconhecimento, essas se constroem sob diversas maneiras, inclusive, o próprio trabalho do GT-Brasília se esmerou por encampar patrimônios não consensuais, como a Vila Planalto, por exemplo.

De toda a forma, a década de 1980 foi pródiga em leituras da cidade que se distanciavam de suas tradições e representações iniciais, conforme trabalhei no primeiro e segundo capítulos, de aventura, epopeia e realização nacional, e passavam às interpretações dos problemas que emergiam de seu urbanismo modernista e das pitadas de autoritarismo que, para alguns, Brasília passava a representar. Ressalto, portanto, que falar em falta de consenso naquele período provavelmente dizia respeito à complexidade de leituras e revisões, do ponto de vista seja das técnicas urbanísticas, seja as de cunho simbólico, algumas das quais com críticas de grande severidade. A questão de como e, talvez mais fundamentalmente, o porquê consagrar internacionalmente algo que estaria sendo relacionado aos problemas estruturantes da sociedade candanga e, quiçá, nacional, estava na ordem do dia dos pesquisadores naquele período – como o indicam as temáticas abordadas no Simpósio de 1986.

Se por um lado as representações da cidade se libertavam de discursos laudatórios e de exaltação acrítica da obra de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, por outro, avultam interpretações da cidade que a relacionam com valores oriundos das classes dirigentes do país, naquele momento, atreladas ao golpe civil-militar que instaurou a ditadura desde 1964. Do caráter artístico e da representação enquanto o “Novo Brasil” que se anunciava, aquela cidade – antes Brasília, agora Plano Piloto – passava a ser considerada, por vezes, entrave ao

²²⁵ GT-BRASÍLIA. Grupo de Trabalho Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília – **Reunião com o Secretário de Cultura do MEC e presidente da SPHAN/Pró-Memória, Marcos Vilaça**, 20 de setembro de 1982. SÉRIE: ATAS DE REUNIÕES DO GT-BRASÍLIA, CAIXA 01.

desenvolvimento regional, por outras, síntese e símbolo da exclusão e segregação sócio espacial da sociedade brasileira.

Compreendo, portanto, que o consenso – ou a falta dele – requerido para a consagração internacional, estava relacionado com esse momento de ebulição de visões críticas sobre a cidade, dando a ver o modo como as condições de produção de sentidos, marcadas naquele contexto, orientaram a atribuição de valores e os mecanismos de tais atribuições. De qualquer maneira, ainda que não se considerasse oportuna a inscrição de Brasília como patrimônio da humanidade, havia ainda, por parte do GT-Brasília, o reconhecimento do caráter de **excepcionalidade** da cidade modernista que se desenvolveu a partir do plano-piloto de Lucio Costa, e que seria estudada partindo de uma metodologia da “percepção do espaço”.

3.2.3 Elaboração da metodologia e seleção de objetos patrimoniais, ou a construção de uma comunidade candanga imaginada.

Em fases mais adiantadas dos estudos do GT-Brasília, foi elaborado um documento contendo o resultado dos primeiros anos de trabalho do grupo. Intitulado “Síntese dos Trabalho – Maio de 1985”, o produto continha oito textos de vários pesquisadores²²⁶, que demonstravam a amplitude alcançada no momento em que, no panorama político, se alterava a estrutura de governo da capital, com a entrada de José Aparecido de Oliveira. Em certo sentido, esta foi a mais consistente reunião de resultados do grupo – ainda que não em caráter definitivo²²⁷ –, e dá a ver as metodologias elaboradas, objetivos, justificativas etc.

Primeiramente, destaco as apropriações de referências basilares da história de Brasília e de suas representações, conforme tratadas no Capítulo I. A compreensão da cidade constituída por uma história que lhe seria anterior, por uma tradição inventada, foi tratada pelo

²²⁶ “A memória de Brasília” de Briane Bicca e M^a Elaine Kohlsdorf; “A preservação dos espaços urbanos: marco teórico para o caso de Brasília”, de M. E. Kohlsdorf; “Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto”, de Antônio Menezes Júnior, B. Bicca, Fernando Falcão, Marcelo dos Santos Sá, Márcio Vianna, M. E. Kohlsdorf, Yeda Barbosa; “Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do Distrito Federal”, sem autor identificado; “O processo de sedimentação histórica do Plano Piloto de Brasília”, de Yeda Barbosa; “O vernáculo da Região Centro-Oeste”, de Márcio Vianna; “Conjuntos representativos da época da construção de Brasília”, de Márcio Vianna; “Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal”, de Eurico João Salviati. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 03.

²²⁷ A montagem deste documento representa uma etapa de consolidação de estudos e início de outra, relativa a desafios de ordem prática, como a criação de uma legislação de proteção ao patrimônio do Distrito Federal. A assinatura, em 12 de dezembro de 1985, de um Protocolo de Cooperação Técnica entre o GDF, SPHAN e UnB, com validade de cinco anos, indicam a manutenção das atividades do GT-Brasília. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 03.

grupo como um pressuposto, como uma condição da existência da cidade, mobilizando as ações de preservação, do ponto de vista das narrativas, a um universo bem mais amplo que o da cidade modernista inaugurada, porém apenas parcialmente construída, em 1960. Por outro lado, do ponto de vista geográfico, marcavam posição para a noção de cidade polinucleada, ou seja, Brasília era uma cidade que, dos pontos de vista territorial, correspondia aos limites do Distrito Federal, e seria composta por aglomerados urbanos dispersos, dos quais o Plano Piloto seria o centro.

O foco resultante dessa apreensão se direcionava para uma diversidade de espaços de morfologias bastante distintas, advindas de episódios de ocupação do território que correspondem a temporalidades diversas. Ainda que estudadas em separado foram abordados, do ponto de vista de um entendimento geral e da legislação que lhes protegeria, de uma única vez, porquanto fossem compreendidos como elementos de um mosaico patrimonial integral: o Distrito Federal. Essa diversidade foi assim agrupada:

“ – O pré-existente, como vernáculo da região Centro-Oeste, expresso na área antiga dentro do Distrito Federal (Planaltina e Brazlândia) e em várias fazendas, muitas das quais ainda em atividade, localizadas nas atuais áreas daquele território;
 – As manifestações pioneiras, calcadas nos princípios do Movimento de Arquitetura Moderna, realizados em caráter provisório, expressos nos acampamentos de obra da construção da cidade, alguns dos quais são, ainda hoje, testemunhos vivos de uma época;
 – O meio natural, congregando morfologias paisagística ainda intactas, algumas delas bastante raras, e disseminadas pelo território do Distrito Federal.” (BICCA e KOHLSDORF, in GT-BRASÍLIA, 1985)²²⁸

A esse respeito, Alex Silveira (2010) é da opinião de que o GT-Brasília empreendeu uma inovadora maneira de trabalhar o patrimônio, identificando aquilo que, no ambiente urbano, convive e entrelaça temporalidades diversas, presentes nos vestígios do passado, nas diversas manifestações arquitetônicas ao longo do tempo, com estilos que se sucederiam e se complementariam. Sedimentos que se somam enquanto cultura material de diversas comunidades que conviveram no espaço e nele imprimiram suas marcas. Por seu turno, Sandra Ribeiro (2005) chamaria a atenção para o pluralismo de objetos que extrapolam os espaços simbólicos do Estado e a tipologia palaciana das obras de Oscar Niemeyer, ou mesmo as manifestações arquitetônicas das elites ao abarcar comunidades diversas em suas expressões arquitetônicas, por assim dizer, populares. Ainda assim, ressalto que o GT-Brasília pareceu incorporar e sistematizar as narrativas referentes à capital modernista no que se refere à sua pré-

²²⁸ GT-BRASÍLIA. Síntese dos Trabalhos – maio de 1985. Pág. 5. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 03.

existência. Ao abarcar outras possibilidades de narrativas e referências, engendrou uma costura no tempo e espaço de elementos e tradições outros que convergiam para a cidade que teria sido pensada desde José Bonifácio.

Empreenderam, portanto, um discurso patrimonial que continham as múltiplas narrativas históricas e memórias no Distrito Federal. Desde aquelas relacionadas à memória da construção, os acampamentos que se ergueram em função das obras da capital, até aqueles que eram depositários de histórias que antecederiam, mas que, no discurso historiográfico agenciado, pareciam fazer parte do todo por assimilação. Afinal, tratava-se de compreender Brasília como o DF, e uma vez DF, o patrimônio nele contido deveria ser integralmente considerado.

Compreendo também que, por fim, construíram algo como uma narrativa totalizante, amalgamada numa área de concentração ampla, a de um patrimônio total do Distrito Federal. Seus estudos e ações visaram abarcar, de uma só vez, ações de identificação, preservação, gestão e planejamento urbano. Um trabalho de fôlego e um tanto ousado, sem dúvida, que teve o mérito de trabalhar com a história e a memória sem separá-las em estamentos distantes e estanques. Ainda assim, acredito que seja pertinente indagar o quanto deste patrimônio totalizante não é uma tentativa de responder à provocação levantada ainda no primeiro capítulo: tentariam criar uma história para a “cidade sem história”? Era preciso dar ao Distrito Federal a sua certidão de nascimento partindo de sua composição patrimonial? A composição de um patrimônio total consagraria a perspectiva de que Brasília era o todo e, o Plano Piloto, apenas uma parte?

Motivado por estas questões me permiti questionar o alcance e pertinência dessa amplitude, tanto conceitual quanto temporal – e talvez mais esta que aquela. A esse respeito, depreendo que a atuação do GT-Brasília se remete à aplicação, em escala local, do procedimento do próprio IPHAN ao longo de sua trajetória, sobretudo, o de sua fase heroica (FONSECA, 1997; GONÇALVES, 2002), quando tinha como norte não tanto a descoberta do patrimônio brasileiro, mas a sua própria criação. Como uma certidão de nascimento brasileira constituída de seu acervo histórico e que, de alguma maneira, pudesse representar a totalidade nacional, estabelecendo laços de afetividade de todos para com uma memória comum. Era preciso firmar posição de que o Brasil era um só, era preciso “imaginar” uma nação unitária, mãe gentil de todos os filhos deste solo, inventando tradições que dissessem respeito a cada um e a todos. Julia Pereira (2012) chama a atenção para o prolongamento da história do Brasil para além do Atlântico, em temporalidades outras, operado pelo discurso do patrimônio:

“A seleção de exemplares arquitetônicos e artísticos do período colonial comprovaria a herança europeia em território nacional, garantindo ao Brasil um espaço na ‘história universal das civilizações’. Respondendo às comparações dos eventos ocorridos e das contribuições artísticas do Brasil em relação às antigas nações civilizadas, Rodrigo Melo Franco de Andrade dizia que, em uma reflexão mais detida, ‘chegar-se-á a conclusão de que a nossa história não cabe no espaço exíguo dos quatro séculos que vivemos’, mas alongava-se enormemente para trás de 1500 e dilatava-se pela extensão de três continentes, cujo espólio cultural das várias nações se confundiu em um monte só, ‘para formar o patrimônio histórico e artístico nacional’.” (PEREIRA, 2012, pág. 165)

Na capital, o GT-Brasília parecia trabalhar com a posição de que a cidade era uma só, não importava se esparramada em vários núcleos, independente de alguns deles datarem do século XIX, alongando sua história para além de sua inauguração em 1960. Do ponto de vista territorial houve também um alargamento, porquanto sua “pré-existência” estivesse relacionada à ocupação sesmarial do Centro-Oeste, às entradas bandeirantes ou ao Ciclo do Ouro, aos Inconfidentes em Minas Gerais, à constituição da Primeira República no Rio de Janeiro. Assim, a Planaltina centenária era Brasília. A Taguatinga da primeira ocupação dos flagelados da seca em 1958 era Brasília. O Núcleo Bandeirante (que antes era Cidade-Livre, mas não era nem plenamente cidade e nem completamente livre) era Brasília. E o Plano Piloto, construído em decorrência do plano-piloto de Lucio Costa para a Nova Capital, aquela cidade do espanto mundial e da integração nacional de fins da década de 1950, estava ressignificado: antes era Brasília, agora, apenas parte dela.

Uma possibilidade de leitura dessa visão de história do GT-Brasília se relaciona com a noção de comunidade imaginada, de Benedict Anderson (2008). O autor abordou o modo como os países modernos se constituíram enquanto nações, e de como estratégias complexas foram agenciadas para dar um corpo coeso à essas comunidades imaginadas. Compreendia, no entanto, que o ato de imaginar era mais rico que o de simplesmente inventar uma nação – no sentido de haver uma preponderância de criação “de cima para baixo”. O processo seria mais amplo: diria respeito a laços de fraternidade e estratégias de congregação que se formavam à revelia daqueles que, em tese, seriam os inicialmente interessados: os dirigentes das nações recém-implantadas. O cotidiano, as práticas sociais, as trocas simbólicas, as relações de afetividade compartilhadas reelaboravam e ressignificavam até mesmo a simbologia inicialmente costurada “de cima para baixo”. Os “de baixo” preenchiam de conteúdo afetivo, de compartilhamento de referências, de histórias e memórias coletivas – inclusas as estruturas culturais precedentes à formulação das nacionalidades –, num processo de apropriação que, ao fim e ao cabo, gozava de profunda legitimidade emocional.

Em Brasília, o GT-Brasília pareceu narrar a capital e trabalhar com semelhante costura. Os candangos a preencher de conteúdo o que os pioneiros, engenheiros, arquitetos e políticos, apenas pela superfície, podiam impor: a sua cidade moderna, civilizada à europeia, a fundar um novo Brasil. Ao cerzir narrativas e discursos, os pesquisadores não iam descobrindo o que era a multiplicidade de Brasília. Antes, iam imaginando uma cidade (uma dentre tantas?) e, para ela, iam selecionando o patrimônio que haveria de ser representativo de todos os candangos.

De qualquer maneira, ainda que numa perspectiva ampliada do patrimônio, o conjunto urbano tomado como núcleo central de Brasília, o Plano Piloto, foi abordado com destaque. Para ele, foi realizado um trabalho de análise independente que, segundo Brianne Bicca, coordenadora do grupo, seguiria assim:

“...para o Plano Piloto de Brasília a meta é apontar, com precisão, quais os seus aspectos caracterizadores e descaracterizadores, de forma a incentivar a permanência e o fortalecimento dos primeiros e a correção dos segundos. Para tanto, vários procedimentos têm sido empregados, tais como: a elaboração e aplicação de pesquisa junto à população residente e usuária de Brasília, procurando verificar a sua compreensão e uso da cidade, como medida de confronto com as análises de campo levadas à efeito pela equipe técnica.”²²⁹

A referida pesquisa se deu com questionários estruturados com perguntas referentes à apreensão da cidade pelos seus habitantes, que poderiam indicar, por exemplo, o grau de importância que davam a certos marcos urbanos, a indicação dos elementos positivos e negativos, quais os elementos visuais que melhor representavam a cidade etc.

Já no texto “Caracterização preliminar de Brasília/Plano Piloto”, a equipe de arquitetos operou uma análise detalhada dos espaços que compunham, inicialmente, a área destinada à implantação da cidade desenhada por Lucio Costa e suas adjacências – estabelecendo como critério, ainda, uma enorme área envoltória que correspondia às perspectivas visuais das colinas que limitavam a linha do horizonte, a Leste e a Sul. Nesse trabalho, foram cotejados, de maneira pormenorizada, trechos do Relatório do Plano Piloto de Lucio Costa com a realidade existente, numa compreensão dos espaços que mantinham os atributos originais, os que foram modificados na implantação da cidade e em seu desenvolvimento, aqueles que ainda mereciam complementação e, por vezes, reelaboração do ponto de vista do redesenho de espaços, reelaboração da estrutura viária, e mesmo possibilidades de adensamento de áreas para habitação.

²²⁹ BICCA, Brianne. **Brasília, um futuro a preservar**. In: O Correio da UNESCO. Setembro/1984, Ano 12, nº 9. Págs. 21-28. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 02.

O objetivo era identificar no espaço as alterações – possíveis ou desejáveis – que não implicariam na descaracterização da cidade, numa perspectiva de planejamento, e com o mote constante da “preservação dinâmica”. A conclusão dessa etapa do trabalho referencia sem venerar o plano-piloto, que ademais, convertera-se, ao longo do tempo, de acordo com o GT, em um Plano Piloto com problemas de planejamento²³⁰, alterações irregulares e, sobretudo, objeto de discursos de preservações sem critérios definidos, calcados em interpretações casuísticas e legislação deficiente.

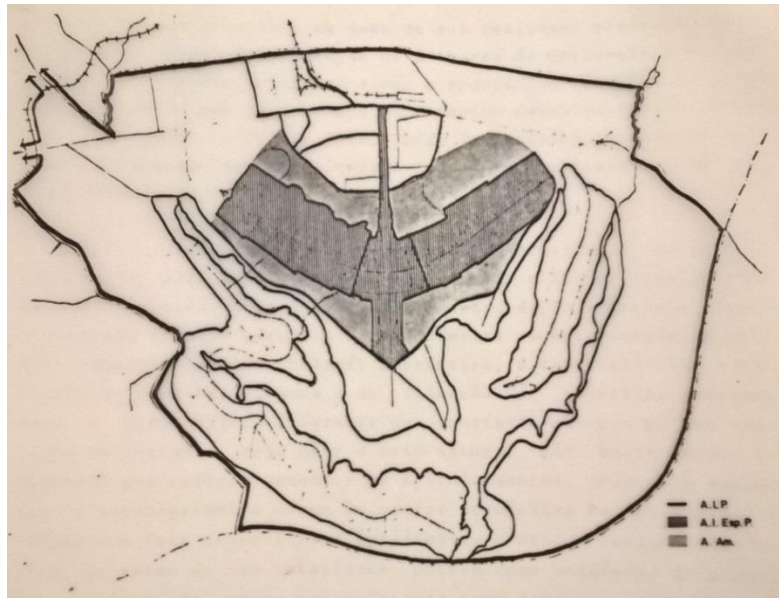


Fig. 13: Proposta do GT-Brasília para as áreas a serem protegidas. A linha externa delimita a Área de Interesse para Preservação (A.I.P.); a parte interna em destaque, que corresponde ao núcleo original do Plano Piloto de Brasília, é a Área de Interesse Especial de Preservação (A.I.Esp.P.), envolvida nas “Asas Sul e Norte” por uma Área de Amortecimento (A.Am.). Fonte: GT-Brasília/Síntese dos Trabalhos-maio 1985.

O marco teórico elaborado para o trabalho em questão partia do princípio de que a permanência e a transformação seriam condições para a manutenção de um espaço qualificado de uma cidade singular, mas articulada com as demais localidades do Distrito Federal. Assim, foram estabelecidos os “princípios básicos” para a “abordagem da preservação do espaço construído de Brasília como bem patrimonial artístico, histórico e cultural” (KOHLSDORF, 1985):

“1) a continuidade de espaço arquitetônico, ou seja, a permanência de atributos responsáveis pela sua natureza em qualquer escala e grau de complexidade; 2) a natureza arquitetônica tomada em seu aspecto físico, porém, socialmente produzida e, portanto, tridimensional, histórica e baseada em relações de transformação social do

²³⁰ Parte dessas leituras pode ser encontrada já nos encontros de 1974, tendo reverberado nos de 1986.

meio natural; 3) a flexibilidade do espaço arquitetônico em receber práticas e estruturas sociais diversas, capacidade que, junto com sua temporalidade, comunica-lhe o caráter de ser um espaço necessariamente metamórfico; 4) o fato de existir o espaço arquitetônico ao mesmo tempo como entidade concreta do mundo material e como objeto de percepção humana, solicita abordagem que trate de forma integrada estes dois polos.” (KOHLSDORF, 1985, pág. 9)

Estes princípios conformam a perspectiva de “preservação dinâmica” que seria a tônica dominante da equipe, e que se consubstanciaria numa legislação posterior – tratada adiante – que envolveria, a um só tempo: o resultado de pesquisas no âmbito da percepção²³¹, que indicaria os espaços de maior interesse para a preservação; a postura de planejamento urbano, que proporcionasse o desenvolvimento tido como “natural” das cidades; a identificação global de temporalidades e expressões tipo-morfológicas coloniais (fazendas antigas e demais vestígios), vernaculares de interesse patrimonial (próprios de expressões regionais do interior do Goiás e Minas Gerais) e seu eventual tombamento; a incorporação do ambiente natural compondo paisagens urbanas, unidades paisagísticas e áreas de preservação ambiental. Um desafio hercúleo e audacioso em se considerando a estrutura governamental que era apontada como insuficiente do ponto de vista da gestão do território.

3.2.4 O patrimônio entra na agenda política sob José Aparecido de Oliveira.

²³¹ Ítalo Campofiorito que relaciona o trabalho do GT-Brasília à teoria da “Gestalt” – creditando, inclusive, a essa perspectiva teórica, a incompatibilidade das propostas do GT-Brasília com uma legislação apropriada para a gestão do patrimônio urbano (CAMPOFIORITO, 2012, pág. 22). Nesse sentido, sua observação parte, provavelmente, desses aspectos de análise da percepção da forma. O estudo dos processos de percepção da forma se desenvolveram, principalmente, por teóricos alemães da chamada Escola Gestalt, na virada do século XIX ao XX. Analisavam o processo de percepção e caracterização ou sistema de leitura visual da forma do objeto – e este, compreendido como toda e qualquer manifestação visual passível de ser lida e interpretada, desde um símbolo gráfico a um conjunto urbano – e estruturaram suas teorias em consonância com leis da percepção, quais sejam: unidade, segregação, fechamento, continuidade, proximidade, semelhança e a pregnância da forma. (GOMES FILHO, 2009). Para Maria Elaine Kolsdorf (1996), “as noções de composição e totalidade foram definidas com clareza pela Teoria da Gestalt, cuja tradução mais próxima seja ‘teoria da configuração’. A escola gestaltista distingue um ‘objeto com forma’ de outro ‘disforme’ pelo confronto entre composição aglomerado: ambos possuem elementos relacionados segundo certas leis, mas somente no primeiro entendemos seu sentido (...) os conceitos de composição e totalidade sustentam a análise dos aspectos plásticos das formas arquitetônicas. Hoje em dia, sua caracterização utiliza a geometria como ciência de descrição das formas físicas existentes no universo, e a matemática, que proporciona o estabelecimento de relações entre entidades abstratas e lógicas. Entretanto, o estudo da configuração dos lugares aproxima-se sempre de sua dimensão simbólica, seja ela tratada como questão artística ou de linguagem; por isso, regras de produção, reprodução, decodificação e consumo das referidas formas são sempre culturalmente definidas” (idem, pág. 32).

O mineiro José Aparecido de Oliveira ocupou, em um curto espaço de tempo, logo no advento da Nova República sob a presidência de José Sarney, diversos cargos ainda na primeira metade de 1985. De secretário de cultura em Belo Horizonte, fora alçado ao comando do recém-instituído Ministério da Cultura. De lá, seria indicado como governador do Distrito Federal no início de maio daquele ano, tendo sua indicação referendada pelo Congresso Nacional dias depois.

Procurado pelo jornal *Correio Braziliense* logo após sua indicação, anunciou, enquanto futuro governador da capital, o seu primeiro plano de governo: “proceder ao tombamento do Plano Piloto para evitar a descaracterização de suas linhas arquitetônicas”²³². Segundo a reportagem, José Aparecido foi pego de surpresa ao receber a indicação, mas prontamente anunciou, além da preservação da cidade de Lucio Costa, a importância de se costurar, no âmbito de uma reforma constituinte que se avizinhava, a emancipação política do DF. Ainda segundo a reportagem:

“Depois de muita insistência ele [Aparecido] concordou em falar sobre Brasília e manifestou, de imediato, sua preocupação com o Plano Piloto: ‘Esta é uma cidade fascinante, uma cidade-síntese. Temos de nos preocupar em preservar as suas características.’”²³³

Na ocasião José Aparecido informara que o Ministério da Cultura, sob seu comando, estava na iminência de promover a reforma da Catedral Metropolitana de Brasília, obra tombada pelo IPHAN, numa parceria com Oscar Niemeyer. Mas essa precedência de ações não seria a única ponte que o ligava ao patrimônio cultural da capital. Ainda na condição de ministro, Aparecido foi informado a respeito de estudos relacionados à preservação do patrimônio na capital, em abril de 1985, por meio de ofício²³⁴ da então diretora da 8ª Diretoria Regional do IPHAN, Belmira Finageiv. Em atendimento à uma solicitação do assessor do ministro, o sr. Ângelo Oswaldo, Finageiv encaminha o documento “Síntese dos Trabalhos, até 02/1985”, elaborado pelo GT-Brasília.

É bom observar que tanto o futuro governador quanto Ângelo Oswaldo, que seria logo depois nomeado secretário do IPHAN – aliás, quase que simultaneamente à ida de José Aparecido para o GDF – tinham contato com as questões relativas à preservação do patrimônio

²³² CORREIO BRAZILIENSE. **Aparecido anuncia seus planos de governo**. 5 de maio de 1985, pág. 40.

²³³ Idem.

²³⁴ Ofício nº 116/85-FNPM/BSB, de 09 de abril de 1985. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 03.

cultural²³⁵. Pouco depois de nomeados para seus respectivos cargos de direção, ainda em dezembro de 1985 celebrariam um Protocolo de Cooperação Técnica entre o GDF, a UnB e o IPHAN que, em certo sentido, indicava que na gestão que se iniciava, em nível federal e distrital, seriam institucionalmente mantidas e referendadas as atividades do grupo. O resultado prático desse acordo se fez ver nos meses seguintes²³⁶. A esse respeito, a coordenadora do GT-Brasília afirmaria que,

“A assinatura do Termo de Cooperação Mútua p/ preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Distrito Federal, assinado por MinC/GDF/UnB em 12/12/85, apesar de ter ocorrido ainda em 1985, foi talvez o principal fato integrante das atividades do ‘GT-Brasília’ em 1986, dado que tal assinatura resultou de cuidadosa evolução das relações MinC (MEC) e GDF, desde a criação do Grupo de Trabalho em 1981 e até o presente, buscando organizar e viabilizar as atividades conjuntas que já vinham se desenvolvendo, de modo a tornar eficaz e dar continuidade ao produto de tal cooperação.”²³⁷

Entretanto, conforme Sandra Bernardes Ribeiro (2005), essa cooperação nem sempre se dera sob total harmonia. Segundo a autora, técnicos ligados ao GDF por vezes se omitiam, por outras mostravam-se refratários das proposições do GT-Brasília. Ainda assim, ao menos no plano político, há indicação de que José Aparecido acompanharia com grande interesse e proximidade as questões patrimoniais. Desde o início e ao longo de sua gestão, em diversas oportunidades, o governador se manifestou a respeito da preservação de Brasília em associação às demais agendas políticas, como a resolução de problemas sociais e a emancipação política da capital.

No discurso de posse de seu secretariado, em 17 de maio de 1985, José Aparecido lembrou que “o traçado de gênio de Lucio Costa e Oscar Niemeyer foi por vezes conspurcado com a intromissão de apêndices indesejáveis, que feriram, não raro, o estilo claro e leve da

²³⁵ Uma relação que revela a aproximação de José Aparecido das questões referentes ao patrimônio cultural. Prefaciando um livro de discursos de José Aparecido enquanto Secretário de Cultura em Minas Gerais, Ângelo Oswaldo apresenta o político mineiro como figura atenta às necessidades de preservação das cidades consagradas como patrimônio cultural, seja em sua atuação mineira, seja na de organizador do Fórum de Secretários de Cultura do Brasil. SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. **O compromisso cultural de José Aparecido**. In: OLIVEIRA, José Aparecido de. *Cultura e Liberdade*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais/Imprensa Oficial, 1986, págs. 5-10.

²³⁶ Segundo consta do “Relatório de Atividades Desenvolvidas por Ação – 1986”, da assinatura do “Termo de Cooperação” resultaram ações práticas, tais como o tombamento do conjunto do HJKO, elaboração de projeto de restauração do HJKO e a proposta de reconstrução da Escola Julia Kubitschek, proposta de cooperação entre o GT-Brasília e a Secretaria de Educação do GDF e a Fundação Educacional do DF para a “inclusão da questão do patrimônio cultural no currículo escolar”, a participação em seminários e congressos com apresentação dos resultados alcançados pelo GT-Brasília. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 03.

²³⁷ Ofício nº 003/87 FNPM-BSB, de 15 de janeiro de 1985, que por sua vez encaminha o “Relatório de Atividades Desenvolvidas por Ação – 1986”. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 04.

magnífica obra”²³⁸. Na solenidade de tombamento da Palmeira de Buriti, em 30 de maio do mesmo ano, lembrou a situação da cidade de Belo Horizonte. Cidade planejada, irmanada à Brasília por ter sido também formulada como uma capital, teria passado, segundo o governador, por um processo irreduzível de descaracterização advindo, principalmente, da especulação imobiliária e da insensibilidade dos gestores urbanos, algo que pretendia, conforme anunciava, impedir de acontecer com a Capital da República. Já em 14 de junho, em conferência na OAB-DF por ocasião de ciclo de debates sobre a autonomia do DF, relacionou a necessidade de emancipação política à construção de Brasília, e à “memória-histórica brasileira” ali contida, porquanto representasse uma grande causa autonomista nacional. Nesse sentido, o Plano Piloto deveria ser “resgatado como memória (...) recuperado de suas descaracterizações, das suas desfigurações e da sua perda de substância política.”²³⁹

A questão do patrimônio estaria relacionada, inclusive, à busca de financiamentos internacionais para aplicação no DF. Em meados de 1987, José Aparecido faria uma longa viagem internacional à importantes capitais mundiais como Washington, Cidade do México, Roma, Paris, e mesmo uma estadia em Moscou para conhecer as soluções de problemas também em Brasília enfrentados, como o déficit habitacional relacionado à afluência migratória e os transportes públicos deficitários²⁴⁰. Na capital francesa, José Aparecido buscou dois objetivos. Primeiro, captação de recursos junto às instituições financeiras daquele país que seriam utilizados em obras de saneamento básico e para a construção de um metrô em Brasília, a respeito do que alertava que Lucio Costa seria devidamente consultado, como era de costume – aliás, questão abordada inúmeras vezes na presente dissertação. Segundo, José Aparecido buscou estreitar contatos com a Unesco para emplacar Brasília como a primeira capital moderna a ser consagrada como Patrimônio da Humanidade²⁴¹.

Claro que, em termos de questões políticas, há que se resguardar certa distância entre o discurso e a ação. Porém, a persistência, desde os discursos iniciais até a consagração da cidade em patrimônio mundial ²⁴², bem assim o chamamento dos autores para a

²³⁸ OLIVEIRA, José Aparecido. **Brasília, uma sinfonia**. Brasília: Dom Quixote Editora, 1986, pág. 27.

²³⁹ Idem, pág. 43.

²⁴⁰ TRIBUNA DA IMPRENSA. **Êxito da viagem de Aparecido ao exterior foi maior que o esperado**. 19 de maio de 1987, pág. 2.

²⁴¹ JORNAL DE BRASÍLIA. **Aparecido busca em Paris os recursos para obra do metrô**. 5 de maio de 1987, pág. 12.

²⁴² Logo após o seu reconhecimento como patrimônio da Humanidade, em janeiro de 1988, atribuíu-se à consagração de Brasília junto à Unesco o acesso às linhas de crédito e financiamento internacionais: “A declaração de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco rende dividendos. Literalmente: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou, no final de dezembro, um empréstimo de 100 milhões de dólares a serem aplicados num amplo programa de abastecimento de água e saneamento no Distrito Federal.”

complementação da grande obra modernista²⁴³, me informam a respeito de uma efetiva inclusão da questão da patrimonialização de Brasília em relação, por vezes branda, por outras vinculadas, a questões políticas as mais diversas. Para além dos estudos técnicos ou análise das dimensões culturais do GT-Brasília, a inclusão de outros setores do governo federal implicou também o direcionamento das ações de efetiva preservação de Brasília. O tempo das propostas de estudos será atravessado pela emergência da agenda política de governo.

3.2.5 Do anteprojeto ao decreto: o patrimônio moderno na Unesco e a estratégia de proteção brasileira.

Uma das ações do GT-Brasília, provocadas pelo Governo do Distrito Federal, foi a elaboração do dossiê de candidatura de Brasília encaminhado ao ICOMOS, ainda em 1986²⁴⁴, mesmo ano em que teve início uma série de discussões relativas à inserção de bens contemporâneos na lista da Unesco, instituída pela Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972²⁴⁵. Antes porem, em comunicado da Secretaria de Estado das Relações Exteriores ao

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade. BID ajuda a garantir o futuro.** 1º de janeiro de 1988.

²⁴³ José Aparecido, literalmente, convidou Lucio Costa, Oscar Niemeyer e Burlle Marx para trabalhar em Brasília e integrarem o Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (CAUMA). O único que efetivamente atendeu ao convite foi Oscar Niemeyer que, além de elaborar projetos de reforma dos palácios de sua autoria, projetou a Casa do Cantador, na Região Administrativa de Ceilândia, então uma das zonas mais carentes do Distrito Federal e com grande contingente de migrantes nordestinos. Lucio Costa não chegou a dar expediente em Brasília, mas elaborou projetos de habitação popular, poucos deles construídos em meados da década de 1980, visando aproximar de Brasília os trabalhadores de baixa renda e aproveitar a infraestrutura montada em razão das estradas que ligavam as “cidades-satélites” ao Plano Piloto. Um desses locais, ligado à Região Administrativa do Guará, leva o nome do criador: Setor Lucio Costa.

²⁴⁴ Consta do documento “Relatório de Atividades Desenvolvidas por Ação – 1986” o seguinte: “Apresentação de dossier para a UNESCO, com vistas aos estudos para uma possível inclusão de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial, da UNESCO, como representante do Patrimônio Contemporâneo. Dossier contendo extenso formulário preenchido, textos em francês, coletânea de fotos, mapas, croquis, bibliografia em anexo (...) [o assunto referente ao dossiê] é confidencial, devendo ser mantido em sigilo até novas instruções, tendo sido realizado conforme discussões anteriores, internas ao ‘GT-Brasília’ – com ciência do Gabinete do GDF/SPHAN/próMemória/UnB, sendo levado à efeito segundo instruções do Sr. Governador do Distrito Federal.” ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 03.

²⁴⁵ O Brasil é signatário, desde 1977, desse compromisso internacional: a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada em Paris, em 1972. Segundo Clovis Britto (2006): “a Convenção prevê instituições que compõem uma autoridade de proteção internacional, com o intuito de promover a inscrição dos bens na Lista do Patrimônio Mundial ou na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, e a assistência internacional. Para tanto, é representado pelo Comitê do Patrimônio Mundial, órgão executivo permanente, e por seu bureau, integrado por um Comitê Consultivo composto por representantes do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais – ICCROM e pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS. Auxiliando as ações do Comitê, existe um fundo internacional para recolher e distribuir os recursos para o financiamento das ações de assistência – Fundo do Patrimônio Mundial.”

Secretário do Patrimônio, Ângelo Oswaldo²⁴⁶ – com cópia para o governador de Brasília, José Aparecido –, informa-se que os resultados dessas iniciativas não foram necessariamente animadores. Avisa o documento que o Bureau do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco recebera com reticências, em reunião realizada em junho daquele ano, o projeto de diretrizes elaborados pelo ICOMOS para o trato com o patrimônio contemporâneo, tendo como consequência direta a não aceitação de convite, feito pelo Governo do Distrito Federal, de que se realizasse em Brasília a reunião do Comitê que por fim debateria a inclusão desses bens do século XX.

Mas a falta de decisão referente à consolidação dessas diretrizes, informava o mesmo comunicado, não impedia que o governo de Brasília, caso entendesse que sim, solicitasse a inclusão da cidade na lista indicativa, ao passo que elaborasse a documentação necessária, missão cumprida pelo GT-Brasília. Segue-se então, conforme os relatórios de atividades do grupo²⁴⁷, que o ano de 1987 seria decisivo por concentrar, além da candidatura de Brasília no Patrimônio Mundial, a elaboração de uma legislação que transformasse os estudos até então realizados em efetivas diretrizes para a preservação dos patrimônios no Distrito Federal, concomitante aos trabalhos junto à comunidade do acampamento pioneiro da Vila Planalto²⁴⁸.

No que diz respeito à legislação, tem início uma corrida contra o tempo. Ainda no final de 1986 o grupo contrata a consultoria externa de juristas especializados em direito urbano, com a expectativa de que a etapa referente ao Plano Piloto e seu entorno imediato estivesse pronta no **final de julho de 1987**, “em atendimento aos prazos estipulados pelo Comitê do Patrimônio Mundial”²⁴⁹.

²⁴⁶ Comunicado da Secretaria de Estado das Relações Exteriores nº 167/86-DCINT/DAM-I/DNU/DEM, de 04 de outubro de 1986, encaminhado pelo Subsecretário-geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais, Rubens Antônio Barbosa. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 03.

²⁴⁷ Foram localizados nos arquivos da Superintendência do IPHAN no DF três Relatórios de Atividades, abrangendo “janeiro a maio”, “janeiro a agosto” e “agosto a novembro” de 1987, todos encaminhados à “Coordenadoria de Conservação” da SPHAN, uma vez que “os custos da ação” do GT-Brasília, que implicava em recursos para pagamento de estagiários e consultores, foram suprimidos do “orçamento da FNPM para 1987”. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 05.

²⁴⁸ Sandra Bernardes (2005) destaca o modo como a atuação do GT-Brasília junto à comunidade da Vila Planalto teria apoiado sua fixação no local. Ainda que, posteriormente ao seu tombamento distrital, efetivado em 1988, o grupo tenha sido afastado da gestão daquele espaço simbólico, e mesmo que uma diversidade de interesses, sejam dos órgãos relacionados à sua organização e fiscalização, seja a especulação imobiliária e aos embates entre grupos divergentes da própria comunidade, tenham desarticulado a feição comunitária da sua gestão, não se pode negar que a notável iniciativa de um contato de proximidade com a comunidade pelo GT-Brasília tenha sido bastante exitoso, haja vista que a atuação dos especialistas buscou harmonizar a proposta de preservação com os anseios da população diretamente impactada. Indica também que o uso do instrumento de preservação, o tombamento, quando relacionado a outras estratégias, como a da fixação da comunidade, foi utilizado pelo GT-Brasília para áreas urbanas.

²⁴⁹ “Relatório de Atividades – período: janeiro/maio de 1987”. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 04.

Em comunicado interno, direcionado ao ordenador de despesas do órgão, Briane Bicca solicita recursos para a contratação dos juristas Toshio Mukai e Paulo Affonso Leme Machado, justificando a necessidade de legislação “dada a exigência da Unesco”, ressaltando ainda que

“...a inexistência de legislação específica para a preservação do patrimônio cultural de Brasília, e a complexa situação das demais legislações (Códigos de Obras, de Posturas, etc) com problemas de conteúdo, relação interinstitucional, competências, além da situação básica de arcabouço provisório e numerosíssimas emendas: a esta problemática pode-se apontar grande parte da responsabilidade pela descaracterização do patrimônio histórico e cultural de Brasília.”²⁵⁰

Portanto, mais de cinco anos desde o início dos trabalhos, o GT-Brasília, com auxílio de profissionais do ramo do direito, estaria em condições de ultrapassar a etapa de diagnóstico para outra, propositiva, rompendo com um paradigma de más aplicações urbanísticas em prol de uma nova fase, em que o planejamento urbano estivesse na ordem do dia. Entretanto, os prazos para a consecução desses objetivos seriam logo redimensionados. Em agosto daquele ano, informava-se que o documento “Anteprojeto de Legislação para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano do DF” fora encaminhado à Procuradoria do Distrito Federal para avaliação e subsequente promulgação²⁵¹, e novamente, em novembro, como se verá, um novo prazo será posto em negociação.

Simultaneamente ao desenvolvimento de estudos no plano interno, caminhava a candidatura da cidade como Patrimônio Mundial. Em maio daquele ano seria elaborado, por Leon Pressouyre, o parecer do ICOMOS apreciando a candidatura, conforme o dossiê elaborado pelo GT-Brasília. E mesmo que a discussão em torno do patrimônio contemporâneo tivesse, momentaneamente, arrefecido, o robusto material²⁵² elaborado pelo grupo ensejou a aprovação relativa da candidatura de Brasília. Entretanto, o estudioso francês, que destacou o histórico de construção da capital, acabou por sugerir uma aprovação condicional, conforme segue:

“O ICOMOS, ao mesmo tempo que expressa um parecer em princípio favorável à inscrição de Brasília na lista do Patrimônio Mundial, estima que essa inscrição deva ser adiada até que medidas mínimas de proteção garantam a salvaguarda da criação urbana de Costa e Niemeyer”²⁵³

²⁵⁰ Comunicado Interno nº 277-FNPM, de 17 de novembro de 1986. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 04.

²⁵¹ “Memória de Atividades Desenvolvidas (atividades/projetos realizados entre janeiro e agosto de 1987)”. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 04.

²⁵² Sandra Ribeiro (2005) destaca que a qualidade do material apresentado foi preponderante para a aceitação da candidatura. O material entregue em formato de dossiê era composto por um formulário preenchido pela equipe do GT-Brasília ao qual se acrescentou o conjunto de textos, estudos e análises realizados até então. Por exemplo, juntaram o trabalho de síntese elaborado em maio de 1985.

²⁵³ Parecer de Leon Pressouyre. In: PERALVA, Osvaldo. Op. Cit. Pág. 106-10.

Tal parecer fora discutido na XI Sessão do Bureau do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, em Paris, entre 23 a 26 de junho de 1987; e no dia 2 de julho daquele ano o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, comunica o fato a José Aparecido por telex²⁵⁴. Ao governador, o ministro reportou que Brasília, “fato maior na História do Urbanismo”, tivera sua candidatura defendida pelo representante da SPHAN, Augusto Silva Telles, informando ao bureau o grande interesse do governo brasileiro em ver sua capital inscrita como Patrimônio da Humanidade, e que o governo do Distrito Federal, em conjunto com a SPHAN e a Universidade de Brasília, concluiria em agosto próximo, a legislação específica de proteção ao patrimônio de Brasília.

Nesse comunicado, que reiterava o convite emitido por Silva Telles “para que o Comitê do Patrimônio Mundial venha a reunir-se nesta cidade [Brasília] em 1988, se o Brasil lograr a sua reeleição a membro integrante do referido Comitê”, é possível observar que a dimensão da patrimonialização de Brasília estava, naquele momento, inclusa em demandas de ordens que extrapolavam aos estudos do GT-Brasília e de sua benfezaja pretensão de dotar a comunidade residente, conforme aborda Sandra Bernardes (2005), da decisão de quando, como e o quê viria a ser preservado. O interesse informado não era nem mesmo restrito ao âmbito local. Era ao “governo brasileiro” que importava a ação²⁵⁵ e que tinha, ademais, firmado compromisso quanto à resolução do pré-requisito legal junto à Unesco: agosto daquele ano. O tempo corria irrevogável e a aparente solução viria de uma estratégia jurídica.

O então procurador geral do Distrito Federal, Humberto Gomes de Barros, reporta ao governador José Aparecido, em meados de agosto de 1987²⁵⁶, a sua sugestão emergencial como provável solução para o caso. Em seu ofício, comenta que o imbróglio da questão de norma distrital de proteção fora solucionado, tempos atrás, por San Tiago Dantas que “teve a

²⁵⁴ O conteúdo do telex fora também remetido ao Secretário da SPHAN, Ângelo Oswaldo, por meio do Ofício nº 644/87-MinC/SEDI/CCD, de 08 de julho de 1987. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 04.

²⁵⁵ Oswaldo Peralva (1988, Pág. 100-2) traz a informação de que em abril de 1987 o senador da República e Presidente da Comissão do Distrito Federal no Senado, Meira Filho, realizou viagem à Paris para “tratar do processo em andamento no Comitê do Patrimônio Mundial, que declara Brasília Cidade Patrimônio da Humanidade”, somando o Poder Legislativo ao Executivo Federal, representado pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Cultura, no esforço conjunto para a inscrição de Brasília como patrimônio mundial. Relata ainda a moção de apoio à candidatura de Brasília feita em congresso internacional realizado naquele ano, na cidade do México, da Associação Mundial das Grandes Metrôpoles, bem como das felicitações recebidas em novembro de 1987, na Assembleia Plenária da União das Cidades Capitais Íbero Americanas (UCCI), pela provável inclusão de Brasília na prestigiada lista da Unesco. Indicações de uma rede de mobilizações tanto nacionais como internacionais, articuladas pelo governo de José Aparecido de Oliveira.

²⁵⁶ O.I. nº 169/87-GAB/PGR, de 14 de agosto de 1987. Cópia deste documento foi encaminhada ao Secretário da SPHAN Ângelo Oswaldo na mesma data, tendo sido solicitado a ele sugestões quanto ao seu conteúdo. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 04.

genial inspiração de inserir no texto o Art. 38” a definição de que qualquer alteração do Plano Piloto, “a que obedecia a urbanização de Brasília, dependeria de Lei Federal”.

Como visto, a ideia não partira de San Tiago Dantas. Aliás, fora inclusive, naquele tempo, denunciado por seu real proponente, o parlamentar Ernani Sátyro, que via na alteração na sua proposta a abertura a monstruosas transformações e desfigurações ao plano de Lucio Costa. E aqui ressaltar: a proteção, naquele momento, era ao **plano-piloto**, enquanto orientador da construção da cidade de Brasília. Tratava-se da busca de preservar a proposta, o desenho urbano, a partir do qual a cidade estaria preservada, ou seja, garantida a sua completa e fiel execução.

Quis a fortuna, entretanto, que dada a exiguidade do tempo, fosse imposta uma medida que, por mais que engenhosa, se realizaria sem uma aprofundada pesquisa e reflexão historiográficas. A estratégia jurídica acabou por consagrar o dito pelo não dito: San Tiago Dantas seria responsabilizado como um espírito benfazejo da preservação da capital, intuindo, em 1960, que a cidade efetivamente construída deveria ser protegida. Em sua proposta, Humberto Barros chamava a atenção de que seria necessário apenas explicitar “com maior precisão o conceito encerrado na expressão ‘Plano Piloto’”²⁵⁷.

Temos já aqui condições de indagar o termo: parece-me claro que o Plano Piloto, da Lei Santiago Dantas, não correspondia, física ou simbolicamente, à unidade administrativa que, na década de 1980, agregara sobre si, para além da caracterização de “fato maior do urbanismo mundial”, a de núcleo urbano das elites que se conformam com a segregação sócio espacial do Distrito Federal, conforme registrado em inúmeras análises do Simpósio de 1986.

Importa sempre lembrar que entre o final da década de 1950 e início dos anos 1960, momento da edição da supracitada lei, vigorava um período democrático que estava sendo, em meados da década de 1980, objeto de refazimento e reformulação, após o hiato ditatorial vivido. No período dos anos dourados de JK eram marcantes as representações de Brasília como, inclusive, símbolo do fortalecimento das estruturas democráticas – o formato da Praça dos Três Poderes em triângulo equilátero, com destaque para as “casas do povo”, Câmara dos Deputados e Senado Federal, orienta essa leitura.

Perspectiva diversa de alguns estudiosos para os quais a capital se encontraria, por diversas razões, relacionada às estruturas autoritárias, seja dos comandos militares ou mesmo um autoritarismo brando do desenvolvimentismo juscelinista, ou ainda, o formato monumental da Esplanada dos Ministérios a afastar e diminuir o povo (BICCA, 1985; VESSENTINI, 1986;

²⁵⁷ Idem.

CASTELO BRANCO, 1987). Ou seja, para determinado setor da intelectualidade, os espaços da capital modernista se atrelavam à geopolítica militarista, distantes, portanto, da utopia humanista de Lucio Costa.

Nesse sentido, noto que havia, naquele tempo, enorme complexidade na questão de definir o que seria o Plano Piloto. Para além de delimitar apenas e tão somente seus limites espaciais, havia também a questão de abordar seus contornos ideológicos e representações junto à sociedade de um modo geral e de especialistas no particular. Afinal, a mesma cidade que então se pretendia consagrar como patrimônio de toda a Humanidade já não representava, para determinados atores sociais, valores que lhes fossem referenciais ou que importasse preservar. Pelo sim ou pelo não, Barros, que admitia a carência, dele e de sua equipe, para lidar com a devida “competência técnica” com questões relativas à “valores geográficos e conceitos urbanísticos”, encaminhava anexa uma minuta de decreto bastante sucinta, que somente aos seus limites físicos parecia se importar. *In verbis*:

“Art. 1º. Considera-se Plano Piloto de Brasília, para os fins do artigo 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, a descrição constante do Relatório apresentado por Lucio Costa à Comissão Julgadora do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil.

PARÁGRAFO ÚNICO. Integram o Plano Piloto de Brasília o Lago Paranoá e o relevo que o circunda, até o respectivo divisor de águas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”²⁵⁸

Uma proposta que, de certo, não contemplava a perspectiva ampla imaginada pelo GT-Brasília, algo que fora notado, no mesmo documento, pelo próprio Humberto Barros, mas se adiantou a questões que, mais tarde, seriam incorporadas no Decreto nº 10.829/87 como, por exemplo, a relação do objeto patrimonial, a cidade existente, ao seu projeto original apresentado no Relatório de Lucio Costa. O jurista anunciava que “os técnicos do SPHAN²⁵⁹” apresentaram naquela mesma semana o “Anteprojeto de Legislação para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano do Distrito Federal”, e que nele estariam contidos

“...preciosos subsídios a serem aproveitados no estatuto que possibilitará a inscrição dos testemunhos históricos e das zonas de envolvimento do Plano Piloto.

No que se refere a tais zonas e testemunhos, parece-me necessária a edição de texto legal ou tombamento, nos termos do Art. 198 da Constituição Federal. **No estreito prazo de que dispomos (Vossa Excelência afirmou-me que necessita do texto relativo ao Plano Piloto, antes do dia 30 de agosto)**, seria humanamente impossível

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Digno de nota esse marcador identitário: o grupo que, inicialmente, fora criado por um ato do Governo do Distrito Federal com ampla participação de professores da UnB, agora era, aos olhos de um servidor público da estrutura do GDF, apenas relacionado com o órgão federal de preservação.

transformar em preceitos jurídicos de boa qualidade o texto contido nas 103 folhas do ‘Anteprojeto’ elaborado pelo SPHAN.”²⁶⁰ [Grifo meu]

Dessa informação é possível observar uma sutil estratégia de ofertar uma solução manifestamente paliativa e que não implicava na utilização do instituto jurídico do tombamento. Ou seja, ficava claro, ainda mais quando reportava a diferença entre o Plano Piloto e de suas “zonas de envolvimento”, que tais zonas restavam desguarnecidas de um “texto legal ou tombamento”, ao passo que a Lei San Tiago Dantas abarcaria o estritamente necessário à Unesco. De qualquer maneira, não se registra no documento uma avaliação negativa do “Anteprojeto” por parte do procurador. Pelo contrário, é a urgência que o afasta do humanamente possível em termos de transformar aquele substancial trabalho de uma centena de páginas em preceitos jurídicos tidos como “de boa qualidade”. Em suma, apontava mais para uma continuidade do exame dos trabalhos do GT-Brasília que para seu arquivamento, embora, simultaneamente, e de maneira categórica, oferta a solução que a emergência requer, compatível com os prazos exigidos, se sobrepondo ao trabalho que, por mais que qualificado, no entanto, carecia ainda de aperfeiçoamento, como se observa na análise realizada, naquele mesmo mês de agosto, pelo jurista contratado pelo próprio GT-Brasília.

No documento de análise do “Anteprojeto”²⁶¹, Paulo Affonso Leme Machado apresenta sugestões assim agrupadas: quanto à “linguagem utilizada”, ele sugere a elaboração de um glossário de termos técnicos. Quanto aos “objetivos pretendidos”, ele questiona a utilização reiterada do conceito geral de “preservação”, tendo em vista que, quando comparada com a perspectiva ambiental, preservar uma coisa poderia equivaler à intenção de deixá-la intocada, não manipulada pelo homem, diferente do conceito de “conservação”, relacionado ao manejo não destrutivo. Por fim, quanto aos “instrumentos para a consecução dos objetivos”, chamará a atenção para o caráter de “intervenção da administração pública” consubstanciado pelas ações de preservação do patrimônio, e que não estavam suficientemente esclarecidos na proposta apresentada.

É manifesto o interesse, registrado em documentos e depoimentos diversos, que ao GT-Brasília importava o exercício de um modo de planejamento menos interventivo que o tombamento, numa tentativa de não barrar o que seria o desenvolvimento natural da cidade.

²⁶⁰ O.I. nº 169/87-GAB/PGR. Op. Cit. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 04.

²⁶¹ Documento assinado por Paulo Affonso Leme Machado intitulado “Breve análise do Anteprojeto de Legislação para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano do Distrito Federal”, de 9 de agosto de 1987. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 04.

Ainda assim, o próprio “Anteprojeto” apontava, naturalmente, para situações em que, em algum nível, haveria a determinação de parâmetros e critérios, que só seriam conhecidos no âmbito legal com a utilização de elementos compatíveis com o regime jurídico de então e, segundo Paulo Machado, “o anteprojeto ressentia-se dessa clara definição do controle a ser exercido”. Em suas palavras:

“Ressalto, que o anteprojeto, como um todo, revela um excelente acervo de intenções, principalmente, no que tange à arquitetura em todas as suas manifestações. **Contudo, fica a pergunta se os meios encontrados – no documento – têm eficácia jurídica.** Isto é, se existem comportamentos obrigatórios para a Administração Pública e para os cidadãos no que diz respeito ao uso da propriedade pública e privada no Distrito Federal. Outra pergunta é: no caso de discrepância de interesses, por quais normas deverá guiar-se o Poder Judiciário ao decidir o litígio? **Apreciaria, portanto, que nos casos em que se queira uma melhor proteção se utilizasse claramente o tombamento, instituto jurídico não perfeito, mas com emprego já eficaz no Brasil, conforme o decreto 25/1937.** Poderiam ser criadas outras normas jurídicas semelhantes a esse decreto, mas que devem conter direcionamentos indúvidos, como o faz, por exemplo, o artigo 17 do decreto 25/1937.”²⁶² [Grifos meus]

Importante registro de avaliação dos trabalhos do GT-Brasília em que, mais uma vez, é notada a qualidade das propostas. Ainda assim, opera uma avaliação para além de aspectos oriundos dos conceitos patrimoniais e, por extensão, das técnicas, métodos, e noções dos campos da arquitetura e do urbanismo, formação quase que exclusiva dos integrantes do GT-Brasília em quaisquer de suas composições desde 1981. No limite, o ponto de análise questiona condições de eficácia legal da proposta, sem a qual qualquer proposição de normativa correria o risco de tornar-se inócua ou apenas um acervo de boas intenções sem condições de se tornar um efetivo instrumento de preservação. A opção pela não utilização do tombamento cobraria seu preço.

A bibliografia que aborda os estudos realizados pelo GT-Brasília (RIBEIRO, 2005; REIS, 2000; RAMOS; 2005) não deixa de mencionar o caráter inovador de suas formulações. Mas as inovações, creio, em qualquer campo, seja do meio acadêmico ou do âmbito da administração pública, mais do que simplesmente desafiar o panorama estabelecido têm de romper, superar ou reelaborar toda uma estrutura de procedimentos, posturas, crenças, que se relacionam e se interpenetram no tema a ser inovado. Não se tratava, portanto, de apresentar, apenas e tão somente, uma proposta de preservação para um objeto de um tipo ainda não estudado: uma cidade modernista. Talvez o maior desafio fosse justamente o de estruturar um modo de preservação que não levasse em conta um instrumento que, embora sabido imperfeito,

²⁶² Idem.

gozava de longa e ampla aplicação: o tombamento. Neste ponto, recorro ainda uma vez à lembrança da proposta não desenvolvida do “tombamento projetivo” de Aloísio Magalhães como possibilidade de enfrentamento a esses desafios, porquanto aventasse uma nova abordagem da preservação, porém, reconhecendo que o instrumento disponível deveria ser utilizado, e mais, sendo relativizada a sua aplicação.

Evidente que a avaliação do jurista Paulo Affonso Machado não encerrava o debate, nem poderia ser tomada como definitiva no sentido de derrubar a aplicabilidade da proposta do GT-Brasília. Porém, é preciso reconhecer que a permanência de um instrumento jurídico com tamanha longevidade e vitalidade tenha possibilitado que o mesmo tenha sido burilado no tempo e acumulado, entre vitórias e derrotas, entre avanços e retrocessos, um lastro de técnicas, conceitos e jurisprudências que não podem, sob o risco de exagerado reducionismo, ser abreviados simplesmente ao discurso do “congelamento”²⁶³. De toda a maneira, parece-me que por mais que tenham, os pesquisadores do GT-Brasília, avançado num trabalho de grande amplitude, havia ainda questões que necessitavam de maior amadurecimento, de melhor esclarecimento, e de mais profunda revisão. Entretanto, lapidar esse diamante levaria tempo, o que estaria em relativa incompatibilidade com os prazos da agenda que lhe era exterior.

Ao final do mesmo mês de agosto²⁶⁴, o Secretário Ângelo Oswaldo encaminharia ao governador o que seria a versão final do “Anteprojeto”, informando se tratar do cumprimento da tarefa confiada ao GT-Brasília, e em resposta ao ofício supracitado do procurador Humberto de Barros. Ângelo Oswaldo avalia que a medida proposta na sumaríssima minuta de decreto, sugerida por Humberto Barros, não estaria em condições de, por si só, atender aos “requisitos necessários à inscrição de Brasília [junto à Unesco], devido ao seu caráter genérico”. Em contrapartida, defende as qualidades do “Anteprojeto”, observando que o caráter geral das propostas visa assegurar “medidas fundamentais de proteção” sem que, com isso, houvesse o impedimento do desenvolvimento da cidade, e que o trabalho do GT-Brasília resgata, muitas

²⁶³ Há diversos trabalhos que abordam o desenvolvimento da jurisprudência atinente ao patrimônio cultural, notadamente quanto ao instituto jurídico do tombamento e de seus efeitos, como Sônia Rabello (2009), Robério Braga (2007), Andrey Gasparini (2005), Antônio A. Queiroz Telles (1992). Ainda que diverjam em alguns termos relacionados aos seus efeitos, seu regime jurídico, seus procedimentos e critérios, parece haver uma avaliação comum quanto à vitalidade desse instrumento relacionada à adaptabilidade, ao longo dos anos, às questões as mais diversas, quase sempre com a defesa de técnicos especialistas em conjunto com advogados que, desde 1937, construíram uma jurisprudência robusta e diversificada no tempo. Quanto à proposta do GT-Brasília exarada no “Anteprojeto”, carecemos ainda de uma avaliação crítica aprofundada em termos de análise jurídica, o que não será feito, por não ser o objetivo, na presente dissertação.

²⁶⁴ O documento, obtido em cópia nos arquivos da Superintendência do IPHAN no DF, tem apenas a data, sem numeração de ofício nem aviso de recebimento. Outra cópia em condições semelhantes indica o encaminhamento ao procurador geral Humberto Gomes de Barros, informando a este que se tratava de “texto final, resultado de detido trabalho de revisão”. OF.: S/N, de 31 de agosto de 1987. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 04.

vezes, “propostas constantes no Relatório do Plano Piloto de Brasília, ainda hoje não implementadas”²⁶⁵. Ainda assim, alerta que o

“O caráter específico dos títulos relativos às disposições transitórias e finais exige o acompanhamento de especialistas da área jurídica, estando nesse particular incompleta a presente versão.”

Mesmo com essa incompletude, referente apenas aos dois últimos títulos²⁶⁶ do “Anteprojeto”, o que se tem é, de fato, um trabalho robusto e sofisticado, dada amplitude dos objetivos e objetos propostos conforme o que consta do “Título I – Disposições Preliminares”. Dali também se vê expressa, no capítulo referente às definições e conceitos, a opção por utilizar dispositivos outros para além do tombamento, como se vê no item “Preservação”:

“1 – **Preservação**: termo usado no sentido amplo de: a) resguardar bens de patrimônio histórico e cultural de quaisquer danos; b) defender os referidos bens de quaisquer ações que os desfigurem ou impliquem em sua descaracterização, ainda que parcial ou transitória. **A preservação destina-se àqueles bens que, por seu valor histórico e/ou natural, ou ainda de referência social, foram escolhidos para compor o acervo de uma coletividade.**” [Grifo meu]

A definição do que se compreende como preservação não demonstra sob qual aspecto essa proteção viria a se concretizar na ação efetiva do Estado²⁶⁷, haja vista que não se encontra apontado qual o instrumento jurídico iria ser aplicado para garantir a **defesa**, o **resguardo** do dano, ou de como iria impedir a efetiva **desfiguração** do bem. De outra maneira, aponta como ato de preservar um outro que o precede, o da **seleção** dos bens dada a justificativa histórica, procedimento presente desde a edição do Decreto-Lei nº 25/37. Indica, também, a sua perspectiva de aproximação para com a “referência social”, ao gosto das novas ideias de patrimônio que vinham sendo construídas desde o CNRC.

Por outro lado, no que tange ao caráter geral das propostas, observo que, associado ao método elaborado pelo GT-Brasília em seu esforço de caracterização, advindo de pesquisas de imagem junto à população e análise *in loco* feita pelos pesquisadores do grupo, manteve-se a opção pela não definição de parâmetros precisos, seja de gabarito, índices ou taxas de

²⁶⁵ Uma perspectiva que dialoga com diversas intenções de preservação ao longo do tempo, registrados nos encontros de 1959, 1974 e 1986, conforme o segundo capítulo, bem como em pontuais ações patrimoniais, conforme tópico anterior, em que a preservação estaria em relação à patrimonialização, mas não necessariamente nela encerrada, porquanto houvesse a intenção subjacente de completar a obra de Lucio Costa.

²⁶⁶ O “Anteprojeto de Legislação para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano do Distrito Federal” (Mimeo, 106 págs.) é composto por seis títulos, a saber: Título I – Disposições Preliminares; Título II – Do Patrimônio Construído; Título III – Do Patrimônio Natural; Título IV – Do Patrimônio Documental; Título V – Das Disposições Transitórias; Título VI – Das Disposições Finais. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 05.

²⁶⁷ Ao menos não dá a ver o *modus operandi* dos órgãos que seriam responsáveis para, no caso, aplicar o Poder de Polícia, conforme se apresenta com o instituto do tombamento (RABELLO, 2009).

ocupação, como se vê no exemplo a seguir, no “Título II – Do Patrimônio Construído; Seção IV – Silhueta”:

“Parágrafo 4º: No Eixo Monumental (exceto na área do Centro Urbano), preservação das características de: a) linha de coroamento quebrada, descontínua, com inúmeras, grandes e diferenciadas deflexões, com ruptura nos seus limites leste com a AP1 [Área de Preservação 1] e oeste com a AP2 [Área de Preservação 2]; b) linha de força de grande intensidade, causada pela predominância de intersticialidade; c) sistema de pontuações internos, reunindo os marcos referenciais importantes para a orientação da identidade urbana de Brasília: Torre de TV e Congresso Nacional; d) intersticialidade marcante, entre edificações de destaque em importantes campos visuais, com seu reforço pelo tipo de tratamento paisagístico, com ênfase à utilização de vegetação de pequeno porte e forrações.”

Noto a predominância de termos técnicos sofisticados, certamente, de difícil apreensão ao público não especializado em arquitetura e urbanismo, ou mesmo familiarizado com leituras “gestálticas” do espaço. Há que se considerar as dificuldades de aplicação dessa proposta tendo em vista aparentes imprecisões como “inúmeras, grandes e diferenciadas deflexões”, ou mesmo merecedoras de maior definição como “linhas de força”, ou de maior justificativa e significação como, por exemplo, o que se entenderia por “identidade urbana”. Expressões com uma boa carga de subjetividade, passíveis de variadas interpretações e utilizações, tanto pelos gestores do espaço como pelos cidadãos.

Essa ponderação se faz pertinente devido ao fato de que a normativa efetivamente implementada, o Decreto nº 10.829/87, sofreu imediatas avaliações e julgamento, quase todas negativas, sobretudo quanto à subjetividade e indefinição de suas diretrizes de preservação, partindo das escalas urbanísticas – como será tratado logo à frente. Ao que me permito especular: caso fosse o trabalho do GT-Brasília editado tal como fora proposto, ele teria passado incólume por semelhantes avaliações e julgamentos, seja da classe de especialistas em urbanismo, seja pela de juristas especializados em direito urbano? E quanto à sociedade civil e a classe política, será que eles receberiam com bons agouros o texto produzido? De qualquer forma, ressalto que o vocabulário utilizado no “Anteprojeto” dá a ver que a orientação conceitual proposta desde o trabalho de síntese realizado em 1985 foi mantida até a proposta final, o que demonstra a convicção do grupo na metodologia adotada.

Na sequência desses acontecimentos, em documento datado de 23 de setembro de 1987²⁶⁸, o arquiteto Ítalo Campofiorito, então a serviço do IPHAN, encaminha carta (ANEXO III) ao governador informando sobre sua proposta de legislação. Nela, defende que atos de

²⁶⁸ Carta S/N, de 23 de setembro de 1987, assinada por Ítalo Campofiorito. Mimeo. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 05.

tombamento do governador, sem a anuência do Legislativo do Congresso Nacional, se revestiriam de relativa ineficácia, razão pela qual apontava que seu artifício, “tombar as escalas de Brasília”, não valeria para “consagrar a cidade em seu governo”. Entretanto, defendia uma fórmula alternativa:

“Decreto seu [de José Aparecido], regulamentando a Lei Santiago Dantas, com a especificação do que seja – hoje – o Plano Piloto – e suas características a preservar – e **não ultrapassando o Plano Piloto**, para que o regulamento não seja maior que a Lei (...)

Está pronto o que interessa à Unesco. O futuro desenvolvimento distrital de Brasília – os valores rurais antigos, contemporâneos e cotidianos etc. – **isso sim, deve ser fruto da discussão democrática, devem ser frutos de outras legislações, a começar pelas que se basearem no extraordinário trabalho do grupo MinC/GDF/UnB**²⁶⁹.”
[Grifos meus]

Ítalo Campofiorito apresenta, nesse documento, alguns aspectos tratados anteriormente pelo procurador Humberto Barros, no que tange à necessidade de delimitação do Plano Piloto. Do mesmo modo, delimita a qual porção do Distrito Federal sua proposta de legislação se refere, atrelando seu alcance ao disposto na lei San Tiago Dantas, deixando as demais áreas sob a atenção de “outras legislações” a serem estabelecidas em virtude de discussões democráticas. Estaria se referindo à participação popular pura e simplesmente ou à questão da autonomia política da capital, cuja consecução se avizinhava? De uma maneira ou de outra, ainda que apresentasse uma proposta que acabou se sobrepondo à do GT-Brasília, Ítalo Campofiorito reverenciava o grupo no que se refere ao trato de outras áreas do Distrito Federal. Todavia, seu texto, bem como sua iniciativa, ainda que se apresentassem como suficientes para a Unesco, não seria editada sem antes ser objeto de crítica.

Briane Bicca, coordenadora do GT-Brasília, redige, ainda em setembro daquele ano, uma carta²⁷⁰ ao governador José Aparecido na qual registra “posição pessoal a respeito do encaminhamento dado ao assunto”. Ali rememora uma reunião havida na residência de Lucio Costa, com a presença dela, de Ítalo Campofiorito e de Augusto Silva Telles, em que teria se acertado o encaminhamento da proposta do “Anteprojeto” em duas etapas. A primeira delas concentrada no Plano Piloto, considerando, inclusive, o receio expresso por Lucio Costa acerca de um documento que envidasse esforços de preservação de outros elementos patrimoniais que não estariam no quadro de interesses do Patrimônio Mundial da Unesco²⁷¹.

²⁶⁹ Referência ao GT-Brasília.

²⁷⁰ Carta S/N, de 29 de setembro de 1987, assinada por Briane Bicca. Mimeo. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 05.

²⁷¹ O trabalho de Sandra Bernardes (2005) aborda as tensões geradas nesses processos a partir da análise de depoimentos de alguns dos participantes, confirmando a realização de reuniões onde foram expressas as preocupações de Lucio Costa para com os limites da proposta patrimonial. O arquiteto teria firmado posição

A coordenadora relata a surpresa que a acometeu ao se deparar com a proposta apresentada por Ítalo Campofiorito, considerando que teria recebido a incumbência de remeter uma proposta final revisada do “Anteprojeto” até dia 30 de setembro daquele ano. Menciona ainda que, quanto à preservação exclusivamente do Plano Piloto, o próprio Lucio Costa não teria apresentado oposição para com a proposta do GT-Brasília. Igualmente, faz um breve relato dos trabalhos desde 1981, apontando a necessidade de inovação de instrumento legal para proteger Brasília, “que foge à regra de cidades históricas tradicionais, por tratar-se de um espaço em formação”, sendo, portanto, “inadequado ao emprego de instrumentos legais de caráter cristizador.”

Faz então algumas análises e críticas ao texto de Ítalo Campofiorito, conforme segue: indica a impertinência da inclusão de elementos ainda não implantados²⁷² numa legislação de preservação, incorrendo em um prévio enrijecimento; a necessidade de flexibilização e contínua revisão, admitida por Lucio Costa desde o Seminário de 1974, e que estaria contemplada na proposta do GT-Brasília, mas que acabaria “congelada” com a proposta de Campofiorito; a questionável indicação do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (CAUMA) como fiel da balança para o trato de questões de preservação, a despeito da criação de um organismo direcionado ao patrimônio como “Conselhos de Preservação do Patrimônio Cultural”, conforme, destacou, fora debatido, tempos atrás, nos Fóruns dos Secretários de Cultura, presididos pelo próprio José Aparecido; a temeridade das repercussões negativas e reações adversas da medida de “caráter impositivo”, que seria inversa à proposta do GT-Brasília, esta de “caráter genérico e, portanto, menos polêmico”, o que facilitaria o subsequente trâmite do “Anteprojeto” quando este fosse encaminhado à apreciação do Congresso Nacional para enfim tornar-se lei.

Por fim, Briane Bicca aponta que o documento de Ítalo Campofiorito fora encaminhado juntamente com anotação, feita de próprio punho por Lucio Costa, no qual o arquiteto manifesta, dentre outras coisas, a pertinência de inclusão da cidade de Chandigarh, de Le Corbusier, anterior ou simultaneamente à Brasília na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco. Por fim, a arquiteta faz a seguinte proposição:

“Diante da ausência de consenso quanto ao conteúdo do Decreto a promulgar, apresento a Vossa Excelência a proposta de estancar por um ano o

naquilo que a Unesco estaria disposta a consagrar: a cidade modernista de Brasília, tomada como o Plano Piloto. Entretanto, como se verá adiante, em sua perspectiva não chegou a equacionar o que entendia como de fundamental para a preservação com a poligonal, enfim, tombada.

²⁷² Provavelmente se referindo às propostas de expansão contidas no anexo da proposta, o documento “Brasília Revisitada”, de Lucio Costa.

encaminhamento da legislação de proteção ao Comitê do Patrimônio Mundial, período no qual se faria uma ampla discussão das alternativas propostas, para então chegar a uma solução que poderá até não ser nenhuma daquelas hoje em pauta.” [Grifo meu]

Tendo em vista eventos que se seguiram, depreendo que a solicitação de uma extensão de prazo por mais um ano não surtiria efeito, ainda que justificada, a um só tempo, no atendimento de um pedido do “inventor” de Brasília e na possibilidade de debate amplo junto à sociedade que habitava a cidade “inventada”. Duas semanas depois, seria editado o Decreto nº 10.829/87 e Brasília seria, em pouco tempo, a despeito da desconfiança de que o texto de Campofiorito não seria suficiente, consagrada como a primeira cidade contemporânea listada como Patrimônio da Humanidade pela Unesco em dezembro daquele ano.

De imediato, entretanto, grande parte das reações aventadas por Briane Bicca se concretizaram. Setores políticos e especialistas – quase sempre ligados à arquitetura e ao urbanismo – vociferavam contra as medidas de José Aparecido. Reportagem veiculada no *Correio Braziliense*²⁷³ noticiava um debate ocorrido em novembro de 1987 com participação de integrante do GT-Brasília e arquitetos da cidade, na sede do Sindicato dos Arquitetos. O jornal registrou as avaliações:

“O decreto tirou zero, acompanhado de adjetivos como ‘bobo’, ‘ineficiente’, ‘rígido’ e ‘inflexível’. E os arquitetos já prepararam armas para que o absurdo seja revogado. A guerra vai começar (...) Sobraram farpas até para a amizade entre José Aparecido, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, chamados, na discussão, de ‘rei’ e ‘arquitetos do rei’.”²⁷⁴

A preocupação com a possibilidade de “cristalização” da cidade foi a tônica dominante de várias autoridades e especialistas, mas também questões sociais foram agregadas às críticas. Ainda conforme o jornal, seriam duras as declarações dos então presidente e o vice-presidente do Sindicato dos Arquitetos:

“A rigidez do Decreto que ‘plastifica as ideias de planejamento de Lúcio Costa’ significa também, segundo [o presidente do sindicato] Luís Felipe Torelli (sic), a eternização da característica elitista do Plano Piloto: ‘o Plano é totalmente segregador e o Aparecido quer continuar isso (...) O aspecto segregacionista de Brasília, cujos governantes expulsam as comunidades mais pobres para Goiás, segundo [o vice-presidente do sindicato] Luís Alberto Gouveia (...) é questionado desde que Brasília foi inaugurada.”

²⁷³ CORREIO BRAZILIENSE. **Arquitetos reprovam normas de preservação: categoria diz que decreto de Aparecido é “bobo, ineficiente, rígido e inflexível”**. 8 de novembro de 1987, pág. 7.

²⁷⁴ Idem.

O clima de “guerra” deflagrado pouco depois da edição do decreto seguiria acirrado por algum tempo ainda, com poucos defensores.

“A discussão extrapola a esfera acadêmica e chega ao Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). O presidente do IAB-DF, Aleixo Furtado, admite que a questão do tombamento de Brasília não foi convenientemente debatida com a sociedade. Contudo, considera mesquinhas as críticas ao decreto, explicando que tem a intenção de preservar os traços originais do Plano Piloto. ‘O decreto é grotesco e foi elaborado de forma ilegítima, autoritária e superficial’, discorda o vice-presidente do IAB-DF, José Roberto Bassul. Para ele, o patrimônio histórico cultural não pode ser uma abstração da intelectualidade. O que efetivamente pode ser apreendido como patrimônio pela população que vivencia o espaço da cidade.”²⁷⁵

Observo dos trechos acima que as razões para esta ou aquela modalidade de preservação se encontravam atravessadas por questões as mais diversas. Tanto a aspectos econômicos e sociais quanto às condições de vida das populações carentes. Tanto pela participação da sociedade, recém-saída de um regime de interdição de direitos, quanto pela leitura da cidade em suas representações e sua história. A crítica ao decreto não se valeu apenas de ponderações quanto à temida cristalização da cidade, mas se relacionavam à crítica de um dado planejamento, o de Lúcio Costa, cujos resultados já se veriam na segregação social presente na cidade, conforme análises daqueles especialistas.

Quanto às práticas dos governantes do Distrito Federal que, ao longo do tempo, teriam expulsado “as comunidades mais pobres”, tais gestores não são nomeados e nem inteiramente problematizadas suas responsabilidades para com as condições sociais marcadas pela desigualdade, nem tampouco equacionadas à situação do Brasil como um todo, ou seja, aos problemas enfrentados pelas metrópoles brasileiras naqueles tempos. Na leitura do arriscado tombamento sobressaía a noção de que restava às características morfológicas protegidas o condão de perenizar as condições de vida depauperadas de grande parte da população do DF, habitante das áreas não consagradas pela proteção almejada.

A polêmica em torno do tombamento foi de tal ordem que resvalou na estabilidade do próprio gabinete governamental, gerando especulações sobre uma saída prematura de José Aparecido do cargo ocupado. O motivo, segundo o próprio governador, seria uma campanha de setores empresariais da cidade, notadamente os ligados à Construção Civil, que seriam contrários tanto à preservação, vista como um impeditivo à empreendimentos imobiliários fora das normas de proteção, quanto à articulação encampada por José Aparecido para a realização

²⁷⁵ ESTADO DE SÃO PAULO. **Brasília, polêmico patrimônio cultural**. 6 de dezembro de 1987.

de eleições diretas, cuja realização estaria em desacordo com interesses privados. Segundo noticiado em dezembro:

“O governador declarou que os boatos sobre sua saída do governo estão sendo alimentados por empresários do setor imobiliário que são contra a decisão de transformar Brasília em patrimônio cultural da humanidade... [Para José Aparecido] o tombamento de Brasília foi um murro na boca da especulação imobiliária.”²⁷⁶

Num apanhado de opiniões de políticos de várias legendas, registrou-se²⁷⁷ mormente a temeridade e o desconhecimento dos meandros dos atos de preservação, ainda que representasse um positivo reconhecimento para a capital. Para o então senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), embora favorável à preservação de Brasília, a decisão de regulamentar a Lei nº 3.751/60 não teria valor jurídico algum, pois o mesmo deveria ter sido submetido, impreterivelmente, ao Senado Federal. O também senador Meira Filho (PMDB-DF), embora afirmasse que não tinha opinião formada sobre a validade do ato, compreendia positiva a proteção vinda de um órgão internacional como a Unesco.

Para o deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) havia risco de o tombamento comprometer obras que beneficiariam a população, como “a construção de passarelas sobre áreas de intenso tráfego, como entre o SBS [Setor Bancário Sul] e o SCS [Setor Comercial Sul]”. Já Sigmaringa Seixas, deputado pelo PMDB-DF, considerava absurdo o decreto que “preservava monumentos que nada tinham a ver com a cidade”. Para a deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), apesar de declarar que não entendia “muito desse negócio de tombamento”, informava que esse deveria ser tratado como uma questão futura, e que o Código de Obras de Brasília teria o caráter impeditivo ante qualquer “modificação no plano original elaborado por Lucio Costa”, e que não via razão para a Unesco se voltar à Brasília quando cidades como Ouro Preto, Olinda e Salvador precisavam de mais atenção.

Mas o clima de hostilidade não se manteria por longo tempo, ao menos no registro da repercussão em revistas e jornais da época. Paulatinamente, o volume de opiniões contrárias foi dando lugar a artigos relativamente favoráveis ao ato do governador, interpretado tanto como uma defesa contra ameaças à Brasília, geralmente associadas à especulação imobiliária²⁷⁸, quanto à articulação política habilidosa que teria sido engendrada por José

²⁷⁶ JORNAL DE BRASÍLIA. **GDF culpa setor imobiliário**. 1º de dezembro de 1987.

²⁷⁷ CORREIO BRAZILIENSE. **Ideia de tombamento não pega: políticos e população acham que há coisas mais sérias**. 30 de novembro de 1987, págs. 6-8.

²⁷⁸ Incluso um esperançoso artigo do escritor Jorge Amado que, retomando representações da cidade como a proeza de criação e integração nacional sob o comando de JK e auspícios dos “artistas e candangos” Oscar Niemeyer e Lucio Costa, comemora a iniciativa de José Aparecido de levar à Unesco a preservação de Brasília, considerando importante proteger a cidade da especulação imobiliária. Segundo o autor, “por uma vez, o projeto infame não

Aparecido. Fora noticiado²⁷⁹, inclusive, que em exame realizado pelo instituto de pesquisa Vox Populi obteve-se resultado positivo em 72% de aprovação referente à preservação de Brasília junto à população do Distrito Federal.

Realizar o mapeamento de todas as opiniões registradas seria por demais dispendioso. Como análise sumária, observo que as distensões presentes no processo de patrimonialização foram bastante variadas e complexas, contando com diversos atores sociais, alguns dos quais se apresentando como porta-vozes da população ou mesmo requerendo sua participação. Contudo, mesmo as vozes críticas não pareciam atrelar suas opiniões ao que a referida população parecia entender, se optarmos por nos basear no instituto de pesquisa acima mencionado. Por outro lado, observo no elenco das diversas falas, críticas e opiniões divulgadas em 1987, que os eventos, atores e ações preservacionistas que estiveram, desde 1960, relacionados com a proteção de Brasília foram, paulatinamente, relegadas à poeira do tempo, à exceção, talvez, de uma menção ou outra à Aloísio Magalhães. Ou seja, mesmo os especialistas e pesquisadores, direta ou indiretamente relacionados ao processo de patrimonialização na década de 1980, pareceram desconhecer ou desconsiderar que a discussão sobre a defesa, preservação ou patrimonialização de Brasília os precedia. Assim, me questiono se seria possível medir o quanto o tema mobilizava ou não a população, porquanto fosse uma demanda ou esforço que não se enquadraria propriamente numa novidade e nem mesmo se encontrava circunscrito aos atores e instituições agrupados no GT-Brasília.

A esse respeito, independentemente de o GT-Brasília não ter logrado encampar a sua como a normativa definitiva, vale o registro da postura do grupo em sua busca por atingir e sensibilizar certo percentual da comunidade brasiliense. Com seus questionários, empregados na fase de pesquisa de imagem do Plano Piloto, temos uma iniciativa louvável de agregar ao olhar dos pesquisadores os olhares múltiplos da comunidade, residente e usuária.

Entretanto, ainda que na elogiada iniciativa de buscar na população a identificação de valores, há que se investigar, talvez num outro trabalho, o efetivo alcance quanto ao envolvimento das comunidades impactadas pela patrimonialização, preocupação recorrente e ainda não solucionada nas ações de preservação (ARANTES, 2001). O modelo de coleta de dados se dera a partir de um questionário pré-estabelecido, com elementos identificados a priori, dando aos entrevistados mormente a oportunidade de informar, quanto aos itens disponíveis,

venceu, é o caso de se erguer e gritar viva!”. AMADO, Jorge. **Tombamento afasta de vez o fantasma da especulação**. In: CORREIO BRAZILIENSE, 15 de dezembro de 1987.

²⁷⁹ “Entre todos os entrevistados mais de 72% concordam integralmente e 10% concordam em parte com a preservação do plano original. Apenas 15% discordam...” in: CORREIO BRAZILIENSE. **Patrimônio da Humanidade**. 13 de dezembro de 1987.

seu valor e importância²⁸⁰. Ou seja: seria esse modelo, que visava compreender a apreensão da forma da cidade pela população, suficiente para afirmar sua efetiva participação?

Outrossim, é preciso registrar que o GT-Brasília, desde sua fase inicial, se pautou por reunir, por diversas vezes, grupos de especialistas, estudantes e autoridades para dar conta das etapas desenvolvidas e, eventualmente, incorporar críticas e sugestões, o que indica ações contundentes no sentido de abarcar outras perspectivas para além dos técnicos que compuseram o GT-Brasília em suas diversas fases. Notável mesmo fora a inserção, em teoria e prática, junto à comunidade da Vila Planalto. Um experimento exitoso, senão em sua gestão posterior, certamente em sua efetiva aproximação junto aos moradores, identificados eles próprios como um patrimônio de Brasília.

Por outro lado, aparte a agenda política de José Aparecido tenha alcançado o resultado final pretendido, ao menos no que se refere à consagração de Brasília em Patrimônio Mundial, teria havido, por parte do governador, o comprometimento de que seria dada continuidade à tramitação do “Anteprojeto”, o que poderia vir a contemplar as proposições do GT-Brasília (PERALVA, 1988) e, talvez, aplacado as críticas mais frontais à sua medida, tida como autoritária. Entretanto, nem o “Anteprojeto” seguiria por mares tranquilos, nem o grupo permaneceria por muito mais tempo.

Em carta²⁸¹ encaminhada à então diretora da 8ª Diretoria Regional do IPHAN, Vera Bosi de Almeida, em 15 de março de 1989, a Coordenadora de Conservação da SPHAN/PróMemória, Sylvania Braga, dá notícia da transferência da documentação produzida pelo GT-Brasília, junto com um “relatório final das atividades desenvolvidas até o presente momento”. Nesse documento, “Relatório dos Trabalhos Desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981 a 1988”, faz-se um balanço de todas as atividades, reputando exitosas medidas para com o trato do acervo arquivístico de Brasília, bem assim de estudos do meio ambiente que, cada um em seu aspecto, foram incorporados à estrutura administrativa do GDF com distintos órgãos setoriais responsáveis.

Igualmente, faz um balanço positivo da realização de “legislação de preservação” que chegara a ser “finalizada em versão preliminar” e que, dali em diante, seria a base da legislação definitiva que estava sendo, em 1988, elaborada por uma “comissão interórgãos, coordenado pelo DePHA”. Com relação ao GT-Brasília, termina por informar que sua atuação

²⁸⁰ Conforme se pode observar no documento: “Síntese dos Trabalhos – maio de 1985”. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 03.

²⁸¹ Carta S/N-FNPM, de 15 de março de 1989, assinada por Sylvania Braga Alves de Souza. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 05.

se restringia, naquele ano, a “assessoria conceitual e produção de material conclusivo das atividades desenvolvidas”.

A comissão mencionada seria, de fato, a criada por meio do Decreto nº 11.210, de 18 de agosto de 1988, um dos últimos atos de José Aparecido enquanto governador, cujo mandato encerrou-se a 19 de setembro de 1988. O decreto criava uma Comissão Técnica para levar à frente a tramitação da norma legal para a preservação de Brasília, cuja proposta inicial se baseou nos trabalhos do GT-Brasília.

A referida comissão elaborou uma proposta consubstanciada numa “Política de Preservação”²⁸² em que se considerava a criação de órgãos²⁸³ na estrutura administrativa do GDF para conduzir os assuntos referentes à patrimonialização de Brasília. Estabelecia procedimentos de atuação dos agentes da administração, organizando competências, inclusive para fiscalização e aplicação de sanções, bem assim estabelecia um sistema de infrações e penalidades a quem, contra o patrimônio, cometesse algum ato nocivo, nesse sentido, parecendo incorporar algumas das estruturas e procedimentos federais de atuação.

Incorporou também a proposta de multiplicidade do patrimônio no Distrito Federal do GT-Brasília, estabelecendo normas para os núcleos urbanos anteriores à construção da capital, inclusive, estabelecendo uma poligonal de proteção à Planaltina. Propunha proteger os acampamentos e fazendas antigas remanescentes e, claro, concentrava esforços na cidade modernista, com uma generosa poligonal de proteção paisagística que coincidia em grande medida com a proposta do GT-Brasília, inclusive quanto ao estabelecimento de níveis de proteção diferenciados na zona prioritária.

²⁸² Tratada, no âmbito do Governo do Distrito Federal, no Processo nº 030.008406/90-DePHA/GDF.

²⁸³ Referindo-se às propostas, na época também em Anteprojeto de Lei, de criação do Instituto do Patrimônio Cultural do Distrito Federal (IPAC/DF) e o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal (CODEPAC-DF).

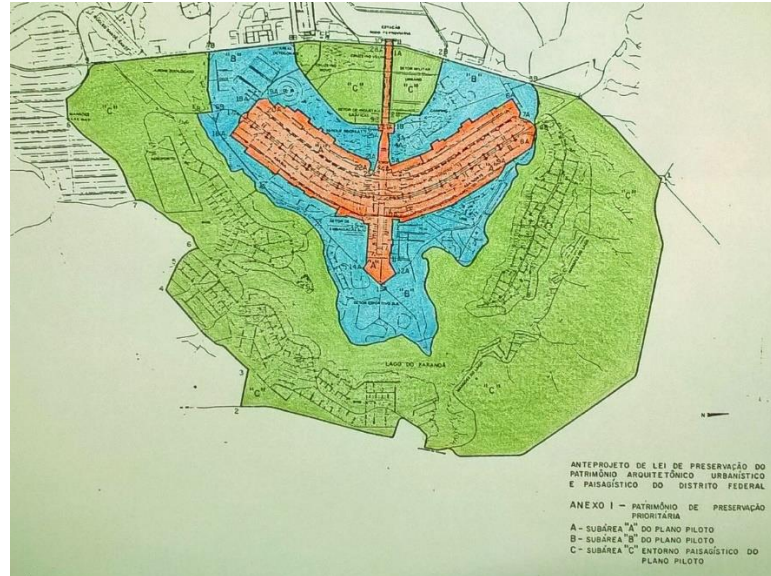


Fig. 14: Proposta da Comissão Técnica criada pelo Decreto nº 11.210 para as áreas a serem protegidas. Uma proposta bastante semelhante à criada pelo GT-Brasília (Ver Imagem: 13). A área vermelha “subárea A”, com preservação prioritária e a azul, “subárea B” como zona de amortecimento. A área verde é identificada como “entorno paisagístico do Plano Piloto. Fonte: Comissão Técnica (com modificações).

Mas a proposta não seria sequer encaminhada ao Congresso Nacional. Seu processamento, à exemplo do “Anteprojeto” do GT-Brasília, seria impactado pelas diversas modificações nas agendas governamentais. No caso do anteprojeto da Comissão Técnica, havia uma questão que se avizinhava e seria decisiva: enfim o GDF teria sua autonomia legislativa organizada.

No início de 1990 seria montado um procedimento administrativo no âmbito do DePHA-DF para analisar tanto a proposta da “Política de Preservação” quanto a criação do IPAC-DF e do CONDEPAC-DF. Consta²⁸⁴ que o processo tramitou por diversos órgãos até receber o parecer sobre questões técnico-legislativas junto à Procuradoria Geral do Distrito Federal, mas que, por fim, teria nele exarada a recomendação de retorno ao DePHA-DF para um novo estudo, em face das alterações na estrutura administrativa do Distrito Federal e tendo em vista o advento da Lei Orgânica do DF²⁸⁵, cujo processo constituinte se iniciara.

Se encerrava ali uma proposta de preservação para Brasília, mas, simultaneamente, abria-se uma outra frente. Ítalo Campofiorito, na condição de Secretário do Patrimônio, e José

²⁸⁴ Uma memória de toda essa tramitação foi elaborada por Roberta Lott Cauceglia, da Gerência de Pesquisa, Documentação e Tombamento, conforme Carta S/N, de 11 de junho de 1996, folhas 234-5 do Processo nº 030.008406/90-DePHA/GDF. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 05.

²⁸⁵ A Lei Orgânica do Distrito Federal foi promulgada em 1993, conforme previsto na Constituição Federal de 1988: Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, rege-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

Aparecido, agora como ministro da Cultura, teriam suas trajetórias mais uma vez costuradas em razão da patrimonialização de Brasília, agora sobre o tombamento federal, em 1990.

3.3. Desvendar o plano e compreender o objeto: produção de sentidos e a atribuição de valores.

“O importante é que Brasília exista e tenha sido concebida e consolidada na escala do Brasil definitivo (...) Por todos esses motivos, só mesmo o tombamento será capaz de assegurar às gerações futuras a oportunidade e o direito de conhecer Brasília tal como foi concebida.” [Grifos do autor]
Lúcio Costa, 1990.

Busquei ao longo da presente dissertação apresentar um variado quadro de ações, intentos e proposições referentes à preservação de Brasília desde o momento de sua construção. Nesse sentido, além da diversidade de eventos e atores, indiquei o modo como, ao longo da década de 1980, o que eram apenas proposições esparsas e discursos que não se desenvolveram em ações preservacionistas concretas se enquadram então num outro patamar de ações. Estudos complexos passam a ser realizados por um grupo de especialistas e a questão da preservação da capital acaba sendo atrelada à agenda política, a partir da qual busquei observar o modo como o tensionamento de forças, por vezes se somando, por outras divergindo, acabou por direcionar em grande medida as decisões sobre o objeto final de patrimonialização.

Os resultados do robusto e complexo estudo do GT-Brasília, ainda que tivessem logrado encampar algumas de suas propostas – como a patrimonialização da Vila Planalto e as questões de preservação ambientais e de arquivo na estrutura do governo local – não conseguiram levar a termo a legislação para a preservação dinâmica de Brasília. Em seu lugar foi editado um decreto tido como provisório (PERALVA, 1988) que se tornou consagrado como a legislação, aliás, ainda vigente²⁸⁶.

Destarte, chegamos ao ano de 1990, quando o órgão federal de preservação opera, enfim, o “tombamento definitivo” para a cidade construída na “escala do Brasil definitivo”. Observarei aqui a produção de sentidos tanto na legislação de preservação da cidade quanto nos elementos que compõe o processo administrativo que ensejou a proteção no que se refere ao

²⁸⁶ Conforme Osvaldo Peralva (1988): “Pela exiguidade do prazo e outras circunstâncias, foi encaminhada uma **legislação insuficiente** – não uma lei federal mas um decreto do GDF [Decreto nº 10.829/87] e que não abrange a totalidade do patrimônio do DF” (pág. 99). [Grifo meu]

que foi, finalmente, valorado em âmbito federal. Sobretudo, envidarei esforços para esclarecer duas questões que, via de regra, são diversas vezes evocadas quando o assunto é a peculiaridade do objeto patrimonial em comento: a preservação das escalas urbanísticas de Brasília e o seu dimensionamento, configurada como a maior poligonal urbana tombada do mundo.

Para tanto, convido ao diálogo Márcia Chuva (2009) quando esta problematiza a composição de textos legais que por vezes são encarados como discursos que ocupam “posição dominante”, compreendidos como verdades pretensamente fixas, irrevogáveis, aparentando não produzirem os sentidos que realmente produzem, geralmente múltiplos e cambiantes no tempo. Um processo de tombamento, sendo – ou devendo ser – o elenco de documentos técnicos e oficiais alimenta justamente o texto legal de regulamentação que protegerá o bem ao definir normas e critérios de intervenção, se enquadraria, penso, no mesmo regime de produção de sentidos, embora busque também aparentar a isenção do procedimento administrativo. Analisá-lo, portanto, “nessa perspectiva, visa desconstruir a *doxa* para situá-la na história” (Idem, pág. 152) e, assim, analisar as estratégias de sua composição e criticá-lo, no que couber. Em suma, este esforço final é o de apresentar ou, antes, problematizar os procedimentos e as noções que os acompanham e tentar desvendar o que está tombado em Brasília, questão que se faz necessária devido à natureza singular de sua proteção.

Quanto ao Processo nº 1.305-T-90, um primeiro ponto que chama atenção é a sua celeridade²⁸⁷. Não chega a ser incomum que a análise de alguns processos se desenrole, infelizmente, ao longo de anos, como foi o caso do HJKO²⁸⁸, cujo o tombamento federal fora solicitado ainda na década de 1980, mas, apenas recentemente foi apreciado pelo Conselho Consultivo. Num curto período de menos de três meses Brasília é avaliada no âmbito de um processo cuja estrutura faz-se mister esmiuçar. Trata-se de peça administrativa montada com material informativo, como cartas e recortes de jornal, mas poucos estudos técnicos²⁸⁹. Em seu documento de abertura consta uma provocação de Ítalo Campofiorito a Lucio Costa em que declara preocupação quanto “à preservação das escalas de Brasília”, assim redigido:

²⁸⁷ Notada por Sandra Bernardes (2005) como parte do direcionamento da política interna do IPHAN.

²⁸⁸ Processo nº 1099-T-83.

²⁸⁹ O que também, por si só, é digno de nota, considerando que quatro anos antes fora editada uma portaria que buscava disciplinar os procedimentos quanto à instrução de processos de tombamento, que não foram inteiramente seguidos. Ver: Portaria IPHAN nº 11, de 11 de setembro de 1986, art. 4º, § 1º: No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens imóveis, a instrução do pedido constará de estudo, tanto quanto possível minucioso, **incluindo a descrição do(s) objeto(s) de sua(s) área(s), de seus(s) entornos(s)**, à apreciação de seu valor cultural, existência de reiteração e outras documentações necessárias ao objetivo da proposta, tais como informações precisas sobre a localização do bem ou dos bens, o(s) nome(s) do(s) seus(s) proprietário(s), certidões de propriedade e de ônus reais do(s) imóvel(is), o(s) seu(s) estados(s) de conservação, acrescidas de documentação fotográfica e plantas. [Grifo meu]

“... manifesto minha absoluta convicção de que a legislação preparada pelo GDF – em que se diluem as nítidas normas levadas à Unesco – **não será suficiente para barrar a cobiça imobiliária e os preconceitos desavisados que vão ameaçar o que é essencial em Brasília**, a partir da escala residencial (constituída pela altura dos edifícios, pela ocupação máxima permitida, a entrada única, a faixa verde e o equipamento comunitário); o mais que puder ser garantido pela SPHAN, nos termos da inscrição da Unesco, também deve ser mantido.”²⁹⁰ [Grifo meu]

Depreendo estar presente na declaração de Campofiorito uma perspectiva essencialista dos valores atrelados aos bens culturais, diferente da abordagem de que estaria em jogo um processo social de atribuição. Os valores de Brasília são dados como uma essência a ser resguardada de interesses econômicos ou de pessoas aparentemente não suficientemente capacitadas para operar uma leitura das escalas. Vejo também a persistente tese de que haveria ameaças diversas entremeadas aos discursos de preservação e patrimonialização que, desde a década de 1960, parecem estar a ponto de desabar sobre a cidade. Na fala de Ítalo, ela se reveste do assombro para com a especulação imobiliária e com “os preconceitos desavisados”, que entendo estarem relacionados com a fala do próprio Lucio Costa que ressoa desde o Seminário de 1974, já tratado nesta dissertação.

Outrossim, consta a avaliação quanto à insuficiência da legislação do GDF. Interpreto como sendo uma observação quanto à natureza jurídica do ato de preservação e não de seu conteúdo. O decreto de preservação que, como já apontado, foi apresentado em princípio, como uma norma provisória, haveria de ser substituído pela ação definitiva do tombamento federal. Muda-se o ato e a esfera de atuação, do Distrito Federal para a União, mas a preservação das escalas, registradas em “nítidas normas”, acabaria por se manter.

O processo segue com documentos variados de Lucio Costa. Inclusive um em que, na condição de criador, se manifesta sobre os aspectos que considera relevantes na preservação de sua criatura, apontando oito questões que, se preservadas, garantiriam a permanência dos valores da cidade por ele aventados (ANEXO IV. Fls. 6-8 ²⁹¹). Recortes de jornal, correspondência de personalidades, como Osvaldo Peralva e Oscar Niemeyer – este, com recomendações sobre o que preservar em relação às suas edificações – e os textos homônimos “Brasília Revisitada”, de Lucio Costa e de Campofiorito²⁹², se fazem presentes no primeiro

²⁹⁰ Processo nº 1.305-T-90, fl. 01.

²⁹¹ Neste capítulo, indicarei os números das folhas referentes ao processo 1503-T-90 – Conjunto Urbanístico (Plano Piloto), Brasília/Distrito Federal.

²⁹² Neste, Campofiorito busca explicitar os conceitos que nortearam sua proposição de escalas urbanísticas para a preservação de Brasília, e oferece seu testemunho sobre como se procedeu o modo particular da proteção de Brasília: por um lado, o estudo do GT-Brasília em que se descreviam, “numa abordagem morfológica abrangente e exaustiva as características urbanas a preservar, inclusive as fazendas locais antigas, os acampamentos, cidades satélites e demais resíduos da implantação [de Brasília]”; em contraponto, estaria a sua proposta de preservação “inovadora – fixando-se a sua ‘escala’ no essencial, liberando-se as edificações em geral, com exceção dos

volume do processo²⁹³ em que se registram, ainda, comunicações oficiais e anotações próprias de trâmites burocráticos.

Há também, destoando do conjunto de caráter mais informativo, a análise de Pedro Alcântara, da Coordenadoria de Proteção da SPHAN (fls. 64-71) e de Eduardo Kneese de Mello, membro do Conselho Consultivo e relator do processo (fls. 84-87), ambos referendando as recomendações de Lucio Costa acerca do que preservar em Brasília. Do parecer de Eduardo Kneese temos uma revisão da perspectiva historiográfica que atribui a constituição da capital à sua “pré-existência”, evocando José Bonifácio e as Constituições Brasileiras que reiteram a questão mudancista, para concluir que “Brasília é sem dúvida, o grande monumento histórico nacional” (fl. 85). Do primeiro, temos uma avaliação de que a polêmica capital deveria ser abordada a partir da sociedade que a compõe para que houvesse sobre si um consenso de avaliação.

Para Pedro Alcântara essa sociedade seria: “aquela que emergiu com a revolução de 1930 e a cujos retoques finais estamos assistindo agora”. Em suma, evoca a questão da integração nacional e de como Brasília, ela própria, seria “fonte viva de informações sobre as características da sociedade brasileira da 2ª metade do século XX” (fl. 64). Portanto, haveria de ser preservada nos termos da documentação que representa – para si mesma, para o Brasil e o Mundo. Documento da transformação social marcante de meados do século, deveria ser preservada buscando “transmitir às futuras gerações valores culturais autênticos e, no caso, garantir a autenticidade de Brasília como testemunho histórico-cultural” (fl. 68).

Alcântara destaca que era preocupação de Lucio Costa evitar as restrições “impostas pelo tombamento, aplicadas de forma mecânica”, de maneira a não impedir “novas formulações arquitetônicas, inibindo o pleno funcionamento da cidade”, referindo-se “particularmente às áreas que, embora previstas no projeto original, não foram ainda construídas ou cultivadas ou que o foram de forma incompleta” (fl. 68). O que temos aqui é o encontro sutil de duas questões que pareciam, por vezes, se distanciar, por outras, seguir em paralelo: a preservação e a patrimonialização – pela via de sua conversão em bem tombado. Para o caso, ao que me parece,

monumentos excepcionais, para qualquer modificação que não rompesse com a escala em que se inseria”. Informa o autor que para Lucio Costa e para o governador José Aparecido, a primeira solução, de “tão vastas e minuciosas” orientações, teriam “forçosamente existência transitória”, não interessando à Unesco. CAMPOFIORITO, Ítalo. **Brasília Revisitada**. In: *Arquitetura Revista*, FAU/UFRJ V. 7, 1989, fls. 49-55.

²⁹³ Atualmente, o processo em questão conta com dois volumes. Entretanto, concentrarei a análise no primeiro, pois nele está contida a tramitação do tombamento e, no segundo, de aspectos posteriormente agregados, como propostas de alterações em áreas comerciais, contempladas em lei distrital, e uma recente solicitação do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, do Iphan, para reestudo da “poligonal de tombamento” e eventual inclusão de Brasília no Livro de Tombo de Belas Artes.

a segunda a garantir a primeira. Ou seja: a sua efetiva e plena realização a partir da busca da completude original, tentando, de alguma maneira, afastar as possibilidades de não concretização integral do projeto, como se, trinta anos depois de inaugurada a cidade, o ato de salvaguardá-la às futuras gerações contivesse a expectativa de realizar o que as gerações anteriores não fizeram por completo.

Pedro Alcântara reconhecia ainda que a recomendação de Lucio Costa para com as escalas – melhor tratadas logo à frente – implicavam nuances de preservação setorizadas, indicando critérios de importância variada:

“Nos oito itens em que o arquiteto Lucio Costa divide as suas proposições pode-se perceber gradações nas restrições impostas pelo tombamento solicitado.

Assim, o partido adotado no eixo simbólico da cidade, inclusive nas edificações é intocável (Proteção rigorosa). Já nas quadras do eixo rodoviário-residencial, respeitadas a A.T.E. (área total edificada), respeitando o gabarito e o princípio de deixar o térreo vasado (pilotis), a disposição e conformação dos conjuntos de apartamentos e respectivas áreas de comércio pode ser a mais variada (Proteção ambiental).

É critério já adotado pela SPHAN em alguns casos como, por exemplo, na cidade de S. João del Rey em Minas Gerais.” (fl. 71)

Na leitura de Pedro Alcântara, encontro avaliações que vão ao encontro de outras proposições, como a do próprio GT-Brasília. Apesar de diferenças de métodos consideráveis, bem assim na investigação de valores, resta compartilhado o cuidado para com os processos de transformação e complementações da cidade e a relativa gradação de abordagens e restrições nos espaços da cidade.

O processo conta, em sua porção final, com a transcrição da reunião do Conselho Consultivo que resultou no tombamento de Brasília e no qual o processo em comento é analisado. Na reunião, presidida pelo então Secretário do Patrimônio, Ítalo Campofiorito, são marcantes as preocupações para com a importância do gesto de tombamento da capital da República, notadamente no que se refere à importância da cidade na história recente do país. Os termos de sua construção, as aventuras e agruras dos candangos, a figura emblemática de Juscelino Kubitschek, comparecendo como aquele que “aceitou corajosamente o desafio de transferir a Capital”, são elementos que compõe as argumentações em favor de sua inscrição no Livro de Tombo Histórico, o que confirma o enquadramento geral dado aos tombamentos das cidades entre as décadas de 1980 e 1990 pelo IPHAN, como observado por Márcia Sant’Anna (2015).

Mas a perspectiva artística da obra também se faria notar, sobretudo quanto à plasticidade dos edifícios de Oscar Niemeyer, essa sempre exaltada referência, tida como

elemento chave da concepção da capital. Entretanto, o somatório desses elementos não foi suficiente para a inscrição no Livro de Belas Artes. Naquele momento, prevaleceu a avaliação de que a “sedimentação histórica” poderia conformar, futuramente, uma visão artisticamente mais consolidada para a cidade em uma eventual avaliação posterior. Como teria ocorrido, por exemplo (conforme abordado na reunião às fls. 14-7), com outras expressões artísticas e arquitetônicas: o gótico, ou mesmo o barroco, que depois de “relegado foi aceito”, indicando que o “relativismo artístico” é burilado no tempo, e Brasília não perderia por esperar tal consagração vindoura.

Ao longo da reunião, Ítalo Campofiorito comentou suas impressões a respeito do processo de patrimonialização de Brasília na condição de autor da minuta que foi editada como decreto distrital. Comenta que o objetivo era o de “manter, não segurar, não congelar a cidade, porque é um organismo vivo e novo, ainda por cima” (pág. 32). Aos conselheiros informou sobre os procedimentos jurídicos tomados em âmbito local: a regulamentação de uma lei federal, afirmando que o decreto de José Aparecido “pretende apenas **dizer o que que é esse Plano Piloto** que a Santiago Dantas pretendia preservar” (pág. 33). [Grifo meu]

O Secretário abordou, também, que se tratava de preservar não um projeto estático da década de 1950, mas a cidade como ela estaria, reconhecidas as qualidades e defeitos, e estes últimos, passíveis de alteração, porquanto fossem somente as escalas urbanísticas o objeto de preservação. Como exemplo, menciona que o centro da cidade: dividido em quatro quadrantes devido ao cruzamento de eixos, estes poderiam ser, futuramente, ligados “por tecnologias ainda imprevisíveis”. Chegou a criticar o excesso de setorização na área central, sendo “parte do pensamento urbanístico modernista” (pág. 46), e que o mesmo poderia ser revisto.

Analizou ainda a questão sob o ponto de vista da cautela e da urgência. A primeira, considerando já constar a consagração junto à Unesco, porém, sob uma proteção local muito frágil, por meio de um decreto de um governador ainda “biônico”, ou seja, não eleito pelo povo, e que teria editado, dada a solicitação do organismo internacional, uma “pequena lei local que protegeu durante um ano experimentalmente” (pág. 49), e que não teve, oficialmente, nenhuma contestação judicial. Para a segunda, apontava para a sanha de empreendimentos imobiliários que se assomavam sobre Brasília no intuito de desfigurar suas características, que estariam “traduzidas” nas escalas, principalmente, a residencial.

Em suma, alguns trechos que reforçam o caráter de provisoriedade e fragilidade do decreto distrital de 1987, mas que, simultaneamente, o transmudaria de uma medida cautelar do governo local para uma norma fixada via tombamento federal. Ao fim e ao cabo, ficou

estabelecido na reunião do Conselho que, dados os critérios já adotados, se manteriam os termos do Decreto nº 10.829/87, posteriormente exarados na Portaria nº 04/90²⁹⁴, que regulamentou a inscrição de Brasília no Livro de Tombo Histórico, e manteve a proteção da cidade via escalas urbanísticas, tema sobre o qual é preciso um maior detalhamento.

3.3.1. Escalas Urbanísticas: à guisa de (mais) uma explicação.

A questão das escalas de Brasília é, provavelmente, dos temas mais delicados quanto ao ponto de vista tanto da compreensão como da preservação da cidade²⁹⁵. Mas que conceitos se encontram no termo? Em sua acepção mais comum, **escala** se refere à relação entre as dimensões de um desenho e o objeto por ele representado²⁹⁶, seja um móvel, uma casa, um território, representados em manuais, plantas ou mapas. Mas para o caso em questão, como atributo arquitetônico e urbanístico, entra em análise um referente externo à mera proporção entre a coisa e sua representação. As dimensões e formas podem estar relacionadas com a função que elas desempenham ou mesmo ter no ser humano – suas proporções ou sua apropriação da coisa real ou representada – a sua grande referência.

Bernard Lepetit (2001) atribui à Viollet-le-Duc a primeira iniciativa de atribuir uma noção diversa, registrada em dicionário, entre **escala e proporção**. Para esta, atrelada à relação entre o todo e suas partes, não permitiria referências a universos apartados dos números e de suas combinações. Para a aquela, a “relação” é substituída pela “interação”, por exemplo, entre um edifício e “o que ele não é” – não mais entre ele e suas diferentes partes ou a representação do mesmo em proporção diminuta, mas considerando outros universos de referência.

²⁹⁴ Há um entendimento comum de que as normativas são, em quase tudo, idênticas. Defendo, pelo contrário, que não apenas as diferenças são muitas como também decisivas. Inclusive, para uma completa compreensão do que realmente está tombado em Brasília, conforme abordado em seguida.

²⁹⁵ Tendo sido, inclusive, por diversas vezes explicado por Lúcio Costa, seja em textos (Ver: COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995), ou mesmo no documento que é parte anexa ao Decreto nº 10.829/87, o “Brasília Revisitada”. Para uma análise das escalas urbanísticas de Lucio Costa como conceito geral, ou mesmo separadamente de cada uma delas, consultar os textos do Capítulo II da obra: LEITÃO, Francisco et al. **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente-SEDUMA, 2009. Sandra Ribeiro (2005) oferece a seguinte definição: “As escalas urbanísticas podem ser definidas como a materialização no espaço da configuração urbana resultante da relação entre dimensões e formas relacionadas, também com a sua localização espacial. Essas escalas, embora se manifestem no espaço de maneira concreta pelas edificações e pelos espaços vazios e na relação com o meio ambiente, pressupõem a relação entre a cidade e o morador e usuário. Ou seja, o referencial para a definição das escalas deve ser encontrado, também, no homem e no significado do espaço urbano para ele no seu uso cotidiano.” (pág. 116)

²⁹⁶ HOUAISS, Antônio. **Mini Houaiss: Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Para melhor compreender a questão o autor, ainda comentando Viollet-le-Duc, abordará exemplos da arquitetura grega em que a proporção entre o diâmetro das colunas de um pórtico e os degraus sobre os quais elas se apoiam não se relacionam com as dimensões da altura dos cidadãos ou mesmo a largura de suas pernas a percorrer degraus assoberbados, embora estes se alonguem na mesma proporção da volumetria geral da edificação, ao que conclui: “ela [a arquitetura grega] não tem escala propriamente dita”. Já na arquitetura ocidental novos elementos se associam e se relacionam para definir as dimensões e, portanto, a escala dos objetos arquitetônicos.

Assim, a porta de um edifício não precisará mais crescer na proporção da altura e largura das colunas, dos pórticos ou da fachada do edifício. Sendo feita para a passagem do homem, ela conservará a escala de sua finalidade. E além das questões referentes ao uso, “também a função do edifício (e sobretudo sua função simbólica) e a natureza dos materiais empregados” se somam à pluralidade das escalas de referência. Ou seja, a simbologia de determinado palácio poderia induzir uma composição de sua fachada com seus elementos, como pórticos e janelas, que não estariam na ordem de uma relação direta de proporção, atendendo à escala de sua aparente nobreza, ou atrelado à sua função de representá-la.

A partir do que depreendo que uma cidade imaginada simbolicamente “na escala de um Brasil definitivo” tenha como referências o que seu autor elegeu como essencial do próprio país. Uma operação historiográfica que elege e legitima determinada perspectiva da historiografia e busca traduzi-la em projeto – em um plano-piloto –, o que seria consoante com as múltiplas referências arquitetônicas e urbanísticas identificadas no primeiro capítulo.

Para a questão da análise das escalas na cidade de Lucio Costa, Matheus Gorovitz (1985) elaborou um estudo em que buscou estudá-las investigando tanto depoimentos do autor do plano como comparando elementos de seu projeto com alguns dos postulados dos CIAM e de Le Corbusier, especialmente na composição da cidade de Chandigarh, encontrando oposição quanto às referências de escala humana entre os dois arquitetos. Para Le Corbusier, o ser humano seria elemento integrante da natureza como um todo e estaria a ela intimamente relacionado, ou seja, um homem natural/universal. Nesse sentido, a escala urbana estaria em interação, por exemplo, com a dinâmica natural de insolação ao longo do dia e a capacidade de locomoção do homem entre seu trabalho e sua residência neste período. Para Lucio Costa, a escala humana estaria relacionada à concepção da relação dos homens com o ambiente transformado pela ação deles próprios, um homem cultural, portanto, em relação aos símbolos que constrói ou que se encontrariam impregnados no ambiente construído.

Em Lucio Costa, o elemento simbólico seria responsável por determinar, por exemplo, a escala da Praça dos Três Poderes, cuja monumentalidade interage com a escala humana. Interage, não se relaciona simplesmente com suas dimensões ou a elas se atrela proporcionalmente. Ali, a interação almejada teria o intuito de fazer com que o cidadão se encontrasse em contato com valores maiores que sua individualidade. O todo, ou o conjunto de todos os brasileiros organizados sob a égide de uma República Democrática, daria o mote para a escala monumental ali empregada, justificando as dimensões físicas admiráveis daquele espaço.

Já para Antônio Pedro Alcântara²⁹⁷, a questão se coloca nos seguintes termos:

“O arquiteto Lucio Costa inicia e fundamenta suas proposições utilizando a noção de ESCALA, que teria presidido à própria concepção da cidade. Essa noção precisa ser esclarecida para que dela não surjam mal entendidos (...) É a relação dos seres humanos com as dimensões e formas dos diversos artefatos construídos e das áreas verdes cultivadas; com a relação entre esses artefatos; com a relação desses artefatos com as áreas verdes cultivadas e organizadas de acordo com a ideia que presidiu o agenciamento da cidade como um todo.” (pág. 70)

É possível, portanto, entender as escalas como chave para compreensão da cidade ao conformarem o projeto inicial. Sua leitura permitiria desvendar um jogo de relações do projeto com o habitante idealizado, bem como de cada um dos elementos urbanísticos com sua função – por exemplo, a escala residencial – ou mesmo sua simbologia – como a escala monumental. Mas se o jogo de escalas revela a sofisticação presente no partido original do projeto da capital o mesmo estaria consoante com a normativa de sua proteção? Haveria uma correspondência entre o esclarecimento conceitual e a aplicação do mesmo em uma normativa?

Diversos estudos apontaram as implicações, os problemas e as insuficiências advindas de sua aplicação no que diz respeito à gestão da cidade (RIBEIRO, 2005; REIS, 2011; GIANNECCHINI, BISPO, PERPETUO, 2013). Afinal, informar, traduzir, elucidar a sofisticação da proposta original não é o mesmo que gerir o resultado ou mesmo proteger o que estaria na ordem do essencial à manutenção de suas características basilares.

Nesse sentido, aponto o que seria uma aparente incompatibilidade entre a proteção da materialidade da coisa tombada – objeto do instituto jurídico em questão – e o tombamento de uma escala. Aliás, porquanto seja escala, trata-se, como visto, da representação de determinada coisa, e não ela própria, ou mesmo a complexidade das interações entre a coisa e elementos simbólicos a ela subjacentes. Conforme apontou Sônia Rabello (2009):

²⁹⁷ Parecer incluso no Processo nº 1.305-T-90. *Op. cit.*

“As partes que constituem a universalidade, objeto da tutela federal, podem ser ‘bens móveis ou imóveis’. Imediatamente verifica-se que o tombamento só poderá se materializar sobre a coisa, **pois só as coisas são móveis ou imóveis**. Ficam, portanto, excluídos da proteção, através de tombamento, os direitos ou bens imateriais que, ainda que também possam merecer a proteção do Estado, são insusceptíveis de ser tombados, **pois não são coisas**.” (RABELLO, 2009, pág. 76) [Grifo meu]

A leitura dessa avaliação me faz crer que seria razoável concluir que, desde logo, incorreríamos todos numa imprecisão jurídica se afirmássemos que o objeto do tombamento são as escalas, ou que a estratégia de “tombar as escalas” possa surtir efeito prático. Ainda que se possa fazer a leitura positiva da inventividade da estratégia, e mesmo a opção por elaborar uma norma que não impusesse o “congelamento” da cidade, o resultado dela impõe desafios por se tratar de uma referência com grande carga de subjetividade. Ou seja, dada a sua complexidade, observo que há nuances suficientes para que uma diversidade de entendimentos se encontrem no bojo de um mesmo conceito. Entretanto, objetivando ser norma, seria, de fato, pertinente, o uso de um conceito que não se encontra pacificado como de apreensão pacífica? E se não há um encontro preciso quanto ao conceito das escalas, imagine-se num sistema de preservação que conta com três níveis de proteção: local, federal e mundial? A quem competiria ter a palavra final sobre como as operacionalizar em uma proteção com esta específica complexidade?

Talvez seja o caso de se especular que quando da edição do Decreto nº 10.829/87, seguido das Portarias nº 04/90 e 314/92, buscou-se uma normativa a mais esclarecedora e compatível possível para com a genialidade²⁹⁸ do projeto, ou do aprimorado senso urbanístico de Lucio Costa. Entretanto, e simultaneamente, os mesmos consagram uma relativa incompatibilidade para com os instrumentos jurídicos disponíveis, num desencontro conceitual que envolve, inclusive, campos disciplinares diversos, como já apontado: o jurídico e o arquitetônico/urbanístico. Outrossim, encerrar aqui esta questão, apesar de tentador, seria minimizar um outro aspecto a ele relacionado, e de fundamental importância no processo de atribuição de valor a qualquer objeto: a delimitação física do mesmo.

3.3.2 A “maior poligonal tombada do mundo”²⁹⁹ ou o detalhe que muda tudo: o entorno do bem tombado.

²⁹⁸ Para citar um dos critérios da Unesco.

²⁹⁹ A informação, para além de dado meramente curioso, é relevante, como se verá, na definição e distinção entre “área tombada” e “área de entorno” para o Conjunto Urbanístico Tombado. Tal afirmação, a de que “Brasília detém a maior área tombada do mundo”, é facilmente encontrada em sites de busca, que nos levam a sites

A definição de seus 112,25 Km² de área protegida merece ser melhor compreendida para definir não apenas o modo como as escalas urbanísticas são utilizadas para a gestão do território tombado. Antes, é preciso também identificar o alcance prático das normativas que regulamentam as intervenções e estabelecem critérios de preservação para esse espaço, sobretudo por se tratar de um tombamento tido como inovador, ou seja, que visa a proteção de um ambiente urbano complexo a partir de noções referenciais à composição original do projeto da cidade, elaborados por seu próprio criador. É preciso ter em vista, contudo, que o procedimento federal de preservação somente estabelece com precisão a poligonal de tombamento na portaria que o regulamenta³⁰⁰. Assim, abordo a presente problematização sob a perspectiva de que se tomarmos as normativas pura e simplesmente como únicas delimitadoras do objeto de atenção, poderemos incorrer no risco de produzir, senão apagamentos conceituais, lacunas para os critérios de intervenção no bem tombado, motivo pelo qual buscarei outras referências, conforme apresento a seguir.

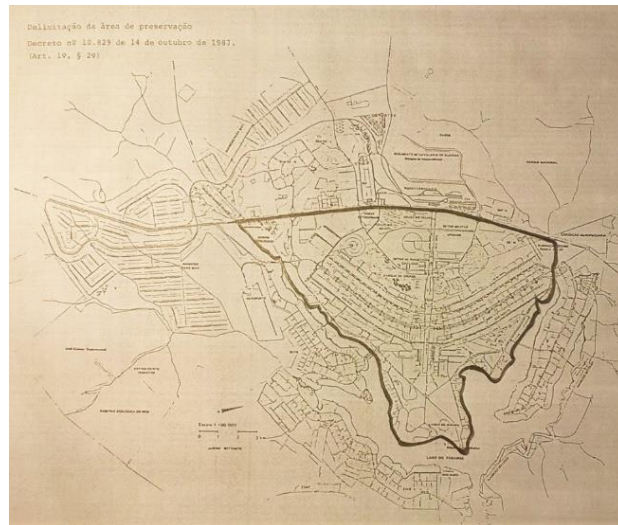


Fig. 15: “Delimitação da área de preservação”, conforme Art. 1º, § 2º, do Decreto 10.829, de 14 de outubro de 1987. Fonte: Diário Oficial do DF, de 23 de outubro de 1987, pág. 39.

governamentais (www.novacap.df.gov.br; <http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/>); de conselhos de classe (<http://www.caubr.gov.br/?p=4698>), agências de notícias (<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-01-25/brasilia-comemora-25-anos-de-tombamento-como-patrimonio-da-humanidade>). Embora a presente pesquisa não tenha localizado o ranking das maiores áreas ou poligonais urbanas protegidas como patrimônio cultural mundo afora, a fim de comparar as dimensões de cada uma, incorporarei esse já lugar comum para fins de análise.

³⁰⁰ Segundo a certidão de tombamento, que consta à folha 123 do processo de tombamento federal, o bem registrado é assim descrito: “Conjunto Urbanístico de Brasília, construído em decorrência do Plano Piloto traçado para a Cidade, definido na planta em escala um para vinte mil, no Memorial Descritivo e respectivas ilustrações que constituem o projeto de autoria do Arquiteto Lucio Costa, vencedor do concurso para a construção da Nova Capital Federal”.

A área que consta oficialmente do texto normativo de proteção (e que, aliás, guarda semelhança com propostas anteriores) é enunciada como a delimitação da área de preservação. Logo, chamo a atenção para o fato de a norma editada no âmbito do Distrito Federal não delimitou uma “área de tombamento” *stricto sensu*, e sequer no Decreto nº 10.829 consta a definição do uso deste instituto jurídico³⁰¹. Entretanto, o texto fortalece e parece responder à orientação do procurador Humberto de Barros, anteriormente abordada, que sugeriu a solução de apenas definir os limites do Plano Piloto a fim de regulamentar legislação anterior.

Dito isso, chamo atenção para três questões que importam ser reiteradas: primeiramente, tanto Humberto Barros quanto Ítalo Campofiorito informam da necessidade e da estratégia de definição, apenas e tão somente, do objeto da preservação almejada, porquanto se tratasse da regulamentação exata do que dizia a Lei San Tiago Dantas, transcrita *ipsis litteris*: “Art. 38. Qualquer alteração **no plano-piloto, a que obedece a urbanização de Brasília**, depende de autorização em lei federal.”³⁰² [Grifo meu]

Ou seja, tomado em outros termos, o artigo estabelece que a urbanização da cidade, Brasília, obedece ao projeto, ao plano-piloto, cuja alteração seria permitida, apenas, sob autorização do Congresso Nacional. Reitero: não seria a cidade em si (sua realidade morfológica consolidada, sua materialidade efetivamente construída) que estaria sob proteção. Antes, restringe-se a proteção ao seu projeto, o de autoria de Lucio Costa, com o intuito, provavelmente, de garantir a consecução da obra, haja vista que a possibilidade de não completude era real, consideradas, por exemplo, as ameaças de opositores que se interessariam por enterrar a figura política de JK e seu legado.

Em segundo lugar, problematizei anteriormente a questão da difusa definição, tanto histórica quanto sociocultural, do que seria o Plano Piloto e do que seria Brasília. Uma questão, ainda hoje, não pacificada: a cidade, construída para ser capital, no momento de sua criação, não era outra que não Brasília, mas experimentou um processo de redefinição e ressignificação³⁰³, no que resultou, inclusive, em alteração de nomenclatura, cujos momentos

³⁰¹ Para reforçar a ideia de que não se trata de mera questão incidental – além das declarações do próprio Ítalo Campofiorito e mesmo de José Aparecido – destaco que no preâmbulo de todos os bens culturais protegidos, no âmbito do Distrito Federal, entre 1982 e 1990, consta o termo **tombamento**, exceto o Decreto nº 10.829/87.

³⁰² Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960. **Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal**. Acesso em: 12 de out. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3751.htm>.

³⁰³ Não é escopo do presente trabalho avaliar se tal derivação foi benéfica, suficiente ou mesmo necessária, nem tampouco cabe aqui definir os responsáveis por eventual derivação simbólica ou de nomenclatura, sejam eles agentes públicos, políticos, ou especialistas autorizados, ou mesmo as comunidades residentes ou usuárias. Chamo atenção, mais uma vez, apenas por considerar que o tratamento dessa questão como evidente, pacificada ou cristalizada, pode impactar no estudo da identidade da cidade e sua relação com a subsequente patrimonialização.

de significação perfazem um tortuoso trajeto. A definição do nome, Brasília, consta de decisão registrada em lei³⁰⁴ de 1956, a respeito do que Márcio de Oliveira (2005) comenta:

“É curioso salientar que, quando da aprovação do projeto de lei nº 2.874, o parlamentar Pereira da Silva (PSD-AM) apresentou adendo propondo o nome de Brasília para a futura capital, em lugar de Vera Cruz, que havia sido proposto pelo Marechal Pessoa, recuperando assim o antigo nome sugerido por Bonifácio de Andrade.” (idem, pág. 168)

O destaque de Márcio de Oliveira é tratado em seu livro no bojo das desconstruções da tese de uma suposta inevitabilidade histórica para a construção da capital, bem como dos questionamentos a respeito de sua suposta pré-existência. Partindo de suas considerações, observo como o ato de nomear é, ele próprio, pleno de significados subjacentes. E no caso de Brasília, se relaciona com uma apropriação do passado como legitimador de ações de governo, conforme tratado no primeiro capítulo. Relacionado a isso, destaco o trabalho de, Adalberto Lassanse (2002) que faz um levantamento de como a nomenclatura da cidade foi objeto de redefinições ao longo do tempo, associada, inclusive, às delimitações administrativas e territoriais. Segundo o autor, a Lei nº 4.545/64, ao estabelecer a Região Administrativa nº I, lhe teria confirmado o nome Brasília. Já a Lei nº 49, de 25 de outubro de 1989, ao delimitar outras Regiões Administrativas, passa a nomear a RA-I como Plano Piloto. Logo depois uma nova Lei, de número 110, de 28 de junho de 1990, reestabelece o nome de Brasília. Sete anos depois a nomenclatura seria novamente alterada pela Lei nº 1.648, de 16 de setembro de 1997, voltando a chamar a cidade de Plano Piloto. A cada mudança de nome, alterações quanto aos limites da RA-I eram também registradas.

Em terceiro lugar, reforço a ideia de que a definição do objeto patrimonial e compreensão da cidade se localizam para além de mero jogo de palavras ou de nomes, porquanto sejam atos plenos de significados historicamente construídos, e que também revelam estratégias e técnicas que se retroalimentam em relação àqueles atos. O resultado é que a definição presente no Decreto nº 10.829/87 não coincide inteiramente com o que consta da Lei San Tiago Dantas. Argumento que na origem desse debate encontramos a figura do **plano-piloto**, preservado no sentido de dar garantias de que ele, o projeto de Lucio Costa, viria a ser plenamente executado. Posteriormente, o **Plano Piloto**, realidade físico-territorial decorrente, em parte, daquele projeto original, seria reconhecido como patrimônio cultural.

³⁰⁴ Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. **Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências.** Em seu art. 33 temos: É dado o nome de “Brasília” à nova Capital Federal. Acesso em: 12 de out. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2874.htm>.

Desenvolvendo melhor a ideia, entendo como uma possibilidade de análise que ao se propor a definição do Plano Piloto, em razão de regulamentar a lei San Tiago Dantas, os atores sociais, políticos e técnicos envolvidos não trabalharam com a historicidade dos textos legais³⁰⁵. Buscou-se naquele momento apenas uma definição estritamente relacionada aos limites territoriais nos quais se encerraria a cidade. Não foi considerada a metamorfose dos termos e conceitos, tão cambiante no tempo como as próprias cidades. Ao tomar o “plano-piloto”, de 1960, como coisa identicamente conexa ao existente quando de sua regulamentação, em 1987 (momento em que, do ponto de vista do oficialismo administrativo do Distrito Federal, a cidade se chamava Brasília), não se questionou suas correspondências problemáticas ou mesmo suas potenciais divergências.

Seguindo esse itinerário mental, creio ser pertinente esmiuçar os sentidos e questionar as definições que levaram ao entendimento do objeto de preservação, que mais tarde seria tombado. Primeiramente, vejamos o que diz o preâmbulo do Decreto nº 10.829/87:

“O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, II, da Lei nº- 3.751, de 13 de abril de 1960; considerando que o Art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, preserva o Plano Piloto de Brasília, tal como apresentado por Lúcio Costa; considerando que, para a exata aplicação do art. 38, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, faz-se oportuna à edição de norma regulamentar que explicita o conceito do bem cultural por ela protegido, DECRETA...” [Grifos meus]

Depreendo desse trecho da norma que ao menos duas dimensões estão presentes e amalgamadas sem uma necessária diferenciação: o **projeto** “tal como apresentado por Lucio Costa”, e a **cidade** fisicamente considerada. Uma junção tomada como pressuposto, restando apenas, para o decreto surtir efeito, a explicitação do “conceito do bem cultural” que teria sido protegido pela lei San Tiago Dantas. Entretanto, o que se segue, é uma aparente separação do que fora inicialmente mesclado.

“CAPÍTULO I – DO PLANO PILOTO E SUA CONCEPÇÃO URBANÍSTICA
Art. 1º - Para efeito de aplicação da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, entende-se por Plano Piloto de Brasília a concepção urbana da cidade, conforme definida na planta em escala 1/20.000 e no Memorial Descritivo e respectivas ilustrações que constituem o projeto de autoria do Arquiteto Lúcio Costa, escolhido como vencedor pelo júri internacional do concurso para a construção da nova Capital do Brasil.
§ 1º - A realidade físico-territorial corresponde ao Plano Piloto referido no caput deste Artigo, deve ser entendido como o conjunto urbano construído em decorrência daquele projeto e cujas complementações, preservação e eventual expansão devem obedecer às recomendações expressas no texto intitulado Brasília Revisitada e respectiva planta em escala 1/25.000, e que constituem os anexos I e II deste Decreto.”
 [Grifo meu]

³⁰⁵ E, mais uma vez, faço menção ao caráter de produção de sentidos, conforme notado por Chuva (2009).

Aqui temos a referência à **concepção**, quando se trata do “Plano Piloto de Brasília”, que tomo como referência ao projeto, ou seja, aquilo que deveria ter sido seguido, ou o mote inicial orientador para a efetiva construção da cidade modernista. Já em seu parágrafo primeiro, aponta-se para a **realidade** “físico-territorial (...) entendido como o conjunto urbano construído em decorrência daquele projeto”. A coisa, mais tarde alcançada pelo tombamento federal, e o projeto da coisa, como um objeto diante do espelho a cismar do reflexo visado. Ora projeto, ora cidade; ora concepção, ora realidade. Na sequência temos:

“§ 2º - A área a que se refere o caput deste Artigo é delimitada a Leste pela orla do Lago Paranoá, a Oeste pela Estrada Parque Industrial e Abastecimento - EPIA; ao Sul pelo Córrego Vicente Pires e ao Norte pelo Córrego Bananal, considerada entorno direito dos dois eixos que estruturam o Plano Piloto.” [Grifos meus]

Entra em cena a **delimitação**, no território, do objeto de preservação. Objeto que se confunde com a concepção e ao mesmo tempo com a cidade construída. Ainda no campo das possibilidades, questiono se não restariam inconciliáveis as definições sutilmente unidas numa coisa só, ainda que apontando para elementos diferentes. Senão vejamos: voltando ao mapa (ver fig. 15) que consta publicado em diário oficial e que se refere à delimitação do bem cultural, encontramos, talvez, a chave que elucida o amálgama que procuro destacar. Ali, dentro da delimitação geral está contido, como elemento marcante, a cidade compreendida como Plano Piloto – lembrando que as linhas que definem seu corpo em formato de “avião”, o sistema viário, foram marcadas no chão desde 1960, o que daria uma relativa segurança para divisar os seus limites.

Ao que tudo indica, portanto, encontramos facilmente a cidade “construída em decorrência do projeto”. Mas não apenas: naqueles limites físicos encontramos uma gama de outros elementos urbanos que extrapolam o Plano Piloto: a Candangolândia, o Cruzeiro, a Octogonal (hoje, instituídas como Regiões Administrativas³⁰⁶), a Vila Planalto (que seria logo tombada no âmbito do governo do Distrito Federal), que é agrupamento urbano egresso, como a Candangolândia, de acampamentos de obras pioneiros, os quais não apenas não faziam parte do Plano Piloto como, aliás, tinham em Lucio Costa mais um defensor de sua desconstituição do que de sua consolidação (RIBEIRO, 2005). Por tudo isso, compreendo ser razoável supor

³⁰⁶ Sequer incluirei nessa conta as Regiões Administrativas Noroeste e Sudoeste, construídas não em decorrência do projeto inicial, mas, especificamente, da normativa de proteção que, ao incluir o documento Brasília Revisitada, abriu a possibilidade da construção dessas expansões urbanas, apontadas por Lucio Costa como habitações de interesse popular, com o intuito de minorar as distâncias para as famílias de baixa renda do centro de Brasília mas que, por operações urbanas que não cabem analisar, se tornaram conjuntos habitacionais de luxo, por vezes mais caros que as unidades habitacionais do próprio Plano Piloto.

que o texto normativo apresenta, senão lacunas explicativas e indefinições conceituais, ao menos imprecisões quanto à descrição da “realidade físico-territorial”, porquanto não corresponda, o todo, ao somatório das partes ignoradas.

Observando a sequência do decreto, temos:

“Art. 2º - A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.”

E em seguida, nos artigos 3º, 4º, 7º e 9º, estão presentes as disposições e critérios para salvaguardar o que haveria de essencial na cidade e que estaria expresso nas escalas, respectivamente, monumental, residencial, gregária e bucólica. É bem verdade que, conforme o texto, não se nota o estabelecimento de uma espacialização precisa referente à incidência de cada uma das escalas no território – embora, algumas publicações³⁰⁷ ofereçam essa perspectiva, bem como haveria a compreensão de que a escala bucólica perpassaria todas as demais, como uma “costura” (BOTELHO, 2009), o que garantia a configuração da cidade-parque. Porém, os critérios de ocupação e sua relação com as escalas são nitidamente localizados ao tomarmos os mencionados artigos. Vejamos:

Os incisos do Art. 3º se referem, inconfundivelmente, a elementos contidos ao longo do Eixo Monumental, da Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti. As delimitações do Art. 4º se referem às Superquadras e adjacências proximais, e as do Art. 7º, estabelecem parâmetros para a área central, o “core” do qual Lucio Costa reivindicava a devida complementação. Enfim, nenhuma menção específica a critérios para todos os demais elementos e aglomerações urbanas já citados, com a seguinte exceção:

“Art. 12 - Com o objetivo de assegurar a permanência, no tempo, da presença urbana conjunta, das quatro escalas referidas nos Capítulos II, III, IV e V deste Decreto, em todas as áreas já ocupadas no entorno dos dois eixos e contidas no perímetro delimitado nos Parágrafos 1º e 2º do art. 1º deste Decreto, ficam mantidos os critérios de ocupação aplicados pela administração nessa data, sendo que, nos terrenos destinados à recreação e esporte, nenhuma edificação poderá ultrapassar a cota máxima do coroamento de 7,00m (sete metros), à exceção dos ginásios cobertos, e nos terrenos destinados a hotéis de turismo, onde nenhuma edificação poderá ultrapassar a Cota máxima de coroamento de 12,00m (doze metros).” [Grifo meu]

³⁰⁷ Por Exemplo: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DISTRITO FEDERAL. **Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação de Brasília**. Brasília: IPHAN/15ª Superintendência Regional do IPHAN, 2007; BOTELHO, Lúcia Adjuto. **O princípio das escalas no plano urbanístico de Brasília: sentido e valor além de proporção**. In: LEITÃO, Francisco et al. Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente-SEDUMA, 2009. Neste último, Lúcia Botelho analisa, dentre outros, documento de autoria da arquiteta Maria Elisa Costa que propõe analisar as características fundamentais da cidade construída a partir de “elementos determinantes, incorporados e complementares”, o que, de certa maneira, é uma leitura dos espaços que abarca, além do efetivamente construído conforme o plano-piloto, acréscimos e complementos erigidos entre o início das obras, em 1957, e seu tombamento federal, em 1990.

Recordando que está em análise uma norma de preservação que teria por base a regulamentação de uma lei específica e, por força dessa disposição inicial, de explicitação do “conceito do bem cultural por ela protegido”, **resultando na delimitação específica do Plano Piloto**, observo que constaria aqui, no art. 12, uma preocupação meramente adjacente para com áreas “já ocupadas no entorno dos dois eixos e contidas no perímetro delimitado”. Tomando os dois eixos, “o próprio sinal da cruz” como definido por Lucio Costa em seu Memorial, como a imagem síntese do partido urbanístico do plano-piloto, depreendo se tratar de uma área ao redor da coisa, e não ela mesma, nem tampouco presidida pelas escalas mencionadas como conformadoras do projeto, e, sobretudo, não alcançadas pelos critérios anteriormente apontados, registrados nos artigos 3º, 4º, 7º e 9º.

Recordo ainda que, para a presente dissertação, importa arguir os termos naquilo que eles têm de potencial instituidores de sentidos e, assim, destaco, dentro de um debate afeto à preservação do patrimônio cultural, a importância de investigar a **noção de entorno**. Afinal, no que tange à delimitação do bem cultural protegido pelo decreto, este é apresentado, como busquei demonstrar, com diferenças marcantes entre a área “do avião” e o “entorno direito dos dois eixos que estruturam o Plano Piloto”, conforme o já mencionado Art. 2º. Assim, vejamos:

Lia Motta e Analucia Thompson (2010) apresentam um trabalho que analisou desde material bibliográfico a processos administrativos, passando por suas implicações judiciais e demais documentos técnicos produzidos pelo IPHAN ao longo de décadas de atuação na preservação do patrimônio cultural, especificamente no que se refere ao “Entorno de Bens Tombados”. Nesse sentido, é apresentado o modo como a preocupação com o que está para além do limite dos bens acautelados vem desde os primeiros anos de atuação do IPHAN, o que implicou em transformações de conceitos e sentidos ao longo do tempo³⁰⁸, a respeito do que fizeram uma importante anotação:

“...é interessante registrar que o vocábulo ‘entorno’ foi cunhado especificamente pelos técnicos do IPHAN ao longo da década de 1970. Era então um neologismo que designava as áreas vizinhas aos bens tombados, quando foi utilizado em documento oficial (Portaria nº 05, de 24/06/1981), assinado pelo secretário de Cultura do Ministério da Educação e Cultura, referente ao caso de Petrópolis, no processo que se desenvolveu entre 1979 e 1982 e que resultou no tombamento de parte da cidade pelo

³⁰⁸ Partindo do Decreto-lei nº 25/37: “Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na **vizinhança** da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a **visibilidade**, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta (sic) por cento do valor do mesmo objeto.” [Grifos meus]

IPHAN. A palavra foi incorporada em verbete do Dicionário Aurélio³⁰⁹, fazendo referência ao documento.” (MOTTA; THOMPSON, 2010, pág. 12)

Tomo esse registro como um ponto de partida importante por expressar o modo como a atuação do órgão, no acumulado de análises, escritas, pareceres, bem assim de embates e disputas entre atores sociais e instituições, foi de tal maneira decisiva que acabou por cunhar um termo técnico reconhecido pelo registro formal da língua portuguesa. O que me leva também à compreensão de que sua utilização, principalmente por agentes ligados às questões patrimoniais na década de 1980, foco das principais análises da presente dissertação, não deixaria de trazer consigo algum lastro desse conhecimento e uma relação mais ou menos direta com esta atuação do instituto e suas eventuais influências.

Na análise do desenvolvimento das noções, as autoras propõem a seguinte periodização: a primeira, que vai do início das atividades do órgão até a década de 1960, caracterizado por embates jurídicos que pavimentaram a jurisprudência que garantiu a utilização desse critério de proteção baseado nas noções de **vizinhança e visibilidade** da coisa tombada; o segundo se dá num contexto de preservação como política urbana, caracterizado pela questão do planejamento urbano e vai de 1960 até a década de 1980; a terceira, entre 1980 e 1986, se dá um período de institucionalização de procedimentos internos, em que se realizam encontros, seminários e debates visando a compreensão e aplicação das normas enfim editadas, as portarias nº 10 e nº 11 de 1986, e a tentativa de elaboração de processos específicos para as áreas de entorno; por fim, a quarta se caracteriza pela rotinização das práticas com entornos, que vai de 1986 a 2003, quando a instituição buscou, por vezes sem sucesso, implementar ações para o entorno em todos os bens tombados.

Esse desenvolvimento de noções foi marcado por debates e reelaborações do ponto de vista técnico ou jurídico. No final da década de 1960³¹⁰, por exemplo, no caso do Museu Imperial de Petrópolis, para a tomada de decisão sobre sua proteção, foi observado o contexto de ambientação paisagística no qual o bem cultural se inseria, de modo a suplantar, em termos da noção de visibilidade, a mera percepção ótica. Segundo as autoras:

“A visibilidade e a vizinhança, estipuladas no DL 25/37, passaram a ter novo sentido, segundo o qual deveriam ser considerados o sítio de implantação, a escala dos bens

³⁰⁹ “3. Arquit. Área, de extensão variável, vizinha de um bem tombado [v. tomar (2)]: ‘O Secretário da Cultura, do Ministério da Educação e Cultura,..., resolve: 1- Considerar como de entorno dos conjuntos, paisagens e edificações situados na Cidade Imperial de Petrópolis e inscritos nos Livros do Tombo..., as áreas compreendidas (abrangidas) pelos seguintes logradouros e sítios’ (da Portaria nº 05, de 24.6.1981)”. In: MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010, pág. 12.

³¹⁰ As autoras abordam a decisiva influência, para esses debates, da edição do documento “Carta de Veneza”, que propõe operar com a noção de vizinhança. Ver: Motta e Thompson (2010, págs. 38-9)

tombados, os estilos compatíveis a seu redor, a ‘respeitabilidade’ do ambiente, e abriram caminho para trabalhos subsequentes, com a adoção de conceitos mais amplos de entorno, especialmente na década de 1980.” (MOTTA; THOMPSON, 2010, pág. 35-6)

No contexto das décadas de 1960 e 1970, em que as políticas de patrimônio se aproximavam do turismo e os sítios históricos eram enfatizados como “parte do espaço urbano” e definiam “o planejamento da cidade como instrumento de preservação” (pág. 45), as autoras analisam o modo como o entorno se relacionou aos planos urbanísticos de centro históricos, como em Mariana (MG), Recife (PE) ou São Cristóvão (SE). Para as autoras:

“Há semelhança entre as medidas sugeridas em todos os planos aqui referidos. Buscavam preservar áreas ao redor dos sítios urbanos tombados como ‘**cinturões verdes**’ ou áreas de “transição’, de ‘visibilidade’ ou, como no último caso citado, para o ‘emolduramento’ da cidade. Para isso, eram usadas normas urbanísticas, tais como gabaritos, taxas de ocupação e **proposições de áreas non aedificandi** para a contenção rigorosa do crescimento urbano, como as propostas para Paraty e Alcântara.” (MOTTA; THOMPSON, 2010, pág. 48-9)

Na descrição das autoras desse *modus operandi* compartilhado entre técnicos da instituição, depreendo que haja correspondência com o caso de Brasília, especificamente quanto ao que se buscou registrar como escala bucólica. Aparte ser definida como a “costura” das demais escalas, essa escala é comumente identificada em imagens (ver abaixo) como, justamente, um cinturão verde que emoldura o Plano Piloto³¹¹. Mesmo no texto de Lucio Costa³¹², o “Brasília Revisitada”, que é parte anexa ao Decreto nº 10.829/87, esta referência parece se reafirmar porquanto tenha também a função de delimitar a cidade – com áreas verdes e livres e, portanto, não edificadas.

E ainda mais: de maneira análoga ao apontado pelas autoras quanto às “normas urbanísticas” de preservação de “áreas ao redor de sítios urbanos” propostas como *non aedificandi*, o decreto distrital expressa, em seu Art. 10³¹³, que áreas não edificáveis se estenderiam por uma enorme porção do território protegido, sobretudo naquelas que envolveriam o Plano Piloto.

³¹¹ Aqui também sobrevém a referência aos cinturões verdes em torno das cidades-jardim de Ebenezer Howard, que as protegiam e delimitavam.

³¹² “E a intervenção da escala bucólica no ritmo e na harmonia dos espaços urbanos se faz sentir na passagem, sem transição, do ocupado para o não-ocupado — **em lugar de muralhas, a cidade se propôs delimitada por áreas livres arborizadas.**” [Grifo meu]

³¹³ “Art. 10 - São consideradas áreas non-aedificandi todos os terrenos contidos no perímetro descrito nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º deste Decreto que não estejam edificados ou institucionalmente destinados à edificação, nos termos da legislação vigente, à exceção daqueles onde é prevista expansão predominante residencial em Brasília Revisitada.”

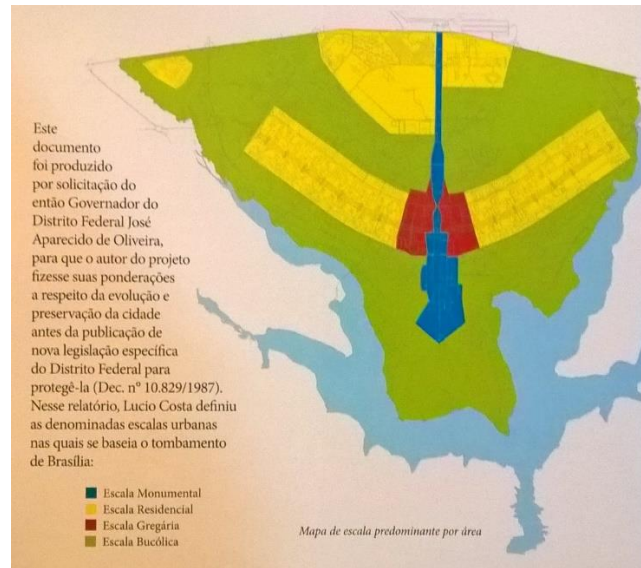


Fig. 16: “Mapa de escala predominante por área”. Na imagem, a Escala Bucólica, em verde, em volta do Plano Piloto. Fonte: Plano Piloto 50 anos – Cartilha de Preservação de Brasília. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, pág. 32.

Assim, tomando como referência os estudos de Lia Motta e Analucia Thompson, identifiquei uma série de preceitos que aproximam o conceito de entorno ao que foi consubstanciado na legislação de preservação de 1987. Mais tarde, quando de seu tombamento federal, ou “tombamento definitivo”, conforme consta do processo administrativo que engendrou sua proteção, a questão não foi tratada senão subsidiariamente, embora a portaria de regulamentação tenha buscado, aparentemente, eliminar algumas das discrepâncias até agora apontadas (como tratarei logo à frente). Até mesmo porque, conforme já mencionei, não se realizaram extensos estudos técnicos para basear a decisão final. O que era uma área de preservação logo se transformou numa poligonal de tombamento, que aparentou não distinguir entre o objeto tombado e seu entorno.

No procedimento federal, ainda que houvesse o registro do que seria importante, na visão de Lucio Costa, preservar na cidade (ANEXO IV)³¹⁴, o que de fato restou consagrado foi o texto de autoria de Campofiorito, o decreto, recepcionado em grande parte pelo texto federal em suas proposições, apesar da Portaria do IPHAN não mais se referir à definição do que é – ou deveria ser – o Plano Piloto. Quanto à delimitação da área total, no entanto, não se registra qualquer modificação. Acerca disso, acrescento que aparte as diversas excepcionalidades

³¹⁴ Consta do processo de tombamento federal (fls. 6-8) a correspondência de Lucio Costa à Ítalo Campofiorito. O “inventor” da cidade orienta, “como urbanista da cidade”, sobre aquilo que importaria preservar em oito recomendações: respeitar as quatro escalas; respeitar e manter a estrutura urbana; respeitar e manter as características originais dos dois eixos em seu cruzamento; preservação do Eixo Monumental da Praça dos Três Poderes à Praça Municipal; manutenção do conceito de superquadra; manutenção da hierarquização do tráfego nas áreas de vizinhança; preservação do parque público projetado por Burle Marx; resgatar e complementar os quarteirões centrais, ou o “core” da cidade.

relativas ao complexo processo de atribuição de valores à cidade até aqui mencionadas, uma a mais poderia se somar: para Brasília, não foi o processo de tombamento que originou sua normativa de proteção; antes, foi uma normativa de proteção que ensejou e encerrou o posterior processo de atribuição de valores e subsequente tombamento.

Dito isso, observo que, no âmbito do processo federal, há um relativo hiato de reflexão crítica, aprofundada e detida, especificamente quanto aos termos do Decreto nº 10.829/87. A sua aceitação sem questionamentos ou contraposições, mais tarde incorporado com grandes semelhanças e importantes modificações³¹⁵ como normativa de regulamentação do tombamento, conduziu ao procedimento federal algumas das imprecisões apontadas, o que fica um tanto mais evidente quando analisamos alguns elementos do Processo nº 1305-T-90, a começar pela transcrição da reunião do Conselho Consultivo, bastante revelador dos sentidos aqui trabalhados.

No ponto do debate em que se discutia o que poderia ser objeto de alteração em Brasília, mesmo após o tombamento, travou-se o seguinte diálogo entre os conselheiros:

“GILBERTO FERREZ – a proteção ao Plano Piloto, só.

ROBERTO CAVALCANTI – quer dizer que toda a periferia vai se desenvolver livre e desordenadamente?

GILBERTO FERREZ – exatamente o que está aqui.

SECRETÁRIO [ÍTALO CAMPOFIORITO] – **em português simples, é o avião e uma área de entorno** (sic) que é limitada em cima, como o senhor está vendo por essa linha aqui, que é a estrada de indústria e abastecimento [Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA] e por baixo, pela margem do lago, apenas.” (págs. 392-3) [Grifo meu]

A menção, em termos de delimitação e “em português simples”, aclara, no meu entender, sobre sentidos distintos para áreas distintas: “a proteção ao Plano Piloto, só”, ou seja, o “avião”, seguido de uma área também protegida, nos termos que a instituição protegia o entorno³¹⁶. Em suma, a coisa e o entorno dela foram diferenciadas no debate do Conselho

³¹⁵ Aliás, não foram, no processo em comento, identificadas quaisquer referências ou justificativas para as mais importantes alterações e modificações do texto do decreto, embora seja razoável conjecturar que elas se relacionem com questões que, simplesmente, não são de competência do órgão federal de preservação. Voltarei a esta questão nas considerações finais.

³¹⁶ Um outro dado que me permite especular que o uso da terminologia “entorno” não é, aqui, incidental, sobretudo quanto ao debate no âmbito do Conselho Consultivo, é que na mesma reunião, minutos antes de apreciarem o tombamento de Brasília, foi debatida a redefinição da área de **entorno** da Igreja e Residência Jesuítica de São Pedro da Aldeia, Rio de Janeiro. O reexame da área se deu “ante a necessidade de rever os critérios de proteção adotados (...) com o objetivo de compatibilizar, de uma parte o crescimento urbano daquela localidade e, de outra parte, a visibilidade e ambiência do bem tombado” (fls. 25-6 da transcrição da reunião, não incluída no processo de tombamento, mas que pode ser consultado no Arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro). Observo, portanto, que o “neologismo” criado no âmbito da instituição e os conceitos e noções que ele carrega estavam na ordem do dia nos debates e não compareceria nas falas dos conselheiros sem razão aparente.

Consultivo. Mas este não seria um ato isolado, ou uma conversa solta no meio de tantas outras questões.

Semanas antes da reunião o Secretário Ítalo Campofiorito emite comunicado oficial do instituto ao Governo do Distrito Federal³¹⁷, na época sob o comando do governador Joaquim Domingos Roriz. O ofício dizia respeito à notificação dos proprietários de imóveis impactados pelo tombamento federal³¹⁸ e informava sobre o objeto de tombamento federal:

“Cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o **Conjunto Urbanístico de Brasília, construído em decorrência do Plano Piloto traçado para a Cidade** (...) é objeto de processo de tombamento nesta Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN.

A área considerada como entorno do conjunto tombado é aquela delimitada a leste pela orla do Lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento-EPIA, ao sul pelo Córrego Vicente Pires e ao norte pelo Córrego Bananal (...)

Em face da responsabilidade do Distrito Federal em expedir licenças de obras, construções e demolições, solicito considerar, com base no exposto, a necessidade da manifestação e aprovação prévias por parte da nossa 8ª Diretoria Regional (...) **dos projetos a serem licenciados para o referido conjunto, bem como na vizinhança do mesmo.**”³¹⁹ [Grifos meus]

Aqui, a partir de um comunicado entre órgãos da Administração Pública, por meio de ofício assinado pelo próprio Ítalo Campofiorito, está presente mais uma vez o registro de uma delimitação para “o conjunto tombado” acompanhado da atenção quanto à “área considerada como entorno” dela. Um documento oficial que, na minha compreensão, somados aos demais, e levando em consideração o conceito de entorno, me permite especular que se registrava, naquele momento, um sentido divergente do que é o atual: a de que haveria uma área apenas, **uma área de tombamento integral** que, aparte a utilização das escalas como orientadora de critérios de intervenção, não distinguiria em atenção nenhuma de suas partes, porquanto estivesse integralmente tombada.

Por exemplo: ainda que haja uma aparente clareza quanto à importância do Eixo Monumental seja pelo seu simbolismo ou pelo que representa para o conjunto – e, sendo a sede dos Poderes da República, há quem destaque o que ele representaria para todos os brasileiros – o mesmo não estaria nem mais nem menos ao alcance do mesmo instituto jurídico que outros elementos da “maior poligonal tombada do mundo”, como a Vila Planalto e a Candangolândia, os clubes esportivos da Orla do Lago Paranoá, os edifícios comerciais da W3 Norte, ou os

³¹⁷ Ofício nº 057/90/SPHAN/RJ, de 16 de fevereiro de 1990, folhas 81-2 do processo de tombamento federal.

³¹⁸ Procedimento necessário ao ato de tombamento, conforme Portaria IPHAN nº 10/86, para que os proprietários de imóveis, caso entendam pertinente, possa aventar a impugnação do ato.

³¹⁹ Os termos desse comunicado seriam repetidos quando de seu tombamento definitivo, em novo ofício emitido ao Governo do Distrito Federal, conforme folhas 120-1 do processo de tombamento federal.

enormes espaços não edificados de cerrado ainda quase intocado. Claro que os critérios de conservação podem variar, inclusive na atuação subjetiva de cada técnico. Mas a resposta à pergunta, “o que está tombado em Brasília”, me obrigaria a informar, creio, que esses elementos estão todos tombados porquanto parte de um todo: a chamada poligonal de tombamento.

Dito de outra maneira, depreendo que a perspectiva, ainda vigente, de que a área total tombada é expressa e definida pela poligonal, mesmo que tenha sido descrita como entorno do conjunto tombado, incorporou, sob um mesmo ato patrimonial, a dimensão histórico-documental, os valores simbólicos e a feição monumental àquilo que, provavelmente, sequer era o foco prioritário. Questões que me provocam ao questionamento do procedimento final em sua pertinência porquanto, conceitualmente, haja incompatibilidade entre o efetivamente tombado e os elementos prioritários de proteção para os quais foram atribuídos valores culturais.

E a problemática das decisões tomadas entre 1987 e 1990 impactaria pouco tempo depois de consagrado o tombamento federal³²⁰. Conforme registra Sandra Ribeiro (2005), por ocasião da proposta de implantação da “Catedral dos Militares” no canteiro central do Eixo Monumental, houve parecer negativo por parte de um conjunto de técnicos dos órgãos de preservação federal e local. A negativa, no entanto, seria logo abordada pelo então presidente do IPHAN, então IBPC, Jayme Zettel, ensejando a modificação da portaria de regulamentação do tombamento federal, transformando a Portaria nº 04/90 na atual, de número 314/92. Segundo a autora, a medida de alteração da norma em favor da implantação da Catedral foi encarada como um ato autoritário e “denunciada às entidades profissionais” dada sua arbitrariedade³²¹.

Entretanto, avalio que a questão subjacente à referida arbitrariedade perpassa, também, o não esclarecimento sobre o objeto patrimonial, bem assim de seu entorno, conforme é dado a ver nos documentos trocados entre a 14ª Coordenação Regional do IPHAN e a presidência do órgão. Em setembro de 1992³²², o arquiteto José Leme Galvão reafirma a Jayme Zettel o entendimento de se tratar, o canteiro central do Eixo Monumental, de área *non*

³²⁰ Ainda que a presente dissertação se concentre no período imediatamente anterior ao tombamento definitivo, me permitirei avançar dois anos depois desse marco temporal devido aos eventos observados que se relacionam diretamente com a questão do entorno, bem como por terem legado o formato final da portaria, ainda vigente, de regulamentação do tombamento federal do Conjunto Urbanístico de Brasília, a Portaria nº 314/92.

³²¹ Importa observar que, segundo Sandra Ribeiro (2005), os próprios técnicos e especialistas que se debruçavam sobre o texto de preservação já haviam identificado, naquela época, problemas em sua aplicação para a devida gestão do sítio tombado. De toda a forma, não teria se tratado, para a decisão quanto à Catedral, de uma análise pura e simples dos termos da portaria. Antes, foi uma decisão tomada que não levou em consideração os estudos em curso, tampouco a experiência acumulada pelos profissionais, tanto do GDF quando da própria instituição federal.

³²² Memorando nº 340/92-14ª CR-IBPC, de 28 de setembro de 1992.

aedificandi, sugerindo que a edificação fosse implantada em área mais apropriada, provavelmente interna ao Setor Militar Urbano.

Por sua vez, em resposta a uma solicitação direta feita pela Secretaria de Estado de Obras³²³ – e portanto, ao que tudo indica, em desconformidade com o entendimento dos órgãos locais de preservação – o presidente do IPHAN irá elencar vários pontos de análise do processo de tombamento, dos quais destaco: a consagração, junto à Unesco, do que seria a obra de Lucio Costa e Oscar Niemeyer; o caráter “histórico” do tombamento, considerando o registrado no parecer de Eduardo Kneese de Mello; a conformação *sui generis* da preservação de Brasília, ou seja, “não propriamente cada parte física da Capital, mas as relações entre elas: as escalas de Brasília”; o apontamento do próprio Lucio Costa de que a preservação de Brasília não a privasse de seu desenvolvimento natural, porquanto organismo vivo.

Neste ponto, analiso que se desenhou uma estratégia de preservação: aparentemente, o tombamento histórico é aqui enunciado no sentido de cidade-documento, como aponta Sant’Anna (2015), ou seja, importando salvaguardar o sítio naquilo que ele nos traz enquanto testemunho de um grande evento, época ou mesmo fase de ocupação e seus estilos arquitetônico e urbanístico predominantes. Evocando as referências do parecer de Eduardo Kneese de Mello, temos a grande narrativa da epopeia da construção de Brasília, da cidade nascida monumento modernista, tomada agora como o testemunho de sua glória – naquilo que representasse a maior aplicação do urbanismo modernista no mundo – e da glória brasileira – a pujança da transposição da capital para a tomada do Brasil Central. E a chave para a salvaguarda estaria, além de sua consagração em patrimônio, na autoridade dos artífices da epopeia: Oscar Niemeyer e Lucio Costa.

O somatório desses elementos garantiria, portanto, a possibilidade de implantação da Catedral no local pretendido mediante alteração da Portaria de regulamentação federal que perseguisse a estratégia mencionada, conforme ficou registrado no terceiro parágrafo do Art. 9º da Portaria IPHAN nº 314/92:

“§ 3º Excepcionalmente, e como disposição naturalmente temporária, serão permitidas, quando aprovadas pelas instâncias legalmente competentes, as propostas para novas edificações encaminhadas pelos autores de Brasília - arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer - como complementações necessárias ao Plano Piloto original e, portanto, implícitas na Lei Santiago Dantas (Lei nº 3.751/60) e no Decreto nº 10.829/87 do GDF que a regulamenta e respalda a inscrição da cidade no Patrimônio Cultural da Humanidade.”

³²³ Ofício nº 102/92-IBPC, de 9 de outubro de 1992.

Entretanto, a decisão exarada no ofício de Jayme Zettel à Secretaria de Obras do GDF eclipsou dois documentos que subsidiaram sua estratégia e que fornecem importantes contribuições para a questão ora tratada. Trata-se de duas cartas de Ítalo Campofiorito endereçadas ao presidente do IPHAN (ANEXOS V e VI), datadas de 10 e 15 de setembro de 1992. Na primeira, Campofiorito apresenta seu testemunho de como se dera sua atuação no processo de patrimonialização de Brasília, informando que tomara as referências para a proteção das escalas do próprio Lucio Costa, em correspondências trocadas entre ambos, conforme segue:

“As cartas dizem tudo; acentuo apenas que o Dr. Lucio frisa, em sua escrita emocionante, a necessidade de preservar-se o Eixo Monumental, ‘da Praça dos Três Poderes à Praça Municipal’; mentalmente, combino essa definição com minhas próprias palavras, ao comunicar o Tombamento definitivo ao Governo do Distrito Federal (...), **quando acentuo a delimitação da área a ser considerada ‘como entorno do conjunto tombado’, aí ficando incluído o trecho do prolongamento oeste do mesmo Eixo.**” [Grifo meu]

Assim, o arquiteto apresenta uma referência espacial de um ponto no território em que estaria estabelecida a limitação da área de tombamento e a de entorno. Aliás, o ponto específico onde se implantaria a Catedral Militar. Em seguida, na carta do dia 15 de setembro de 1992, Campofiorito pontua suas considerações quanto ao que de fato está protegido, inclusive pelas escalas, e apresenta a sua sugestão para a alteração da portaria que regulamenta o tombamento federal, assim redigida:

“1. (Considerando o §1º a Art. 1º: o bem tombado se entende como ‘o conjunto urbano construído em decorrência do Plano Piloto... etc; e Art. 2º ‘...será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas’ ... ‘monumental, residencial, gregária e bucólica...’)

2. (Considerando que o prolongamento do eixo monumental, além do Buriti não integra a escala monumental (Art. 3º) e, obviamente, não é residencial, nem gregário e, muito menos, ‘bucólico’, embora verde)

3. (e, daí, entendendo que o restante da área protegida pelo tombamento, o é subsidiariamente, para servir ao tombamento definido no Art. 1º)

4. Justifica-se tomar a área em questão, ainda que tombada, como de preservação relativa, atenuada.

Proponho pois, ‘mea culpa’, que a Portaria ao legalizar-se completamente, contenha o seguinte § 3º ao Art. 9º:” [Grifos do autor]

Mais um elemento que busquei coletar e analisar, e que me aponta para a compreensão de que o objeto que se intentou proteger se distingue daquele que resultou protegido. A leitura habitual, consagrada em tantos anos de atuação dos órgãos de preservação em Brasília, seja no âmbito federal, seja no do Governo do Distrito Federal, por mais que tenha operado em diversos momentos a crítica à preservação por meio de escalas não alcançou este

aspecto da definição e delimitação do objeto, que resultou na problemática questão de seu entorno: um detalhe que muda tudo.

Enfim, chegamos aqui no ponto nodal que busquei construir. A análise da perspectiva de proteção a partir das escalas me levou a questionar sua pertinência e aplicabilidade sobre o objeto patrimonial. Em seguida, questionei como questões simbólicas relacionadas à identidade da cidade se relacionaram com a normativa de proteção que buscou defini-la e delimitá-la enquanto objeto cultural, e de como a análise deficitária da historicidade, tanto dos termos e conceitos como da própria cidade, impactaram na definição pretendida. Nesse sentido, destaco que as questões aqui levantadas não têm por objetivo simplesmente denunciar o que seria a distância entre intenção e gesto. Antes, o presente esforço vai ao encontro de uma melhor compreensão de um objeto cujos desafios de gestão se equiparam, em monumentalidade, às suas complexidades e dimensões.

E essa busca se deu pela investigação do modo como valores foram atribuídos à cidade. Seu caráter histórico e sua caracterização enquanto cidade modernista singular se constituem em representações compartilhadas pelos diversos atores, mesmo por aqueles que a bibliografia de referência apresenta em oposição (RIBEIRO, 2005; SILVEIRA, 2010). A divergência residiria, fundamentalmente, numa questão de fundo teórica e metodológica, que implicou duas propostas, aliás, não de todo distintas. De qualquer maneira, o caráter histórico de seu tombamento fora utilizado como justificativa para sua preservação bem assim estruturou os discursos de valoração e as estratégias de preservação.

Como busquei indicar, mesmo quando da reelaboração da normativa que regulamenta o tombamento federal da cidade-documento o testemunho que a cidade representaria de um grande evento que teria mudado a história e a geografia do país foi operado discursivamente para que os artífices dessa história, e em razão de terem sido “artistas” da construção, pudessem intervir mais uma vez na trajetória de Brasília. Como se a cidade, que pareceu viver sob um constante estado de ameaça, seja de descaracterização ou incompletude, encontrasse, na normativa de preservação, a chave para sua plena realização, que só poderia ser alcançada se seus autores completassem a obra já consagrada em patrimônio mundial. O discurso da patrimonialização encontraria, enfim, o da completude da obra jamais totalmente realizada, numa reativação de uma perspectiva utópica que, aliás, estaria em desencontro com a própria afirmação de Lucio Costa: “A cidade, que primeiro viveu dentro da minha cabeça, se soltou, já não me pertence, – pertence ao Brasil”. Com a normativa, o arquiteto e o urbanista estavam autorizados a voltar à prancheta.

4. Considerações Finais.

Em teoria, e formulando a exigência de modo paradoxal, Brasília teria sido uma cidade do futuro se tivesse sido construída sobre rodas, ou com elementos pré-fabricados e desmontáveis, ou ainda segundo formas e orientações tão maleáveis que pudesse assumir significados diferentes a depender da situação; em vez disso, **foi construída como um monumento mais perene que o bronze e está lentamente sucumbindo à sorte dos grandes monumentos do passado, que a história preencherá de outros sentidos e que serão modificados pelos eventos**, ao passo que queriam modifica-los. [Grifo meu]
Umberto Eco, 1968³²⁴.

A formulação de Umberto Eco, registrada menos de uma década após a inauguração de Brasília, dá a ver uma inquietação para com uma cidade erigida como monumento, a qual se atribuiu uma pretensa fixidez incompatível com as mudanças e maleabilidade de uma cidade do futuro. A cidade modernista, na visão do pensador italiano, é comparável a um monumento de bronze, fixo em sua materialidade, mas que não escapa de ter sobre si o preenchimento de outros sentidos, historicamente construídos.

Uma comparação assaz interessante se considerarmos a nacionalidade de Eco. Afinal, é justamente a uma antiga estátua de bronze que se atribui, na tradição italiana, o mito de fundação da cidade de Roma. Um monumento que remonta a antiga Etrúria, a estátua “Lupa Capitolina”, cuja feição é a do animal lupino no ato de amamentação de Remo e Rômulo, a quem o mito atribui o primeiro reinado de Roma, cuja data de fundação se comemora a 21 de abril, mesma data de inauguração de Brasília³²⁵.

Seguindo ainda a provocação de Eco: sobre os monumentos de bronze acumula-se, além do preenchimento de outros sentidos históricos, a dita “pátina do tempo”: algumas sujidades, oxidação dos materiais, e algum dano superveniente. A sua fixidez é, portanto, muito mais uma pretensão. O tempo recobre de significamos mas deixa também as suas marcas. Brasília, aparte ter sido pensada, talvez no instante de sua criação, como monumento feito para durar e, mais até, representar a mudança rumo ao futuro, testemunhou as histórias de suas várias transformações. Se não seguiu sobre rodas, cresceu e viu multiplicar os sentidos sobre si, muitos dos quais abordados na presente dissertação.

³²⁴ ECO, Umberto. **Os códigos externos – o exemplo Brasília**. In: KATINSKY, Alberto; XAVIER, Julio. Brasília: antologia crítica. São Paulo: Cosac & Naify, 2012, págs. 221-25. Trecho do capítulo “La Fuzione e il Signo”, In: La Struttura Assente. Milão: Bompiani, 1968, págs. 246-49.

³²⁵ Por ocasião da inauguração de Brasília, o governo Italiano presenteou a cidade com réplica da Lupa Capitolina que hoje adorna os jardins da sede do governo local, o Palácio do Buriti.

A questão fundamental perseguida ao longo deste trabalho diz respeito à tentativa de compreender os modos como foram articulados e correlacionados os discursos, os atos, os atores sociais, políticos e técnicos, que engendraram a proteção de Brasília enquanto patrimônio cultural, portanto, seu processo de patrimonialização. Um processo que, de uma maneira geral, dada a natureza do instrumento jurídico a ele atrelado (o tombamento), visa a manutenção das características que fariam da capital Brasileira uma cidade excepcional. Mas a questão da fixidez, ou mesmo da preocupação justamente com algo que pudesse fazer da cidade um monumento de bronze, revelou-se de grande importância.

Ao longo da pesquisa, foram identificados preenchimentos de diversos sentidos à cidade, e de leituras que cambiaram ao longo do tempo. Tal como ocorre em outras cidades – e Roma, mais uma vez, é acionada como exemplo –, à Brasília foram elaboradas narrativas que informaram representações bastante fortes da cidade, algumas das quais referentes a um conteúdo pretérito que remonta a tempos imemoriais. No caso da capital brasileira, fortes o suficiente para alimentar análises subsequentes, chegando mesmo a motivar atos de preservação. Razão pela qual importou estudar as narrativas que se debruçam sobre uma suposta “pré-existência”, talvez não tão fantástica como a de uma loba que amamenta heróis fundadores, mas não menos mítica, oscilando entre a assimilação de famosos personagens históricos, como José Bonifácio de Andrada, a apropriação de vislumbres oníricos, como nas previsões do padre Dom Bosco.

Foram também objeto de análise os modos como narrativas sobre o período da construção da cidade se valeram de composições épicas, criando personagens e definindo um cenário pleno de aventuras. Por fim, busquei problematizar a narrativa que liga Brasília a uma filiação estreita junto a modelos urbanísticos internacionais à CIAM e que, por sua vez, teriam sido apropriados por arquitetos brasileiros. Todas essas questões foram abordadas no sentido de relativizar perspectivas canônicas. Tratei de identificar que o sucesso de sua divulgação, nos meios políticos ou acadêmicos, pode ser observado na apropriação e reprodução dessas narrativas por grupos apresentados pela literatura patrimonial de Brasília como antagonistas. Ou seja, tanto nos estudos do GT-Brasília quanto nas discussões e documentos que se fizeram constar no processo de tombamento federal comparecem, de modo semelhante, as narrativas trabalhadas no primeiro capítulo. Ao que considero que se o processo de patrimonialização de Brasília não implicou no congelamento da cidade ao menos ela perenizou, ou antes, reverberou e deu legitimidade, a uma perspectiva historiográfica específica.

Busquei no segundo capítulo analisar como, em eventos específicos, foi possível observar certas “leituras da cidade”. Na esteira da abordagem de Sandra Pesavento (1995) busquei observar como estudiosos, técnicos e políticos, foram sensibilizados pela cidade que eles viram, leram e sentiram, e de como essas leituras dão a ver os desenvolvimentos, formulações e reformulações do que a cidade representou. Para operar esta leitura, lancei mão dos anais desses três encontros, documentos riquíssimos onde se inscreveram impressões e debates.

O primeiro deles: o “Congresso Extraordinário Internacional de Críticos de Arte”, realizado em 1958, no Rio de Janeiro, São Paulo e no gigantesco canteiro de obra da nova capital em construção. Ali a cidade foi questionada como expressão – ou não – “síntese das artes”, e vislumbrada como um forte sinal de que o Brasil, enfim, alcançaria o tão aguardado futuro.

No segundo encontro, o “I Seminário de Problemas Urbanos de Brasília”, em 1974, em plena ditadura militar, Brasília começa a ser observada em relação a diagnósticos que apontam para incompletudes e descaracterizações do projeto original, mas, também, em relação às cidades-satélites presentes no território do Distrito Federal. Se o conteúdo “artístico” começa a perder força, novos olhares referentes ao planejamento urbano começam a se anunciar.

Já no terceiro, o “Simpósio Brasília: concepção, realidade e destino”, Brasília já é amplamente observada como uma realidade urbana múltipla e complexa, uma cidade “polinucleada” em que a preservação de seu núcleo central, o Plano Piloto, se daria em relação a uma situação de centro-periferia em que as cidades-satélites, preteridas pelo poder público, se veriam antagonizadas e relegadas a uma situação de segregação socioespacial. Mas Brasília era também vista como integrante de uma relação regional alargada, perfazendo um conjunto de relações com municípios vizinhos de Goiás e Minas Gerais.

Da observação destes três eventos pude compreender o modo como a identidade da cidade foi objeto de ressignificações, bem como o modo como se associam, ao longo do tempo, os discursos de supostas e diversas ameaças à cidade aos discursos de preservação – relacionados com a conclusão e retorno do sentido original do plano-piloto de Lucio Costa, nunca concluído – e de patrimonialização – em que são acionados os conceitos e técnicas específicas referentes ao patrimônio cultural e aos seus instrumentos de atuação.

Em seguida, no terceiro capítulo, busquei inventariar e analisar toda uma diversidade de ações e proposições que, ao longo de seus trinta anos desde a inauguração ao tombamento federal, visaram, propuseram ou questionaram a preservação de Brasília. Nessa diversidade,

pude compreender o modo como as narrativas míticas, historiográficas ou arquitetônicas, foram pontuais ou largamente agenciadas; como a identidade da cidade se relacionou com proposições de preservação; como as feições estéticas da cidade foram dando lugar a análises voltadas para o planejamento urbano; como a própria cidade fora caracterizada ora como objeto de interesse artístico e valorada em sua excepcionalidade, ora como documento e testemunho de uma época histórica.

Busquei lançar um olhar pormenorizado para a atuação GT-Brasília porquanto tenham operado com notável abrangência de pesquisas e proposições, dialogando, inclusive, com propostas de reformulação de políticas patrimoniais pelo próprio órgão federal de preservação (como a questão ambiental, as referências à paisagem, o diálogo com as comunidades, a tentativa de implementar instrumento de proteção a bens culturais diverso do tombamento), bem como no alargamento de objetos tidos como passíveis de preservação, cuja seleção esteve calcada nas referências atribuídas à Brasília (de certa maneira, consagradas nas leituras “tradicionais” da capital): a pré-existência, representada pelos elementos egressos do século XIX, como fazendas e núcleos urbanos antigos; os personagens da construção, representados pelas propostas de preservação dos acampamentos de candangos e pioneiros; a cidade modernista, representada pela preservação particular do Plano Piloto de Brasília.

Assim, trabalhei com a argumentação de que o GT-Brasília buscou implementar um sistema de patrimônio totalizante, o que relacionei com a perspectiva da invenção de tradições (HOBSBAWM, 1994) e de comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008), a respeito do que me pareceu que o grupo envidou esforços, a partir da apropriação das já mencionadas narrativas sobre Brasília, para operar a costura dessas narrativas e discursos relacionados, imaginando uma cidade ao mesmo tempo múltipla e coesa, para a qual se poderia selecionar um patrimônio que haveria de ser, ao fim e ao cabo, representativo de e para todos os candangos.

Mostrei também como o trabalho do GT-Brasília foi impactado pela entrada em cena de um ator político em meados da década de 1980, no âmbito do processo de redemocratização do Brasil após o período ditatorial: o governador José Aparecido. Com ele, deu-se a aproximação de políticas de seu governo com as questões patrimoniais, no que a inclusão de Brasília no rol de sítios reconhecidos como Patrimônio da Humanidade pela Unesco virou uma prioridade. Assim, abordei o modo como se fez convergir o debate a respeito de como Brasília deveria ser preservada junto a questões afetas à técnica jurídica e às decisões de governo, o que acabou por abrir caminho para a edição de uma proposta inicialmente paliativa, mas que foi

consagrada como a normativa distrital e federal ainda vigente: a proposta de preservação das escalas urbanísticas criada pelo arquiteto Ítalo Campofiorito.

Por fim, envidei esforços para analisar com maior acuidade o objeto efetivamente delimitado como patrimônio cultural. Busquei problematizar o modo como se deu a sua delimitação e de como foram definidos seus contornos morfológicos e conceituais partindo da análise da normativa que ensejou seu tombamento federal, o Decreto nº 10.829/87, de onde interpreto que a patrimonialização federal de Brasília experimentou um itinerário singular, invertendo o que seria o caminho lógico de procedimentos: em vez de um estudo de tombamento ser sucedido pela elaboração de uma normativa de proteção foi a normativa de proteção que ensejou a futura patrimonialização e conformou os posteriores valores atribuídos bem assim a delimitação de critérios de preservação e delimitação do objeto.

Com relação à proteção de Brasília a partir das escalas urbanísticas, abordei, inicialmente, o modo como se operam as noções de escala em termos arquitetônicos e, por conseguinte, urbanísticos. Busquei indicar que o conceito se desprende de uma lógica meramente matemática de proporção entre um objeto e sua representação para abarcar relações entre o objeto de criação arquitetônica às suas funções e conteúdos simbólicos. Assim, informa-se que as escalas urbanísticas monumental, residencial, gregária e bucólica, evocadas como informadoras do projeto original da cidade, o plano-piloto de Lucio Costa, devem ser compreendidas não em razão de definições de parâmetros territorialmente localizados, nem tendo como referentes a proporção das massas edificadas em relação aos setores em que se encontram pura e simplesmente. Antes, há que se ter em mente as funções nos espaços construídos – inspiradas, mas não aprisionadas, na urbanística dos CIAM – em relação ao conteúdo simbólico que confere à Brasília sua feição de civitas, ou seja, de Capital da República.

O procedimento de preservação de escalas tinha como base a ideia de se garantir a manutenção do que seriam as características fundamentais do projeto original, e foi tido como inovador no âmbito dos parâmetros de preservação até então operados pelo IPHAN (PESSOA, 2003). Ademais, observei que teve como motivação primordial uma inquietação compartilhada entre os atores sociais, políticos e técnicos identificados na bibliografia e pesquisa documental, mesmo aqueles apontados como antagonistas: o receio de se “congelar” uma cidade ainda tão jovem, em pleno desenvolvimento – ao que a comparação com monumentos de bronze reverbera ainda uma vez. A respeito disso, concluo que, de fato, a normativa se caracteriza por dar diretrizes gerais de modo a manter um conteúdo mínimo em relação ao espaço construído,

“não propriamente cada parte física da capital, mas as relações entre elas” (ANEXO V). Entretanto, ainda que a proposta se constitua como resposta à inquietação do aparente congelamento, a normativa traria também problemas para a gestão do sítio, imprecisões e indefinições que trouxeram, ao longo do tempo, dificuldades as mais diversas para com a preservação da cidade e a gestão de seus espaços (RIBEIRO 2005; GIANNECCHINI; BISPO; PERPETUO, 2013).

Busquei também trabalhar com a ideia de que o assunto da delimitação do objeto se relaciona com uma questão de fundo ainda mais complexa: a de definição da própria identidade e cidade e de sua definição administrativa. Experimentando variações de nomenclaturas e significados, Brasília, inicialmente pensada no Congresso de 1959 como contexto urbano fechado, abriu-se para uma realidade de ocupação territorial que teria feito dela um contexto polinucleado, conforme apontado no Simpósio de 1986. No bojo dessas transformações, a cidade partiu de um enquadramento enquanto produto cultural de um país que se modernizava, referenciada também como aspiração nacional e meta-síntese para a resolução de desigualdades regionais, e da utopia na relativa democracia de classes proposta por Lucio Costa³²⁶, passando a ser identificada como um contexto urbano apartado – e ilhado – da realidade das cidades-satélites, representada como razão em si da segregação socioespacial do Distrito Federal, e relacionada até ao regime ditatorial que assaltou a democracia brasileira durante mais de duas décadas.

O resultado dessa oscilação de representações se fez presente no instante de se delimitar os contornos do bem cultural, tendo em vista a estratégia de se regulamentar uma lei que não fora considerada em sua historicidade. A Lei San Tiago Dantas, que se referenciou ao projeto de Lucio Costa, o **plano-piloto**, foi abordada como definidora dos limites do que Brasília passou a ser chamada, ou seja, de **Plano Piloto**. O decreto resultante dessa operação delimitou o que viria a ser a maior poligonal tombada do mundo. Entretanto, da análise aprofundada dessas questões, busquei abordar outra possibilidade de definição, relacionada a um duplo caráter preservacionista: um objeto prioritário de proteção delimitado e o entorno deste objeto.

Valendo-me da análise da noção de entorno (MOTTA; THOMPSON, 2010) abordei a documentação em que se registraram as vozes dos atores envolvidos com a patrimonialização

³²⁶ Refiro-me aqui à ideia, tantas vezes abordada por Lucio Costa, de que a cidade deveria ser plenamente preenchida, ocupada tantos pelos os deputados, senadores e servidores do alto escalão do governo como trabalhadores humildes, de jardineiros aos motoristas. Uma utopia que fora confrontada pela realidade antes mesmo da inauguração da capital e acentuada nos anos subsequentes, como observei nos capítulos I e II.

de Brasília, bem assim esmiucei a normativa de preservação naquele contexto criada. Destaquei o modo com o Decreto nº 10.829/87 se propõe a uma definição não apenas do objeto cultural, mas a própria definição do que seria o Plano Piloto, estratégia vinculada à regulamentação da Lei San Tiago Dantas. Acerca disso, ponderei que foi operada uma relativa imprecisão e que, três anos mais tarde, teria sido absorvida no procedimento federal, quando se optou por trazer para a portaria de regulamentação do tombamento o texto do decreto distrital, com poucas, mas importantes modificações.

Entretanto, reitero que tais modificações, sutis na aparência, devem ser abordadas não apenas no que elas revelam enquanto procedimento técnico de adaptar as competências do ente distrital ao federal. Antes, é preciso observar cuidadosamente algumas redefinições e apagamentos que foram registrados na portaria. Se tomarmos o decreto distrital em seu preâmbulo e no Capítulo I, que trata da definição do Plano Piloto e sua concepção urbanística, e compararmos com a Portaria 314/92, ainda vigente, o que temos é um aparente aplainamento das problematizações que busquei levantar, conforme segue:

O procedimento distrital informa que: “faz-se oportuna à edição de norma regulamentar que explicita o conceito do bem cultural por ela protegido”, em que se entende “por **Plano Piloto de Brasília** a concepção urbana da cidade”, bem como que a “realidade físico-territorial corresponde ao Plano Piloto (...) deve ser entendido como o conjunto urbano construído em decorrência daquele projeto”, ou seja, sua concepção urbana, o plano-piloto de Lucio Costa. O procedimento federal, por sua vez, restringe-se a menção “do **Conjunto Urbanístico de Brasília**, tombado nos termos da decisão do Conselho Consultivo da SPHAN”, e cuja “realidade física territorial correspondente ao bem tombado a que se refere o caput deste artigo é compreendida como o conjunto urbano **construído em decorrência do Plano Piloto** vencedor do concurso nacional para a nova capital do Brasil, de autoria do arquiteto Lucio Costa”.

No primeiro caso, consta a definição de Plano Piloto. No segundo, consta a definição de um Conjunto Urbanístico de Brasília, que teria sido construído em razão do “Plano Piloto” de Lucio Costa, estrategicamente grafado com maiúscula, imiscuindo-se o projeto à definição do que hoje é a Região Administrativa I. Ao apagar a dicotomia entre Plano Piloto e Brasília, depreendo que a portaria reforça o apagamento das diversas realidades urbanas contidas nessa imensa poligonal, tida como bem tombado, ou seja, áreas hoje definidas como Regiões Administrativas da Candangolândia, Octogonal, Cruzeiro etc., ainda mais considerando o que se registra no segundo parágrafo do Art. 1º do decreto distrital:

“A área a que se refere o caput deste Artigo é delimitada a Leste pela orla do Lago Paranoá, a Oeste pela Estrada Parque Industrial e Abastecimento - EPIA; ao Sul pelo Córrego Vicente Pires e ao Norte pelo Córrego Bananal, **considerada entorno direito dos dois eixos que estruturam o Plano Piloto.**” [Grifo meu]

O trecho negrito acima, que aborda diretamente a questão do entorno e que daria uma melhor compreensão no tratamento e gestão dos diversos contextos urbanos acima mencionados, e que estão “no entorno” do “Plano Piloto”, simplesmente desaparece no texto da portaria de regulamentação do tombamento federal, para a qual haveria uma poligonal integralmente tombada. Uma adaptação que causará impacto, como busquei interpretar no capítulo terceiro, dois anos após a homologação da proteção federal.

Ora, se o aspecto fundamental da “inovadora” medida de proteção da cidade é a preservação de suas escalas urbanísticas, e o próprio autor do texto pondera, em 1992, que nas áreas entendidas como “entorno do conjunto tombado” não estariam presentes as referidas escalas (ANEXO VI), me permito presumir que a elas deveriam ter sido operadas definições e práticas de preservação próprias de áreas de entorno, com toda a técnica e conceitos que o próprio IPHAN se esmerou por elaborar ao longo dos anos. Isso não desabona ou minora a importância dessas localidades, frente ao Plano Piloto, ou mesmo nas histórias da construção e desenvolvimento de Brasília. Entretanto, restou para elas um grau de indefinição que impossibilita um olhar voltado à preservação de características que, objetivamente, sequer foram consideradas tanto no texto normativo quanto no processo de tombamento. Afinal, como preservar áreas para as quais não foram abordados, reconhecidos ou analisados quaisquer valores culturais?

Por fim, aponto que o exercício ora realizado teve como propósito não o de demonstrar uma verdade que se revelaria a partir da análise de fatos do passado. Não busquei uma abordagem que, porventura ou desventura, “congelasse” o entendimento do objeto patrimonial, nem tampouco fixasse, numa narrativa pretensamente definitiva, os eventos que engendraram o tombamento de Brasília. Pelo contrário: o desafio foi o de elaborar uma dissertação que pudesse contribuir para ampliar as possibilidades de análise, ao que se pode complementar:

“A pesquisa histórica desse modo possibilita também a compreensão dos processos pelos quais tais bens passaram ao longo do tempo até a construção de seu sentido, forma e valor contemporâneos.”³²⁷

³²⁷ Carta da Pesquisa Histórica no IPHAN. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008. p. 135-144.

O esforço maior foi o de desconstruir a ideia de que os objetos tombados devem ser cristalizados, ou mesmo o de que os valores, que deles emanariam, seriam dados como propriedades imanentes, intrínsecas a eles mesmos (MENESES, 2009), bastando apenas que um técnico autorizado confirme o que, ao fim e ao cabo, seria uma evidência que estivesse apenas aguardando a declaração do Estado. O estudo do processo de patrimonialização de Brasília nos oportuniza compreender que se trata de uma construção social e que, enquanto tal, não pode ser simplesmente canonizada, tornando a cidade um monumento em bronze, podendo ela, a bem das comunidades, residentes ou que na cidade se referenciam, ser objeto de reelaboração e reexame.

Enfim, Brasília, continuamente revisitada.

5. REFERÊNCIAS.

Bibliografia

ALVES, Hélio. (s.v.) **Epopeia**. In: CEIA, Carlos (coord.). E-Dicionário de Termos Literários-EDTL, 2010. ISBN: 989-20-0088-9. Disponível em: <<http://www.edtl.com.pt/business-directory/6048/epopeia/>>. Acesso em: 10 de out. de 2015.

ANASTASSAKIS, Zoy. **Dentro e fora da política oficial de preservação do patrimônio cultural no Brasil: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural**. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado do Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2007b.

ANASTASSAKIS, Zoy. **Por que Brasília? O CNRC como um equivalente cultural da capital-federal brasileira**. 2007. Portugal, Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE)/I Conferência Internacional de Jovens Pesquisadores Urbanos, 2007a. Disponível em: <<http://conferencias.iscte.pt/viewabstract.php?id=113&cf=3>>. Acesso em 12 de set. de 2015.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Nacional Pró-Memória-FNPM, 1987.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

ARANTES, Antônio A. **Patrimônio Cultural e Referências Culturais**. In: Revista Tempo Brasileiro – Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, nº 147, p. 129-139, 2001

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

BARBO, Lenora de Castro. **Preexistência de Brasília: reconstruir o território para construir a memória**. 384 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

BARBO, Lenora de Castro. **Preexistências de Brasília. Reconstruir o território para construir a memória**. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro. **Brasília aos 50 anos: a cidade sem história, por pura conveniência**. Minha Cidade, São Paulo, ano 10, n. 117.03, Vitruvius, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.117/3407>>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2012.

BATISTA, Suzy Karine Sousa; SILVA, Kelly Ferreira; e SOUSA, Marcio Morais de (coords). **A proteção ao patrimônio cultural de Brasília** [recurso eletrônico]. Brasília: Vestnik, 2015. Disponível em: <<https://pensarpoliticamente.files.wordpress.com/2015/03/protacao-patrimonio-cultural-bsb.pdf>>. Acesso em 12 de set. de 2015.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I—Magia e técnica. Arte e Política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: **eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Solo Editores, 1994.

BICCA, Briane. **Brasília, um futuro a preservar**. In: Revista O Correio da UNESCO. Setembro/1984, Ano 12, nº 9. Págs. 21-28.

BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, ideologia e Realidade – espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto/CNPq, 1985.

BIZELLO, Maria Leandra. **Imagens de convencimento: cinejornais e filmes institucionais nos anos JK**. Revista Artcultura (Universidade Federal de Uberlândia), v. 11, n. 18, jan-jun. 2009. Disponível em: <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF18/m_bizello_18.PDF> . Acesso em: 21 jul. 2015.

BLOCH, Marc. **A apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados**. Brasília: Unesco, 2003. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000276.pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2015.

BOTELHO, Lídia Adjuto. O princípio das escalas no plano urbanístico de Brasília: sentido e valor além de proporção. In: LEITÃO, Francisco et al. **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente-SEDUMA, 2009.

BRAGA, Aline Moraes Costa. **(Im) possíveis Brasília: os projetos apresentados no concurso do plano piloto da nova capital federal**. São Paulo: Alameda, 2011.

BRAGA, Milton; KON, Nelson; WISNIK, Guilherme. **O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BRAGA, Robério. **O instituto do tombamento e a proteção do bem cultural**. Amazonas: UEA Edições, 2007.

BRASIL. (MEC/SPHAN/Pró-Memória). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

BRASIL. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. **Vale do Amanhecer: Inventário Nacional de Referências Culturais**. SIQUEIRA, Deis et al. Brasília: Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2010.

BRITO, Clovis Carvalho. **A UNESCO e a Convenção do Patrimônio Mundial: Fundamentos para a gestão cultural em cidades brasileiras significativas para a humanidade**. Revista Plurais (Anápolis), v. 4, p. 145-159, 2006.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea brasileira**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora -FGV, 2009.

CAMPOFIORITO, Ítalo. JARDIM, Eduardo; OSORIO, Luiz Camillo; RIBEIRO, Otavio Leonidio; (Orgs.). **Ítalo Campofiorito: Olhares sobre o Moderno**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CASALECCHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao Golpe Militar**. São Paulo: Contexto, 2002.

CASTELO BRANCO, Lúcio. Brasília: do centro à periferia ou uma viagem redonda. In: PAVIANI, Aldo. **Urbanização e Metropolização**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/Codeplan, 1987.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **A “Via Crítica” no Patrimônio Cultural: uma perspectiva comparativa**. 1º Seminário da Rede de Conservação – a conservação do patrimônio no Brasil: teoria e prática. Novembro de 2012. Disponível em <<http://www.ceci-br.org/ceci/pesquisa/estudos/oficios-tradicionais/pintua/631-artigos-do-1o-seminario-da-rede-conservacaobr.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2015.

CAVALCANTI, Lauro. **Modernistas na Repartição**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/IPHAN, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações. Coleção: Memória e sociedade**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

CHOAY, Françoise; MACHADO, Luciano Vieira. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CIDADE, Lúcia Cony Faria; MORAES, Luciana Batista de. **Metropolização, imagem ambiental e identidade de cidade no Distrito Federal**. VII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Salvador, 15-18/10/2002. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7561/1/ARTIGO_Metropoliza%C3%A7%C3%A3oImagemAmbiental%20\(2\).pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7561/1/ARTIGO_Metropoliza%C3%A7%C3%A3oImagemAmbiental%20(2).pdf)>. Acesso em 09 de set. de 2015.

CORBISIER, Roland. **Brasília e o Desenvolvimento Nacional**. Textos sobre a nova capital, nº 1. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

COSTA, Lucio. **Brasília revisitada 1985-1987: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana**. In: GDF. Código de obras e edificações de Brasília. Brasília: GDF, 1989.

COSTA, Lucio. **Registro de Uma Vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COSTA, Lucio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DF, 2014.

COSTA, Maria Elisa. **Lucio Costa: inventor de Brasília**. São Paulo: ECidade, 2013.

COSTA, Maria Elisa; VIEGAS, Adeildo. **Brasília, 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto**. Brasília: Terracap, 1985.

COSTA, Natalha de Faria; MANIÇOBA, Regina de Souza. **Brasília: tomar X tomar**. Brasília: Revista Universitas Humanas, v. 10, n. 2, jul-dez 2013.

COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

DISTRITO FEDERAL. Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal-DePHA. **A construção da cidade**. Brasília: DPHA-DF, 1998.

DOMINGOS, Marcelo José. **Muitos Porteiros e Pessoas Normais: Sobre o Movimento de Bandas de Rock em Brasília na Década de 80**. Dissertação. Universidade de Brasília: Brasília, 2005.

ECO, Umberto. **Os códigos externos – o exemplo Brasília**. In: KATINSKY, Alberto; XAVIER, Julio. Brasília: antologia crítica. São Paulo: Cosac & Naify, 2012, págs. 221-25.

EL-DAHDAH, Farès (org.). **Lucio Costa, arquiteto**. [Catálogo]. Rio de Janeiro: Editora Casa de Lucio Costa, 2010.

FELDMAN, Eugene; MAGALHÃES, Aloísio. **Doorway to Brasilia**. Philadelphia/New York-EUA: Falcon Press, 1959. Disponível em: <<http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015020371822;view=1up;seq=82>>. Acesso em 10 de out. 2015.

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. **A invenção da Superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília**. Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, 2007.

FICHER, Sylvia, LEITÃO, Francisco, SCHLEE, Andrey. Brasília: la historia de un planeamiento. In: VILLASCUSA, Eduard e FIGUEIRA, Cibele (org.). **Brasília 1956-2006 de la fundación de una ciudad capital, al capital de la ciudad**. Barcelona: Milênio, 2006.

FICHER, Sylvia, PALAZZO, Pedro Paulo. **Os paradigmas urbanísticos de Brasília**. Cadernos PPGAU FAUFBA, Urbanismo Modernista. Salvador: PPG-AU/FAUBA, edição especial, p. 49-71, 2005.

FICHER, Sylvia; LEITÃO, Francisco. **Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-1964**. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 8, n. 1, 2012.

FINAGEIV, Belmira. **Considerações sobre o ato do tombamento. Caderno Técnico nº 20**. Brasília: Programa de Comunicação-Ministério de Educação e Cultura, dezembro de 1981. Mimeo.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio**. In: BRASIL. O registro do patrimônio imaterial. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: MinC-IPHAN, 2000, p. 59-69.

FORTUNA, Carlos. **As cidades e as identidades. Narrativas, patrimônios e memórias**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.12 n.33 São Paulo fev. 1997. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=204:rbc-33&catid=69:rbc&Itemid=399>. Acesso em: 20 de jul. de 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Documentos da cultura: documentos da barbárie**. Ide – psicanálise e cultura [online], vol.31, n.46, pp. 80-82. ISSN 0101-3106. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-31062008000100014&script=sci_arttext>. Acesso em 22 de julho de 2015.

GAMA, James. **Brasília, a terra prometida: turismo místico e religioso na capital do país**. Monografia. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

GASPARINI, Andrey. **Tombamento e direito de construir**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2005.

GIANNECCHINI, Ana. Clara; BISPO, Alba; PERPETUO, Thiago. **Gestão, Planejamento e Preservação no Plano Piloto: a experiência do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília-PPCUB 2009-2013**. In: Encontro Internacional Sobre Preservação do Patrimônio Edificado-Arquimemória 4 - A dimensão urbana do patrimônio, Salvador-BA. Anais, 2013.

GNECCO, Germán Semper. **Brasília, ontem e hoje**. In: KATINSKY, Julio; XAVIER, Alberto (orgs.). Brasília – antologia crítica. São Paulo: Cosac Naif, 2012.

GOMES FILHO, João. **Gestalt do objeto**. São Paulo: Escrituras Editora, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ministério da Cultura/IPHAN, 2002.

GORELIK, Adrián. **Das Vanguardas à Brasília – cultura urbana e Arquitetura na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GORELIK, Adrián. **Sobre a impossibilidade de (pensar) Brasília**. Revista Serrote, nº 10, págs. 213-239. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2012.

GOROVITZ, Matheus. **Brasília, uma questão de escala**. São Paulo: Projeto, 1985.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília: a capital da segregação e do controle social – uma avaliação da ação governamental na área de habitação**. São Paulo: Annablume Editora, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Introdução: A invenção das Tradições**. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOUAISS, Antônio. **Mini Houaiss: Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

HOWARD, Ebenezer; OSBORN, Frederic James. **Garden cities of to-morrow**. EUA: Mit Press, 1965. Disponível em: <<https://archive.org/details/gardencitiestom00howagoog>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

HUGHES, Henry Meyric. A crítica de arte amadurece: Brasília, AICA e o Congresso Extraordinário Internacional de 1959. In: LOBO, Maria da Silveira; SEGRE, Roberto (Coord. Edit.). **Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte: Cidade Nova, Síntese das Artes**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU

IANNI, Otávio. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008. p. 135-144.

JENKS, Charles. **Movimentos Modernos em Arquitetura**. Lisboa: Edições 70, 1987.

JOFFILY, Geraldo Irineo. **Brasília e sua ideologia**. Brasília: Thesaurus, 1977.

KAFKA, Franz. **O castelo**. Tradução e posfácio: Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. **A memória evanescente**. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, p. 09-27, 2009.

KATINSKY, Julio; XAVIER, Alberto. **Brasília: antologia crítica**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

KERN, Iara. **De Aknaton a JK, das pirâmides à Brasília**. Brasília: Coronário Editora, 1995.

KIM, Lina; WESLEY, Michael. **Arquivo Brasília**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Brasília e a preservação da modernidade**. Salvador: Revista de Urbanismo e Arquitetura-RUA/UFBA, v. 2, n. 2, 1989. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3091/2206>>. Acesso em 12 de set. de 2015.

KOPBAYEVA, Diana. **Is Astana a nationalistic project? The role of Kazakhstan's new capital in development of the national identity**. 1st Annual International Interdisciplinary Conference, AIIC 2013, 24-26 April, Azores, Portugal. Disponível em: <<http://eujournal.org/index.php/esj/article/viewFile/1400/1409>>. Acesso em 15 de julho de 2015.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **A escalada política: Meu caminho para Brasília, volume II**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Meu caminho para Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Porque construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.

LASSANCE, Adalberto. **Brasília & Distrito Federal: imperativos institucionais**. Brasília: Verano Editora/IHGDF, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora UNICAMP, 1996.

LEITÃO, Francisco et al. **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente-SEDUMA, 2009.

LEPETIT, Bernard. Arquitetura, geografia, história: usos da escala. In: **Por uma nova história urbana**. São Paulo:, Editora da Universidade de São Paulo-USP, 2001, págs. 191-226.

LISPECTOR, Clarice. **Nos primeiros começos de Brasília**. In: XAVIER, Alberto e KATINSKY, Julio (orgs.). Brasília – antologia crítica. São Paulo: Cosak Naif, 2012.

LOBO, Maria da Silveira; SEGRE, Roberto (Coord. Edit.). **Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte: Cidade Nova, Síntese das Artes**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU.

LOPES, Luís Carlos. **Brasília: o enigma da esfinge, a construção e os bastidores do poder**. Porto Alegre: Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Unisinos 1996.

MACHADO, Marília Pacheco. **Superquadra: pensamento e prática urbanística**. Brasília: Universidade de Brasília-UnB. 2007. Tese de Doutorado;

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

MARCHETTI, Paulo. **O diário da turma 1976-1986: a história do rock de Brasília**. São Paulo: Conrad Editora, 2001.

MELLO, Eduardo Kneese de. **Brasília: Histórias e Estória**. São Paulo: Demais Editoração e Publicação, 1992.

MENEGUELLO, Rachel. **Governo Sarney: dilemas e virtudes de uma transição negociada**. *Secuencia-Revista de Historia y Ciencias Sociales*, nº 44, maio-agosto de 1999. Disponível em: <<http://secuencia.mora.edu.mx/index.php/Secuencia/issue/view/391>>. Acesso em 09 de set. 2015.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 34, p. 9-23, 1992.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão (IPHAN), Ouro Preto/MG, p. 25-39, 2009. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

MENK, José Theodoro Mascarenhas. **A Legislação e o debate parlamentar (1549 a 2010)**. In: MACEDO, Danilo Matoso, NETO, Casimiro, ORIÁ, José Ricardo. **Brasília: A Ideia de uma Capital**. Brasília: Câmara dos Deputados/FAAP, 2010.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins, 1956-1961**. Vitória: EDUFES, 1998.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK e o modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

MUMFORD, Eric. **El discurso del CIAM sobre el urbanismo, 1928-1960**. *Bitácora Urbano Territorial*, v. 1, n. 11, p. 96-115, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18632/19528>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.

NOBRE, Ana Luiza. **Um modo de ser moderno: Lúcio Costa e a crítica contemporânea**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2004.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional**. Porto Alegre: Anos 90-/UFRGS, v. 15, nº 27, p. 233-255, 2008.

NUNES, Brasilmar. **Brasília: a fantasia corporificada**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NUNES, Brasilmar. **Brasília: fragmentos para a construção de um discurso sociológico sobre um espaço pensado**. Encontro Nacional da ANPUR. Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento - Recife v. 7, 1997. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1694>>. Acesso em 15 de julho de 2015.

NUNES, José Walter. **Patrimônios subterrâneos em Brasília**. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, José Aparecido de. **Cultura e Liberdade**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais/Imprensa Oficial, 1986.

OLIVEIRA, José Aparecido. **Brasília, uma sinfonia**. Brasília: Dom Quixote Editora, 1986.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito na trajetória da nação**. Brasília: Paralelo 15, 2005.

ORTIZ, Renato. **Identidade nacional e cultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAVIANI, Aldo. **Brasília: a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília: ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: CNPq/Projeto, 1985.

PAVIANI, Aldo (org.). **Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Codeplan, 1987.

PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília, moradia e exclusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

PEDROSA, Mario. **Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília**. São Paulo: Perspectiva, Coleção Debates, 1981.

PENNA, José Osvaldo Meira. **Quando mudam as capitais**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2002.

PERALVA, Osvaldo. **Brasília, patrimônio da humanidade: um relatório**. Brasília: Ministério da Cultura/Coordenadoria de Comunicação Social, 1988.

PEREIRA, Julia Wagner. O tombamento: de instrumento a processo na construção de uma ideia de nação. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto (orgs.). **Patrimônio Cultural – políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano**. Revista Estudos Históricos, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

PESSÔA, José. **Brasília e o tombamento de uma ideia**. In: 5 Seminário DOCOMOMO/Brasil – Arquitetura e Urbanismo Modernos: projeto e preservação. São Carlos/SP, 2003. Disponível em:

<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/arquivos/Jos%C3%A9%20Simes%20B%20PESSOA%20-%20Brasilia%20O%20Tombamento%20de%20uma%20ideia.pdf>>. Acesso em: 15 de out. 2015.

PESSÔA, José. **Lucio Costa: documentos de trabalho**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PINHEIRO, Eloisa Petti. **O desenho da cidade: formas urbanas modernas e seus reflexos no Brasil - 1920-1960**. Cadernos PPG-AU/UFBA, Vol. 6, edição especial - Atlas Histórica das Cidades. Bahia: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/viewFile/2640/1862>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

PINTO, Victor Carvalho; REIS, Carlos Madson. **Conjunto Urbanístico de Brasília – exegese da legislação de tombamento**. Brasília: Superintendência do IPHAN no Distrito Federal/IPHAN/MinC, 2007.

RABELLO, Sônia. **O Estado na preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1991.

REIS, Carlos Madson. **Gestão de Centros Históricos no Brasil: as cidades patrimônio mundial, o caso de Brasília e São Luís**. Dissertação de Mestrado: Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

REIS, Carlos Madson. **Brasília: espaço, patrimônio e gestão urbana**. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

RIBAS, Ana Maria. **Caleidoscópio biográfico: leituras de Juscelino Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Revista Soletas/Departamento de Letras da FFP/UER, n. 23, p. 67-80, 2012.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas cidades satélites**. In: Espaço e Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Ano 2, nº 5. São Paulo: Cortez Editora, março/junho de 1982.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2005.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua origem**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **Brasília, 1959: a cidade em obras e o Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte**. São Paulo: *Arquitextos/ Vitruvius*, ano 10, n. 111.03, ago. 2009 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.111/34>>. Acesso em: 10 out. 2015.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. **Brasília-patrimônio. Cidade e arquitetura moderna encarando o presente**. São Paulo: *Arquitextos/Vitruvius*, ano 13, n. 149.07, out. 2012 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4547>>. Acesso em 12 de set. de 2015.

ROUANET, Sergio Paulo. **É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?**. São Paulo: Revista USP, n. 15, p. 48-75, 1992.

RUBINO, Silvana. **Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional**. São Paulo: Revista USP, n. 53, p. 6-17, 2002.

SANTA'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador: Oiti Editora, 2014.

SANTAFÉ IDEIAS E COMUNICAÇÃO. **Do concreto ao papel: o nascimento de Brasília na imprensa mundial**. Brasília: Santafé Ideias e Comunicação, 2010.

SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. **O compromisso cultural de José Aparecido**. In: OLIVEIRA, José Aparecido de. *Cultura e Liberdade*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais/Imprensa Oficial, 1986, págs. 5-10.

SANTOS, Marcos Antônio. **Brasília e o Tombamento: Patrimônio e Especulação na Cidade Modernista**. In: O 8º Seminário Nacional DOCOMOMO/Brasil. Rio de Janeiro: DOCOMOMO/IPHAN-RJ, 2009.

SANTOS, Milton. **A Cidade nos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

SANTOS, Milton. **A Cidade nos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.

SÁTYRO, Ernani. **Perfis Parlamentares: Ernani Sátyro – ensaio bibliográfico e seleção de documentos** (FERNANDES, Flávio Sátyro). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Série perfis parlamentares n. 61, 2011. Disponível em:

<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6345/ernani_satyro.pdf>. Acesso em 12 de set. de 2015.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. **A praça do maquis**. MDC: Mínimo Denominador Comum, Belo Horizonte/Brasília, n.1, 02 fev. 2009. Disponível em: <<http://mdc.arq.br/2009/02/04/a-pracado-maquis/#more-1848>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. **De obeliscos e espetos**. MDC: Mínimo Denominador Comum, Belo Horizonte/Brasília, n.1, 28 jan. 2009. Disponível em: <<http://mdc.arq.br/2009/01/12/oscar-niemeyer-e-brasilia-criador-versus-criatura/>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1999.

SEGRE, Roberto. A espiral da história: 1959-2009. In: LOBO, Maria da Silveira; SEGRE, Roberto (Coord. Edit.). **Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte: Cidade Nova, Síntese das Artes**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade**. Brasília: Charbel Gráfica e Editora, 2006.

SILVA, Kalina; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SILVA, Marly Motta. **Rio, cidade-capital**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

SILVA, Sérgio Duarte da. **A construção de Brasília: Modernidade e Periferia**. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

SILVEIRA, Alex Ricardo Medeiros da. **Entre *calles* e eixos: práticas de patrimônio nas cidades de Brasília e Havana**. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília-UnB, 2010.

SILVEIRA, Peixoto da. **A nova capital: porque, para onde e como mudar a Capital Federal**. Rio de Janeiro: Irmão Pongueti Editores, 1957.

SINOTTI, Marta L. **Quem me quer, não me quer: Brasília, metrópole-patrimônio**. São Paulo: Annablume, 2005.

SIQUEIRA, Deis. **As novas religiosidades no Ocidente: Brasília, cidade mística**. Brasília: Ed. da UnB, 2003.

SOUSA, Moizeis Sobreira de. **Martim Cererê: um modelo de epopéia moderna**. Nau Literária: Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas em língua portuguesa. Dossiê: literatura, oralidade e memória. PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 04 N. 01 – jan/jun

2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/5814>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. **Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DISTRITO FEDERAL. **Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação de Brasília**. Brasília: IPHAN/15ª Superintendência Regional do IPHAN, 2007;

TAVARES, Jeferson. **Projetos para Brasília: 1927–1957**. Brasília: SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DF, 2014.

TELLES, Antônio A. Queiroz. **Tombamento e seu regime jurídico**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

UNDERWOOD, David. **Oscar Niemeyer e o modernismo de formas livres no Brasil**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo (Visconde de Porto Seguro). **A questão capital: marítima ou anterior?** Brasília: Thesaurus, 1978.

VASCONCELOS, Adirson. **A mudança da Capital**. Brasília: Gráfica e Editora Independência, 1978.

VELLOSO, Monica Pimenta. **História e Modernismo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

VIDAL, Laurent. **Lágrimas do Rio – o último dia de uma capital: 20 de abril de 1960**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009.

VIDESOTT, Luisa. **Os candangos**. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), n. 7, p. 21-38, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44721>>. Acesso em: 22 de julho de 2015.

ZWEIG, Stefan. **Brasil: o país do futuro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

Fontes e documentos

Atas do Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte (1959, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. In: LOBO, Maria da Silveira; SEGRE, Roberto (Coord. Edit.). **Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte: Cidade Nova, Síntese das Artes**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU.

Discurso do presidente Juscelino Kubiteschek de Oliveira, dia 20 de abril de 1960, Praça dos Três Poderes, Brasília, dirigindo-se aos operários da construção. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1960/20.pdf>>. Acesso em 10 de out. 2015.

CNRC. **Relatório Final do Projeto “Estudo sobre a construção de Brasília”**. Dezembro de 1979.

CNRC. **Quatro anos de trabalho**. Brasília: Oficina de Comunicação Ltda, 1979.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Anais do Simpósio Brasília: concepção, realidade, destino**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social/GDF, 1987.

Processo nº 106090/1960-DPHAN. **Preservação das Características Arquitetônicas e Paisagísticas de Brasília** [processo digitalizado]. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/bitstream/handle/2010.3/1418/III%20B%2011-00692%20L.pdf?sequence=3>>. Acesso em 12 de set. de 2015.

Processo nº 0672-T-62, Livro de Tombo de Belas Artes, inscrição nº 485-A, de 01/06/1967.

Processo nº 1305-T-90 – **Conjunto Urbanístico (Plano Piloto), Brasília/DF**. Disponível em meio digital no Arquivo da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal.

Processo: Projeto de Lei nº 1513 de 1960. **Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal**. [processo digitalizado]. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3284>>. Acesso em 12 de set. de 2015.

Processo: Projeto de Lei nº 1921 de 1960-Câmara dos Deputados Federal. **Cria o Conselho de Supervisão e Controle da Arquitetura, Arte e Urbanismo de Brasília** [processo digitalizado]. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1205211&filena me=Dossie+-PL+1921/1960>. Acesso em 12 de set. de 2015.

SENADO FEDERAL/COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL. **I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília – estudos e debates**. Brasília: Editora do Senado Federal, 1974.

Acervos e Arquivos

1. Acervo da Câmara dos Deputados (Consulta *On Line*: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/9>).

2. Acervo da Fundação Casa de Lúcio Costa (Consulta *On line*: <<http://www.jobim.org/lucio/>>).
3. Arquivo Central do IPHAN (Seções Brasília e Rio de Janeiro).
4. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal.
5. Arquivo do Senado Federal.
6. Arquivo Público do Distrito Federal.
7. Centro de Documentação – CEDOC do jornal Correio Braziliense.
8. Centro de Documentação da Universidade de Brasília.
9. CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (Consulta *On Line*: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb/>>).

Jornais e Revistas

AMADO, Jorge. **Tombamento afasta de vez o fantasma da especulação.** In: CORREIO BRAZILIENSE, 15 de dezembro de 1987.

ARAÚJO, Celso. **Memória Nacional – a comunidade é a principal guardiã do bem cultural.** Brasília: Correio Braziliense, Caderno Variedade, pág. 36.

CORREIO BRAZILIENSE. **Aparecido anuncia seus planos de governo.** 5 de maio de 1985, pág. 40.

CORREIO BRAZILIENSE. **Arquitetos reprovam normas de preservação: categoria diz que decreto de Aparecido é “bobo, ineficiente, rígido e inflexível”.** 8 de novembro de 1987, pág. 7.

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade. BID ajuda a garantir o futuro.** 1º de janeiro de 1988.

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília – uma cidade tombada como patrimônio.** 12 de junho de 1985, pág. 22.

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília 2º Feldman – o designer norteamericano visto por Aluísio (sic) Magalhães.** 20 de maio de 1980.

CORREIO BRAZILIENSE. **Ideia de tombamento não pega: políticos e população acham que há coisas mais sérias.** 30 de novembro de 1987, págs. 6-8

CORREIO BRAZILIENSE. **Niemeyer disse que Brasília parou desde sua inauguração.** 1º de dezembro de 1964

CORREIO BRAZILIENSE. **Os pioneiros: Lucio Costa e Oscar Niemeyer falam de Brasília.** 17 de fevereiro de 1984.

CORREIO BRAZILIENSE. **Tombar o Plano Piloto: uma ação popular, proposta pelo advogado carioca Matta Machado, quer evitar a especulação imobiliária no DF.** 12 de setembro de 1982.

CORREIO BRAZILIENSE. **Patrimônio da Humanidade.** 13 de dezembro de 1987.

CORREIO BRAZILIENSE. **Pensando o Brasil.** Segundo Caderno, pág. 05. 3 de outubro de 1976.

CORREIO BRAZILIENSE. **Pintura polêmica da igreja da 307/308 Sul será retomada.** 13 de jun. 2009. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/06/13/interna_cidadesdf,118251/index.shtml>. Acesso em 27 de ago. 2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Brasília, polêmico patrimônio cultural.** 6 de dezembro de 1987.

FREITAS, Conceição. **Antes de JK, outros brasileiros já esboçavam projetos para a nova capital.** CORREIO BRAZILIENSE, 04 de junho de 2001.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Aparecido busca em Paris os recursos para obra do metrô.** 5 de maio de 1987, pág. 12.

JORNAL DE BRASÍLIA. **GDF culpa setor imobiliário.** 1º de dezembro de 1987.

JORNAL DO BRASIL. **Artes visuais – Integração das artes e Brasília.** 20 de março de 1958.

O GLOBO. **A imobiliária fazia sorteios de falsos lotes em Brasília.** 17 de março de 1958.

REVISTA VISÃO. **Em defesa da cultura.** 24 de fevereiro de 1975, págs. 18-25.

TRIBUNA DA IMPRENSA. **Êxito da viagem de Aparecido ao exterior foi maior que o esperado.** 19 de maio de 1987, pág. 2.

TRIBUNA DE IMPRENSA. **Vigaristas “credenciados” vendiam terrenos em Brasília.** 17 de março de 1958.

Legislação

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm> Acesso em: 30 de setembro de 2014.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1946. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao46.htm> Acesso em: 30 de setembro de 2014.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm> Acesso em: 30 de setembro de 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 30 de setembro de 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 de setembro de 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acesso em: 30 de setembro de 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941. Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3866.htm>. Acesso em 12 de set. de 2015.

BRASIL. Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. **Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências.** Em seu art. 33 temos: É dado o nome de “Brasília” à nova Capital Federal. Acesso em: 12 de out. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2874.htm>.

BRASIL. Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3751-13-abril-1960-354316-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em 12 de set. de 2015.

BRASIL. Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941. Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

BRASIL. Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências.

BRASIL. Portaria nº 314, de 08 de outubro de 1992. Disponível em < <http://www.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 30 de setembro de 2014.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 7.456, de 1º de abril de 1986. Cria órgãos na estrutura básica de administração do Distrito Federal, e dá outras providências.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Disponível em: <http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/legislacao/DISTRITAL/2_DECRET>

[O 10.829-87/Dec 10829-87 Preservacao da concepcao urbanistica de Brasilia.pdf](#)>.
Acesso em 12 de set. de 2015.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 115, de 12 de setembro de 1961. APROVA O Regimento do Conselho De Arquitetura e Urbanismo da Assessoria de Planejamento.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 2.893, de 13 de maio de 1975. Aprova o Regimento da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/DetalhesDeNorma.aspx?id_doc=30225>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 43, de 28 de março de 1961. Reorganiza a estrutura administrativa da prefeitura do Distrito Federal.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981. Cria o grupo de trabalho para estudar, propor e adotar medidas que visem a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=7800>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Lei Nº 47, de 02 de outubro de 1989. Dispõe sobre o tombamento, pelo Distrito Federal, de bens de valor cultural. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=18014>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

6. ANEXOS

Anexo I

DECRETO Nº 10.829/1987

Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, II, da Lei nº- 3.751, de 13 de abril de 1960; considerando que o Art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, preserva o Plano Piloto de Brasília, tal como apresentado por Lúcio Costa; considerando que, para a exata aplicação do art. 38, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, faz-se oportuna à edição de norma regulamentar que explicita o conceito do bem cultural por ela protegido, DECRETA:

CAPÍTULO I

DO PLANO PILOTO E SUA CONCEPÇÃO URBANÍSTICA

Art. 1º - Para efeito de aplicação da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, entende-se por Plano Piloto de Brasília a concepção urbana da cidade, conforme definida na planta em escala 1/20.000 e no Memorial Descritivo e respectivas ilustrações que constituem o projeto de autoria do Arquiteto Lúcio Costa, escolhido como vencedor pelo júri internacional do concurso para a construção da nova Capital do Brasil.

§ 1º - A realidade físico-territorial corresponde ao Plano Piloto referido no caput deste Artigo, deve ser entendido como o conjunto urbano construído em decorrência daquele projeto e cujas complementações, preservação e eventual expansão devem obedecer às recomendações expressas no texto intitulado Brasília Revisitada e respectiva planta em escala 1/25.000, e que constituem os anexos I e II deste Decreto.

§ 2º - A área a que se refere o caput deste Artigo é delimitada a Leste pela orla do Lago Paranoá, a Oeste pela Estrada Parque Industrial e Abastecimento - EPIA; ao Sul pelo Córrego Vicente Pires e ao Norte pelo Córrego Bananal, **considerada entorno direito dos dois eixos que estruturam o Plano Piloto.**

Art. 2º - A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.

CAPÍTULO II

DA ESCALA MONUMENTAL

Art. 3º - A escala monumental, concebida para conferir à cidade a marca de efetiva capital do País, está configurado no Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti e, para a sua preservação, obedecerão às seguintes disposições:

I - A Praça dos Três Poderes fica preservada tal como se encontra nesta data, no que diz respeito aos Palácios do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, ao Congresso Nacional, bem como

aos elementos escultóricos que a complementam, inclusive o Panteão, a Pira e Monumento ao Fogo Simbólico, construídos fora da Praça, mas que se constituem parte integrante dela;

II - Também ficam incluídas para preservação as sedes vizinhas dos Palácios do Itamaraty e da Justiça, referências integradas da Arquitetura de Oscar Niemeyer na Praça dos Três Poderes;

III - Os terrenos do canteiro central verde são considerados non-aedificandi nos trechos compreendidos entre o Congresso Nacional e a Plataforma Rodoviária e, entre esta e a Torre de Televisão e, no Trecho não ocupado entre a Torre de Televisão e a Praça do Buriti;

IV - A Esplanada dos Ministérios, ao Sul e ao Norte do canteiro central, à exceção da Catedral de Brasília, será de uso exclusivo dos Ministérios Federais, sendo, entretanto, admitida tal como consta do Plano Piloto, edificação de acréscimos com um pavimento em nível de mezanino e sobre pilotis, para instalação de pequeno comércio e serviços de apoio aos servidores, no espaço compreendido entre o meio dos blocos e a escada externa posterior;

V - As áreas compreendidas entre a Esplanada dos Ministérios e a Plataforma Rodoviária, ao Sul e ao Norte do canteiro central, e que constituem os Setores Culturais Sul e Norte, destinam-se a construções públicas de caráter cultural.

Parágrafo único - Quaisquer modificações físicas nas áreas preservadas nos incisos I e II deste artigo serão submetidas à aprovação do CAUMA.

CAPÍTULO III

DA ESCALA RESIDENCIAL

Art. 4º - A escala residencial, proporcionando uma nova maneira de viver, própria de Brasília, está configurada ao longo das alas Sul e Norte do Eixo Rodoviário Residencial e, para a sua preservação, obedecerão às seguintes disposições:

I - Cada Superquadra, nas alas Sul e Norte, contará com um único acesso para transporte de automóvel e será cercada, em todo o seu perímetro, por faixa de 20,00m (vinte metros) de largura com densa arborização;

II - Nas duas alas, Sul e Norte, nas sequências de Superquadras numeradas de 102 a 116, de 202 a 216 e de 302 a 316, as unidades de habitações conjuntas terão seis (seis) pavimentos, sendo edificadas sobre piso térreo em pilotis, livre de quaisquer construções que não se destinem a acessos e portarias;

III - Nas duas alas, Sul e Norte, nas sequências de Superquadras duplas numeradas de 402 a 416, as unidades de habitações conjuntas terão três pavimentos, edificados sobre pisos térreos em pilotis livres de quaisquer construções que não se destinem a acessos e portarias;

IV - Em todas as Superquadras, nas alas Sul e Norte, a taxa máxima de ocupação para a totalidade das unidades de habitação conjunta é de 15% (quinze por cento) da área do terreno compreendido pelo perímetro externo da faixa verde;

V - Em todas as Superquadras só será permitida a venda das projeções dos edifícios, permanecendo de domínio público a área remanescente;

VI - Além das unidades de habitações conjuntas, serão previstas e permitidas pequenas edificações de uso comunitário;

VII - Na ala Sul, os comércios locais correspondentes a cada Superquadra deverão sempre ser edificados na situação em que se encontram na data da edição do presente Decreto;

VIII - As áreas entre as Superquadras, nas alas Sul e Norte, denominadas Entrequadras, destinam-se a edificações para atividades de uso comum e de âmbito adequado às áreas de vizinhança próximas, como: ensino, esporte, recreação e atividades culturais e religiosas.

Art. 5º - O sistema viário que serve às Superquadras manterá os acessos existentes e as interrupções nas vias L-1 e W-1, conforme se verifica na ala Sul, devendo-se ao mesmo obedecer na ala Norte.

Art. 6º - Nos setores de Habitação Individual Sul e Norte, só serão admitidas edificações para uso residencial unifamiliar, bem como comércio local e equipamentos de uso comunitário, nos termos em que se configura a escala residencial neste capítulo.

CAPÍTULO IV

DA ESCALA GREGÁRIA

Art. 7º - A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília, em torno da intersecção dos eixos monumental e rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte.

Art. 8º - Para a preservação da escala gregária referida no Artigo anterior, obedecerão às seguintes disposições;

I - A Plataforma Rodoviária será preservada em sua integridade estrutural e arquitetônica original, incluindo-se, nessa proteção, suas praças atualmente implantadas defronte aos setores de Diversões Sul e Norte;

II - Os setores de Diversões Sul e Norte serão mantidos com a atual cota máxima de coroamento, servindo as respectivas fachadas voltadas para a Plataforma Rodoviária, em toda a altura de campo livre, para instalação de painéis luminosos de reclame, permitindo-se o uso misto de cinemas, teatros e casas de espetáculos, bem como restaurantes, cafés, bares, comércio de varejo e outros que propiciem o convívio público;

III - Nos demais setores referidos no artigo anterior o gabarito não será uniforme, sendo que nenhuma edificação poderá ultrapassar a cota máxima de 65,00m (sessenta e cinco metros), sendo permitidos os usos indicados pela denominação dos setores de forma diversificada, ainda que se mantenham as atividades predominantes Preconizadas pelo Memorial do Plano Piloto.

CAPÍTULO V

DA ESCALA BUCÓLICA

Art. 9º - A escala bucólica, que confere à Brasília o caráter de cidade-parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificados ou institucionalmente previstos para edificação e destinadas à preservação paisagística e ao lazer, será preservada. Observando-se as disposições dos Artigos subsequentes.

Art. 10 - São consideradas áreas non-aedificandi todos os terrenos contidos no perímetro descrito nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º deste Decreto que não estejam edificados ou institucionalmente destinados à edificação, nos termos da legislação vigente, à exceção daqueles onde é prevista expansão predominante residencial em Brasília Revisitada.

§ 1º - Nas áreas referidas no caput deste Artigo onde prevalece a cobertura vegetal do cerrado nativo, esta será preservada e as demais serão arborizadas na forma de bosques, com particular ênfase ao plantio de massas de araucária, no entorno direto da Praça dos Três Poderes.

§ 2º - Nas áreas non-aedificandi poderão ser permitidas instalações públicas de pequeno porte que venham a ser consideradas necessárias, desde que aprovadas pelo CAUMA.

CAPÍTULO VI

DAS ÁREAS JÁ OCUPADAS NO ENTORNO DIRETO DOS DOIS EIXOS

Art. 12 - Com o objetivo de assegurar a permanência, no tempo, da presença urbana conjunta, das quatro escalas referidas nos Capítulos II, III, IV e V deste Decreto, em todas as **áreas já ocupadas no entorno** dos dois eixos e contidas no perímetro delimitado nos Parágrafos 1º e 2º do art. 1º deste Decreto, ficam mantidos os critérios de ocupação aplicados pela administração nessa data, sendo que, nos terrenos destinados à recreação e esporte, nenhuma edificação poderá ultrapassar a cota máxima do coroamento de 7,00m (sete metros), à exceção dos ginásios cobertos, e nos terrenos destinados a hotéis de turismo, onde nenhuma edificação poderá ultrapassar a Cota máxima de coroamento de 12,00m (doze metros).

§ 1º - Nos terrenos contíguos à Esplanada dos Ministérios só serão admitidas as edificações necessárias à expansão dos serviços diretamente vinculados aos Ministérios do Governo Federal, não podendo ser ultrapassada a cota máxima do coroamento dos anexos existentes.

§ 2º - Só serão admitidos os remanejamentos decorrentes das recomendações contidas em Brasília Revisitada.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 - Para efeito de aplicação do disposto neste Decreto são considerados setores institucionalizados todas as partes da cidade de Brasília referidas no Memorial do Plano Piloto ou criadas pela administração durante a implantação da capital e consagrada pelo uso popular.

Art. 14 - O Governador do Distrito Federal proporá a edição de leis que venham a dispor sobre o uso e ocupação do solo em todo o território do Distrito Federal.

Art. 15 - As proposições contidas em Brasília Revisitada deverão ser objeto de lei especial, em particular no que diz respeito à implantação de Quadras Econômicas, ao longo das vias de ligação entre Brasília e as cidades satélites.

Art. 16 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo II

PORTARIA IPHAN Nº 314/1992

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - IBPC, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, resolve:

Art. 1º Para efeito de proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília, tombado nos termos da decisão do Conselho Consultivo da SPHAN, homologada pelo Ministro da Cultura, ficam aprovadas as definições e critérios constantes da presente Portaria.

§ 1º A realidade física territorial correspondente ao bem tombado a que se refere o caput deste artigo é compreendida como o conjunto urbano construído em decorrência do Plano Piloto vencedor do concurso nacional para a nova capital do Brasil, de autoria do arquiteto Lucio Costa.

§ 2º A área abrangida pelo tombamento é delimitada, a leste pela orla do lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA, ao sul pelo córrego Vicente Pires e ao norte pelo córrego Bananal.

Art. 2º A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.

Art. 3º A escala monumental, concebida para conferir à cidade a marca de efetiva capital do País, está configurada no Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti e para a sua preservação serão obedecidas as seguintes disposições:

I. A Praça dos Três Poderes fica preservada como se encontra nesta data, no que diz respeito aos Palácios do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, ao Congresso Federal, bem como aos elementos escultóricos que a complementam, inclusive o Panteão, a Pira, o Monumento ao Fogo Simbólico, construídos fora da praça, mas que se constituem parte integrante dela;

II. Também ficam incluídas para preservação as sedes vizinhas dos Palácios Itamarati e da Justiça, referências integradas da Arquitetura de Oscar Niemeyer na Praça dos Três Poderes;

III. Da mesma forma, serão incluídos na preservação os espaços não edificados adjacentes aos palácios e monumentos referidos, respeitada para o Espaço Lúcio Costa e aprovação dada pelo CAUMA;

IV. São também alcançados, para efeito de preservação, os espaços principais de entrada e acesso público nos Palácios mencionados nos itens I e II;

V. nos terrenos do canteiro central verde são vedadas quaisquer edificações acima do nível do solo existente, garantindo a plena visibilidade ao conjunto monumental;

VI. A Esplanada dos Ministérios ao sul e ao norte do canteiro central, à exceção da Catedral de Brasília, será de uso exclusivo dos Ministérios Federais, sendo entretanto admitidas, tal como constam do Plano Piloto, edificações de acréscimos com um pavimento em nível de mezanino

e sobre pilotis, para instalação de pequeno comércio e serviços de apoio aos servidores, no espaço compreendido entre o meio dos blocos e a escala externa posterior;

VII. As áreas compreendidas entre a Esplanada dos Ministérios e a Plataforma Rodoviária ao sul e ao norte do canteiro central, e que constituem os Setores Culturais Sul e Norte, destinam-se a construções públicas de caráter cultural.

Art. 4º A escala residencial, proporcionando uma nova maneira de viver, própria de Brasília, está configurada ao longo das alas Sul e Norte do Eixo Rodoviário Residencial e para sua preservação serão obedecidas as seguintes disposições:

I. Cada Superquadra, nas alas sul e norte, contará com um único acesso para transporte de automóvel e será cercada, em todo o seu perímetro, por faixa de 20,00m (vinte metros) de largura com densa arborização;

II. Nas duas alas, sul e norte, nas seqüências de Superquadradas numeradas de 102 a 116, de 202 a 216 e de 302 a 316, as unidades de habitações conjuntas terão 06 (seis) pavimentos, sendo edificadas sobre piso térreo em pilotis, livre de quaisquer construções que não se destinem a acessos e portarias;

III. Nas duas alas, sul e norte, nas seqüências de Superquadradas duplas numeradas de 402 a 416, as unidades de habitações conjuntas terão 03 (três) pavimentos, sendo edificadas sobre pisos térreos em pilotis, livre de quaisquer construções que não se destinem a acessos e portarias;

IV. Em todas as Superquadradas, nas alas sul e norte, a taxa máxima de ocupação para a totalidade das unidades de habitações conjuntas é de 15% (quinze por cento) da área do terreno compreendido pelo perímetro externo da faixa verde;

V. Além das unidades de habitações conjuntas serão previstas e permitidas pequenas edificações de uso comunitário, com, no máximo, um pavimento;

VI. Na ala sul, os comércios correspondentes a cada Superquadra deverão sempre ser edificadas, em relação às referidas Superquadradas, na situação em que se encontram nesta data;

VII. As áreas entre as Superquadradas, nas alas sul e norte, denominadas Entrequadradas, destinam-se a edificações para atividades de uso comum e de âmbito adequado às áreas de vizinhança próximas, como ensino, esporte, recreação e atividades culturais e religiosas.

Art. 5º O Eixo Rodoviário Residencial, nas alas sul e norte, terá respeitadas suas características originais, mantendo-se o caráter rodoviário que lhe é inerente;

Parágrafo único - O sistema viário que serve às Superquadradas manterá os acessos existentes e as interrupções nas vias L1 e W1, conforme se verifica na ala sul, devendo ser o mesmo obedecido na ala norte.

Art. 6º A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília em torno da intersecção dos Eixos Monumental e Rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos Setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte.

Art. 7º Para a preservação da escala gregária referida no artigo anterior, serão obedecidas as seguintes disposições:

I. a Plataforma Rodoviária será preservada em sua integridade estrutural e arquitetônica original, incluindo-se nessa proteção as suas praças atualmente implantadas defronte aos Setores de Diversões Sul e Norte;

II. Os Setores de Diversões Sul e Norte serão mantidos com a atual cota máxima de coroamento, servindo as respectivas fachadas voltadas para a Plataforma Rodoviária, em toda a altura de campo livre, para instalação de painéis luminosos de reclame, permitindo-se o uso misto de cinemas, teatros e casas de espetáculos, bem como restaurantes, cafés, bares, comércio de varejo e outros que propiciem o convívio público;

III. nos demais setores referidos no artigo anterior, o gabarito não será uniforme, sendo que nenhuma edificação poderá ultrapassar a cota máxima de 65,00m (sessenta e cinco metros), sendo permitidos os usos indicados pela denominação dos setores de forma diversificada, ainda que se mantenham as atividades predominantes preconizadas pelo Memorial do Plano Piloto.

Art. 8º A escala bucólica, que confere a Brasília o caráter de cidade-parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificadas ou institucionalmente previstas para edificação e destinadas à preservação paisagísticas e ao lazer, será preservada observando-se as disposições dos artigos subsequentes.

Art. 9º São consideradas áreas non-aedificandi todos os terrenos contidos no perímetro descrito nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º desta Portaria que não estejam edificadas ou institucionalmente destinadas à edificação, nos termos da legislação vigente, à exceção daqueles onde é prevista a expansão predominantemente residencial em Brasília Revisitada, que constituem os anexos I e II desta Portaria;

§ 1º Nas áreas referidas no caput deste artigo, onde prevalece a cobertura vegetal do cerrado nativo, esta será preservada e as demais serão arborizadas na forma de bosque, com particular ênfase ao plantio de massas de araucária, no entorno direto da Praça dos Três Poderes;

§ 2º Nas áreas non-aedificandi poderão ser permitidas instalações públicas de pequeno porte que venham a ser consideradas necessárias, desde que, apreciados pelo CAUMA, sejam submetidos à consideração do IBPC;

§ 3º Excepcionalmente, e como disposição naturalmente temporária, serão permitidas, quando aprovadas pelas instâncias legalmente competentes, as propostas para novas edificações encaminhadas pelos autores de Brasília - arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer - como complementações necessárias ao Plano Piloto original e, portanto, implícitas na Lei Santiago Dantas (Lei nº 3.751/60) e no Decreto nº 10.829/87 do GDF que a regulamenta e respalda a inscrição da cidade no Patrimônio Cultural da Humanidade.

Art. 10 Será mantido o acesso público à orla do lago em todo seu perímetro, à exceção dos terrenos, inscritos em Cartório de Registro de Imóveis com acesso privativo à água.

Art. 11 Com objetivo de assegurar a permanência no tempo da presença urbana conjunta das quatro escalas referidas nos artigos anteriores desta Portaria, em todas as **áreas já ocupadas no entorno** dos dois eixos e contidas no perímetro delimitado nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º desta Portaria, ficam mantidos os critérios de ocupação aplicados pela administração nesta data, sendo que nos terrenos destinados à recreação e esporte nenhuma edificação poderá ultrapassar a cota máxima do coroamento de 7,00m (sete metros), à exceção dos ginásios cobertos e nos terrenos destinados a hotéis de turismo, onde nenhuma edificação poderá ultrapassar a cota máxima de coroamento de 12,00m (doze metros).

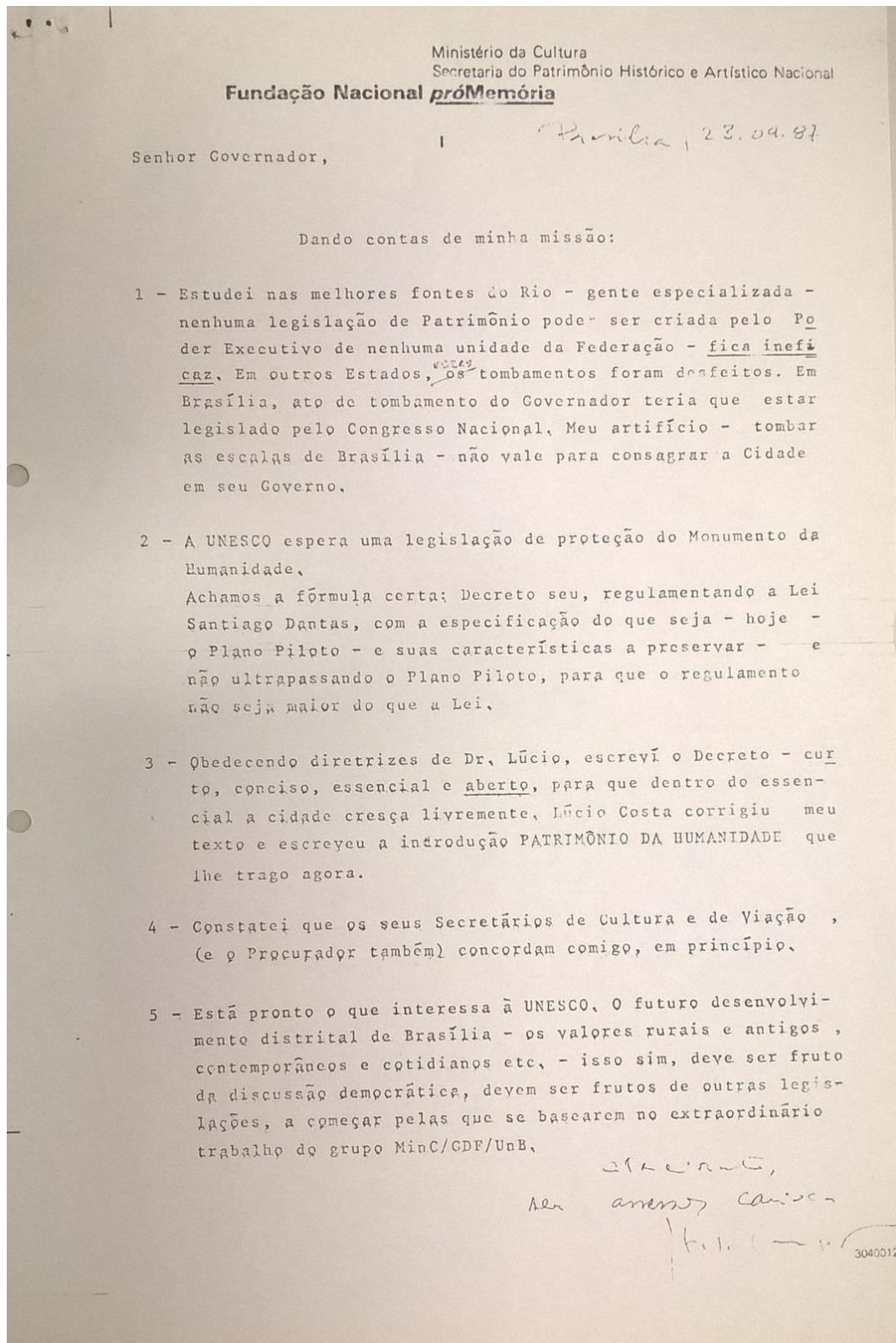
Parágrafo único - Nos terrenos contíguos à Esplanada dos Ministérios só serão admitidas as edificações necessárias à expansão dos serviços diretamente vinculados aos Ministérios do Governo Federal, não podendo ser ultrapassada a cota máxima do coroamento dos anexos existentes.

Art. 12 Para efeito de aplicação do disposto nesta Portaria, são considerados setores institucionalizados todas as partes da cidade de Brasília referidas no Memorial do Plano Piloto ou criadas pela Administração durante a implantação da capital e consagradas pelo uso popular.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

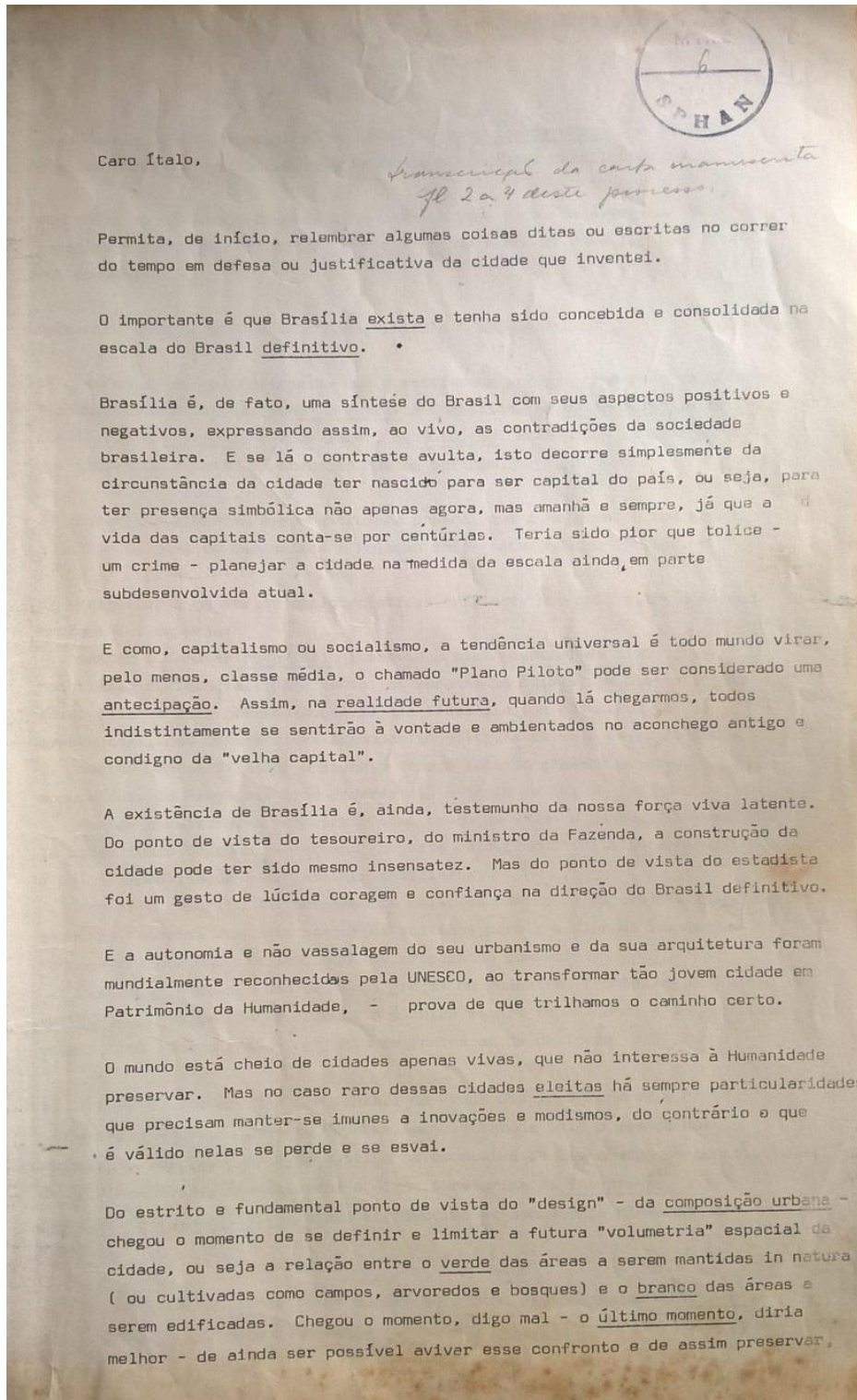
Anexo III

Correspondência de Ítalo Campofiorito ao governador José Aparecido de Oliveira datada de 23 de setembro de 1987. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 03.

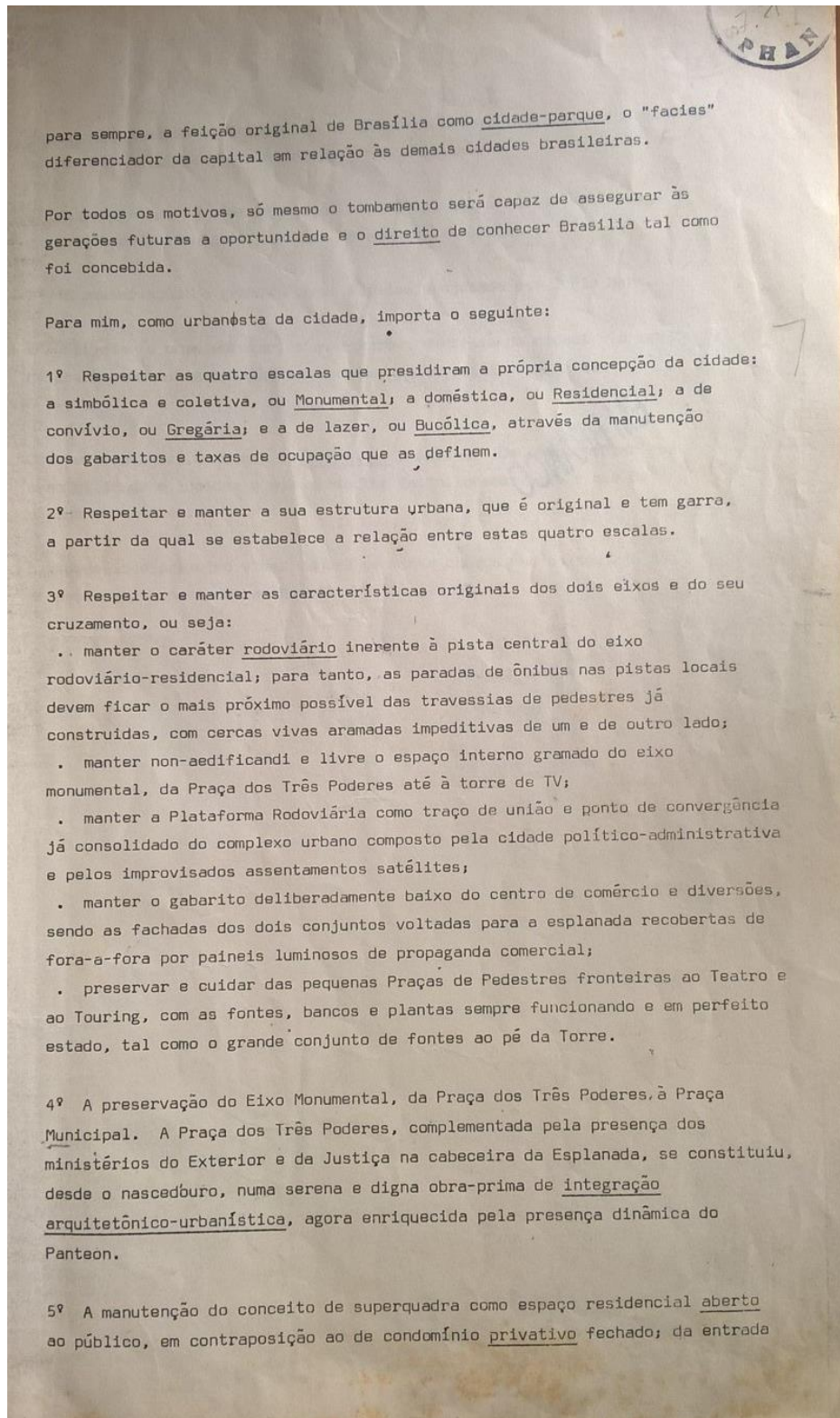


Anexo IV

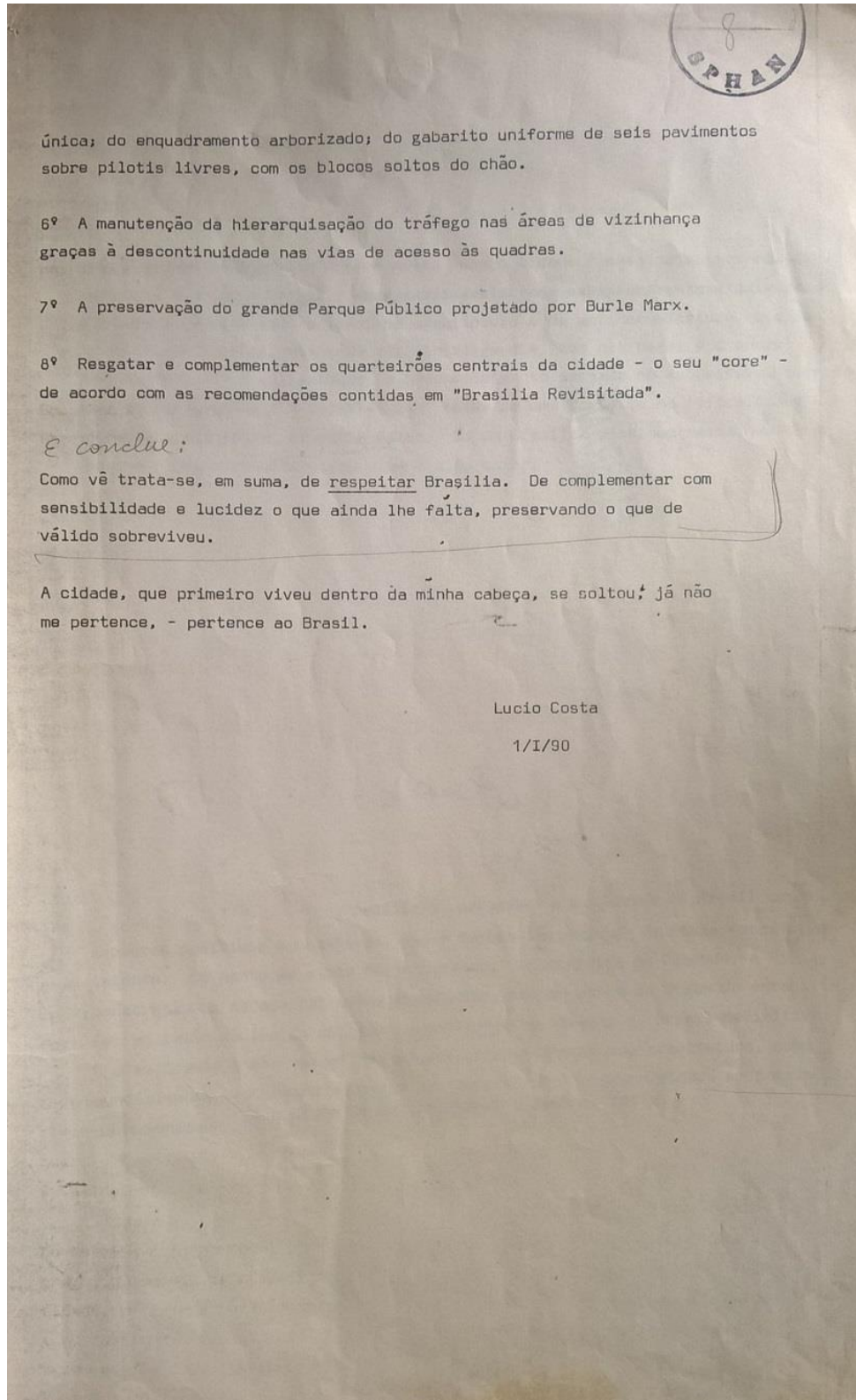
(folha 1) – Correspondência transcrita de Lucio Costa a Ítalo Campofiorito, folhas 6 a 8 do Processo de Tombamento nº 1.305-T-90 “Conjunto Urbanístico (Plano Piloto), Brasília/ Distrito Federal”.



(folha 2) – Correspondência transcrita de Lucio Costa a Ítalo Campofiorito, folhas 6 a 8 do Processo de Tombamento nº 1.305-T-90 “Conjunto Urbanístico (Plano Piloto), Brasília/ Distrito Federal”.



(folha 3) – Correspondência transcrita de Lucio Costa a Ítalo Campofiorito, folhas 6 a 8 do Processo de Tombamento nº 1.305-T-90 “Conjunto Urbanístico (Plano Piloto), Brasília/ Distrito Federal”.



Anexo V

(folha 1) – Correspondência de Ítalo Campofiorito a Jayme Zettel, em 10 de setembro de 1992.
ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 05.

Ilmo. Sr.
Dr. JAYME ZETTEL
MD. Presidente do IBPC

Niterói, 10 de setembro de 1992

Senhor Presidente,

Dando continuidade a nossa conversa telefônica de ontem e considerando minha participação na legislação distrital para a proteção de Brasília, levada à UNESCO e, subsequentemente, quando Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no tombamento federal da cidade, venho trazer-lhe as seguintes informações e entendimento pessoal:

a- Como se vê na carta, com cópia anexa, a Lucio Costa, pedi ao criador de Brasília que apoiasse o tombamento federal, sugerindo indicar elementos a garantir e possibilidades de modificação, ao longo do tempo.

b- A resposta de Dr. Lucio, cuja cópia se sêgue anexa, é o documento fundamental para todo o processo de tombamento que resultou na inscrição no Livro do Tombo Histórico, volume II, sob o nº 532, fls. 17; entendo e testemunho que a então Coordenação de Proteção (aprovando parecer do prof. Pedro de Alcântara) e o Conselho Consultivo da SPHAN (acompanhando parecer do arquiteto Dr. Kneese de Mello), bem como o Ministro José Aparecido de Oliveira ao homologar o ato - todos, demos razão às declarações de Lucio Costa e à carta de Oscar Niemeyer (ver cópia anexa) que a respalda; ficaram esses dois documentos como diretrizes do que passou a ser o "espírito da lei"; de passagem, registro a confirmação que alí obtinha a minha idéia original de tombar, não propriamente cada parte física da capital, mas as relações entre elas: as escalas de Brasília.

c- As cartas dizem tudo; acentuo apenas que Dr. Lucio frisa, em sua escrita emocionante, a necessidade de preservar-se o Eixo Monumental, "da Praça dos Três Poderes à Praça Municipal"; mentalmente, combino essa definição com minhas próprias palavras, ao comunicar o Tombamento definitivo ao Governo do Distrito Federal (ver cópia anexa), quando acentuo a delimitação da área a ser considerada "como entorno do conjunto tombado", aí ficando incluído o trecho do prolongamento oeste do mesmo Eixo.

(folha 2) – Correspondência de Ítalo Campofiorito a Jayme Zettel, em 10 de setembro de 1992.
ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 05.

d- Parece-me claro, portanto, que quaisquer pretensão a construir a oeste da Praça Municipal, ou do Buriti, deverão ser simplesmente objeto de exame, para evitar-se o que perturbe a visibilidade ou prejudique a concepção artística do Plano Piloto original, cujo valor histórico ficou estabelecido pelo tombamento federal.

Cordialmente,



Ítalo Campofiorito

ITALO CAMPOFIORITO

Anexo VI

Correspondência de Ítalo Campofiorito a Jayme Zettel, em 15 de setembro de 1992. ARQ. SE/DF-IPHAN_SÉRIE: PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA. CX. 05.

Protocolo nº 619
de 15.09.92

Ao: Dr. Jayme Zettel
De: Ítalo Campofiorito
Em 15 de setembro de 1992

Sugestão, conforme combinado para a portaria 04, de 13.08.90.

Artigo 9º

1. (Considerando o §1º a Art. 1º: o bem tombado se entende como "o conjunto urbano construído em decorrência do Plano Piloto ... etc; e Art. 2º: "... será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas" ... "monumental, 'residencial, gregária e bucólica"...)
2. (Considerando que o prolongamento do eixo monumental, além do Burity não integra a escala monumental (Art. 3º)e, obviamente, não é residencial, nem gregário e, muito menos, "bucólico" ' embora verde)
3. (e, daí, entendendo que o restante da área protegida pelo tombamento, o é subsidiariamente, para servir ao tombamento definido no Art. 1º)
4. Justifica-se tomar a área em questão, ainda que tombada, como de preservação relativa, atenuada.

Proponho pois, "mea culpa", que a Portaria ao legalizar-se completamente, contenha o seguinte § 3º do Art. 9º:

Art. 9º

§ 3º Excepcionalmente, e como disposição naturalmente temporária, serão permitidas, quando aprovadas pelas instâncias legalmente competentes, as propostas para novas edificações encaminhadas pelos autores de Brasília - arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer - como complementações necessárias ao Plano Piloto original e, portanto, implícitas na Lei Santiago Dantas (nº 3751/60) e no Decreto 10829/87 do GDF que a regulamenta e respalda a inscrição da Cidade no Patrimônio Cultural da Humanidade.

Sem mais, com amizade

Ítalo Campofiorito